

1 **Ministério da Justiça**

2 **Segurança Pública**



5 **Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp**

6
7
8
9
10
11
12 **16ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
13 **CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**
14 **CONASP**

15
16 **19 e 20 de abril de 2012**

17
18
19
20 **Local:**
21 **Ministério da Justiça**
22 **Sala de Treinamento “Ana Paula Galdino”**
23 **Shopping ID**
24 **Torre A, 2º andar**

25
26 **Brasília, DF**

27
28 **Transcrição feita por meio da**
29 **Estenotipia Computadorizada Presencial**
30 ***ipsis verbis***
31

34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73

INDICE

19/04/2012 – manhãPag. 3

19/04/2012 – tardePag. 27

20/04/2012 – manhã:Pag. 80

20/04/2012 – tarde:Pag.115

74
75
76
77
78
79

19/04/2012
Manhã

80 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

81

82 Bom, então, vamos dar o bom-dia oficial a todos os conselheiros. Queremos
83 registrar a presença de novos conselheiros. Como convidado e conselheiro do CFP,
84 Pedro Paulo Bicalho, o Novacki (Senado Federal) e o Pfeifer, suplente da Simone. A
85 Simone está numa reunião com a Regina e o ministro. José Ribamar. Antes de
86 entrar na pauta, eu queria registrar um momento de consternação, mas, ao mesmo
87 tempo, de reconhecimento deste conselho a uma das figuras mais importantes,
88 talvez anônima para muita gente, mas para outra parte não tão anônima que faz
89 parte do coletivo e entidades negras, que faleceu ontem de uma parada cardíaca.
90 Eu conheço esse ser humano, convivi, trabalhamos juntos, o nome dele é Walmir de
91 Araújo Castro, mais conhecido como “Dois Mundos”. Nós fizemos trabalho do
92 desarmamento junto com o nosso companheiro Marcos Rezende, com o Élder. “Dois
93 Mundos” foi um ser que agrega a todos. Ele está sempre disposto. Eu queria pedir
94 em nome deste conselho um minuto de silêncio dedicado a esse militante para que a
95 gente vibrasse a ele, não em nível religioso, mas de cidadania, reconhecendo tudo
96 que ele fez pelo próximo dentro das suas condições. Eu peço permissão ao
97 conselho para fazermos este minuto de silêncio em memória de Walmir de Araújo
98 Castro, “Dois Mundos”. Obrigado. Então, vamos abrir, não estamos com quórum,
99 estamos substituindo a presidenta que não pôde estar presente. Vamos
100 compartilhar, como sempre fizemos, o nosso trabalho em equipe com a doutora
101 Suelen, nossa secretária executiva. Nós temos percebido que, em nossas reuniões,
102 quando a gente respeita aqueles três minutos, fluímos rápido e a reunião tem um
103 resultado muito bom. Vocês concordam em três minutos cada? Então, vamos abrir
104 com o primeiro tema, já seguindo essa proposta que foi oferecida para os
105 consensos, depois os temas mais polêmicos. Então, está aberto. Quem quiser fazer
106 inscrição?

107

108 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
109 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

110

111 Eu queria sugerir que algum conselheiro que estava na audiência fizesse uma breve
112 apresentação das propostas para debatermos.

113

114 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
115 **Segurança Pública):**

116

117 Só explicando para todo mundo entender. As propostas que estão aqui não foram
118 propostas que saíram da audiência ontem. Estas propostas saíram da reunião da
119 apresentação do plano que foi feita aqui.

120

121 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

122

123 Bom, começando então pelas propostas. **Primeiro ponto.** Uma necessidade que a
124 gente identificou e que tinha sido pautada na reunião anterior. Acho importante aqui
125 situar que foi a retomada ontem no debate da audiência a necessidade de a gente
126 avançar no marco legal. Então, colocou-se em questão a lógica proibicionista, o
127 Jorge da Silva trouxe ontem essa discussão na audiência, e a perspectiva seria
128 tentarmos identificar proposições concretas que nos possibilitassem incorporar
129 algum avanço legislativo no plano, que não faz nenhuma menção sobre marco legal.
130 **Segundo ponto.** Tinha sido sistematizado inicialmente como necessidade de
131 qualificar a formação dos policiais que vão para a fronteira, fazer um debate mais
132 abrangente, como o Marcos Dias havia colocado anteriormente, uma ressalva sobre
133 a presença de policiais recém-formados na fronteira, não é isso? Ele poderia
134 qualificar melhor essa proposta. **Terceiro ponto.** É a necessidade de inserir
135 mecanismo de monitoramento e controle da atividade policial nos procedimentos de
136 apreensão e destinação de drogas. Essa foi uma proposição do Héder e aí
137 ponderando toda a dimensão de corrupção e o próprio consumo por parte dos
138 policiais. **Quarto ponto.** A necessidade de investimento na capacitação de agentes
139 penitenciários para lidar com o tema. Aqui também estamos pautando a
140 necessidade que se reconheça dentro do sistema o uso e consumo abusivo de
141 drogas, precisamos enfrentar esse problema e os agentes têm de estar preparados
142 para lidar com isso, José Neves poderia depois contribuir na qualificação dessa
143 proposta. **Quinto ponto.** A questão do álcool. A demanda é que a gente reconheça
144 o álcool como droga no âmbito do plano. Depois têm dois outros pontos que
145 dialogam mais a inserção desse debate na mídia. Parece que, quando foi
146 apresentada a peça publicitária aqui na reunião anterior, houve solicitações de que
147 tivesse maior ênfase nas dimensões de gênero e raça dentro dessa peça. Seriam
148 demandas de alteração na peça publicitária que foi apresentada na reunião
149 passada. E a isso somar a realização de campanhas que pautassem um debate
150 mais abrangente na mídia, incluindo inserções nos programas, principalmente, nas
151 rádios e TVs comunitárias. Bom, depois temos duas propostas que têm a ver com o
152 fortalecimento de mecanismos de participação social. Ontem na audiência foi
153 colocada a ausência dos conselhos e das deliberações da conferência na
154 formulação do plano. A gente entende que essa é uma lacuna que já não temos
155 como superar para trás, mas seria importante explicitar o compromisso do plano com
156 os mecanismos de participação social. A gente está tendo, a partir de agora, a
157 possibilidade de incidir e aí nessa direção vem a proposta seguinte que seria a
158 perspectiva de articular uma reunião entre os conselhos de segurança, saúde,
159 educação e assistência, que são áreas que dialogam diretamente com esse plano
160 para ver como é que vamos avançar nessa incidência tentando pactuação mais
161 conjuntas. E também na linha do que algum conselheiro solicitou anteriormente,
162 tendo clareza de que a atuação do Conasp seria prioritariamente, mas não
163 exclusivamente no eixo de segurança pública. E, por último, houve uma solicitação
164 de que a gente tentasse avançar numa padronização nacional na definição química
165 de drogas. Não tenho muita clareza sobre essa proposta. Foi isso.

166

167 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

168

169 Eu queria incluir a obrigatoriedade de o governo falar no plano sobre a
170 implementação da lei de 2011 sobre a questão do atendimento psicossocial da rede.

171

172 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores**
173 **Gerais – CONDEGE):**

174

175 Uma observação que eu fiz ontem pela parte da manhã que, na verdade, não houve
176 uma resposta que foi com relação ao sistema de justiça. Eu acho que há o sistema
177 como um todo, que, efetivamente, essas pessoas são presas e há um inquérito e
178 existe todo um procedimento e a partir daí também foi colocado que as prisões
179 passam a ser depósitos e nem um momento, já foi colocado aqui, não tem como se
180 negar, de que no sistema precisa também de um acolhimento na assistência. Eu
181 acho que deveria colocar a necessidade de uma interlocução. Regina colocou muito
182 claramente, primeiro, de que esse plano estaria em construção. Ponto. Mas, também
183 colocou de que já existe, até colocado pelo Nóbrega, até por conta de ser
184 inteligência, algumas tratativas no que se refere, por exemplo, aos pequenos
185 traficantes que, às vezes, são pessoas que eram usuárias e tal. Eu acho que poderia
186 também, pode ser que exista no plano e eu não conheça por ser alguma coisa que
187 ainda não foi colocada naquele dia de forma mais pontual, a interlocução com todo
188 sistema de justiça por conta exatamente da inexistência desse acolhimento, não só
189 a polícia, não só há uma construção repressiva na polícia. Há uma construção
190 repressiva no sistema. O advogado ou o defensor atua na defesa para retirar aquela
191 pessoa de lá, mas não existe, efetivamente, que eu saiba pelo menos na Bahia da
192 experiência que eu tenho, nenhuma construção de acolhimento, de tratamento no
193 estado como um todo. Existe uma atuação aqui e ali do Ministério Público, de um
194 promotor, de um juiz, mas, efetivamente, eu queria que houvesse essa interlocução
195 do sistema justiça.

196

197 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
198 **Federais – Fenaprf):**

199

200 Bom-dia a todos. Outro ponto que eu me lembro que eu teria levantado na última
201 reunião é a questão do pequeno traficante. Tem aumentado muito a população
202 carcerária, principalmente com esse pequeno traficante, a maioria das vezes preso
203 fora do seu domicílio e que ali é privado de sua família. E não tem resolvido o
204 problema porque ele, na rede do tráfico, é rapidamente substituído. Então, não só a
205 atenção ao usuário quanto à descriminalização, mas acho que precisa de uma
206 atenção para esse pequeno usuário que a prisão não está resolvendo o problema da
207 questão das drogas. Está é aumentando um problema social porque a família fica
208 desassistida, os filhos e tal. Então, acho que precisa avançar nas penas e medidas
209 alternativas para o pequeno traficante. Precisamos também apontar para isso, o
210 Conasp precisa chamar atenção para essa questão.

211

212 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

213

214 Eu sei que já definimos que nós vamos discutir primeiro as propostas e depois a
215 necessidade de colocar em questão das que estão em bloco, mas é que tem uma
216 proposta aqui que eu sinto a necessidade de uma discussão, está lá no primeiro
217 bloco, que é a proposta de realizar campanhas na mídia. Eu entendo que essa
218 proposta, pelo menos no que eu entendo, ela só faz sentido mediante uma
219 discussão em que lógica estamos trabalhando essa discussão de drogas porque se
220 nós continuarmos trabalhando com a questão de drogas a partir de uma lógica de
221 guerra ou de algo a ser vencido, eu acredito que realizar campanhas na mídia pode

222 ser pior, acaba sendo um tiro no pé. Então, eu sinto necessidade dessa proposta
223 estar vinculada a uma questão primeira que é com qual lógica nós estamos
224 trabalhando na definição do enfrentamento ou da guerra.

225

226 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
227 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

228

229 É só um adendo aqui na proposta de investir na capacitação de agentes
230 penitenciários para lidar com o tema, é o item 4. Eu acrescentaria - e políticas de
231 enfrentamento ao tráfico nos presídios - senão a gente trabalha com o pressuposto
232 de que não tem tráfico em presídios no Brasil. E tem mais tráfico, quer dizer, têm
233 usuários, mas se houver um enfrentamento mais claro, objetivo, de coibir o tráfico
234 nos presídios diminui o consumo. Para mim, o maior problema é o tráfico e aí o que
235 não impede de investir na capacitação de agentes penitenciários, mas se investe na
236 capacitação de agentes e não inibe o tráfico vai ser um tiro no pé do mesmo jeito. E
237 o agente vai ficar cada vez mais sendo o responsável indireto pelo que acontece no
238 presídio, não sendo ele o patrocinador do tráfico.

239

240 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

241

242 Bom, na linha do companheiro Mariano, eu acho que ele tem toda razão nessa
243 questão, mas tem outro agravante que é o seguinte: como a gente sabe, e aí é um
244 diálogo que eu faço com o Marcos Dias, a maioria das pessoas presas hoje com
245 envolvimento com drogas são usuárias, portanto dependentes, parte delas, e não há
246 nenhum tratamento feito nas prisões para recuperação desses dependentes, que a
247 gente incluísse também, não só preparação dos agentes, mas um tratamento
248 diferenciado àqueles que foram identificados como dependentes químicos porque,
249 às vezes, o cara, além dele ser traficante, também é usuário. Mas, na verdade, a
250 maioria dos que são presos são usuários, e vão para a cadeia como traficantes.
251 Então, que também se inclua o tratamento diferenciado nos presídios para as
252 pessoas que são dependentes químicos. Isso é uma coisa. Não sei quem escreve
253 isso, talvez a Raquel ou o Paulo que tem mais afinidade com o tema. A outra coisa é
254 a seguinte: com relação à questão da prisão dos pequenos traficantes. Aí é uma
255 questão de mudança de lei. Porque a lei em vigor é muito cruel. Se eu estiver
256 fumando um baseado aqui e passar para o meu companheiro Mariano, e o policial
257 me ver passando para ele aqui a *bagana* eu vou ser preso como traficante. A lei é
258 muito clara. Se eu passar qualquer quantidade que seja de drogas para uma terceira
259 pessoa, eu sou tido como traficante. Se o policial me flagrar passando para ele um
260 pedacinho, acabou. Eu vou ser preso, enquadrado e sem liberdade, no rigor da lei.
261 Então, tem que mudar a lei, ou a gente muda a lei ou vamos continuar prendendo
262 pessoas, corrupção policial etc. Então, a grande chave dessa questão é a mudança
263 de lei que estamos propondo já num dos itens aqui.

264

265 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

266

267 É um aparte só para complementar. O Observatório, desde 2006, tem acompanhado
268 esse debate. Tem um artigo especialmente cruel dentro dessa lei que eu queria ler
269 para lembrar para todo mundo que diz o seguinte: "Para determinar se a droga
270 destina-se a consumo pessoal, o juiz atenderá a natureza e a quantidade da
271 substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, as

272 circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do
273 agente”. O que temos visto na prática é que se você está, no caso do Rio de
274 Janeiro, quando se diz a natureza, a quantidade, ao local e as condições é muito
275 diferente a apreensão. O cara que está fumando um baseado na Praia de Ipanema
276 ou um consumo que tem sido feito o porte da mesma quantidade numa favela. Aí
277 você está reforçando a terminalização de moradores de áreas muito específicas da
278 cidade. Então, eu queria lembrar porque para a gente esse é um ponto
279 fundamental de mudança legislativa.

280

281 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério**
282 **Público):**

283

284 Independentemente de uma mudança legislativa, isso aí também pode ser objeto de
285 uma ação de inconstitucionalidade para ter uma interpretação do Supremo Tribunal
286 Federal que retire do mundo jurídico a interpretação que possa levar esse tipo de
287 entendimento. É claro que a mudança legislativa é a melhor, mas muitas vezes
288 também quando você tem um texto da lei que pode ser aproveitado, que exista outra
289 interpretação que gera algum tipo de ofensa à Constituição, então você tem esse
290 caminho também. O Tião falou que já tem uma ação no Supremo, qual é o objetivo
291 dela?

292

293 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

294

295 Existe uma ação no Supremo feita a partir de um caso de tribunais de São Paulo
296 que deve entrar em julgamento este ano ainda considerando o uso de qualquer
297 droga não crime. Quer dizer, descriminalizando todo e qualquer usuário. Está na
298 pauta deste ano. Nós conseguimos, através da nossa mobilização da CBDD –
299 Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia, do nosso defensor, da nossa
300 posição a favor dessa da ação lá no Supremo será o ex-ministro Márcio Tomás
301 Bastos que já se dispôs a defender a nossa posição lá. Então, pode ser que a gente
302 tenha antecipadamente à mudança de lei já uma posição do Supremo Tribunal
303 Federal.

304

305 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
306 **Federais – Fenaprf):**

307

308 A experiência em Portugal e ontem foi falado, talvez seja uma experiência que o
309 Brasil possa aproveitar melhor. Em Portugal, se uma pessoa é pega com certa
310 quantidade de drogas, a polícia tem uma tabela que ela vai olhar se aquela
311 quantidade é para o consumo de até dez dias, se for maior do que aquela
312 quantidade, ele vai responder criminalmente como traficante. Então, é uma
313 experiência que tem dado certo lá. Eles têm uma tabela determinada. O policial vai
314 ter que inserir porque cada policial vai ter que botar uma balança de precisão. Mas,
315 acho que é uma ideia que podemos pesquisar, aprofundar, formar a comissão para
316 ir lá, conhecer.

317

318 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

319

320 No caderno de propostas, o marco legal, incorporar mudança na legislação sobre o
321 tema. Acho que a gente já pode chegar ao consenso.

322

323 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores**
324 **Gerais – CONDEGE)**

325

326 Eu coloquei – definição de diálogo com o sistema de Justiça na implementação de
327 políticas de acolhimento aos presos com incidência no uso de substâncias
328 psicoativas.

329

330 **O Sr. José Roberto das Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais**
331 **– Sindapef):**

332

333 Bom, eu só queria ter outro momento para dar uma aprimorada naquela proposta?
334 Então, tudo bem, eu faço lá. Outra questão que eu queria solicitar, como proposta, é
335 que fosse criado um programa de atenção aos operadores de segurança, aqueles
336 que consomem e são dependentes de drogas. **(intervenções fora do microfone)**

337

338 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune):**

339

340 Bom-dia. Quero saudar os conselheiros recém-chegados e pedir desculpas pela
341 minha ausência de ontem porque estava acompanhando uma atividade no STF que
342 diz respeito a uma ADIN que o DEM apresentou contra o Decreto 4887. Fomos
343 acompanhar e acabamos nos envolvendo e não tive condições de chegar aqui. Eu
344 queria dar uma aprimorada na proposta que fala sobre incorporar as dimensões de
345 gênero e raça na peça publicitária. Eu penso que não deve ser incorporada apenas
346 na peça publicitária. Peça publicitária talvez seja uma consequência. A dimensão de
347 gênero e raça tem que ser incluída em todo o plano porque sabemos que as
348 pessoas mais afetadas pela atual política de drogas no país têm cor, têm endereço,
349 acabamos de falar sobre a seletividade da atual legislação. Então, eu penso que a
350 dimensão de gênero e raça tem que ser transversal ao plano. Não tratando a
351 população negra como problema e, sim, como parte da solução porque as
352 comunidades negras também podem e vão contribuir para a gente superar essa
353 questão do crack no nosso país. Então, a minha proposta é que coloquemos a
354 incorporação da dimensão de gênero e raça em todo plano, inclusive nas peças
355 publicitárias.

356

357 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
358 **Polícia – FNOP):**

359

360 Providencialmente, eu falo depois do Elder para lembrar que, justamente, do outro
361 lado desta cidade trava-se esse debate que acho que é fundamental e que essa
362 ADIN, esse debate que hoje se trava no Supremo, na verdade, na nossa
363 perspectiva, é uma tentativa de exclusão, expulsão e criminalização de comunidades
364 indígenas e quilombolas mais uma vez tendo os seus direitos de acesso à terra
365 dificultado e os empurrando para marginalidade, periferia e tudo isso que nós
366 sabemos. Então, eu me sintonizo muito com esse ponto que ele levantou. Eu queria
367 fortalecer e agregar uma proposta nessa questão de inserir mecanismo de
368 monitoramento e controle da atividade policial nos procedimentos de apreensão e
369 destinação de drogas. Porque na nossa experiência de ouvidoria, a droga também é
370 capital, é capital de corrupção, é capital de criminalização, ou seja, o discricionário
371 ato de prender faz com que decida o policial no ato da prisão se ele é traficante ou

372 se ele é usuário. Eu queria agregar nesse sentido, formatando melhor essa idéia do
373 monitoramento e controle da atividade um aposto aí que diga: com fortalecimento da
374 autonomia da perícia, a corregedoria e das ouvidorias de polícia, porque esse
375 sistema de controle também depende de autonomia, se efetivamente não tiver
376 autonomia, se ele não tiver condições de funcionamento, nós teremos sequestrado
377 esse poder de controle da atividade policial. Obrigado.

378

379 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal):**

380

381 Uma das propostas: reconhecer o álcool *como* droga no plano, eu quero fazer uma
382 observação e ouvir também quem foi que sugeriu essa proposta porque alguns anos
383 atrás nós tivemos a iniciativa de um grande programa de segurança pública no
384 estado de Mato Grosso e tivemos oportunidade também de acompanhar isso aí e,
385 na época, gerou um incremento de 350 milhões de reais no orçamento da segurança
386 pública para um programa específico que visava a promoção da paz. Foi muito
387 discutida essa questão do álcool. Nós corremos o risco aqui no momento em que
388 nós colocamos e que queremos aqui trazer o álcool como categoria de droga a
389 transparecer na consciência popular de que as outras drogas tendem a ter o efeito
390 como álcool e na cabeça das pessoas, a grande maioria, nós entendemos que o
391 álcool gera problemas, tanto que lá nós fizemos nesse programa, principalmente
392 naqueles bairros mais violentos, um toque de recolher, ou seja, nós fechamos bares
393 a partir das 23 horas, aqueles que estavam ilegais foram fechados e nós
394 percebemos uma melhoria e todos os crimes envolta ali era por conta da bebida,
395 principalmente aqueles crimes de lesão corporal e homicídio. Agora, no momento
396 em que a gente também travava essa batalha lá para trazer o álcool nessa
397 consideração, as pessoas começavam a ter uma consciência de que, da mesma
398 forma como o álcool, as outras drogas estavam sendo tratadas ao invés de elevar o
399 álcool na categoria de droga, a gente acaba trazendo, principalmente a maconha,
400 que está mais pertinho, para uma questão mais aceitável na consciência popular.
401 Então, me causa um pouco de preocupação no momento em que tento elevar a
402 questão do álcool para droga. Eu não sei se estou conseguindo ser muito claro
403 porque existiu lá um fórum de debates, foram feitas pesquisas populares e mostrou
404 que, no momento em que eu começo a trazer o álcool para cima, ao invés de eu
405 elevá-lo à categoria de droga, eu trago para a consciência popular que, de certa
406 forma, não é assim tão mau. Então, eu acabo relativizando – é exatamente aquilo
407 que você falou. Eu acabo trazendo uma comparação, e na consciência popular isso
408 acaba tendo efeito contrário. Então, eu quero colocar isso como uma preocupação,
409 respeitando, obviamente, a opinião de quem colocou essa proposta, mas acho que
410 temos de discutir bem, até porque daqui tem que sair propostas que eu acredito
411 sólidas e que, realmente, venham a trazer um aprimoramento naquilo que nós
412 queremos. Então, fica aí o registro.

413

414 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

415

416 Eu queria agradecer a proposição do conselheiro e no contraponto também tenho
417 outra preocupação que é a seguinte: sob o ponto de vista do senso comum talvez
418 você tenha toda razão, mas do ponto de vista das pesquisas e daquilo que o álcool
419 comprovadamente tem sido a ofensividade à saúde pública, aos danos etc. eu acho
420 que temos mais motivos para colocar, não o álcool no patamar de drogas pesadas,
421 porque ele já o é, os dados mostram isso. O que acontece é que os interesses

422 econômicos no nosso país, basta ver a discussão da Copa, têm relativizado essa
423 tragédia que é o álcool no Brasil. Então, sem sombra de dúvida, eu acho que essa
424 pontuação aí de considerar o álcool como uma questão danosa é fundamental
425 porque não colocar isso significa reforçar a ideia de que o álcool não tem problema
426 nenhum e que o governo não tem tratado essa questão. Então, é o contrário, é a
427 gente retirar, o rei está nu e as pessoas não querem ver. O álcool, em minha
428 opinião, é muito mais danoso do que muitas outras drogas que hoje estão proibidas.

429

430 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

431

432 Vou pedir desculpas para voltar ao tema que o Elder trouxe. Ontem, quando a gente
433 estava sistematizando os tópicos, eu tinha justamente feita essa ponderação
434 dizendo que gênero e raça deveriam atravessar todo o plano e não só as peças
435 publicitárias, mas a gente teve um entendimento do que tinha sido assumido na
436 reunião anterior por isso não foi recolocado. Aí eu acabei de encontrar aqui outro
437 elemento que eu queria agregar para qualificar ainda essa necessidade. Em 2008,
438 teve uma manchete do jornal Extra do Rio de Janeiro dizendo: “Cursos para policiais
439 ensinam que traficante é negro e usuário é branco”. Então, dialogando com aquele
440 artigo que fiz a leitura anteriormente e que situa territorialmente o traficante, eu acho
441 que trabalhar no campo da formação da qualificação dos profissionais essa
442 dimensão racial para desfazer representações que estão muito cristalizadas sobre
443 quem é o elemento suspeito, quem é o potencial traficante é fundamental. Eu acho
444 que a gente deveria enfatizar muito, especialmente, a dimensão racial nesse debate.

445

446 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças
447 Militares Estaduais - ANASPRA):**

448

449 Bom-dia a todos e a todas. De fato, essa questão das bebidas nos preocupa, não
450 tenho dúvidas sobre isso. Ontem, o próprio professor Carline nos trouxe dados que
451 são 13,5%. Nós que somos profissionais percebemos a incidência dos crimes
452 através da bebida, mas, de fato, acho que a ponderação que o conselheiro Novacki
453 fez vale a pena ser repensada porque senão nós vamos relativizar e vamos estar
454 com um plano inexecutável sob o ponto de vista de atuação dos organismos de
455 segurança da sociedade porque você aumenta exponencialmente os crimes, e haja
456 vista que nós acompanhamos mais recentemente, se não fosse uma grande
457 mobilização social, o próprio Supremo Tribunal Federal entendeu que a lei seca, ou
458 seja, o mecanismo que foi criado para identificar quem dirige embriagado e comete
459 um crime, o uso do bafômetro por preceitos constitucionais de não produzir provas
460 contra si mesmo, que foi derrubado, eu acho que vale a pena a reflexão sim. Eu
461 entendo que talvez nós devêssemos nos moldes do que é o cigarro hoje, por
462 exemplo, que existe uma propaganda objetiva de que é danoso, de que gera câncer,
463 de que mata, porque se a gente colocar drogas ilícitas que a gente já sabe quais são
464 e que estão tipificadas no Código Penal e a gente relativizar com a bebida, penso
465 eu, respeitando opiniões contrárias, que podemos cair numa proposta inexecutável
466 sob todos os pontos de vista. Por exemplo, o caso da bebida hoje, a venda de
467 bebida a menor é tipificado em crime em razão de ser menor. Então, isso eu
468 percebo pelo menos nas grandes capitais, isso não acontece com tanta frequência,
469 evidentemente que ocorre, muito provavelmente no interior, mas isso está tipificado.
470 E ainda assim o poder público não consegue inibir essa ação, que é a venda de
471 bebida alcoólica para menor, é claro, é taxativo no Código Penal. E a gente não

472 consegue por uma série de questões. Então, acho que temos de debater sobre isso
473 e, se for esse o entendimento do conselho, que afora as drogas, devemos incluir
474 essa questão da bebida que o seja, mas que a gente proceda um debate mais
475 aprofundado sobre isso porque a decisão tomada, e aí a gente pode perguntar:
476 como é que vamos executar esse plano sobre todos os aspectos? Então, é uma
477 preocupação dentro do posicionamento do Tião que é correto, valeu a pena a
478 chamada de atenção para essa perspectiva que temos de avaliar. Na verdade, eu só
479 chamo a atenção para isso, uma lei seca, ela foi julgada com os mecanismos de que
480 dispúnhamos com toda a comoção da sociedade: “Olha, você não é obrigado a
481 produzir provas contra si mesmo”, e aí através da pressão começa a mudar lei. Eu
482 não sei, realmente, talvez a inclusão de outro tema junto com drogas, devêssemos
483 debater um pouco mais até dependendo da situação, torna-se prejudicial aos
484 demais. Obrigado.

485

486 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

487

488 Só para atentarmos para o seguinte: o grande problema nosso de enfrentamento
489 das questões das drogas é a questão do tabu. Por outro lado já considera o tabu
490 normal a questão do álcool, daí o medo, o tabu, de incluir isso na questão de droga
491 e é uma droga. Então, temos que quebrar esses tabus. Não é porque é uma droga
492 lícita que ela não é danosa. É lícita por questões econômicas. Não por questões de
493 saúde etc. por um lado. Por outro lado é o seguinte: o plano trata de questões de
494 saúde, não de segurança pública exatamente. O que a gente quer dar foco é na
495 questão da saúde. Então, olhando para o lado da saúde, eu não estou
496 criminalizando o álcool, ao contrário, a gente quer discriminalizar todas as drogas
497 para que não haja essa confusão que há em nosso país, legal e tudo mais. Então,
498 quando eu coloco o álcool ali como uma questão danosa que precisa ser tratado
499 como uma questão de saúde, eu estou reforçando a ideia de que primeiro ela é, de
500 fato, uma droga. O governo precisa reconhecer isso, e segundo precisa ser tratado
501 como questão de saúde. É nessa direção que a gente aponta.

502

503 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

504

505 Eu acho já podia fazer a leitura das propostas que já têm o consenso.

506

507 **O Sr. Elder Costa Santos – Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE**

508

509 Desculpe, eu fazer minha reinscrição. Eu queria também verificar a possibilidade da
510 gente incluir a questão geracional. Sabemos hoje que a juventude seja pela
511 vulnerabilidade, seja pelo potencial de mudança, ela está sendo alvo das drogas no
512 nosso país. Então, penso que o plano tem que levar em consideração o papel da
513 juventude. Tem que incluir a juventude como um dos atores principais desse
514 processo. Então, talvez isso aqui na proposta de articular uma reunião entre os
515 conselhos de segurança, saúde e educação. Também chamar o Conselho de
516 Juventude para que esse conselho que discute tanto essa questão das drogas no
517 país, também possa participar das questões do plano. E queria também registrar a
518 presença de Eduardo Machado, assessor de comunicação do Fórum de Juventude
519 Negra, está acompanhando a reunião.

520

521 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

522

523 Seja bem-vindo. Vamos fazer a leitura das propostas!

524 Vamos fazer a leitura agora.

525

526 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

527

528 É em relação exatamente a esse ponto de incorporar a dimensão geracional de
529 gênero e raça, acho que está faltando um verbo, alguma coisa mais específica
530 porque nós temos o entendimento do que estamos dizendo, mas leiam essa
531 proposta sem a descrição. Pode parecer exatamente o contrário do que estamos
532 discutindo. Pode ser que incorporar a dimensão geracional de gênero e raça seja
533 exatamente o contrário do que estamos falando. Talvez esteja faltando qualificar
534 melhor essa proposta para que a gente não dê a entender justamente o contrário do
535 que a gente quer que seja entendido.

536

537 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

538

539 Pedro Paulo, você tem alguma proposta para esse texto? Porque, na verdade, essas
540 propostas estarão dentro da recomendação. Então, elas não vão vir soltas, elas vão
541 vir junto com o texto que vai ser apresentá-las.

542

543 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

544

545 Talvez incorporar as dimensões criminalizantes que dizem a dimensões ou
546 incorporar as questões **(intervenções sem microfone)**.

547

548 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de
549 Segurança Pública):**

550

551 Vou ler as propostas, se tiver alguma ponderação sobre alguma das propostas, a
552 gente já vai fazendo os destaques agora para construir já a recomendação em cima
553 das propostas. 1 - O marco legal: incorporar proposta de mudança na legislação
554 sobre o tema. 2 – qualificar a formação dos policiais que irão para as fronteiras; 3 –
555 inserir mecanismos de monitoramento e controle da atividade policial nos
556 procedimentos de apreensão e destinação de drogas, com o fortalecimento da
557 autonomia da perícia, corregedoria e ouvidoria de polícia; 4 – promover a
558 capacitação de agentes penitenciários para trabalhos com os presos e presas,
559 usuários de drogas nos presídios no Brasil; 5 – criar programa de atenção à saúde
560 de policiais e de agentes penitenciários, usuários ou dependentes de drogas; 6 -
561 reconhecer o álcool como uma droga no plano; 7 – incorporar as dimensões
562 geracionais de gênero e raça em todo o plano, inclusive na peça publicitária; 8 –
563 realizar campanha na mídia, incluindo inserções nos programas, principalmente, nas
564 rádios e TVs comunitárias; 9 – explicitar o compromisso do plano com mecanismos
565 de participação social, tendo em vista as audiências do conselho, das deliberações
566 das conferências na formulação do plano; 10 – definir a atuação do Conasp
567 prioritariamente no eixo da segurança pública; 11 – articular uma reunião entre os
568 conselhos de segurança, educação e saúde, assistência, juventude e promoção da
569 igualdade racial para discutir o plano; 12 - padronização nacional, definição química
570 das drogas; 13 – cuidados especiais com o policial que terá sua primeira lotação na
571 fronteira; 14 – garantia de remoção ao policial na fronteira depois de certo tempo, 2

572 ou 3 anos; 15 – adicional de fronteira ao policial alocado na região de fronteira,
573 análogo à compensação dos militares das Forças Armadas; 16 – construção de
574 residência funcional para os policiais na região de fronteira, contíguas às vilas
575 militares; 17 – atenção à saúde do policial dependente químico; 18 – atenção à
576 segurança dos profissionais de saúde durante o atendimento aos usuários de
577 drogas; 19 – garantia da aplicação da Lei 10216 de 2001; 20 - definição de diálogo
578 com o sistema de Justiça, implementação das políticas de acolhimento aos presos e
579 presas, coincidência ao uso de substância psicoativa.

580

581 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

582

583 Acho que a número 10 é uma redundância: definir a situação do Conasp...é
584 redundante, pelo amor de Deus! O Conasp está aqui para isso mesmo.

585

586 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças
587 Militares Estaduais - ANASPRA):**

588

589 A ideia ali é o seguinte: são três eixos que o plano trabalha: o eixo da saúde, o eixo
590 da segurança pública e o eixo da prevenção. E quando vamos discutir o plano, a
591 gente tende a discuti-lo no todo. Então, a ideia ali é de atuação do Conasp seja
592 prioritariamente dentro daquilo que concerne à segurança pública, contribuindo para
593 a saúde com os posicionamentos. Por isso que a gente pede num outro momento
594 que haja reunião interconselhos envolvidos com o plano porque é dentro do
595 conselho, nós temos aqui o CFP, temos especialistas nessa área, e que a gente
596 tende, por um processo natural, até de conhecimento como foi ontem do plano, fugir
597 ao debate um pouco do aspecto que é o do conselho, que é da autoridade, que é da
598 segurança e passa para outros aspectos que não do conselho. Então, é que o
599 conselho atue no plano, mas prioritariamente e não exclusivamente sobre aquilo que
600 é da área do Conselho Nacional de Segurança Pública. A gente, às vezes, deixa de
601 lado a atuação da segurança pública e vai para outras áreas. Essa é uma proposta
602 de atuação.

603

604 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

605

606 Em relação às dimensões de gêneros, na proposta de redação seria incorporar as
607 dimensões geracionais de gênero e raça em todo o plano, inclusive nas peças
608 publicitárias, visando a garantia de direitos e a não verificação de preconceitos e
609 estereótipos. Numa outra proposta, no item 10, em relação ao cuidado do policial em
610 relação à dependência química, a minha proposta era de substituir o policial por
611 operador do segurança pública para ampliar.

612

613 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e
614 Gestores Municipais de Segurança Pública):**

615

616 É sobre a observação do Tião e do Heder – definir a atuação do Conasp
617 prioritariamente no eixo de segurança pública. Se o plano tem 3 eixos: prevenção,
618 saúde e segurança pública, prevenção também é segurança pública. Então, eu
619 sugiro que se for priorizar, para não ficar redundante como o Tião disse, na
620 perspectiva da intersetorialidade que tenha uma dimensão também de discutir
621 prevenção e educação porque senão o conselho só discute as questões

622 relacionadas à polícia e têm ações de prevenção que o setor de segurança pode dar
623 uma contribuição. Então, a sugestão é de ficar o item 10 – definir a atuação do
624 Conasp prioritariamente no eixo da segurança pública numa perspectiva
625 intersetorial, alguma coisa nesse sentido.

626

627 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
628 **Polícia – FNOP):**

629

630 Eu poderia estar plenamente contemplado pelo Benedito Mariano porque eu iria me
631 reportar justamente na questão da intersetorialidade. Para todas as políticas hoje,
632 isso é a riqueza que emerge. É pensar não na caixinha, no setorial, mas pensar na
633 articulação intersetorial. Isso é um avanço. Eu queria, na linha dos dois aqui, me
634 insurgir a questão do prioritário. Acho que prioritário é ser intersetorial. Nós nos
635 furtaríamos às dimensões fundamentais se de fato tropeçássemos na palavra
636 prioritária.

637

638 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

639

640 Acho que já podemos fazer a proposta da comissão ou têm os temas polêmicos
641 para serem debatidos? Dá para começar?

642

643 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
644 **Segurança Pública):**

645

646 Essas propostas estão ok? Todas elas? Pode trabalhar na recomendação em cima
647 dessas propostas?

648

649 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

650

651 O item 8 necessita de uma discussão que está lá no primeiro ponto...

652

653 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

654

655 Sim, a gente vai junto agora. O item 8 fica pendente da discussão. Vamos abrir
656 agora?

657

658 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
659 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

660

661 Anita, por favor, aquela que fala de adaptação dos profissionais de segurança
662 pública, moradia residenciais, condomínios. Eu não sei de onde surgiu essa
663 proposta a respeito, mas eu tenho combatido veementemente esse posicionamento
664 de criar condomínios próprios residenciais sobre uma lógica simples, em se tratando
665 de drogas, principalmente que é o enfoque, você coloca todos os profissionais de
666 segurança pública no mesmo espaço físico e eu não fico em casa 24 horas por dia.
667 Eu saio para trabalhar em operações. Fica fácil identificar que todos aqueles que
668 vão para aquele condomínio residencial ou são polícia, ou são filhos de polícia, eu
669 digo dos profissionais de segurança pública. Expõe a família e não só a mim. Então,
670 eu sou contrário a essa propositura. Se tiver que defender algo que defendamos
671 uma linha de financiamento que ele opte em comprar em qualquer lugar porque é

672 uma exposição, não só dele, mas dos profissionais. A minha é pela supressão e não
673 discutir isso.

674

675 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
676 **Federais – Fenaprf):**

677

678 Só lembrando que na reunião de janeiro com o ministro, ele nos disse que isso já
679 está contemplado no Plano Nacional de Fronteiras, que era uma ideia do próprio
680 Ministério da Justiça, quando ele disse da abertura de concurso para Polícia
681 Rodoviária Federal e para a Polícia Federal, os agentes. Ele disse que nessa
682 proposta está contemplada a construção de vilas residenciais para que os policiais
683 que trabalham na fronteira possam residir ali. Ele fez essa observação.

684

685 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
686 **Militares Estaduais.-ANASPRA):**

687

688 Naquela ocasião que o Alberto Kopptike apresentou isso, pode olhar que tem nas
689 notas taquigráficas nossas rechaçando isso e única proposta que foi apresentada
690 até então, foi essa que eu fiz pessoalmente, mandei para ele, e isso não fosse
691 contemplada, e foi contemplada então. Trouxe à discussão, nós rechaçamos
692 naquela ocasião, vocês devem lembrar disso, me posicionei e foi contemplada,
693 então eu acho que ela deveria sair daqui e num momento oportuno em relação a
694 esse plano a gente combater porque não faz muito sentido.

695

696 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
697 **Federais – Fenaprf):**

698

699 Então, mas está contemplada lá com certeza.

700

701 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
702 **Militares Estaduais. ANASPRA):**

703

704 Mas nós vamos, evidentemente, no momento oportuno contemplar, mas acho que
705 aqui...

706

707 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
708 **Identificação – FENAPPI):**

709

710 Meu nome é Pfeifer, é a primeira vez aqui então gostaria de contar com a
711 complacência de vocês. Eu represento a Federação dos Papiloscopistas em
712 substituição à conselheira Simone. Com relação ao que foi pontuado pelo
713 conselheiro Héder, eu acredito que mesmo sendo algum plano que já esteja
714 contemplado neste plano pelo Ministério da Justiça não compete ao Conasp
715 referendar essa situação. Então, eu acho que seria suprimir isso aí porque
716 realmente fica muito fácil, a gente que trabalha na Secretaria de Segurança Pública
717 e o traficante, quando você trabalha com relação ao tráfico de drogas, a
718 reciprocidade da violência do tratamento é muito grande. Então, fica fácil mapear, eu
719 acredito que mesmo sendo alguma coisa colocada pelo Ministério da Justiça, eu
720 acho que o conselho não deve referendar essa situação.

721

722 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**
723 Tem o Marcos que fez a proposta para ele defender.

724

725 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
726 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

727

728 Vamos fazer o link do debate da questão 8 com a questão 1 para irmos debatendo
729 porque eu acho que tem tudo a ver qualificar melhor que campanha nós vamos fazer
730 e sobre que olhar.

731

732 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

733

734 Então, enquanto o Marcos Dias não chega, vamos fazendo isso a apresentação.

735

736 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

737

738 Esse primeiro tema da questão da lógica bélica foi um tema muito discutido ontem
739 na nossa audiência pública que é o reconhecimento de hoje o tema das drogas no
740 Brasil é discutido sobre uma lógica de guerra, de uma lógica de inimigo interno,
741 inimigo esse que devemos combater e aniquilar. Então, acredito que uma grande
742 discussão que podemos fazer aqui é de produzir outra lógica para dispensar ao
743 tema das drogas, diferente à lógica de guerra que tanto mal nos tem feito, não só
744 nas discussões das drogas, mas uma série de outras discussões no Brasil. Eu
745 entendo que essa mudança de lógica atua de maneira muito direta no item 8 porque
746 com a lógica que nós vivemos hoje de que a droga é uma guerra, então, nós
747 precisamos combatê-la, realizar campanhas na mídia com essa lógica, na minha
748 opinião é muito pior. Então, acredito que realizar campanhas devem estar
749 associadas a uma discussão anterior, que é uma discussão que podemos trabalhar
750 com uma lógica diferenciada de uma lógica de guerra que está inclusive muito
751 presente nas campanhas. O próprio título “crack, é possível vencer”, ela denota uma
752 lógica de guerra e nós podemos trabalhar com outras lógicas. É isso.

753

754 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

755

756 Está aberto, enquanto o Marcos não vem para defender, a gente já começou os
757 temas polêmicos com o item primeiro, está aberto para os posicionamentos dos
758 conselheiros.

759

760 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
761 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

762

763 Eu concordo com o que o Paulo disse. Precisamos transformar o argumento dele em
764 sugestão ao item 8. É essa ideia, realizar campanhas na mídia, incluindo inserções
765 do programa, principalmente em rádio e TVs comunitárias numa respectiva mais de
766 saúde do que de repressão, alguma coisa assim. Porque senão a gente, de que a
767 questão é mais de saúde pública do que de repressão, para não entrar na questão
768 de guerra. Então, quando fala que é saúde pública mais do que repressão ou não dá
769 enfoque de repressão, nós estamos combatendo essa lógica bélica que eu acho
770 importante, nós, do campo, que acreditamos que é importante o Governo Federal,
771 os governos estaduais entrem nesse debate, nós não temos consenso claro sobre

772 a forma de enfrentamento disso, haja vista, como começou na campanha no estado
773 de São Paulo, que começou pela força policial e a orientação geral que a mídia
774 divulgou é que encontrou usuário de crack com uma pedra de crack é traficante,
775 prende. Aí a Folha disse que em média cada usuário consome 10 pedras. Então,
776 tem que prender todo mundo. Então, essa lógica, mais do que uma lógica bélica, é
777 uma lógica de repressão, porque o bélico aqui fica uma coisa... Então, a minha
778 sugestão é essa de a gente numa respectiva de saúde, de que é uma questão mais
779 de saúde pública do que ter repressão ou uma coisa desse tipo.

780

781 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

782]

783 Vamos construir o texto. Aí a repressão não seria acolhida em nenhum momento ali,
784 ela seria eliminada. A questão da repressão em algum momento é importante.

785

786 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

787

788 Olha, esse ponto e o de baixo são pontos que talvez não haja consenso aqui no
789 conselho. Mas é óbvio que eu acho que o conselho tem o dever, pela maneira como
790 nós pensamos o plano no ponto de vista da saúde é dizer que qualquer lógica
791 repressiva deve se direcionar a partir da inteligência da polícia e com os traficantes,
792 não com os usuários.

793

794 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

795

796 A gente criaria mais um item que pudesse especificar isso. Exatamente. Tião, facilita
797 esse texto aí que a gente diferencia do item 8.

798

799 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

800

801 Eu não estou discordando da proposta, só queria fazer uma ponderação do que foi
802 refletido ontem, das consequências muito negativas da lógica da guerra às drogas e
803 como isso tem se traduzido, no caso do Rio de Janeiro, do aumento na militarização
804 da intervenção e aí no aumento dos índices de letalidade de moradores de favelas
805 de periferias. Minha preocupação é e aí pensando no âmbito das campanhas, acho
806 que corremos um risco se a gente pautar um aumento da repressão sobre o tráfico.
807 Eu queria manter a perspectiva do Mariano, assim entendendo que no plano existe
808 um eixo, dentro do eixo autoridade, que tem ações repressivas que estarão focadas
809 no tráfico, não estou discordando disso, mas de que nas nossas inserções que vão
810 pautar o debate público, elas estejam muito mais focadas no eixo do cuidado e
811 situando o tema como uma questão de saúde pública porque senão podemos
812 incorrer nas mesmas consequências negativas que temos acompanhado.

813

814 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

815

816 Marcos Dias, a defesa.

817

818 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários
819 Federais – Fenaprf):**

820

821 A questão dessa construção desses próprios nacionais residenciais, assim que são
822 chamadas essas residências funcionais, e aí conversando com o Heder, a gente tem
823 entendimento diferente. Essa proposta já está inserida no plano de fronteiras. Então,
824 aqui elas só vão complementar, é um reforço. Outra saída seria assim, eu não retiro
825 a proposta, mas eu posso complementar que seria a criação de uma indenização de
826 moradia, porque aí você faculta ao policial, ou ele mora na residência funcional ou
827 ele aluga, tem aquela verba indenizatória. Porque na região de fronteiras a moradia
828 é cara e é difícil e não condiz com o padrão do imóvel que você vai achar para
829 alugar. E têm locais que você nem vai achar casa para alugar, principalmente
830 porque são regiões que existem guarnições militares. E o efetivo das Forças
831 Armadas é muito grande naqueles locais. Então, eu queria complementar ao invés
832 de retirar a proposta.

833

834 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

835

836 Eu vou pedir uma gentileza, nós estamos com quórum, precisamos tomar a decisão
837 de aprovar a ata e aprovar as propostas de pauta porque o que vai ocorrer à tarde e
838 amanhã vai depender disso. Depois voltamos ao debate porque estamos debatendo
839 esse assunto exatamente pela falta do quórum.

840

841 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
842 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

843

844 Marcos, a gente destacar a preocupação, foi o que o Héder colocou, mesmo que
845 esteja no plano, é com relação à segurança do policial morando em espaços
846 residenciais fixos. A gente manifestar ao Conasp essa preocupação colocando como
847 alternativa o subsídio de moradia porque aí você contempla as duas coisas, mas
848 tem que citar a preocupação com a segurança, dele e da família, quando tem
849 moradia fixa. É esse o debate. O Conasp pode endossar e fortalecer o que está no
850 plano ou colocar alguns adendos ou algumas preocupações. A ideia é que a gente,
851 se já está no plano vai conseguir que a gente externe a preocupação com relação à
852 segurança do policial e dos seus familiares e coloca como alternativa também
853 discutir subsídios residenciais.

854

855 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
856 **Federais – Fenaprf):**

857

858 O risco e a segurança do policial na área de fronteira são os mesmos se ele mora
859 agrupado ou se ele mora desagrupado distribuído pela cidade afóra, talvez o risco
860 seja maior se ele não morar dentro dessas vilas, por isso que a gente colocou:
861 contíguas às vilas militares, primeiro pela questão da segurança, essas vilas têm
862 segurança de soldados das Forças Armadas. E a outra questão, falei até com o
863 Alberto Kopptike, quando ele apresentou o Plano de Fronteiras, é que ficasse a
864 administração dessas residências funcionais a cargo daquela força militar que já
865 administra a sua vila militar porque você não precisa trazer mais um peso de uma
866 burocracia para um policial, desviando-o de sua finalidade, da atividade fim. Por isso
867 que eu pensei nesse agrupamento. Eu acho que aí eu poderia atender o
868 questionamento do Heder, a gente dando opção do policial receber sua indenização
869 de moradia e ele alugar onde ele achar melhor, pode ser até em outra cidade. Isso
870 acontece muito com policiais federais e rodoviários federais porque a realidade do

871 policial federal e rodoviário federal é diferente do policial militar e da polícia civil que
872 são da região. O policial federal lotado nessas regiões é de outros estados. Ele vai
873 para ali na expectativa de passar dois, três anos, passou de três anos, para ele, já é
874 um grande sofrimento. Por isso que é temporária a permanência, ela julga, acha que
875 aquela permanência ali é temporária. Acho que agrupar melhora a segurança.

876

877 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
878 **Polícia – FNOP):**

879

880 Eu confesso que não tenho opinião formada sobre isso. Mas, eu acho que da
881 missão deste conselho conviria um alerta aos formuladores da política de segurança
882 pública, porque me parece um contrassenso grande, pensando na política de forma
883 macro, que se invista tanto em descaracterização, em serviço de inteligência, em
884 todo um sistema protetivo dos policiais que atuam frente ao crime organizado e você
885 me parece, se provar que estou enganado fico até mais feliz, oferta de bandeja ao
886 serviço de inteligência do crime organizado que opera, que funciona, o local
887 privilegiado onde ele pode acessar toda a família de todos os policiais. Então, na
888 linha de repensar o paradigma do enfrentamento meramente bélico e militar a essa
889 questão, conviria que este conselho, antes mesmo de formar opiniões e posições,
890 fizesse um sério alerta sobre isso. Na linha mesmo sobre o que o Marcos disse, nós
891 estamos trabalhando aqui com operadores de segurança pública que eventualmente
892 vão estar lá 2, 3 anos e que teriam outras estratégias. Então, nessa linha, eu
893 ponderaria que era importante um posicionamento que levasse em consideração
894 essa perspectiva macro. Eu tendo a crer e votar na linha da proposta do Heder
895 nesse particular.

896

897 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
898 **Militares Estaduais.- ANASPRA**

899

900 Sem querer polemizar que aqui não tem vencidos e nem vencedores, eu só quero
901 fazer um registro que quando eu trouxe essa preocupação, aí, evidentemente, que
902 não se aplica ao resto do país aqui o que ocorre em Belo Horizonte. Belo Horizonte
903 é apenas um ponto do resto do país. Mas, nós tivemos um problema sério com
904 policiais ameaçados, principalmente, Belo Horizonte. Em razão disso, nós, enquanto
905 entidade de classe de Minas, a Anaspra, procurou o governo e ele nos ofereceu um
906 espaço concentrado às 20 famílias que atuavam no combate ao crime que tinham
907 suas vidas ameaçadas. Foram postas essas pessoas num único prédio e começou a
908 depredação ao patrimônio, a subida e pichação das portas “agora eu sei onde mora,
909 vou te matar”. Preocupados com isso, procuramos o mesmo governo que desalojou
910 essas pessoas e garantiu por 2 anos o auxílio, um aluguel funcional, nós
911 conseguimos isso através da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia
912 Legislativa. E aí o estado, inoperantemente, que garantiu por dois anos, tem família
913 que está há 4 anos e ele não resolveu o problema de retirar aquelas pessoas dali,
914 mesmo pagando o aluguel. Têm pessoas que hoje, aí temos que reconhecer, estou
915 falando do caso diferente do que está contextualizado porque lá esses profissionais
916 se encontravam ameaçados de morte. Mas o que chama atenção, por isso que eu
917 ponderei, porque eles estavam concentrados todos no mesmo espaço físico. Se tiver
918 que polemizar, a minha ponderação, enquanto conselheiro é de alertar para isso,
919 mas respeito a sua proposta. A sua proposta aqui é do conselho, se tiver que
920 permanecer, para mim, não faz diferença, o que eu quero dizer é que eu tenho que

921 chamar a atenção para isso. Eu não tenho que ficar digladiando se fica isso ou
922 aquilo, tem que ser mais produtivo e avançar mais. Então, se a gente retira ou não,
923 porque senão fica vencido e vencedor e o objeto não se trata disso. Então, a essa
924 experiência e reflito, o que acontece em Belo Horizonte aconteceu, eu não posso ter
925 na mesma dimensão que se aplica ao resto do país. Mas, o que aconteceu me
926 chama a atenção para essa proposta, por isso é que eu ponderei acerca disso, mas
927 a liberdade de manter ou tirar é muito tranquilo. Obrigado.

928

929 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

930

931 Vamos aprovar a ata e a pauta porque a gente fica livre. Já temos quórum.

932

933 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
934 **Segurança Pública):**

935

936 Todo mundo recebeu a proposta de pauta? Item 1 – Aprovação da ata da 15ª
937 Reunião Ordinária; 2 – “Crack, é possível vencer”, que é isso que nós já começamos
938 a discutir aqui hoje. Apresentação do Sinesp pela Cenasp, apresentação das
939 Câmaras Técnicas, na verdade o que nós pensamos são alguns itens que ficaram
940 das Câmaras Técnicas de reuniões ainda do ano passado, que as Câmaras
941 Técnicas tinham que apresentar e não tiveram oportunidade. Nós colocamos dois
942 itens que foram: o fim da pena restritiva de liberdade e apresentação e aprovação da
943 resolução de recomendações da Câmara Técnica de Combate à discriminação. Item
944 5 – Eleições do Conasp. Desta reunião, nós temos que sair com a Comissão
945 Eleitoral montada, a gente já definir os prazos e as datas porque a eleição deve ser
946 este ano, informes gerais, entre eles a questão da conferência. É isso?

947

948 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
949 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

950

951 Presidente, eu concordo com a pauta, só quero manifestar uma preocupação de
952 alerta a nós todos aqui. Nós estabelecemos, em linhas gerais, a necessidade de
953 audiências públicas para a conferência. Deixar a conferência para a parte da tarde,
954 no último dia, eu acho temerário porque acaba saindo conselheiros e não dá
955 quórum. Então, eu não sei se é o momento, mas nas próximas reuniões nossas têm
956 que discutir a segunda conferência porque se a gente não pauta prioritariamente a
957 segunda conferência e fica com tópicos vai chegar aquele momento que acabou o
958 ano e nós não definimos algumas diretrizes gerais da conferência. Nós só definimos
959 as audiências públicas, as perspectivas de que nas audiências públicas tentar
960 identificar quais são os sete eixos, aqueles mais importantes para a comunidade. Eu
961 sugiro que as nossas próximas reuniões deixassem a manhã inteira para discutir a
962 conferência e não as questões pontuais porque senão nós vamos nos perder e, no
963 final, quando nós virmos o calendário está muito em cima e a gente não aprofunda.
964 A responsabilidade da segunda conferência é deste conselho. Nós mudamos a data,
965 aí deu uma esfriada porque já mudou a data mesmo, vai ser o ano a que vem. A
966 partir de agosto ou setembro, ano eleitoral, então, se a gente não pautar no
967 conselho uma reunião ampla da conferência, eu acho que a gente se perde no
968 calendário em 2013.

969

970 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
971 **Militares Estaduais.- ANASPRA**

972

973 Dentro disso que você está pontuando que eu concordo, infelizmente, até por conta
974 de tempo, a nossa câmara técnica ficou com uma incumbência de que traríamos
975 uma proposta que estávamos chamando de audiência pública com os temas, com
976 data e nós não conseguimos fazer isso, seria nossa câmara técnica, nós não nos
977 reunimos e acho que precisamos retomar essa câmara técnica, porque tem que
978 trazer minimamente aquilo que temos feito como foi o programa, já traz os eixos, já
979 traz alguma coisa minimamente estabelecida para que nós debrucemos em cima
980 disso e vençamos essa parte que precisa, eu concordo plenamente com você. Só
981 para complementar porque de fato ficou uma incumbência da nossa câmara técnica
982 e nós não tivemos oportunidade de reunir para apresentar ao plenário. Então, a
983 gente sugere que para a próxima a gente faça isso.

984

985 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
986 **Periciais do Brasil):**

987

988 Presidente, em cima da sugestão do conselheiro Mariano por que não se faz a
989 inversão de pauta onde seria feita essa sugestão?

990

991 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

992

993 Ponto de pauta, na próxima. Conselheiro Marcos Costa.

994

995 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
996 **– CNMP):**

997

998 Eu queria só um esclarecimento, então à tarde não vai haver aquela apresentação, é
999 isso? Da Anaspra, não vai ter?

1000

1001 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1002 **Segurança Pública):**

1003

1004 Sim, na verdade, nós vamos aprovar a pauta e aí vamos para a programação para
1005 dar uma olhada de como adequar.

1006

1007 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
1008 **– CNMP):**

1009

1010 Bom, acho que o que o Mariano sugeriu, a inversão de pauta, acho que é
1011 importante, tem que passar para a primeira parte, eventualmente, talvez, a depender
1012 da nossa capacidade de organização, eventualmente à tarde nós conseguiríamos
1013 vencer tanto a proposta da Anaspra como eventualmente avançar algumas
1014 propostas da Câmara Técnica de Combate à Discriminação e amanhã de manhã
1015 concentrar na eleição porque isso toma tempo, a eleição e a conferência. E eu
1016 sugiro como item extrapauta a inclusão, se tiver tempo de ser debatida, basicamente
1017 a itens anteriores da pauta que ficaram para esta, a ampliação da mesa diretora e
1018 tudo mais, se este item constar como item de pauta e se der tempo nós poderemos
1019 discutir. E como item extrapauta, aí depende do entendimento dos conselheiros a

1020 inclusão ou não, é um item relativo a um ofício que foi expedido ao Conselho
1021 Nacional do Ministério Público, que eu gostaria de saber se esse ofício foi expedido
1022 em relação a todas as entidades ou àquelas entidades que são apenas os
1023 convidados. É um ofício que foi expedido ao Procurador-Geral da República dizendo
1024 que estava atualizando o cadastro dos conselheiros e indagando o PGR se ele tinha
1025 interesse de me manter no conselho. Eu queria só um esclarecimento e depois a
1026 depender do esclarecimento a inclusão como item extrapauta.

1027

1028 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1029 **Segurança Pública):**

1030

1031 Na verdade, nosso conselho tem aquele sistema que tem entidades que
1032 compartilham cadeiras, então, que trocaram sua representatividade agora neste
1033 primeiro para o segundo ano de mandato. Então, nós íamos publicar uma nova
1034 portaria colocando o nome de todas as pessoas que foram alteradas. Nós tivemos
1035 alguns conselheiros, como todo mundo percebeu, mudaram alguns que já
1036 compartilhavam aqui com a gente. Então, nós mandamos a todas as entidades, nós
1037 retomamos também aos convidados, tanto que vocês viram no ofício que
1038 mandamos, o próprio Senado acabou indicando, ele não tinha indicado o ano
1039 passado, a Câmara colocou em votação, tem uns 15 dias, o nosso ofício, esse
1040 mesmo ofício que nós pedimos que eles indicassem novamente, a terceira ou quarta
1041 vez que nós mandamos para eles, eles indicaram novamente, para que a gente
1042 publicasse uma portaria só que aí atualizando o nome das pessoas que estavam lá,
1043 tanto da troca de gestão, das entidades que trocaram, como de pessoas da própria
1044 entidade que foram alteradas também. O CFP mesmo teve duas ou três alterações
1045 em um mês só, então, nós queremos atualizar para a gente publicar uma portaria só.
1046 Acabou que demorou muito para vir as respostas, a gente teve que publicar uma
1047 primeira portaria até para legitimar a presença de quem aqui estava, por exemplo, o
1048 Joel passou por isso, ficou esperando um tempão a publicação da portaria dele,
1049 porque a gente estava esperando o retorno das entidades e agora que todo mundo já
1050 está retornando, já estamos com quase 100%. Mas, foi exatamente isso. Todo
1051 mundo recebeu esse ofício, todas as entidades, todos os convidados, todos os
1052 conselheiros.

1053

1054 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
1055 **Polícia – FNOP):**

1056

1057 Talvez seja o mesmo esclarecimento da Tereza.

1058

1059 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores**
1060 **Gerais – CONDEGE):**

1061

1062 É um esclarecimento só com relação ao item apresentação e aprovação de
1063 recomendações e resoluções. São aquelas que teriam sido apresentadas ou a gente
1064 pode apresentar porque o conselheiro Geraldo teve um contato comigo e com o
1065 Ribamar a respeito da questão da tortura. É um relatório e ele fez uma proposição
1066 de apresentar aqui essa recomendação, a gente vai se reunir agora para poder
1067 apresentar e eu queria ver se a gente poderia incluir nessa aprovação, logicamente
1068 a gente vai passar o texto para todos, a possibilidade de aprovação dessa
1069 recomendação.

1070

1071 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
1072 **Polícia – FNOP):**

1073

1074 Na verdade, só um acréscimo rápido nesse particular. Justificar a ausência dele, ele
1075 teve problemas, como eu também tenho tido de receber a convocação. Ai ele não
1076 confirmou em tempo e por isso ele lamenta a ausência dele. Eu aproveito para pedir
1077 desculpas, ele pediu para incluir isso aqui, e eu como ilustre chegante já estou muito
1078 falante. Mas, ele está observando que um relatório da Pastoral Carcerária Nacional
1079 aponta certo recuo do Governo brasileiro no que diz respeito à instalação dos
1080 mecanismos de monitoramento da tortura. E a propósito disso, ele pede então que
1081 nós façamos aqui uma manifestação da proposição. Como eu não conheço
1082 suficientemente o regimento interno deste conselho, eu pergunto se nós incluirmos
1083 no informe, o informe permite deliberações, senão é bom incluir outros, porque
1084 outros seguramente deveriam possibilitar deliberações. Não tem problema?
1085 Qualquer um pode deliberar? Certo. Não tem problema a qualquer momento se
1086 pode deliberar. Então, é um capítulo que ele está pedindo inclusão.

1087

1088 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
1089 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

1090

1091 Concordo com o encaminhamento lá do José de Ribamar e acredito que dessa
1092 forma acho que dá para entrar e ser discutido porque nós tínhamos aqui, não como
1093 uma norma engessada, mas que as recomendações e resoluções passariam pelas
1094 Câmaras Técnicas, ainda mais sendo desse tipo. Eu creio que agora não tem
1095 problema nenhum, até porque o que vai ser apresentado na Câmara Técnica de
1096 Combate à Discriminação são aquelas três resoluções que foram construídas desde
1097 o ano passado e que eu peço apoio inclusive aos companheiros e às companheiras,
1098 principalmente da Câmara Técnica de Combate à Discriminação, já foram lidas em 2
1099 reuniões, apreciadas e que parece que ninguém tinha nada contra a nenhum item,
1100 só que nas duas vezes ficamos sem quórum no final da reunião para aprovação,
1101 então hoje com a inversão de pauta com as apresentações da resolução não dá
1102 para tirar do fim da manhã e deixar para o fim da tarde de forma nenhuma.

1103

1104 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1105 **Segurança Pública):**

1106

1107 Tereza, quando nós fomos montar essa pauta, entrou esses dois temas específicos
1108 dessas duas recomendações porque nós olhamos nas pautas anteriores e vimos
1109 que elas foram já prejudicadas duas, três vezes cada uma. E aí nós colocamos, mas
1110 até pensamos que se tiver Câmara Técnica que tem propositura nova pode
1111 apresentar, não tem problema. A gente colocou esses porque eram os que a gente
1112 sabia lá na hora.

1113

1114 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
1115 **– CNMP):**

1116

1117 Então, diante das informações da secretária executiva, eu peço à presidência, eu
1118 quero ter acesso aos ofícios que foram encaminhados tanto à Defensoria Pública

1119 quanto ao Conselho Nacional de Justiça. Eu quero dar uma olhada nisso até porque
1120 houve um ruído de comunicação e um ruído bem forte.

1121

1122 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1123 **Segurança Pública):**

1124

1125 A gente pode mandar? Você quer ver aqui?

1126

1127 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
1128 **– CNMP):**

1129

1130 Eu quero hoje ou amanhã.

1131

1132 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1133 **Segurança Pública):**

1134

1135 Não, hoje eu não tenho condição porque tem que ir lá ao Ministério buscar porque
1136 não estão aqui.

1137

1138 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
1139 **– CNMP):**

1140

1141 Então, amanhã, até porque houve um ruído e um ruído bem...

1142

1143 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1144 **Segurança Pública):**

1145

1146 Não, foi uma solicitação e aí a gente recebeu o retorno.

1147

1148 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
1149 **– CNMP):**

1150

1151 Não, quando eu tiver o acesso eu vou contar o ruído que houve.

1152

1153 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1154

1155 Vamos para aprovação? Como foi que ficou a sugestão, Suelen, da pauta? Houve
1156 alguma inversão? Então, vamos aprovar.

1157

1158 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1159 **Segurança Pública):**

1160

1161 Posso manter a apresentação do Sinesp para hoje às 16 horas, porque isso
1162 depende de um técnico que eu preciso acertar o horário com ele? Então, hoje, às 16
1163 horas, a apresentação do Sinesp aqui para nós.

1164

1165 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1166 **Periciais do Brasil):**

1167

1168 Não é relacionada à mudança de pauta, mas eu queria ver se a mesa visse a
1169 possibilidade de, em algum momento, nós discutirmos uma coisa que nós já
1170 aprovamos aqui que é a liberdade das comissões temáticas se reunirem a qualquer
1171 tempo. Está valendo isso. Então, nós vamos reunir a nossa Comissão que teve
1172 dificuldade de se reunir na quarta-feira e sugerir outra data, inclusive fora das
1173 reuniões do Conasp. Já foi aprovado. Então, Suelen, até o final de amanhã, nós
1174 vamos passar para você a data das reuniões da Comissão que têm dificuldade de se
1175 reunir nas quartas-feiras ou na terça-feira, marcar uma data uma semana antes ou
1176 uma semana depois das reuniões do Conasp, de preferência uma semana antes
1177 para trazer para o plenário porque senão a gente nunca vai se reunir. Vai ao mesmo
1178 problema das comissões das audiências públicas.

1179

1180 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1181

1182 Tirando a conferência que ficou para o próximo mês com a Câmara Técnica de
1183 Mobilização trazendo já prontinho, quem aprova a pauta? Em regime de votação,
1184 quem aprova fica do jeito que está. **Aprovado.** Foi aprovado por consenso. Então,
1185 vamos para o segundo item para podermos ir para o almoço que é a aprovação da
1186 Ata da 15ª Reunião. Tem alguém que gostaria de fazer algum comentário ou
1187 adendo? Então, vamos colocar em regime de votação.

1188

1189 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,
1190 Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

1191

1192 Analisando a ata, eu vi que foi o conselheiro Marcos Dias quem fez uma solicitação
1193 porque na penúltima reunião, 14ª Reunião, durante a minha apresentação, a gente
1194 teve algumas citações sobre o senador Magno Malta e o deputado Bolsonaro,
1195 inclusive não foram minhas as declarações, mas se fossem estavam mantidas de
1196 toda forma, e ele solicitou, enfim, está na pauta, todo mundo deve ter lido, de que
1197 fosse retirada a citação a qualquer pessoa de fora. Depois de discutido aqui, foi
1198 declaração de um conselheiro, de dois conselheiros, que ela deveriam ser mantidas,
1199 mas que fossem registradas ressalvas daquelas pessoas que não concordavam com
1200 aquele tipo de citação. Bom, foi aprovado dessa forma, mas não entraram o nome
1201 das pessoas que não concordavam. Era só para constar os nomes das pessoas que
1202 não concordam com a citação, para ser justo com todo mundo e a gente saber.

1203

1204 **O Sr. Marcos Antonio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público
1205 – CNMP):**

1206

1207 Márcio, essa foi na última reunião, é isso? E aí as pessoas fizeram ressalvas.
1208 Porque é o seguinte, ata é o registro do que ocorreu na sessão anterior. O que se
1209 pode é corrigir, quem quiser fazer ressalvas faz assim: em relação ao que foi dito
1210 naquele dia e tal, meu ponto é esse, não se faz ressalva ao que foi dito numa ata
1211 anterior, entendeu?

1212

1213 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,
1214 Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

1215

1216 Eu concordo com isso, mas estou aqui defendendo o direito de os conselheiros se
1217 manifestarem.

1218
1219
1220
1221
1222
1223
1224
1225
1226
1227
1228
1229
1230
1231
1232
1233
1234
1235
1236
1237
1238
1239
1240
1241
1242
1243
1244
1245
1246
1247
1248
1249
1250
1251
1252
1253
1254
1255
1256
1257
1258
1259
1260
1261
1262
1263
1264
1265
1266
1267

O Sr. Marcos Antonio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP):

A aprovação da ata é para dizer o seguinte: “Olhem, o que está aqui não foi registrado de forma adequada à minha palavra”. Agora, não é abertura para você explicar o que você disse. Se você quiser explicar o que você disse, você faz fala: “Olha, em relação ao que disse na ata anterior, eu gostaria nesta sessão...”. É um novo registro, entendeu? Não tem sentido fazer ressalva ao que foi dito na sessão anterior. Você só pode corrigir o registro. Não se faz ressalvas.

O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):

Foi feito na anterior e não apareceu.

O Sr. Marcos Antonio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP):

Aí está certo. Tudo bem.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

Então, aprovação desta ata com ressalva. Nós estamos com uma dificuldade porque a votação não foi nominal, foi levantada a mão, mas não foi nominal. Não tem como a gente...

O Sr. Marcos Antonio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP):

Segundo o Marcos Dias, o que eles pediram foi o seguinte: na sessão anterior nós fizemos ressalvas que não ficaram registradas, não é isso, Marcos?

A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública):

Está inclusive nessa ata, a gente pode até localizar. Foi feita uma solicitação pelo conselheiro Marcos Dias de retirar quando se falava de maneira um pouco complicada sobre parlamentares, foi exatamente isso, ele pediu que retirasse. Aí foi dito para ele exatamente isso que o senhor está dizendo, que não tinha condição, e se falou, falou ruim, falou, não tem como refazer. Aí o doutor Jacini falou assim: “eu aprovo esta ata, mas aprovo dizendo com ressalva a esse ponto que eu não concordo de ter na ata situações que falam dessa maneira de parlamentares”. Aí 5 ou 6 pessoas acompanharam. Mas, acompanharam assim: “Quem é que acompanha o Jacini?” Aí levantaram a mão nessa ressalva de que eles não aceitavam, ressaltando aquele tipo de palavreado que foi dito com relação aos parlamentares. Foi isso. Então, assim, foi dito no momento que não tinha condição, mas, realmente, eu também procurei, não achei, não tem o nome das pessoas porque a votação foi assim: “Quem é que concorda? Levantaram a mão. O que se pode fazer é o seguinte, claro, de agora em diante não vamos deixar isso mais acontecer...”

1268 **O Sr. Marcos Antonio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
1269 **– CNMP):**

1270

1271 Suelen, e o que foi dito também é que não se podia retirar aquelas palavras porque
1272 quem o fez não estava aqui: “Nós não podemos retirar porque quem as colocou não
1273 está aqui presente”.

1274

1275 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1276 **Segurança Pública):**

1277

1278 Porque elas foram ditas realmente, não foi invenção, então não pode retirar.

1279

1280 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1281

1282 Acho que a ressalva não tem ressalva. Já foi explicado, se tivermos consenso
1283 vamos aprovar a ata da 15ª Reunião.

1284

1285 **O Sr. Não Identificado:**

1286

1287 Presidente, não sei se resolve, mas de repente poderia ficar consignado na ata que
1288 foi solicitado por alguns conselheiros que fosse retirado. Como já não tem o nome...

1289

1290 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1291

1292 Já está, é por isso que a ressalva já foi ressaltada.

1293

1294 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1295 **Federais – Fenaprf):**

1296

1297 Eu não me manifestei primeiro aqui porque eu li a ata e compartilho da preocupação
1298 do Marins, mas eu me sinto contemplado na forma como foi escrita.

1299

1300 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1301

1302 Quem aprova a ata faça o sinal de aprovação? **Aprovada por unanimidade.**
1303 Alguma abstenção? **Aprovada.** Nós já estamos na hora do almoço, nós vamos
1304 voltar às 2 horas. A secretária nacional que é a presidenta deste conselho estará
1305 aqui conosco na abertura do segundo momento da nossa reunião, vamos ao almoço
1306 e até as 2 horas da tarde.

1307

1308

19/04/2012

1309

TARDE

1310

1311 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1312

1313 Vamos retomar nossa reunião. Eu acho que podemos voltar ao tema do crack para
1314 aprofundarmos até termos um número de quórum. Antes continuar o debate sobre o
1315 crack, o conselheiro Humberto vai ter que voltar por conta de uma audiência na
1316 Paraíba e ele iria fazer um informe no final, vamos aproveitar agora para que ele já
1317 faça o informe e já fica livre para a hora da viagem.

1318

1319

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil):

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

1350

1351

1352

1353

1354

1355

Boa-tarde, presidente, boa-tarde, conselheiros, conselheiras. Eu gostaria de colocar uma situação aqui que está acontecendo e gostaria de ouvir a manifestação do conselho. Por ocasião da audiência pública que tratou da autonomia das perícias, o presidente da ABC, Iremar Paulino, que é perito criminal do Distrito Federal, falou em nome da instituição e mostrou as nossas deficiências, os nossos problemas, inclusive aqui do DF. Em função do pronunciamento dele naquela audiência pública, ele foi surpreendido esta semana com um processo administrativo na Corregedoria de Polícia aqui do DF em função da sua fala, de sua manifestação naquela audiência pública. Isso nos preocupa bastante, primeiro, em relação à democracia, o sujeito não poder falar, citar os problemas pelos quais passa a sua instituição. Esse era o objetivo daquela audiência, falar o porquê da autonomia, e que me deixa triste por ter que assumir que esse é um dos objetivos pelo qual nós defendemos autonomia dos órgãos periciais, a nossa saída de dentro da Polícia Civil. Então, um companheiro, presidente de uma entidade nacional não poder se manifestar. Em função de sua manifestação está respondendo na Corregedoria-Geral, vi ontem essa intimação para que ele comparecesse em função de suas declarações, o que acho um absurdo, acho inclusive uma ofensa a este conselho porque ele foi convocado por este conselho para falar sobre autonomia. E até imagino, conselheiro Heder, quando for a sua como você sairá daqui, se for nessa mesma ótica? Foram os delegados, só pode ser os delegados, que entraram com essa petição junto à Corregedoria no sentido de que Iremar responda por ter falado sobre as mazelas por que passa a perícia, principalmente aquelas que estão ainda ligadas diretamente à Polícia Civil. Então, mostramos mais uma vez, não queria, nunca entrei nesse foco de mostrar essa parte quando defendo autonomia, Mas, mostra mais um problema que enfrentamos, os órgãos periciais que estão dentro da instituição Polícia Civil. E com essa fala, também, gostaria, presidente, ficou acertado pela nossa resolução de sugerir, Resolução nº 6, que o Ministério da Justiça constituísse uma comissão para discutir esse assunto. Eu queria, inclusive a presidente do nosso conselho é a secretária Nacional de Segurança Pública, fizesse gestão para que fosse constituída essa comissão para que possamos discutir os moldes da autonomia. Mas, eu gostaria de ouvir que este conselho se manifestasse em função do que está passando o companheiro Iremar a responder na Corregedoria por ter vindo por convocação deste conselho falar sobre autonomia dos órgãos periciais.

1356

O Sr. Não Identificado:

1357

1358

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

Reforçando a palavra do doutor Humberto de que o doutor Iremar na ocasião estava aqui como representante dos peritos brasileiros. Então, ali ele falava em nome de todos os peritos dos estados. Muitas vezes a fala não é da pessoa, mas a fala de uma instituição, de uma entidade. Esse encaminhamento feito na Polícia Civil do Distrito Federal vai também contra a entidade nacional que congrega. E a entidade nacional, ali não se está falando do DF, está falando dos estados. Aqui, o próprio ministro várias vezes colocou em outra oportunidade que não existe o papel da perícia por falta de estrutura, por falta de efetivo, por falta investimento. Então, quer dizer, esse procedimento adotado nos preocupa, estamos trazendo ao conhecimento dos conselheiros aqui para que a gente veja qual o encaminhamento

1368 que se possa dar, porque senão ficamos amordaçados sem poder nos expressar, e
1369 ele como presidente nacional dos peritos criminais.

1370

1371 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
1372 **Identificação – FENAPPI):**

1373

1374 Sobre as mesmas citações, apesar da ABC, apesar de estarmos em alguns
1375 momentos em lados opostos com relação à parte da perícia, que vocês conhecem
1376 muito bem a situação dos papiloscopista e perito criminal, realmente essa situação é
1377 preocupante. O Iremar é um opositor da gente, mas tem certas coisas que temos
1378 que reconhecer que realmente atentam contra a democracia. Ele foi convidado a
1379 expor as mazelas da perícia para convencer da necessidade de dar autonomia
1380 pericial aos órgãos periciais e causa bastante estranheza essa situação a que ele se
1381 encontra. Eu acho que o conselho realmente tem que tirar alguma situação daqui,
1382 alguma recomendação, alguma coisa nesse sentido porque caso contrário o que vai
1383 acontecer com as outras pessoas que vão ser convocadas por este conselho? Será
1384 que vão responder também? Será que isso vai virar rotina daqui para frente? Então,
1385 eu acho que, apesar de estar no meio policial e, basicamente ter dois pilares da
1386 hierarquia e da disciplina, ela não pode ser estendida para órgãos fora da instituição.
1387 E, mais uma vez, ele foi convidado na condição de presidente da ABC. Estranho
1388 realmente, acho que não é esse o caminho. Ele atenta contra a democracia e ao
1389 princípio da livre expressão num Fórum tão importante quanto este.

1390

1391 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
1392 **Militares Estaduais.- ANASPRA**

1393

1394 Acho que outro assunto também merece destaque e preocupação, e aí, Humberto,
1395 não se preocupa não porque dessa vez vão sair dois presos, um sargento e um
1396 coronel porque tem ali o autor da proposta, só que ele pode ficar preso
1397 domiciliarmente ou não (risos). Mas, fora essa questão tem outra que nos preocupa,
1398 a Anaspra, me permito, evidentemente por razões de, talvez, desconhecimento,
1399 então se for uma inverdade, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos no ano de
1400 2009 para 2010, começou a fazer um trabalho dentro da Secretaria de Direitos
1401 Humanos que é o Programa Nacional de Direitos Humanos para os Profissionais de
1402 Segurança Pública. Nesse caso, o Tião teve uma reunião no Rio de Janeiro, nós
1403 tivemos aqui também e nesse sentido estava desenvolvendo, foi um longo período
1404 de debates. E o certo é que ao final do ano de 2010, mais precisamente no dia 15
1405 dezembro de 2010, foi editada a Portaria Interministerial nº 2 com fóruns
1406 estabelecidos de 67 diretrizes que seriam orientadoras para o Programa Nacional de
1407 Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, envolvia a todos. E para
1408 nossa infeliz surpresa, e aí após essa portaria continuou ainda por parte da doutora
1409 Rosa Maria Grossi, a responsável por esse programa dentro da Secretaria Nacional
1410 de Direitos Humanos com alguns outros fóruns para discutir essa proposta para
1411 transformar isso num Programa Nacional de Direitos Humanos obedecendo também
1412 um requisito inclusive do PNDH3. Mas, para a nossa surpresa, esse projeto foi todo
1413 derrubado e a Secretaria Especial que cuidava desse assunto, vamos considerar do
1414 Ministério dos Direitos Humanos foi destituído. E foi, segundo a informação que nós
1415 obtivemos, trazida para dentro do Ministério da Justiça. Eu, evidentemente, não
1416 posso aqui divagar sobre as minhas percepções, mas me causa, não vou dizer nem
1417 que o Ministério da Justiça não vá atuar nesse aspecto, eu seria leviano sem

1418 conhecer a estrutura que está sendo adequada para trabalhar com direitos humanos
1419 dos profissionais de segurança pública. Só que onde nós tínhamos a quem recorrer
1420 que é o direito humano, ele cuida da pessoa, não do profissional. E, por acaso, tinha
1421 uma especificidade que era voltada aos profissionais, coisa que nunca houvera
1422 antes porque até então os trabalhadores eram tidos como violadores de direitos
1423 humanos. Então, se nós tínhamos dentro do Ministério da Justiça a quem nos
1424 recorrer dentro do aspecto jurídico, aspecto legal, porque as violações existem
1425 mesmo estando legalizadas, haja vista os códigos disciplinares das polícias que
1426 prevêm até uma prisão administrativa por deixar de prestar uma continência, por
1427 não engraxar um coturno, então, contra esses aviltamentos nós recorriamos ao
1428 Ministério de Direitos Humanos, só que isso agora não será mais possível. E aí todo
1429 aquele projeto que o Tião participou, que eu participei, aqueles princípios estão
1430 sendo trazidos para o Ministério da Justiça. Então, muitos provavelmente, a gente
1431 deve tomar conhecimento disso, até a partir da minha fala, mas eu entendo que são
1432 fóruns distintos. Então, para discutir direitos humanos, eu discuto direitos humanos
1433 naquele ponto que é específico, que trata de direitos humanos. Para discutir
1434 legalidade, para discutir formalismo, eu discuto dentro do Ministério da Justiça. E aí
1435 esse caso do nosso companheiro, presidente da ABC, sequer agora vai poder
1436 recorrer à Secretaria Nacional de Direitos Humanos porque foi deslocada para o
1437 Ministério da Justiça. Então, fica aqui também esse alerta que além do cerceamento,
1438 além da restrição dentro de audiência que é pública, o próprio nome diz, audiência
1439 pública, onde não foram ofendidas pessoas, nem instituições, o debate foi
1440 puramente técnico e um poder correicional em cima desse cidadão brasileiro mostra
1441 o quanto estamos longe de uma democracia para os trabalhadores na área de
1442 segurança pública. Fica aqui a solidariedade da Anaspra porque isso, e agora eu
1443 digo para uma infeliz surpresa, isso, para mim, só aconteceria nos quartéis,
1444 infelizmente vemos que não. Então, ficam aqui dois registros, primeiro, a indignação
1445 com esse posicionamento, temos que tirar daqui uma moção ou recomendação, e o
1446 outro registro que, mesmo que não sendo nesta reunião, que a gente possa debater,
1447 inclusive com o próprio Ministério da Justiça, a saída do Programa Nacional de
1448 Direitos Humanos para os Profissionais de Segurança Pública, não é só para os
1449 militares não, deslocando-o para o Ministério da Justiça para ver se é o caminho
1450 mais ideal e o fórum mais adequado. Muito Obrigado.

1451

1452 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1453

1454 Na linha do conselheiro Heder, primeiro, acho que temos de formalizar esse pedido
1455 de informação ao MJ para onde está, com quem está. Então, a gente formaliza esse
1456 pedido ao SDH e já manda cópia para o MJ que mostrar que a gente formalizou o
1457 pedido. A outra coisa é o seguinte: acho que a questão do companheiro perito, não
1458 só fazer aqui uma recomendação, mas pedir uma audiência para saber que história
1459 é essa, o efeito dentro de uma comissão do Conasp, então a presidência tem que
1460 solicitar uma audiência para tomar pé desta posição e ter uma posição nossa bem
1461 colocada lá, às claras, e formalizar isso, uma audiência porque foi dentro do âmbito
1462 do Conasp, não foi na esquina que o cara falou.

1463

1464 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
1465 **República):**

1466

1467 Boa-tarde. A minha sugestão seria apenas, vejam se vocês concordam, Tião, por
1468 exemplo, é pedir informações à Corregedoria na qual ele está vinculado porque o
1469 conselheiro Humberto está nos trazendo um posicionamento que é grave, mas aí
1470 nós não podemos também sem uma informação verdadeira se ele está sendo
1471 processado somente por isso ou se incluíram o fato de ele ter se manifestado, ou se
1472 houve até mesmo outras situações, por exemplo, não o fato de ele ter vindo para a
1473 audiência, é um exemplo, estou apenas fazendo ilações, ele ter vindo sem
1474 autorização do superior dele, então existe um regimento, nós não sabemos,
1475 Humberto, não sei se você também trouxe já isso, não temos como afirmar agora ou
1476 então você está dizendo uma situação que é grave, mas não temos elementos
1477 suficientes para tirar qualquer conclusão deste conselho, então, talvez seria uma
1478 sugestão era o conselho agora pedir informações à Corregedoria sobre a eventual
1479 instauração de processo disciplinar.

1480

1481 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1482 **Periciais do Brasil):**

1483

1484 Eu vi. Ele ficou até com receio porque eu pedi uma cópia que iria juntar, ele ficou até
1485 com receio até de responder por que apresentou um documento aqui. Mas, a sua
1486 proposta é o caminho, até para ouvir. Mas, o que ele apresentou lá, não foi por falta
1487 de autorização, não foi por nada, foi pela fala naquele momento, mas eu concordo
1488 com você.

1489

1490 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
1491 **República):**

1492

1493 E aí como temos agora a LAI, podemos até sustentar que o pedido do Conasp, a LAI
1494 – Lei de Acesso à Informação, e com base na Lei de Informação solicitar à
1495 Corregedoria informações sobre eventual instauração de processo disciplinar contra
1496 o servidor fulano de tal.

1497

1498 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1499 **Federais – Fenaprf):**

1500

1501 Eu penso para esse caso, além dessa sugestão do conselheiro João Francisco,
1502 precisava ou deixar para que a mesa tome essas providências ou formar uma
1503 comissão para que esse caso não fique para a gente solucionar só na próxima
1504 reunião do conselho.

1505

1506 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1507

1508 Mas, então, encaminhe sugestão.

1509

1510 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1511

1512 Nós podemos oficializar isso hoje e, e caso afirmativo, já pedir uma audiência.

1513

1514 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1515

1516 Temos quórum? Podemos fazer o encaminhamento? Seria pela mesa diretora fazer
1517 isso? Fica mais prático? Doutora Suelen, a mesa diretora ficará encarregada de
1518 solicitar informação. Então, já foi dado o encaminhamento da proposta. Alguma
1519 coisa a mais, Humberto, com relação a isso? Foi encaminhado agora à mesa
1520 diretora buscar as informações na Corregedoria.

1521

1522 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1523 **Periciais do Brasil):**

1524

1525 Que busque as informações e que isso não fique impune ou não fique só aqui no
1526 conselho. Mas que a gente procure saber e que tomemos as devidas medidas
1527 cabíveis porque isso começa, como se diz na gíria, se essa moda pega vai inibir os
1528 futuros participantes de vir aqui fazer participar de audiência porque têm medo de
1529 sair daqui e serem punidos pela sua instituição depois da audiência. Então, acredito
1530 que não pode, até uma falta de respeito a este conselho, a gente não pode deixar
1531 passar isso em branco. Acho que a mesa ficaria encarregada de tomar as
1532 providências de encaminhamento.

1533

1534 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1535

1536 É para informar à plenária os passos, certamente, a nossa presidente também vai
1537 tomar as informações daqui e ela como secretária nacional pode ter uma idéia do
1538 que está ocorrendo.

1539

1540 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC):**

1541

1542 Só reforçando, a gente até pede um pouco de agilidade porque a próxima reunião do
1543 conselho é só em junho. Esses dois meses podem ser um tempo perigoso. De
1544 repente, pode ser tarde, então, pedimos um pouco de agilidade.

1545

1546 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1547

1548 Eu sugiro em termos de agilidade que a vice-presidência e a mesa diretora
1549 conversem com a nossa presidente também para que a gente possa agilizar e fazer
1550 mais rápido.

1551

1552 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1553

1554 Nós já estamos decidindo, nós queremos que conselho faça um pedido formal de
1555 informações com relação a isso.

1556

1557 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1558

1559 Isso já foi decidido. Vamos fazer isso através da mesa diretora. E quanto à agilidade
1560 nós já vamos acionar a presidente, não é para atrapalhar e nem decidir outra coisa,
1561 é o encaminhamento.

1562

1563 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
1564 **República):**

1565

1566 A preocupação do conselheiro Humberto, talvez eu possa também fazer outro
1567 encaminhamento que seria pedir à CGU, por meio de sua Corregedoria Setorial que
1568 acompanhasse esse caso, já que agora, é obrigatório que todo processo instaurado
1569 a CGU controla, então, nesse caso pode também além de pedir informações à
1570 Corregedoria: solicito à Corregedoria Setorial da CGU que averigue com mais
1571 cautela...é no DF? Desculpe então.

1572

1573 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

1574

1575 Eu entendo que um dos maiores efeitos dessa situação não é exatamente a
1576 situação, mas o que pode vir a partir daí. Levando-se em conta que este não é um
1577 conselho, digamos, qualquer, é um conselho que trata de um tema cujas instituições
1578 trabalham com tema da hierarquia e da disciplina de uma forma muito mais incisiva e
1579 que, portanto, é um conselho que tem maior vulnerabilidade com relação a isso.
1580 Então, para que um dos efeitos de tudo isso não seja o silenciamento, não só
1581 daqueles que vêm falar nos nossos eventos, mas com os nossos próprios
1582 silenciamentos, eu imagino que a gente possa fazer também, além de toda essa
1583 atuação direta nesse caso, é fazer algum tipo de questão que eu não sei exatamente
1584 como, mas para assegurar que não aconteçam outras vezes para que esse efeito
1585 subjetivo de silenciamento não ocorra para a gente também. Talvez pensar em outra
1586 proposta, para além do caso em si, mas que isso não se repita.

1587

1588 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1589

1590 Esse caso vai gerar, certamente, um bom debate aqui.

1591

1592 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
1593 **– CNMP):**

1594

1595 Eu queria primeiro um esclarecimento. Então, houve a condenação efetiva, a gente
1596 teve acesso ao documento da condenação ou vamos pedir. É Federal? É no DF.
1597 Eventualmente, podemos também fazer uma representação ao Ministério Público do
1598 DF também. Se realmente configura algo excessivo que foi além da questão
1599 disciplinar, a gente pode representar diretamente ao Ministério Público, se for o
1600 caso. A gente tem que ter a confirmação, saber qual foi o ato concreto, e analisado o
1601 ato se tiver um excesso a gente pode fazer uma representação direta. Não só uma
1602 reclamação. Que aí é uma questão de excesso.

1603

1604 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1605

1606 A gente precisa dessas informações.

1607

1608 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
1609 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

1610

1611 Eu acho que para o conselho, não está em jogo aqui saber se vai ser advertido,
1612 condenado ou absolvido. Está em debate um posicionamento em razão dele se abrir
1613 um procedimento administrativo. O procedimento em si é que tem que ser
1614 questionado. E acho que temos que tratar isso do ponto de vista da representação
1615 política do conselho. Este conselho é um conselho de vários setores, mas um órgão

1616 do Ministério da Justiça. Eu dialogando com a fala do Paulo, eu penso que nós
1617 podemos redigir independentemente do resultado se vai ser absolvido ou não, uma
1618 manifestação do conselho ao ministro José Eduardo Cardozo manifestando nossa
1619 preocupação com essas e futuras situações de debate nesse pleno. As reuniões são
1620 gravadas, isso aqui é uma reunião pública. Agora, as manifestações públicas aqui
1621 sob determinados temas não podem, em hipótese alguma, abrir procedimento em
1622 relação a isso. E acho que é na representação e no debate político administrativo,
1623 mas eminentemente político. Talvez tenhamos mais respaldo do que uma referência
1624 de se dirigir à comissão. O Conasp não tem que se dirigir à Comissão de
1625 Sindicância, isso é problema interno lá. Tem que se dirigir ao ministro, ao secretário
1626 de Segurança Pública do Distrito Federal, o Conasp dialoga com os outros órgãos.
1627 O que está sendo colocado aqui é que as questões do Conasp têm algumas que
1628 podem ser debatidas e não cria nenhuma interferência interna e outras que podem
1629 criar, isso é inadmissível. Quer dizer, independentemente do conteúdo, retomando
1630 aqui o que o Humberto colocou, se o procedimento administrativo foi em razão do
1631 posicionamento no Conasp, por fala no Conasp, nós temos que nos manifestar, não
1632 só em razão desse caso, mas para isso, aqui o Heder é o representante de uma
1633 associação de praças. Um determinado posicionamento dele com relação a um
1634 processo de desmilitarização, esse tema que vamos debater agora, que eu conheço
1635 bem e isso internamente na PM é espinhoso, aí uma apresentação de um tema que
1636 discute, que é o único servidor público do país que é preso sem cometer crime, é
1637 isso que o policial militar no Brasil inteiro é preso sem ter cometido crime nenhum.
1638 No período de exceção, era preso e incomunicável. Nem a família dele sabia onde
1639 estava. Em São Paulo mudaram o termo de prisão administrativa para detenção
1640 administrativa, mudou muito, não vai ficar mais preso, é detido. Nós estamos aqui
1641 para discutir as questões tranquilas e as questões polêmicas, difíceis, então pode
1642 estabelecer um constrangimento futuro para outros debates que venham aqui. É
1643 nesse sentido que estou vendo a questão. Eu sugiro, senhor presidente desta
1644 sessão, que nós podemos desenhar aqui uma questão bem genérica, mas
1645 manifestar nossa preocupação para que o ministro também tenha conhecimento
1646 disso e não um debate se a comissão ficou sabendo ou não, é uma questão maior,
1647 está colocando o limite de debate e de liberdade de expressão dentro deste
1648 conselho.

1649

1650 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1651 **Periciais do Brasil):**

1652

1653 Presidente, a fala do conselheiro João Francisco é muito importante, até confirmava
1654 o que estava dizendo. Eu não posso aqui trazer a prova porque ele pode, não é isso
1655 Pfeifer, ele pode até responder por outra coisa? Então, acho importante a gente ter
1656 essa informação oficial. **(intervenções sem microfone)** Em cima da fala do
1657 conselheiro e em cima da minha, antes de qualquer manifestação .

1658

1659 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
1660 **Identificação – FENAPPI):**

1661

1662 Pedimos ao secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

1663

1664 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1665 **Periciais do Brasil):**

1666
1667
1668
1669
1670
1671
1672
1673
1674
1675
1676
1677
1678
1679
1680
1681
1682
1683
1684
1685
1686
1687
1688
1689
1690
1691
1692
1693
1694
1695
1696
1697
1698
1699
1700
1701
1702
1703
1704
1705
1706
1707
1708
1709
1710
1711
1712
1713
1714
1715

É. Agora, acho que qualquer manifestação nossa a gente tem que ter o acesso ao que foi realmente para não estar fazendo em cima da minha fala. Como conselheiro, apresentei a denúncia e solicitar com cópia também que não pode ser à Corregedoria, se dirija ao secretário, mas que ele possa encaminhar para que este conselho tenha realmente o fato em si oficializado para tomar medidas úteis.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

Então, ficaria encarregado de prover essa documentação o representante da ABC? A mesa diretora? Sim. Está bom. Então, esse assunto já foi resolvido. Vamos dar continuidade à questão do crack? **(intervenções fora do microfone).**

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):

Uma vez confirmando que em razão de fala no Conasp, específica, aí eu acho que temos de dirigir, enquanto Conasp, ao ministro de Estado. Eu só estou concordando com o pressuposto anterior dele.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

A gente continua sem quórum?

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil):

Presidente, em relação à questão de quórum, acho que temos que amadurecer um pouco, o que temos visto na prática é que às sextas-feiras à tarde não se está conseguindo quórum. Nós tínhamos que ter consciência que temos de ficar aqui na sexta-feira até o final, então, acho que as passagens aéreas, nosso retorno, deveriam ser no horário após 18 horas ou no outro dia. Não sendo chato nem antipático com os demais conselheiros. Mas, o que acontece? Passagem aérea às 19 horas, às 16, às 18, é impossível. Estamos tendo uma sexta-feira totalmente improdutiva em termos de resultados, nós discutimos, mas não avançamos. Então, acho que a mesa deveria analisar melhor essa questão do retorno para que não retorne às 17, 18 horas, tem que sair daqui uma hora ou mais de hora antes e perde a tarde toda, e a prática já mostrou, pode ver os anais, que nas sextas-feiras à tarde nós não estamos conseguindo aprovar nada, com raríssimas exceções.

A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública):

Isso já foi pontuado diversas vezes aqui no Conasp. Quando a gente faz a solicitação da passagem, a gente faz sempre para sair após às 19 horas, na solicitação acontece isso. Só que, muitas vezes, o próprio conselheiro pede.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil):

1716 É o que estou falando, nós precisamos pactuar isso aí. A gente que fica aqui não
1717 resolve nada, discute, evolui, mas não conseguimos aprovar matéria nenhuma e aí
1718 eu vejo como prejuízo para o Conasp, como prejuízo para o governo que está
1719 pagando fazendo um investimento e não tem retorno. Hoje perdemos um dia
1720 praticamente. Pela manhã, discutimos, evoluímos, adiantou um bocado, mas por
1721 causa de um a gente poderia ter ficar aqui sem votar nada, perder um dia inteiro de
1722 hoje só em discussão, mas sem produção.

1723

1724 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
1725 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

1726

1727 Olha, para aproveitar esse debate, eu vi que a secretária executiva encaminhou
1728 documento para nós dizendo quais os conselheiros que tinham confirmado
1729 presença. Acho isso interessante e sugiro que a mesa diretora faça uma indagação
1730 aos conselheiros sobre a participação nas reuniões. Nós somos 33 e não se
1731 consegue dar quórum com 16? Quer dizer, dependendo do tema aqui, se é um tema
1732 voltado ao interesse específico de alguma corporação a casa lota. Ficam até os
1733 bancos de trás cheios. Agora não dá para 50% não vir para uma reunião ordinária
1734 que é a cada 2 meses. Então, acho que a mesa, ou o presidente, ou o vice-
1735 presidente deveria dizer da dificuldade das últimas reuniões com quórum muito
1736 baixo, nem 50% não está conseguindo, para que garanta, nas reuniões, tenha 70%
1737 dos conselheiros. Porque o debate aqui, conselheiro Humberto, não é nem às
1738 sextas-feiras que acontece. É isso mesmo que a Suelen disse, eu, uma ou duas
1739 vezes já fiz isso, mudei a passagem para ir mais cedo em razão de outros
1740 compromissos. Cada um aqui, principalmente, aqueles que têm função pública
1741 muitas vezes não tem governabilidade sobre a sua estada. Agora, na quinta-feira, no
1742 primeiro dia, nós estamos com dificuldade, não é na sexta-feira, 4, 5, 6 horas da
1743 tarde, é na quinta-feira para dar quórum. E aí faz-se uma briga danada, nós vamos
1744 discutir eleições para estar aqui e quando chega não consegue dar quórum de 60%.
1745 Acho que temos condições de levantar, e aí não é nenhuma caças às bruxas de
1746 faltas, mas a gente ter o pente fino da presença e dizer: “Olha, faltou duas vezes,
1747 temos uma preocupação de dar quórum”, eu acho que não tem que ser uma coisa,
1748 daqui a pouco nós vamos vir aqui para fazer reuniões, discutir vários temas e não
1749 poder votar um porque somos em 15.

1750

1751 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
1752 **Militares Estaduais. ANASPRA**

1753

1754 Desculpe, o nosso regimento trata disso, faltas alternadas ou consecutivas, ou, se
1755 for o caso, de aplicar o regimento. Acho que poderíamos levantar isso. Salvo
1756 engano, três faltas seguidas ou cinco alternadas sem justificativas são passivas de
1757 substituição. Obrigado pelo aparte.

1758

1759 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
1760 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

1761

1762 Lembrando que nós já trouxemos para esta plenária também questões, se não me
1763 engano, foi a própria secretária, de que nós temos lista de presença na parte da
1764 manhã e na parte da tarde e que os conselheiros e conselheiras de fora do estado,
1765 que recebem ajuda de custo, teriam que, inclusive, fazer devolução proporcional da

1766 diária, caso não tivessem presentes na reunião. Eu creio que isso já veio para a
1767 plenária. Eu solicitei ontem, não sei se já temos, a lista de horários de voos de
1768 conselheiros e conselheiras. Já tem? Porque nós tínhamos combinado que elas
1769 sempre estariam disponíveis para os conselheiros e conselheiras. Assim, a gente
1770 pode fazer um controle melhor, eu posso cobrar dos companheiros da sociedade
1771 civil, os trabalhadores para a gente evitar isso.

1772

1773 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1774 **Periciais do Brasil):**

1775

1776 Bem, eu queria só um aparte e bem rápido. Mas, também além desses deveres, eu
1777 queria colocar à mesa a questão dos direitos. Por exemplo, a questão das diárias.
1778 Hoje, quinta-feira, a gente sabe que as diárias só saem depois que a gente recebe
1779 aquela comunicação do SDP, um ou dois dias depois. Hoje, por exemplo, estou
1780 falando por mim, não recebi nada. Se nós dependêssemos desse dinheiro, porque o
1781 objetivo dessas diárias é custear nossas despesas aqui. Então, se nós não viermos
1782 vários, não vou citar os nomes, mas têm conselheiros aqui que teve de pedir
1783 dinheiro emprestado porque não recebeu as diárias enquanto estava aqui. E
1784 também fazer apelo à mesa, eu sei que é de outra secretaria, mas que as diárias
1785 sejam liberadas enquanto estivermos aqui para que possam custear as nossas
1786 despesas aqui no DF. Obrigado.

1787

1788 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1789 **Periciais do Brasil):**

1790

1791 Eu acho que a questão é pertinente. Eu já nem conto com isso porque sempre
1792 recebe dois, três dias depois que volta. E deve ter aí dificuldades para isso, bem
1793 lembrado. Com todo esse problema não justifica o conselho de 33 não dar quórum
1794 com 16 na quinta-feira. No primeiro dia, não dá. Então, eu acho que a gente tem que
1795 fazer uma discussão fraterna aos companheiros: "Olha, meu irmão você faltou duas,
1796 quatro sessões ordinárias". Se fosse aplicar, como o Heder falou, sem justificativa,
1797 estaria fora, e a gente quando vê a lista que a Suelen mandou, na última que recebi
1798 tinha mais de 25 conselheiros, tinha quórum sobrando, confirmados. Então, é
1799 questão chata, mas temos que cuidar disso porque senão compromete todo nosso
1800 trabalho aqui nesses dois dias que, para muitos, é difícil estar aqui dois dias.

1801

1802 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1803

1804 Eu queria fazer uma proposta que é a seguinte: primeiro, que a gente levantasse
1805 neste ano, não vou nem falar dos outros anos, é quem de fato está faltando e visse
1806 em que ponto do Regimento Interno o que ele diz com relação a isso. Mas,
1807 independentemente do resultado dessa apuração, que a gente faça uma
1808 recomendação à mesa diretora dessa questão das ausências, faça um chamado.
1809 Isso porque, não ao conselheiro apenas, à entidade que o conselheiro representa,
1810 com cópia para ele. Porque todas as entidades têm suplência. Então, tudo bem, se o
1811 titular não pôde vir, por que não vem a suplência? Eu acho que esse comunicado,
1812 esse chamamento à responsabilidade das entidades, com cópias para os
1813 conselheiros.

1814

1815 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
1816 **Polícia – FNOP):**

1817

1818 Eu vou colaborar nessa discussão administrativamente porque eu acho que o apoio
1819 que a logística poderia nos dar, é que como nós participamos de muitas missões
1820 que vão para o interior, em lugares que nem tem internet, então que houvesse uma
1821 busca ativa no sentido de que além do e-mail que às vezes não chega pudesse
1822 haver uma ligação. Por exemplo, estou me reportando ao exemplo concreto do
1823 Geraldo. Geraldo é uma pessoa que pagaria para estar aqui e houve um problema lá
1824 administrativo que simplesmente não confirmou, podiam ter dado uma ligada e tal.
1825 Ele poderia também ter acionado o suplente. Como também uma coisa que nós
1826 relevamos, mas que temos de dizer com fraternidade. Da minha modesta
1827 experiência de conselho quem muito contribui para a baixa do quórum são os
1828 conselheiros do Distrito Federal. Que às vezes estão bem aqui noutra reunião, ou
1829 foram chamados aqui em outro compromisso e não estão aqui. Então, esses
1830 também serem, de igual forma, fraternalmente instados a estarem honrando seu
1831 assento aqui.

1832

1833 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1834 **Segurança Pública):**

1835

1836 Dessa vez nós tivemos três conselheiros que perderam o prazo e três conselheiros
1837 que as passagens foram emitidas e não conseguiram embarcar por problemas nos
1838 seus estados. Isso contribuiu para que a gente não conseguisse ter um quórum aqui
1839 hoje. Todas às vezes, a gente manda o e-mail e liga. Eu ligo para dizer: “Entre no
1840 seu e-mail e confirme por e-mail”, porque se eu ligar, e você falar: “Eu vou”, eu não
1841 posso emitir a passagem. O próprio Mariano. Eu preciso falar com o Mariano, o
1842 Mariano está em reunião, eu falo com a secretária dele: “Socorro, confirma para mim
1843 se Mariano vem ou não e manda por e-mail”. Ela entra no e-mail dele e manda. Às
1844 vezes, porque eu falo: “se ele não me confirmar até hoje, ele não vem mais”. O
1845 Márcio Marins só confirma depois que eu ligo, e não adianta. Ele só responde depois
1846 que a gente liga. Temos feito isso e tentado para ajudar realmente. Agora todo
1847 mundo tem o calendário anual das reuniões. Todo mundo já sabe qual é o dia das
1848 reuniões do mês de junho, todas essas questões a gente tenta auxiliar. A questão
1849 das passagens e diárias, já conversamos aqui antes reiteradamente, tenho colocado
1850 essa questão que é complicada. Nós temos muitas pessoas aqui que não têm como
1851 se manter aqui em Brasília, que espera essa diária cair e muitas vezes, acho que
1852 todas às vezes, este ano pelo menos nenhuma vez a diária caiu antes, a gente só
1853 consegue depois, e não só isso, como também a emissão da passagem que nós
1854 também sabemos que está saindo muito em cima. Os senhores têm compromisso,
1855 têm que se organizar e acabam saindo muito em cima. Então, isso são questões
1856 também que temos observado, já temos feito reiteradamente ações para que isso
1857 seja feito antes. Do mesmo jeito que o calendário para vocês com a data que vai
1858 haver reunião para ter a confirmação, também tem para nós e a gente se organiza
1859 com relação àquele calendário. Então, tudo isso a gente tenta fazer da melhor
1860 forma, é comunicando e pedindo para que antecipe também. Agora, tem também um
1861 problema sério que é a questão do titular e do suplente. O titular tem que confirmar.
1862 Se ele confirmou, por exemplo, no caso desses três que acabaram tendo a
1863 passagem emitida e tiveram que ser canceladas, não dá para fazer a passagem
1864 para o suplente deles. Porque aí já perdeu o prazo. Ele teria que avisar antes. Mas,

1865 como eles chegaram a confirmar, então, eu nem entro em contato com os suplentes
1866 deles, porque quando não confirma a gente ainda entra em contato com os
1867 suplentes para saber se o suplente confirma, muitas vezes também os próprios
1868 conselheiros aqui do DF acabam, hoje acho que não temos conselheiros do DF, tem
1869 um gestor, mas dos trabalhadores, por exemplo, não estão aqui, e acabaram não
1870 conseguindo participar, isso contribuiu também. Mas, é importante esse
1871 amadurecimento. Eu estava olhando aqui, com um terço a gente pode continuar a
1872 reunião sem deliberação, tranquilo. Para instaurar tem que ter 16, mas para
1873 continuar podemos continuar as discussões. Só que para deliberação não.

1874

1875 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1876

1877 Acho que todas essas considerações foram acolhidas pela mesa diretora. Nós
1878 vamos dar encaminhamento e responderemos. Podemos dar continuidade ao
1879 debate do crack para fecharmos? Olha, até as 16 horas vamos dar continuidade
1880 com relação à discussão do crack, agora já no segundo ponto, ou no primeiro se não
1881 foi concluído ainda, pontos polêmicos, se foi feita alguma sugestão, não? Então, às
1882 16 horas a gente pararia a discussão porque tem a apresentação do Sinesp. Vamos
1883 continuar? Pedro Paulo ou a Raquel, onde paramos?

1884

1885 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

1886

1887 Então, me parece que as propostas elas já foram resolvidas. A primeira foi incluída
1888 naquele 8.

1889

1890 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1891

1892 Mas, já está resolvida aquela questão toda?

1893

1894 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

1895

1896 A primeira sim. Vamos agora discutir as três seguintes do primeiro bloco. O segundo
1897 item é compulsoriedade e tratamento como regra. A discussão não é entender que
1898 não existe nenhuma forma de compulsoriedade, mas de tratar a compulsoriedade
1899 como exceção e não como regra. É exatamente esse ponto.

1900

1901 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1902

1903 Está aberto. Você quer fazer alguma defesa, 2, 3 minutos?

1904

1905 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

1906

1907 A defesa é exatamente esta que a gente trate a compulsoriedade tal como é
1908 proposto que a Lei 10.216 em casos de necessidade de compulsoriedade deverá ser
1909 decidida por juiz competente. Assim, diz a Lei 10.216 para tratá-la como exceção e
1910 não como regra.

1911

1912 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1913

1914 Está aberto, inclusive tanto para o debate como para o consenso.

1915

1916 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1917

1918 Me perdoe a ignorância, eu não conheço a lei, mas o familiar pode decidir? A família
1919 pode decidir?

1920

1921 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

1922

1923 Eu vou pedir ao Pedro que faça, tem uma distinção entre a internação voluntária e
1924 internação compulsória, que eu acho fundamental que seja esclarecida a todos os
1925 conselheiros.

1926

1927 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

1928

1929 A nossa discussão aqui é a internação compulsória, até porque a internação
1930 voluntária não tem aparecido no Plano Crack. Então, não tem porque colocar uma
1931 questão que não está sendo posta. A questão aqui é exatamente pensar a
1932 compulsoriedade e não a involuntariedade. Involuntariedade é uma coisa, é
1933 exatamente essa que pode ser solicitada por médicos, familiar, profissional de saúde
1934 etc, e a outra que é a compulsoriedade que, segundo a lei, é decisão judicial.

1935

1936 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da
1937 República):**

1938

1939 Não estou querendo ser contra os colegas não, mas só pelo amor ao debate. Na
1940 própria lei, eu também não me lembro porque é uma lei bastante antiga, sempre a
1941 compulsoriedade vai ser por ordem judicial? Acho que foi em São Paulo, foram dois
1942 estados, que o Ministério Público estava envolvido nisso e tinha uma discussão
1943 dentro do próprio Ministério Público sobre essa questão da compulsoriedade e que
1944 têm hipóteses de que não precisa de ordem judicial. Então, eu não sei se era assim,
1945 eu concordo no sentido de cumprir a lei, isso é uma coisa, mas nos termos da lei,
1946 nós também não conhecemos, eu mesmo não estou com internet aqui para verificar
1947 porque no próprio São Paulo, em Santa Catarina também, há uma discussão
1948 grande, inclusive no próprio Ministério Público que discute essa questão da
1949 compulsoriedade do tratamento para os usuários de crack. Então, como eu não
1950 estou aqui com a lei, até mesmo porque, vejam aí colegas, Raquel e Pedro Paulo,
1951 que tem outra situação também que é o próprio poder de polícia. É uma situação,
1952 por exemplo, nessa lei, a abordagem e tal. Claro, a compulsoriedade tem que ser
1953 exceção, mas tem que saber também como nós vamos redigir aqui para não dá até
1954 mesmo uma contradição legal.

1955

1956 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1957

1958 Só assim, nós não vamos redigir absolutamente nada, nós só vamos apoiar a lei, a
1959 lei já existe, está consolidada. Agora se os gestores públicos, por exemplo, no caso
1960 do Rio de Janeiro quiserem atropelar a lei, e estão atropelando, aí sim, acho que o
1961 Ministério Público ou quem quer que seja, tem que ir em cima do gestor público.
1962 Agora, não será o conselho quem vai dizer assim: "Vamos desrespeitar a lei ou
1963 flexibilizar a legislação, ao seu bem entender, para facilitar isso ou aquilo, isso não".

1964 O nosso papel aqui é respeitar uma lei que já está consolidada, tem sentido de ser e
1965 que a gente não vai dizer que não.

1966

1967 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1968 **Segurança Pública):**

1969

1970 Então, assim, ficou bom aquilo ali? A compulsoriedade do tratamento como exceção
1971 e não como regra, conforme a Lei 10.216.

1972

1973 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

1974

1975 Suelen, deixe-me fazer uma leitura para que todo mundo esteja esclarecido entre os
1976 três tipos de internação. São considerados os seguintes tipos de internação
1977 psiquiátrica: internação voluntária, aquela que se dá com o consentimento do
1978 usuário, internação involuntária, aquela que se dá sem o consentimento do usuário e
1979 a pedido de terceiros, seria o caso de intervenção de um familiar, por exemplo,
1980 internação compulsória, e aqui diz claramente, é aquela determinada pela justiça.
1981 Logo, no art. 9º, especifica: “A internação compulsória é determinada de acordo com
1982 a legislação vigente, pelo juiz competente que levará em conta as condições de
1983 segurança do estabelecimento quanto à salvaguarda do paciente e demais
1984 internados e funcionários”.

1985

1986 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1987

1988 Eu acredito que a gente já pode, no consenso?

1989

1990 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1991

1992 Ficou uma discussão no ponto 16, se não me engano, com relação à questão da
1993 construção de moradias para policiais, que nós paramos para aprovar a pauta etc, e
1994 não voltamos a isso. Se tiver tempo, eu gostaria de voltar.

1995

1996 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1997

1998 A gente volta sim. Vamos para o item 3: financiamento público das comunidades
1999 terapêuticas. Esse tema, alguém gostaria de falar?

2000

2001 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
2002 **Segurança Pública):**

2003

2004 Raquel e Pedro, o texto de vocês é assim?

2005

2006 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

2007

2008 Não, aqui de novo. É outro ponto bastante polêmico, ontem ficou claro de que há
2009 diferentes posições a respeito das contribuições possíveis das comunidades
2010 terapêuticas nesse processo. E aí o que houve foi uma especificação de que não
2011 havia uma oposição a existência de comunidades terapêuticas, que a principal
2012 questão seria o financiamento público dessas comunidades. É isso que estamos
2013 colocando em debate.

2014

2015 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2016

2017 A gente percebeu também de que não teria nenhuma rejeição ao financiamento às
2018 comunidades. Mas, como isso se processa, o seu monitoramento. Elas deveriam
2019 também receber, se fosse o caso...

2020

2021 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

2022

2023 Aí que eu acho que não há consenso.

2024

2025 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores**
2026 **Gerais – CONDEGE):**

2027

2028 Eu queria um esclarecimento desde ontem eu colocava sobre isso. E agora até, logo
2029 no início da reunião quando você colocou, eu logo ontem falava, ideologicamente,
2030 eu acho que isso é obrigação do Estado e soube que existe, inclusive o próprio
2031 plano propõe uma série de propostas no sentido de acolher essas pessoas, que são
2032 planos, propostas, programas. A minha preocupação é que se existe uma lei que
2033 identifica como se tratar a questão, de que forma a gente constrói essa exceção.
2034 Agora, também reconheço que o trabalho que vem sendo, que tipo de critério é que
2035 a gente se utilizaria para fazer isso. Está claro que o Poder Público não tem
2036 estrutura para poder atender, é esse o conflito. Agora também qual é o critério de
2037 indicador que a gente tem que o Poder Público está fazendo seu papel todo? Será
2038 que, na verdade, é isso não é alguma coisa que...eu estou só colocando as
2039 questões.

2040

2041 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
2042 **Militares Estaduais.-ANASPRA):**

2043

2044 Eu gostaria de chamar a atenção para um detalhe, na verdade, vou fazer um misto
2045 de busca de entendimento com encaminhamento e tal. Veja bem: esse documento
2046 se nós consensuarmos, por exemplo, se nós enviarmos para o gestor desse plano o
2047 financiamento público das comunidades terapêuticas, então, eu não sei se não seria
2048 o ideal e aí a gente tem um problema de tempo porque o conselho se reúne a cada
2049 dois meses, porque se o conselho tirar daqui um posicionamento, uma
2050 recomendação e for única e exclusivamente e secamente o texto, eu questiono se
2051 não seria o ideal que nós pudéssemos debater estes temas e chamar os gestores do
2052 plano para que nós pudéssemos com eles discutir a construção porque se nós
2053 produzirmos algo e se for entregue a eles: “Mas, o que significa isso?” E aí, nós
2054 vamos sentir porque essa é a posição do conselho, de debater com eles o plano
2055 porque quando eles nos apresentaram, nós não tínhamos propostas, nós fizemos
2056 uma audiência pública identificamos esses elementos e penso, respeitada a opinião
2057 da maioria, que devemos estar com eles novamente para gestar essa questão de
2058 alterar o plano nesses pontos, porque aí nós teremos um dia de debate sobre esses
2059 pontos porque se o plano é aberto, ele é aberto inclusive à discussão. Então, acho
2060 que devemos discutir isso como ponto de consenso, porque não temos outro, podem
2061 até sugerir no debate, mas é um entendimento, eu questiono se não seria esse um
2062 caminho viável porque nós vamos encaminhar em forma de recomendação e vai ser

2063 mais um documento. E se chamarmos os gestores, aí muito provavelmente
2064 chamando um gestor da saúde, da prevenção, para discutir isso, eu não sei.

2065

2066 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

2067

2068 Essa questão é até uma questão legal. Eu não sei em que nível, por exemplo, a
2069 gente pode dizer nesse âmbito aqui de que não deve ter financiamento do SUS.
2070 Podemos dizer isso, é claro que podemos. Isso é uma coisa. A outra coisa é a
2071 seguinte, todas as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, seja comunidade
2072 terapêutica ou não, fazem ações e algumas dessas ações são financiadas pelo
2073 Poder Público. Várias. Estaduais, municipais e tal. Então, nesse aspecto eu posso
2074 até ter uma posição política do conselho e dizer assim: “Olha, nós somos contra que
2075 se dê recurso público para comunidades terapêuticas”. Agora, juridicamente, nós
2076 não podemos impedir isso. Por que não pode para as comunidades terapêuticas e
2077 pode para ONG tal, para OCIP tal? Por que não? Qual é a diferença jurídica de uma
2078 coisa para outra? Então, eu na minha posição, sou mais a favor de que a gente
2079 reforce a história da implantação do que a lei determina com relação ao SUS do que
2080 entrar nessa discussão porque, concretamente, vai ficar uma posição nossa, mas
2081 não vai mudar absolutamente nada, porque juridicamente não tem como isso mudar.
2082 Então, eu prefiro brigar por aquilo que eu acredito no sentido de que sejam
2083 implantados os CAPS AD etc - como determina a lei de 2001, do que ficar discutindo
2084 uma coisa que, na verdade, a gente não vai poder ter interferência sobre ela. E acho
2085 também, Heder, que debater não vai resolver essa história. Acho que temos que ser
2086 práticos e caminhar olhando para frente.

2087

2088 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
2089 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

2090

2091 Eu entendi o que o conselheiro Héder falou, mas eu acho que nós temos que nos
2092 posicionarmos aqui independentemente se tivermos clareza do posicionamento.
2093 Depois pode haver um encontro com o setor, por exemplo, essa questão de
2094 reconhecer o álcool como droga no plano, se não está no plano não adianta
2095 conversar, estamos solicitando para incluir. Já temos um posicionamento claro sobre
2096 essa questão. Eu no começo disso quando começou esse debate de financiamento
2097 público das comunidades terapêuticas, eu tenho dúvida sobre o que nós estamos
2098 discutindo. Então, aí, talvez o Paulo pode nos ajudar na reflexão. Nesse debate o
2099 Conselho Federal de Psicologia pode nos ajudar. Acho que temos de fortalecer essa
2100 questão do financiamento público para aqueles programas que são, efetivamente,
2101 previstos no plano. Tem lá incentivar os municípios, por exemplo, a criarem
2102 consultórios de rua. Dá para contar nos dedos os que têm isso. Isso pra mim é um
2103 debate mais amplo, do que esse debate mais geral de financiamento público das
2104 comunidades terapêuticas. Então, olha, têm experiências muito boas de Caps
2105 Infantil, Caps para adolescentes, repúblicas terapêuticas e com o apoio do Governo
2106 Federal. Então, se o conselho pode manifestar ao Ministério da Saúde qual é o
2107 orçamento dentro do plano para consultório de rua, para república terapêutica, para
2108 o Caps? E a gente avaliar, esses planos que são inovadores tem que triplicar o
2109 orçamento para os municípios, lógico.

2110

2111 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores**
2112 **Gerais – CONDEGE):**

2113
2114
2115
2116
2117
2118
2119
2120
2121
2122
2123
2124
2125
2126
2127
2128
2129
2130
2131
2132
2133
2134
2135
2136
2137
2138
2139
2140
2141
2142
2143
2144
2145
2146
2147
2148
2149
2150
2151
2152
2153
2154
2155
2156
2157
2158
2159
2160
2161
2162

O diretor do Depem, companheiro nosso, colocou claramente o quanto o governo disponibilizou para construção de presídios. Quem estava aqui ouviu. Então, eu acho que se poderia realmente fazer uma análise desse acolhimento para que pudéssemos ter também essa preocupação pontual de quantitativo. O problema que foi claramente colocado pela presidente Regina é de que essas demandas são dos municípios, os recursos existem, mas quem tem que implementar são essas pessoas. É nesse aspecto que com relação ao quantitativo é imperativo de lei até porque existe punição para aqueles estados que não cumprirem. É tomado o dinheiro, não é isso? O dinheiro vai ser tomado e dado àqueles que estão cumprindo. Nesse aspecto, eu acho que você está certo, na implementação das políticas com recurso público. Aí eu acho muito mais afirmativo.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):

É porque eu vou colocar lógica sobre hipótese. Se consultório de rua, república terapêutica, Caps forem ampliados em 4 mil municípios, o debate conservador fica diminuído. Porque tem gente que é radicalmente contra consultório de rua. Nós temos que reforçar no plano aquilo que é novidade, aquilo que é sempre com referência ao município que vai ter mais condição do que os estados de aplicar isso. Eu não sei se existem três mil comunidades terapêuticas, esse debate geral. Eu quero saber é o seguinte, deste plano, o que nós vamos ampliar de um tratamento onde a prioridade absoluta é a lógica da saúde pública? A saúde pública tem isso, quanto tem? Tem um milhão, então, nós queremos 15 milhões para jogar para os municípios e divulgar isso porque aí a gente faz um diálogo com o setor conservador, implementando planos novos e alternativos.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

Nós estamos também tomando posição aqui hoje em relação ao plano do governo do crack. Nós vamos fazer uma recomendação. Esse plano do governo do qual nós vamos fazer uma recomendação, fala sobre financiamento para as comunidades terapêuticas? Então, temos que ter uma posição.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):

Eu talvez me expressei mal. Eu não acho que não tenha que ter o debate e a gente não se posicionar aqui. Eu acho que temos que incluir nesse debate o financiamento público para projetos novos que estão previstos no plano, por exemplo, nós estamos recebendo hoje na cidade do estado de São Paulo talvez o município que mais está trabalhando o plano nacional é o município de São Bernardo do Campo em razão de o secretário da Saúde ser um cara que tem uma grande equipe. Ele tem vários consultórios de rua, já inaugurou 6 repúblicas terapêuticas. Por quê? Porque tem recurso do Governo Federal e tem uma equipe que está a fim de trabalhar, vai quebrando os preconceitos em relação ao tratamento. Eu não estou dizendo que é trocar esse debate por outro. Eu acho que temos que estabelecer qual é o limite da reflexão do Conasp sobre esse financiamento público das comunidades terapêuticas, o que estamos chamando de comunidade terapêutica, e abrir espaço

2163 para sugerir ao Governo Federal, já que o plano está em aberto, que aquilo que eu
2164 sei que até o Ministério da Saúde teve dificuldade de colocar no plano que é a
2165 resistência de algumas questão novas, uma reflexão diferente porque tem
2166 divergências em todo setor. Nem todo governo tem claro que esse tipo de trabalho
2167 como consultório de rua é o melhor caminho para resolver o problema. Então, há
2168 disputa de ideias, de conceitos, nós temos aqui que reforçar aqueles conceitos que
2169 ampliam a valorização do tratamento disso como política pública de saúde.

2170

2171 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
2172 **Federais – Fenaprf):**

2173

2174 Eu queria lembrar que essas comunidades terapêuticas as que melhor se organizam
2175 conseguem acessar recursos da Senad, do Fundo Nacional Antidrogas. Hoje, por
2176 determinação da presidenta Dilma, isso aqui aparece numa audiência pública de
2177 Comissão de Política sobre Drogas do Senado, é uma determinação dela o
2178 acolhimento das comunidades terapêuticas, através do financiamento dos serviços
2179 prestados por essas comunidades. E ela determina que os recursos devem sair do
2180 Ministério da Justiça. Então, a Senad já trabalha no sentido de que o Ministério da
2181 Saúde possa, em curto prazo, dar apoio a essas entidades. Dentro desse plano,
2182 está prevista a capacitação dessas entidades sociais para que elas possam
2183 desenvolver, ou melhor, que elas sejam apoiadas no desenvolvimento das suas
2184 ações. Então, existe já o reconhecimento do governo, gente, é da Senad, Secretaria
2185 Nacional sobre Drogas, há muito tempo ela trabalha nessa questão específica sobre
2186 drogas. Ela reconhece o papel dessas comunidades. Nós vimos ontem na audiência,
2187 até quem tinha preconceito com essas entidades se aproximou e viu o trabalho e
2188 pôde contribuir e hoje contribui. Então, é uma coisa que já existe, em muitos casos
2189 dá certo, precisa de capacitação e fiscalização. Agora, não é só o porrete da
2190 fiscalização. Precisa do apoio. Chegar lá e dizer está tudo errado, fecha. Quem vai
2191 ser o prejudicado? Os usuários de droga, a sociedade. Acho que vedar o
2192 financiamento das comunidades terapêuticas é tirar uma das peças do tabuleiro.

2193

2194 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2195

2196 Marcos, você não quer encaminhar uma proposta, se puder?

2197

2198 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
2199 **Federais – Fenaprf):**

2200

2201 Eu defendo financiamento público para as comunidades terapêuticas, na forma
2202 como aparece no Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

2203

2204 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2205

2206 Tem alguém contra essa possibilidade?

2207

2208 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

2209

2210 Eu vou ser breve. Eu não sou radical em relação às comunidades terapêuticas até
2211 porque tira oportunidade de conhecer comunidades terapêuticas que têm um
2212 trabalho interessante e que não estariam no campo das experiências de violação de

2213 direitos que constam no relatório do CFP. Então, sei que é possível a existência e
2214 acho que o próprio conselho reconhece também que dependendo de como essas
2215 comunidades forem estruturadas, elas podem complementar o trabalho da rede do
2216 SUS. Agora, a discussão que estamos fazendo aqui, e aí que eu entendo que
2217 precisa ser feita é que onde é que a gente vai colocar peso no ponto de vista de
2218 investimento nesse plano nacional. Tem sentido a gente investir em internação? Isso
2219 seria um grande retrocesso em relação à lei. Tem sentido num Estado laico a gente
2220 dirigir financiamento público a comunidades que são prioritariamente de caráter
2221 religioso? Aí é um debate que precisa ser feito aqui. Reconhecendo o papel que
2222 essas organizações podem ter na sociedade. Eu acho que isso não está em
2223 questão. Então, eu queria retomar o que o Pedro colocou na parte da manhã e acho
2224 que ele tem condições muito melhor do que eu para aprofundar o debate porque o
2225 CFP está muito à frente nessa discussão, é o seguinte: a gente tem muito mais
2226 consenso, Mariano, eu concordo com você, a gente tem uma série de outros
2227 dispositivos dentro do plano que a gente tem condições de construir consenso. A
2228 gente precisa reforçar, por exemplo, a criação do CAPS-AD para 24 horas é um
2229 ganho muito significativo. Eu já recebi casos na Maré dizendo: “eu estou aqui numa
2230 situação de urgência”, e você não tem a quem acessar porque é sexta-feira no final
2231 da tarde. Então, a gente tem mudanças para além da discussão das comunidades
2232 terapêuticas que são significativas e que precisam ser reforçadas. Então, eu acho
2233 que é nesse sentido que o Pedro trouxe mais cedo, a rede do SUS é insuficiente,
2234 mas a gente precisa, primeiro, fortalecer-la e ampliá-la e não ficar deslocando
2235 investimento para substitutivos e muito menos para substitutivos que sejam de
2236 caráter religioso num Estado laico, pensando em termos de financiamento público.

2237
2238
2239

O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):

2240 Complementando a Raquel. A questão é de fato de investimento. A discussão é se
2241 ela deve ou não existir. O fato é que hoje nós temos uma modalidade de cuidado
2242 que se autointitula comunidade terapêutica e que nós não temos nem noção o que
2243 faz com que essas instituições que se autointitulam dessa forma o que elas têm em
2244 comum. Elas são tão diferentes entre si, a única coisa em comum é exatamente
2245 esse nome. E por que tem essa dificuldade de reconhecer? Porque não há um
2246 marco regulatório do que é comunidade terapêutica. Não há uma definição do que é
2247 uma comunidade terapêutica. E o Estado brasileiro nunca se preocupou com isso
2248 porque sempre foram iniciativas próprias que se constituíram de uma forma
2249 autônoma. A questão é: como é que nós vamos, neste momento, pois nunca
2250 marcamos uma definição ou marco regulatório, nada disso, como que agora nós
2251 vamos dizer que vamos aportar investimentos aí. Essa é a questão. Nós estamos
2252 aportando investimento em uma coisa que nós não conhecemos. Nós não
2253 conhecemos porque não existe uma regulação disso. Tanto é que no site da Senad
2254 existe uma série de endereços de comunidades terapêuticas e eu coordenei uma
2255 ação nacional de inspeção nas comunidades, o que nós menos conseguimos com a
2256 Senad era chegar às comunidades devido à desatualização daqueles dados. Então,
2257 se a sociedade quiser, por exemplo, procurar uma comunidade terapêutica em um
2258 estado e quiser procurar via site da Senad não vai achar. Porque ali é tudo
2259 desatualizado, não existe nem a atualização. Isso diz respeito ao modo de
2260 funcionamento de uma instituição que precisa de muita coisa antes de ter o peso de
2261 investimentos, haja vista que nós já temos uma série de outras políticas que já estão
2262 desenhadas e que são insuficientes. Então, a discussão é essa, existe já um

2263 desenho de uma série de instituições que tem marco regulatório, que já existem,
2264 insuficientes, mas já existem, e a nossa pergunta é: por que não aportar
2265 investimento para se aperfeiçoar e fortalecer isso que já existe, que já existe bem e
2266 que não existe melhor porque elas estão numa defasagem enorme em relação à
2267 quantidade delas e a demanda social por elas? Então, a questão é esta: qual a
2268 razão de investir numa coisa que a gente não conhece se existe uma série de coisa
2269 que já se conhece e que não tem investimento? É uma defesa de um princípio,
2270 princípio este que inclusive bate com uma das nossas propostas que já foi
2271 deliberada porque as conferências de saúde de 2011 e a conferência de saúde em
2272 Natal em 2010 fizeram um amplo debate sobre isso que estamos fazendo aqui e
2273 todas as duas conferências apontaram para essa discussão e não se ouviu o
2274 resultado dessas conferências. Então, essa é uma das questões também. Foi
2275 montado um plano sem ouvir aquilo que a sociedade civil já tinha amplamente
2276 debatido.

2277

2278 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2279

2280 Eu só queria antes de passar para Pfeifer perguntar à Raquel. Raquel, quando você
2281 estava fazendo aquela colocação que não tinham muitas instituições 24 horas de
2282 CAPS-AD, você tem ideia de quantos têm no país hoje? 268. A Raquel diz que liga e
2283 não consegue. E aí o que faz com aquela pessoa que liga? Fica na rua?

2284

2285 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

2286

2287 Essa é a questão. Muitas vezes é nessa hora, exatamente, se a gente não
2288 tem...(intervenções fora do microfone).

2289

2290 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2291

2292 Lá na minha cidade quando acontece isso, as pessoas me procuram. Quando
2293 acontece a coordenadora do CAPS-AD é minha cunhada. Eu conheço tudo
2294 conversando com ela. Mas, mesmo ela quando consultada ela não tem condições
2295 de atender. Encaminha para uma unidade, a unidade não recebe. Eu fiz essa
2296 pergunta pelo seguinte, claro que estamos percebendo que nós estamos tentando
2297 dar um encaminhamento com relação ao financiamento num modo que atenda à lei,
2298 e que amplie a questão do SUS. Isso é uma coisa muito clara porque isso vai
2299 ampliar a cidadania. Mas no estado em que nós nos encontramos agora, temos que
2300 ter essa visão de futuro, mas também uma visão do imediatismo.

2301

2302 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
2303 **Identificação – FENAPPI):**

2304

2305 Quanto mais acompanho esse debate e até quero manifestar que sou ignorante com
2306 relação a esse assunto, mas eu vejo que pode haver uma complementariedade de
2307 ações. Hoje foi falado aqui que com relação a essas comunidades terapêuticas, já
2308 existe violação de direitos, a questão da religiosidade etc, eu acho que se o poder
2309 público pudesse financiar isso aí, ele teria condições de fazer uma fiscalização e ter
2310 um controle efetivo sobre essas comunidades. Coisa que pelo visto não ocorre hoje.
2311 Além do plano do combate do uso de drogas também está em consideração aqui a
2312 recuperação dos drogados. Então, é necessário que se encontre um ambiente onde

2313 ele possa voltar à atividade, estar inserido socialmente novamente. Então, eu acho
2314 que pode haver uma complementariedade dessas ações. Nós vimos ontem na
2315 audiência pública, o deputado falando, muito favoravelmente, a questão das
2316 comunidades terapêuticas e o Conselho Federal de Psicologia indo contra. Eu acho
2317 que as coisas podem ser complementares. E até porque nós temos uma realidade e
2318 essa realidade, até comentada agora, não pode ser desprezada. Eu acho que o
2319 poder público financiando ele teria condições, primeiro: de editar uma legislação, ou
2320 fiscalizar e ter controle efetivo sobre tudo que acontece, coisa que não é vista hoje
2321 em dia. Então, eu acho que a gente poderia caminhar, nem tanto ao mar, nem tanto
2322 a terra, e talvez buscar fortalecer a rede do SUS é fundamental em qualquer
2323 circunstância, principalmente nessa que é um caso de emergência e de urgência. E
2324 acho, por exemplo, a gente também tem que quebrar um pouco essa questão do
2325 preconceito dessa entidade, que são as comunidades. E essas comunidades,
2326 inclusive, elas poderiam ser fiscalizadas por profissionais que o Estado poderia
2327 dispor, inclusive o próprio Conselho Federal de Psicologia estar inserido nesse
2328 processo para ver a melhor forma. Eu acho que é possível nós avançarmos nesse
2329 sentido.

2330

2331 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

2332

2333 Repetindo aqui. O nosso consenso, me parece que estamos chegando a ele, em
2334 valorizar a rede do SUS, inclusive com percentuais maiores de investimento e não
2335 entrar nessa seara exclusiva das entidades terapêuticas. Hoje o que está aqui em
2336 discussão é a questão das comunidades terapêuticas. Mas, podia ser a ONG que
2337 cuida de esportes ou a que cuida de meninos de rua, quer dizer, cada uma dessas
2338 entidades poderia ou poderá um dia estar nessa mesma situação. Eu já fui de uma
2339 posição achava que o Estado tinha que assumir tudo. Hoje, reconheço que o Estado
2340 não pode tudo. E se o Estado não pode tudo e a gente tem as entidades que fazem,
2341 que colaboraram, o que falta é fiscalização e regulamentação. Me parece que agora
2342 está saindo do forno, o ministro Gilberto Carvalho disse que vai sair agora uma nova
2343 regulamentação para o terceiro setor. Espero que seja mais rigorosa, mais criteriosa,
2344 a ponto de separarmos o joio do trigo. Mas, acho que o caminho é esse, é reforçar,
2345 neste momento, aquilo que, de fato, pode ser reforçado e cobrar do Estado aquilo
2346 que o Estado tem que cumprir, que é efetivamente ampliar e fortalecer a rede do
2347 SUS.

2348

2349 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
2350 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

2351

2352 Eu acho que o debate agora está mais claro. Eu que não estava, por ignorância
2353 minha, entendendo por onde se passava esse debate. Eu acho que o Tião sinalizou
2354 aí qual é a proposta. Acho que a gente podia pensar nesse 3 e ver o pessoal da
2355 mesa, a gente já ir pondo lá para debater e alterar. A minha sugestão, como redação
2356 para esse texto é: sem negar o financiamento público das comunidades
2357 terapêuticas, que necessitam regulamentação e maior fiscalização, dar maior peso
2358 de investimento nos projetos como CAPS-AD/24 horas, consultórios de rua,
2359 repúblicas terapêuticas, ações que articulam o Ministério da Saúde e os municípios.

2360

2361 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

2362

2363 Depois de citados os exemplos: vírgula, conforme determina a Lei 10.216, de 2000.

2364

2365 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
2366 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

2367

2368 Não, está certo. Aí é fiscalização.

2369

2370 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2371

2372 Tereza está falando ao invés de botar o negativo, colocar o positivo. Concordar com
2373 o financiamento público das comunidades, sem negar.

2374

2375 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
2376 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

2377

2378 A mesa encaminhou que o debate do plano é claramente financiamento público das
2379 comunidades terapêuticas. Se maior peso para isso e isso não há necessidade de
2380 negar o financiamento público, nós estamos aqui há 2 horas, eu não sei discutindo o
2381 quê. Tem controvérsia inclusive entre nós porque o ponto de vista do Conselho
2382 Federal de Psicologia é fortalecer aquilo que é da referência pública desse trabalho.
2383 O que nós concordamos. Eu, pessoalmente, concordo. Agora, com todas as
2384 ressalvas que se tenham a determinadas comunidades terapêuticas, o fato concreto
2385 é que pela ausência de políticas públicas se dá alternativas. Com todos os
2386 problemas, com enfoque mais religioso ou não, dá alternativa. Então, sem negar
2387 isso, eu acho que é um caminho para a gente dialogar para regulamentar e fiscalizar
2388 o que está aí e a gente ampliar aquilo que é fundamental, que é o dever do Estado
2389 como referência principal desse debate.

2390

2391 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
2392 **Polícia – FNOP):**

2393

2394 Falando de comunidades terapêuticas, eu acho que temos uma sintomatologia aqui.
2395 Porque nós estamos verdadeiramente discutindo, tentando resolver em 3 horas um
2396 tema que dá um seminário de 3 dias ou mais. E me parece que o grande problema
2397 ali não está posto, ele está subjacente. É a velha discussão que eu acho que, no
2398 final, o Mariano tangenciou de um Estado mínimo ou Estado regulador que cumpre o
2399 seu papel. Isso aí tem toda uma retrospectiva história. Eu acho que em situações
2400 desse gênero, me permitam, é um daqueles capítulos que, se eu estiver enganado,
2401 melhor ainda, mas era melhor que nós ao entrarmos numa seara que nós não
2402 podemos esgotar todas as variáveis dela, que nós pudéssemos ser os mais
2403 objetivos possíveis na perspectiva de acumularmos debates futuros para termos
2404 uma postura mais profunda. Não é fugir do debate, mas nessa formulação atual, têm
2405 umas negações, umas omissões que eu acho que seriam muito graves, na linha do
2406 que eu chamei hoje de manhã de um “modelo de transição”. Mesmo quem sonha
2407 que um dia o Estado vai cumprir plenamente o seu papel...

2408

2409 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2410

2411 E qual seria sua proposta para incluir ali?

2412

2413 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
2414 **Polícia – FNOP):**

2415

2416 Eu acho que não vai muito naquela direção, é isso que estou dizendo.

2417

2418 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2419

2420 Se você pudesse fazer um texto que pudesse ajudar ali.

2421

2422 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
2423 **Polícia – FNOP):**

2424

2425 Eu hoje de manhã fiz uma proposta de que existe uma transição nesse modelo. Vou
2426 tentar formular, mas acho que não passa por aí não.

2427

2428 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2429

2430 Essa aí é uma proposta, uma visão do Mariano para chegar a esse consenso.
2431 Certamente, a nossa posição, nós teremos que tomar uma posição. Não queremos
2432 achar que a nossa posição é a posição, apenas estamos tomando uma posição,
2433 mas não é a posição. Então, a gente tem que se posicionar correndo todos os riscos
2434 de carregar os defeitos e as coisas que devem ser evoluídas, sem dúvida. Já é uma
2435 coisa que estamos dando um posicionamento. Dá para ir para o quarto? José
2436 Ribamar, se você tiver uma proposta, nós vamos para o item 4, se até o item 4
2437 terminar, você não tiver terminado, a gente vai com aquele mesmo. Item 4 – a ideia
2438 de epidemia como argumento para definição de medidas. Quem gostaria de
2439 contextualizar? Pedro contextualiza e a gente debate.

2440

2441 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

2442

2443 A ideia de epidemia está muito presente nos argumentos que fundamentam toda
2444 discussão acerca de drogas. O que nós apontamos é que existe uso político desse
2445 termo. Porque quando nós apontamos a epidemia nós também apontamos a
2446 possibilidade de se utilizar exceções inclusive atropelamentos para um debate.
2447 Inclusive tudo aquilo que apontamos que as conferências não foram consultadas,
2448 que os conselhos não foram chamados, como o plano crack, é porque o plano crack
2449 é montado a partir desse argumento: temos uma epidemia, a epidemia gera
2450 urgência, e a urgência é um argumento que possibilita o atabalhoamento das coisas.
2451 A ideia da epidemia não é ideia de saúde pública e entendemos que o campo de
2452 álcool e outras drogas é um campo que no Brasil hoje não temos dados atualizados.
2453 Tanto é que essa é uma marcação da ONU acerca do Brasil. Os nossos dados não
2454 são atualizados e, portanto, a nosso ver, seria um mau uso da ideia de epidemia,
2455 não existem estudos que possibilitam o uso da ideia de epidemia, não existem
2456 dados que possibilitam sequer os estudos. Então, a epidemia aqui não está sendo
2457 usada como é usada no campo da saúde pública. Mas, sim, no campo de uma
2458 argumentação política. Então, a nossa proposta é que não seja utilizado esse nome
2459 em vão porque esse nome não é um nome qualquer, é um nome que sugere
2460 exceções e urgências que entendemos que esse tema deve ser amplamente
2461 debatido e com cuidado etc, é mais ou menos isso.

2462

2463 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
2464 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

2465

2466 É só um complemento quando você fala de exceções, acaba também elegendo
2467 grupos sociais e segmentos que vão ser focos, vão ser marginalizados e vão ser
2468 perseguidos. Isso é inevitável.

2469

2470 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

2471

2472 Eu concordo plenamente com o companheiro Pedro. Acho que não podemos usar
2473 esse nome em vão. Agora, temos que reconhecer que há uma evolução crescente
2474 do crack no Brasil. E se o plano se justifica a partir desse dado, de crescimento do
2475 crack no Brasil, é uma coisa, agora dizer que é epidemia, aí eu concordo com ele.
2476 Então, eu colocaria, “ao identificar uma crescente evolução do crack no Brasil”, e aí
2477 justifica o plano, mas não dizer que é uma epidemia.

2478

2479 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
2480 **República):**

2481

2482 Ontem não ficou claro para mim qual era a definição de epidemia. Ontem, eu fui
2483 buscar na internet para ver se encontrava alguma definição da OMS ou da Anvisa, e
2484 não há. Pelo menos eu não encontrei. Existem divergências entre os próprios
2485 infectologistas, existe uma diferença entre endemia, surto, epidemia, parece que o
2486 termo em regra me pareceu que epidemia **(som deficiente)**. Então, assim, se o
2487 termo epidemia está sendo usado, é porque tem uma base para ser utilizado. Agora,
2488 o que eu posso acrescentar aí, e eu concordo com o Márcio, veja, Raquel, se vocês
2489 concordam, que a idéia de epidemia é trazida como argumento não pode levar em
2490 consideração para efeitos discriminatórios ou segregacionistas. Acho que nós
2491 poderíamos mudar nesse sentido. Agora não discutir se se trata epidemia ou não
2492 porque ontem mesmo os dados que foram colocados, um colega falou que era 1%
2493 da população, já o deputado disse que tem dados que não estão colocados ao
2494 público. E é seguinte, eu pergunto a vocês, quem é da área de saúde, qual é a
2495 definição utilizada no Brasil, estou falando a definição oficial para considerar o que é
2496 epidemia.

2497

2498 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2499

2500 No trabalho de desarmamento sobre o uso da arma nos homicídios, a gente recebeu
2501 muitas informações nos qualificando, participando de curso e tal, de que a
2502 organização, aí a gente precisava pesquisar, a Organização Mundial de Saúde
2503 considerava epidemia um índice além de 10.0 por 100.000 habitantes. Acima desse
2504 índice, eram índices epidêmicos ou pandemia. E, ontem, tive essa dúvida também
2505 porque o professor parece que fez uma pesquisa no universo dos alunos e a gente
2506 está querendo comparar com o universo brasileiro da população e não dos alunos
2507 matriculados. Então, ficamos com essa dúvida ali.

2508

2509 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
2510 **República):**

2511

2512 É justamente isso assim, mas a minha ideia de epidemia como argumento na
2513 definição de medidas não pode ser levada em consideração, como o Marins falou
2514 ali, levar a situações segregacionistas ou discriminatórias.

2515

2516 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,
2517 Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

2518

2519 Para políticas higienistas de limpar rua, de mexer com a população de rua...

2520

2521 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2522

2523 João, obrigado, conselheiro Ives.

2524

2525 **O Sr. Yves do Amaral Lesbaupin (Associação Brasileira de Organizações Não
2526 Governamentais – Abong):**

2527

2528 Então, discordando um pouco do João sobre o que foi dito ontem. A minha
2529 interpretação do que falaram os debatedores, particularmente o doutor Carline, é
2530 que não existe uma epidemia o Brasil, ele tirou a conclusão a partir dessa pesquisa
2531 que não é generalizada ao Brasil inteiro, mas ele disse: “Não dá para dizer que
2532 temos uma epidemia no caso do Brasil, daria se nós tivéssemos falando de
2533 alcoolismo”, aí deu esse dado, 13%, antes era 10%, agora é 13%, então, aí, nós
2534 temos, no caso, uma epidemia. No caso do crack, eu concordo com o que foi dito aí,
2535 está havendo um crescimento, uma evolução de uso cada vez maior, mas daí dizer
2536 que é epidemia, eu estou de acordo com o Pedro, epidemia está sendo aí utilizado
2537 para justificar o plano especificamente para combater o uso do crack, então, uso
2538 político, então evitemos epidemia. Podemos dizer que há um crescimento do uso do
2539 crack no Brasil, precisamos tomar providência e tudo.

2540

2541 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças
2542 Militares Estaduais - ANASPRA):**

2543

2544 É que é importante esse debate sobre o termo epidemia porque a partir dele é que
2545 tem toda lógica. E apenas para suscitar dúvidas para que possamos discutir sobre
2546 ele e ter clareza e não incorrerem em riscos de retirar o termo que, de repente,
2547 estamos olhando pelo viés, eu compreendo também até porque nós que somos
2548 policiais militares temos sido um instrumento para prover essa higienização, não
2549 tenho dúvidas sobre isso. Mas, eu também tenho receio e aí eu não sei se isso seria
2550 o elemento de que, se você retira o termo epidemia, se o investimento que existe se
2551 ele também não passa a deixar de existir porque é mais normal, é o cotidiano. Eu
2552 acho que quando eu coloco o termo, quer dizer que pode estar dentro de uma
2553 prospecção de crescimento, mas independentemente se vai utilizar a palavra
2554 epidemia ou não, o que tem que ser evitado é aquilo no final, segregação,
2555 higienização, porque se eventualmente retira o termo então, não tem por que fazer
2556 esse macroinvestimento porque não é uma situação que tenho que me preocupar e
2557 até afasta a responsabilidade do governo em atuar. Eu não tenho dúvida quanto ao
2558 rechaço à higienização, à segregação, isso é absurdo, isso é inadmissível num
2559 estado democrático. Mas, eu me pergunto, se a gente retirar isso, não estaríamos
2560 dando ao governo...claro, João, pois não.

2561

2562 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
2563 **República):**

2564

2565 Outra dúvida, é que, Mariano, na sua fala, se o termo epidemia utilizado foi apenas
2566 em caráter médico de saúde ou apenas um caráter político.

2567

2568 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
2569 **Militares Estaduais - ANASPRA):**

2570

2571 Só para concluir, a segregação, higienização, não tenho dúvida quanto a isso.
2572 Apenas para que a gente tenha a dimensão, com todo respeito à pesquisa aplicada,
2573 ela foi dentro de um universo específico, e aí o conselheiro Marcos Dias chama a
2574 atenção que ela foi realizada dentro de escolas, e provavelmente isso ocorra, que
2575 não foram pesquisados aqueles que estão na droga e não estão na escola. Então, o
2576 que não caracterizaria que essas pessoas se fossem incluídas na pesquisa,
2577 evidenciaria uma epidemia. E aí temos dentro de um universo pesquisado, só o
2578 universo de estudantes. E nós sabemos ainda que o modelo inclusivo por meio da
2579 escola é totalmente deficitário neste país, podemos citar estados e mais estados.
2580 Basta ver o IDH. Então, eu só problematizei, mas sou favorável, se vocês querem
2581 retirar, nós retiraremos, mas acho que precisa dar uma contextualizada maior dentro
2582 desse tempo.

2583

2584 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
2585 **Federais – Fenaprf):**

2586

2587 A minha preocupação também é com essa questão de caracterizar como epidemia
2588 ou não caracterizar. Você pode caracterizar e justificar a higienização de espaços
2589 públicos para valorização imobiliária, principalmente, naqueles que serão sede na
2590 Copa do Mundo. Ou seja, para inglês ver, mais uma vez a gente trabalhando dentro
2591 dessa abordagem que é centenária do nosso país. Mas, se existe essa epidemia a
2592 população está desassistida, os recursos não estão sendo priorizados para
2593 combater essa epidemia. Então, a sociedade está em risco e não sabe. Então, eu
2594 penso assim: é um assunto mais uma alçada dos conselhos de saúde, do Ministério
2595 da Saúde. Nós aqui no Conasp por mais que a gente se debruce sobre o tema, nós
2596 talvez não vamos chegar a um denominador comum e mesmo que cheguemos a
2597 nossa proposta não vai ter o alcance que merece ou que precisa. Por isso, que eu
2598 acho que esse ponto para nós é importante para informação, para conhecimento,
2599 mas para alguma proposição efetiva ele se torna irrelevante.

2600

2601 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
2602 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

2603

2604 Conselheiros, eu acho que se as nossas propostas não vão ter o peso que a gente
2605 quer não impede de nós caminharmos elas. E acho que hoje está sendo um dos
2606 melhores dias de debate neste Conasp. Discutindo conteúdo e não vírgula, aquilo
2607 que a gente faz numa reunião toda. Essa foi uma das melhores reuniões do Conasp.
2608 Está sendo para nós, independentemente se vão aceitar ou não as questões. Acho
2609 que temos de nos posicionar. Eu, pegando a fala de outros, vou na mesma linha de
2610 que o tema epidemia é mais como uso político do que de saúde pública, é esse o
2611 debate. Porque se fosse através de saúde pública teria que estar condicionado por

2612 aquilo que o presidente acabou de dizer, a ONU tem uma referência de epidemia, 10
2613 casos para cada 100.000 habitantes. Que pesquisa existe confiável sobre crack no
2614 Brasil? Nenhuma. Dados objetivos não têm. É possível que o consumo de drogas
2615 em setores da classe média seja maior do que o consumo de crack. Alcool nem se
2616 fala. É que a questão colocada de levar o tema epidemia com a referência política
2617 você atinge um setor visível, e o setor visível está na rua, é o chamado *noia* e aí
2618 para se aproximar de uma política higienista é uma passinho pequenininho. Então,
2619 eu acho que não é questão menor nós nos posicionarmos. Se vão alterar ou não, se
2620 vão levar em consideração ou não, mas temos a obrigação de nos posicionar sobre
2621 isso porque se daqui uns anos essa tendência acabar, que vai desastrosa trabalhar
2622 essa questão de epidemia com esse enfoque e vamos ver isso a curto, médio e
2623 longo prazos. E o Conasp que fez uma audiência pública sobre o tema e não se
2624 manifestou uma linha sobre isso. Está gravado, fica para a história, ajuda na
2625 consciência crítica enquanto cidadão que tem aqui uma representação. Então,
2626 temos que nos posicionar sobre os temas e concordo com o Tião e o colega, de que
2627 vai mais ao campo de crescimento, como argumento para definição de medidas do
2628 que de epidemia, porque para epidemia as referências relacionadas à saúde tinham
2629 que apresentar os dados universalmente reconhecidos pelas Nações Unidas.

2630

2631 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2632

2633 Conselheira Raquel vai fazer uso da palavra. Nós já temos duas questões: Uma que
2634 é o *coffee break*, . E outro que já estamos na hora da apresentação do Sinesp. A
2635 sugestão é que já debatemos muito aqui desde a manhã, depois da palavra da
2636 Raquel, vamos para o *coffee break* , veremos o Sinesp. Enquanto isso a gente
2637 constitui um texto para isso.

2638

2639 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

2640

2641 Eu tenho uma proposta. Eu queria sugerir na linha do Tião e do Mariano,
2642 reconhecendo o crescimento do problema no âmbito nacional, evitar – posso
2643 melhorar a redação, é só para ver se tem acordo a proposta – o crescimento do
2644 problema, evitar a idéia de epidemia como argumento para definição de medidas de
2645 urgência que possam conduzir a políticas higienistas. Melhor ainda.

2646

2647 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos
2648 Periciais do Brasil):**

2649

2650 Presidente, eu queria fazer uma observação. É que nós conseguimos fazer aqui
2651 uma alternativa àquele outro texto.

2652

2653 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

2654

2655 Sem dúvida. Pode colocar para a gente. Vamos para o *coffee break* e a mesma
2656 comissão poderia ficar encarregada do texto. Então, nós teremos a apresentação do
2657 Sinesp que ficará sobre a coordenação do doutor Rogério, que é coordenador do
2658 Sinesp do MJ e também com o doutor Ricardo Novatel, consultor do Ministério do
2659 Planejamento para o Sinesp. Então, passamos a palavra ao doutor Rogério.

2660

2661 **O Sr. Rogério (Coordenador do Sinesp):**

2662
2663
2664
2665
2666
2667
2668
2669
2670
2671
2672
2673
2674
2675
2676
2677
2678
2679
2680
2681
2682
2683
2684
2685
2686
2687
2688
2689
2690
2691
2692
2693
2694
2695
2696
2697
2698
2699
2700
2701
2702
2703
2704
2705
2706
2707
2708
2709
2710
2711

Boa-tarde a todos e a todas. Eu queria agradecer à Suelen a oportunidade de estar aqui apresentando o projeto, que é um projeto de muita importância para a segurança pública porque vai trazer os esclarecimentos de informações relacionadas à segurança pública que hoje é uma dificuldade muito grande e o projeto vem com o objetivo de resolver esse problema. Eu vou falar um pouquinho sobre o conceito do projeto, o modelo atual, como é que é o funcionamento hoje, o modelo proposto, o projeto em si, como está o andamento, o desenho da solução para vocês entenderem bem, e o cronograma das principais entregas que já têm definidas. Bom, o que é o Sinesp. O Sinesp é um portal de informações integradas, possibilitando consultas operacionais, investigativas e estratégicas sobre drogas, segurança pública, justiça, sistema prisional, entre outras, implementado em parceria com os entes federados. O principal objetivo do projeto é a realização de diagnósticos sobre criminalidade, a formulação e avaliação de políticas públicas, assim como promover a integração nacional de informações. Como eu estava falando, hoje há uma dificuldade muito grande sobre informações relacionadas à segurança pública. Para se ter uma ideia hoje a gente mede índice de criminalidade usando a base de dados do DataSus para calcular homicídios. Nós não temos uma base de dados nossa, da segurança pública. E nessa base do DataSus temos vários problemas incluídos aí. A forma como é registrada morte violenta não dá para se ter um diagnóstico específico, a motivação da morte, se o crime teve um relacionamento passional, qual foi a motivação daquele crime, sem falar que só temos essa informação com dois anos de atraso. Então, como a gente estabelece política pública de segurança analisando informação de dois anos atrás, uma informação que não é específica para nossa área? Hoje, o modelo atual do projeto, como ele funciona? A gente tem um módulo de estatística chamado de SINESPJC que ele tem basicamente ocorrências criminais da Polícia Militar e da Polícia Civil. Esse módulo é alimentado de forma manual. Existe um problema sério nisso porque além da intervenção humana na hora da alimentação o estado lá coloca, tem um formulário onde eu peço lá, quantidade de homicídios cometidos por pessoa da faixa etária tal, o estado preenche e manda isso para nós. O estado preenche da forma que ele quer, da maneira que ele quer. Até acreditamos que pode haver uma maquiagem nesse dado, dependendo da necessidade daquela informação, ou pode até haver o erro humano na digitação da informação. Então, a pessoa da área de estatística está alimentado o sistema, ele coloca lá, são 10 e vem 100. Então, é um risco muito grande. Esse projeto foi concebido em 2004 e tem sérios problemas relacionados à confiabilidade da informação. Então, hoje a segurança pública quando vai trabalhar em estatística se ele não for usar os dados (?) ela usa essa base de dados aqui, que não é uma base de dados confiável. A gente já fez algumas avaliações dela e verificamos o seguinte: têm estados inteiros que aconteceram 200 furtos em um mês. Esse estado, nem na Suíça não se consegue ter 200 furtos num mês, e é um estado grande da Federação, no outro mês aparece 10.000 furtos. Então, não temos consistência dessa informação, sem falar que têm estados que alimentam e outros não alimentam. Esse sistema tem outros problemas relacionados à forma de colocar essa informação lá. Na parte de homicídios, alguns estados, é muito importante para a segurança pública que a gente leve em consideração para medir a criminalidade – que mandam informações de vítimas de homicídios. Têm estados que mandam ocorrências de homicídios. Então, por exemplo, o fato que aconteceu no Rio de Janeiro daquele cara que entrou da escola e matou 12 crianças. Quando foi mandada a informação para cá, era como se fosse um

2712 homicídio e foi o fato e não a quantidade vítimas. Em compensação, têm outros
2713 estados que mandam a quantidade de vítimas. Essa base de dados tem sérios
2714 problemas nesse sentido. A parte de dados operacionais das informações. Aqui
2715 estamos falando de estatística relacionada à segurança pública. Então, é a base de
2716 dados que temos especificamente de segurança pública. E tem a parte operacional
2717 que o sistema INFOSEG, acredito que vocês já ouviram falar e até utilizaram, que é
2718 um sistema que traz informações relacionadas às pessoas, a veículos, a armas. A
2719 gente busca informações da Receita Federal, sistema de CNH, Interpol, sistema de
2720 drogas. Esse sistema também foi concebido em 2002, e de lá para cá ele sofreu
2721 poucas melhorias. Hoje o sistema tem alguns problemas relacionados à parte de
2722 consultas, o controle, a auditoria é falha, não sei se alguns de vocês já devem visto,
2723 foi notícia de jornal, televisão, vendas de senha do Infoseg, falta ferramenta, é uma
2724 ferramenta antiga e que não tem esse tipo de controle. E outra a alimentação do
2725 Infoseg também é falha nesse sentido da periodicidade. Então, a Infoseg, por
2726 exemplo, a gente tem mandados de prisão. É um problema gravíssimo. Já
2727 aconteceu um fato de que um policial matou um cidadão na barreira da polícia, ele
2728 parou, consultou a Infoseg tinha um mandato de prisão em aberto. Só que ele já
2729 tinha cumprido o mandato de prisão e o estado não tinha dado baixa no sistema da
2730 Infoseg, porque não há essa interabilidade tão redonda como a gente espera. Então,
2731 o policial fez a abordagem no cidadão: “Você tem um mandato de prisão”, “Eu já
2732 cumpri”, “Não, está aqui que você tem mandato de prisão”, houve uma discussão, o
2733 policial quis levar o cidadão, houve uma agressão e acabou que o policial matou a
2734 pessoa. Para se ver aonde chegamos, isso foi um fato extremo, mas confusões
2735 desse tipo acontecem várias. Então, temos problema na periodicidade da
2736 alimentação desse sistema e a forma de alimentação. Então, hoje a Secretaria
2737 Nacional de Segurança Pública exige ao estado que envie mandatos de prisão, mas
2738 nós não estamos preocupados se o estado tem o controle de mandato de prisão.
2739 Muitas vezes, estamos exigindo uma informação que nem o próprio estado tem. E a
2740 Senasp simplesmente não, o problema é do estado. Qual é o modelo proposto para
2741 essa solução? É a gente integrar toda essa parte das informações porque à medida
2742 que eu peço um inquérito policial, então, lá no Infoseg, eu tenho lá a informação
2743 relacionada ao autor, então, quando eu digito eu vou lá, essa pessoa já tem uma
2744 passagem pela polícia, mas, ao mesmo tempo, eu preciso do inquérito para contar a
2745 parte de estatística, então, essa informação é a mesma, como eu tenho um dado
2746 detalhado e aí gera estatística. Então, a ideia qual é? É criar um portal onde eu
2747 tenho todas essas informações porque elas serão personalizadas através de três
2748 perfis de usuários, o usuário de nível estratégico, que, basicamente, é a parte de
2749 estatística, então é para o secretário, para o gestor de segurança pública, para o
2750 comandante de polícia etc. informações relacionadas a índices de criminalidade,
2751 onde acontece, quem comete, quando, então tem o mapa da criminalidade, então,
2752 esse nível estratégico seria mais a parte de estatística, extrair as informações
2753 estatísticas para produzir os diagnósticos. A parte operacional a gente restringe a
2754 esse policial na ponta, que está lá na rua, fazendo abordagem ao cidadão, são
2755 informações realmente necessárias para aquele fim. Então, se o policial está
2756 fazendo uma abordagem, ele não precisa saber se aquela pessoa foi uma vítima de
2757 um boletim de ocorrência ou de inquérito policial. Tem necessidade de saber se ela
2758 tem um mandato de prisão em aberto, se ela é uma fugitiva do sistema prisional, são
2759 informações mais específicas. Outro perfil, que é um perfil um pouco mais completo
2760 é o perfil de inteligência. No perfil de inteligência, eu chego a ter os dados mais
2761 detalhados, inclusive de vítimas, das partes envolvidas nos procedimentos. Então,

2762 vamos supor que um policial está fazendo uma investigação, o policial da área de
2763 inteligência de um determinado estado, ele chegou ao número de telefone lá numa
2764 escuta, numa operação que está fazendo, só que geralmente as pessoas registram
2765 os números de telefones em nome de outras pessoas. Então, quando ela vai lá à
2766 operadora pega o CPF e verifica que aquele telefone não é daquele cidadão. Mas,
2767 essa pessoa registrou um boletim de ocorrência como vítima de perda de celular, de
2768 agressão, qualquer coisa numa delegacia em outro estado. Então, ele vai ter já essa
2769 informação dessa pessoa. Esse nível de acesso vai ser muito mais controlado, tudo
2770 mundo vai ter certificação digital, para identificar quem acessou o quê, quando
2771 acessou, com esse perfil a gente evita, por exemplo, venda de senhas. Algo que
2772 seria impossível. Dentro do portal, a gente traria informações relacionadas a todos
2773 os sistemas possíveis. A secretária dá um exemplo muito interessante disso aqui:
2774 “isso aqui estamos falando de um lego”. Hoje a gente chegou à conclusão que eu
2775 posso ter esse número de informações, amanhã eu preciso integrar o outro banco
2776 de dados de outra área, simplesmente eu trago a caixinha aqui para dentro. Então, a
2777 solução está planejada para receber novas informações à medida do necessário.
2778 Aqui temos as ocorrências, sistema prisional. Perfil organizacional. Hoje quando a
2779 gente precisa saber qual que é o perfil dos policiais de segurança pública, não
2780 tenho, qual que é a idade média do policial, da região de fronteira, qual é a formação
2781 desse policial, nível de formação, nível de escolaridade, eu não tenho isso. Então,
2782 essas informações são muito importantes também. E aqui a parte de bens
2783 apreendidos, Interpol etc. Aqui seria mais um exemplo para entender como seria o
2784 funcionamento da solução. Eu fiz aqui um desenho para a gente entender bem. A
2785 gente fica falando como seria isso, como seria esse nível de acesso, como seria a
2786 cara dessa solução. A gente fez um protótipo aqui de como seria. No site da
2787 Secretaria Nacional de Segurança Pública onde eu tenho um link lá do Sinesp. No
2788 site de segurança pública, nós trazemos mais informações, hoje falta muita
2789 informação relacionada à penalidade. Então, se eu for fazer um estudo, por
2790 exemplo, um doutorado alguma coisa, eu não consigo informações sobre
2791 criminalidade. Então, a ideia é que Senasp publique essas informações depois de
2792 uma análise, depois de uma conferência e tudo. Então, a gente busca em sites de
2793 organizações não governamentais por exemplo. Eu clico no ícone Sinesp, vou trazer
2794 um site do Sinesp, especificamente, com informações relacionadas a estatísticas,
2795 produção da informação, efetuar o login no sistema, aqui eu vou ter um acesso
2796 restrito, obviamente isso aqui é um exemplo, essa tela vai ser um pouco mais
2797 complexa, deve trazer um teclado virtual, uma série de condições de segurança.
2798 Entro no sistema, a partir do momento que eu logo, essa é a cara do portal Sinesp.
2799 A gente está falando aqui em informações. E aí também vamos criar uma rede
2800 virtual onde eu consigo uma rede social da segurança pública. Então, eu vou ter que
2801 ir ao *facebook* aqui dentro, aí eu vou ter acesso, quem são as pessoas, eu preciso
2802 tratar as informações, principalmente a área de inteligência precisa muito disso. Meu
2803 estado faz fronteira com outro, eu não sei quem são as pessoas que estão de lá e
2804 pegar o telefone e ligar é algo muito complicado, às vezes você não está falando
2805 com a pessoa que não é daquela área. Então, há essa dificuldade. Então, vamos
2806 criar uma rede onde a gente verifica quais são os usuários que estão online, eu
2807 posso conversar com o usuário e tudo, aqui teria uma tela de notícias. Aqui eu estou
2808 no meu perfil operacional, esse policial está lá na ponta, na rua, esta tela também
2809 vai aparecer também num tablet, num smartphone, a solução vai estar preparada
2810 para rodar nessas plataformas. Então, eu vou ter número mais restrito de
2811 informações. Quando eu digito o nome do cidadão, eu vou trazer informações para

2812 aquele fim, eu sou um policial, sou um soldado e estou na rua fazendo abordagem.
2813 Então, vai trazer ali mandato de prisão, fuga, se aquela pessoa está respondendo a
2814 algum processo, algumas informações nesse sentido. Aqui, eu já tenho um perfil de
2815 inteligência, então tem aquela mesma consulta operacional, mas num nível de
2816 inteligência, aquele nível que tem o nível de acesso é muito maior onde eu trago
2817 muito mais informações sobre aquela pessoa que estou fazendo a consulta. Então,
2818 aqui a gente vai ter todo um controle de login, saber quem fez a consulta, a hora,
2819 quem fez etc sem a possibilidade dessa senha, por exemplo, ser vendida. Aqui eu já
2820 tenho um perfil de inteligência voltado para consultas estratégicas, aqui é uma tela
2821 que pode estar na tela do meu secretário, comandante da área, o delegado daquela
2822 área, onde ele vai ter todos os indicadores relacionados à segurança pública.
2823 Podendo inclusive estabelecer o que chamamos de *dashgboard* onde ele vai
2824 identificar exatamente o que está acontecendo. Então, eu vou definir aqui, por
2825 exemplo, quando o meu índice de homicídio chegar em 10 por 100.000 mil
2826 habitantes eu quero um alerta, além de produzir relatórios, comparar, vamos
2827 comparar inclusive informações de DataSus com a segurança pública. Eu quero
2828 saber a quantidade de homicídios na minha região comparada com o DataSus, eu
2829 quero saber a quantidade de ocorrências por policiais para saber como está o meu
2830 efetivo, distribuição de meu efetivo etc, então, seria uma consulta mais estratégica.
2831 No perfil de inteligência também a gente traria relatórios voltados para esse perfil.
2832 Hoje o pessoal que trabalha na área de inteligência já tem os relatórios específicos
2833 de algumas ferramentas, como essas que eu falei de escutas telefônicas. Então,
2834 eles trabalham com relatórios de formatos específicos. Hoje algumas ferramentas
2835 que fazem esse trabalho de telefonia trazem isso aqui como se fosse ligações
2836 telefônicas. Então, sempre que eu faço um relatório para saber quem ligou para
2837 quem, é esse relatório aqui que aparece na tela. Então, a gente também vai trazer
2838 essa informação para aquela relação que eu coloquei. Então, vou digitar o nome de
2839 uma pessoa, vou digitar o nome do Rogério. Aí vai trazer, o Rogério tem carro que
2840 foi de fulano, que foi Beltrano, tem duas multas, passou aqui, passou ali, o Rogério
2841 também passou pelo sistema prisional, cumpriu pena por isso. Então, vai trazer tudo
2842 isso, todas aquelas informações de todos aqueles sistemas dentro desse gráfico
2843 aqui, de uma forma bem mais prática para poder conseguir ver. Aqui a gente
2844 diminui, aumenta, a gente chama isso de relatório de árvore hiperbólica. Aqui é o
2845 exemplo que demos, do *chat* com vídeo, então, inclusive fazer identificação de
2846 preso, sei lá. Isso aqui vai ser uma ferramenta para as pessoas utilizarem e,
2847 importante, sempre para as pessoas utilizarem, sempre com controle, com login,
2848 quem fez o quê, auditoria, tudo. O fórum de discussão também. A gente vai criar
2849 isso. Vou colocar aqui qual é a melhor maneira em procedimento operacional para
2850 cumprir tal tarefa. Então, como eu disse, o usuário poderá publicar da maneira como
2851 ele achar melhor. Exemplo de enquete. E a rede social como eu coloquei, inclusive
2852 para publicar fotos ou coisas parecidas, de procurados, então, aconteceu roubo a
2853 banco na minha região com tal perfil. Aconteceu um roubo a banco com o mesmo
2854 perfil em outra região, eu vou lá para ter a informação, vou trazer a foto das pessoas
2855 procuradas, identifica-se pelo *modus operandi* deve ter sido a mesma quadrilha que
2856 fez o mesmo roubo. Então, tudo isso vai ser possível através dessa ferramenta. E aí
2857 uma coisa importante, vocês devem estar se perguntando: “Bom, ótimo, lindo isso
2858 aqui. Mas e essas informações?”. A gente falou lá no começo que a gente não tem
2859 um nível de informação muito confiável. Então, nós pensamos em como produzir
2860 todas essas informações em uma ferramenta nesse sentido e com informações
2861 realmente confiáveis. Então, nós dividimos o projeto em 3 grandes áreas de

2862 atuação. Este projeto aqui não é um projeto de tecnologia. O sistema é um só um
2863 detalhe. Isso que mostrei para vocês aqui tem várias ferramentas de mercado que
2864 faz tudo isso. O grande detalhe é o seguinte, onde está a minha informação? Eu
2865 posso confiar nessa informação? Para a gente chegar a esse nível de detalhamento,
2866 a gente dividiu o projeto com três grandes áreas de atuação. Uma de nível
2867 estratégico ou político, uma metodológica e uma tecnológica. Essa parte de nível
2868 estratégico é extremamente importante para a gente. O dado, a informação nasce lá
2869 no estado. O Governo Federal não produz nada de informação relacionada à
2870 segurança pública. Segurança Pública é uma atribuição constitucional do estado, do
2871 ente federado, quem registra o boletim de ocorrência é lá na ponta, quem faz
2872 inquéritos é lá na ponta. Então, é muito importante a pactuação com esses parceiros
2873 estaduais. Aí é algo muito importante. Eu vou exigir que o estado alimente essa
2874 base de dados nacional centralizada. Para isso, a gente criou um instrumento
2875 normativo para institucionalizar o Sinesp. É um projeto de lei que já está na Câmara,
2876 vai ser votado agora em junho, obrigando o estado a alimentar o Sinesp com seus
2877 dados, inclusive prevendo que se não fizer a alimentação não recebe recursos do
2878 Fundo Nacional de Segurança Pública, do Fundo Penitenciário e também no
2879 Pronasci. Então, tem isso lá na lei. Bom, para isso também, é algo muito importante
2880 nessa pactuação com os parceiros, é construir uma política de divulgação e
2881 compartilhamento das informações. Exemplo que eu dei do Rio de Janeiro, bom se o
2882 meu estado registra número de ocorrência e não registra número de vítimas, como é
2883 que eu comparo um estado com outro? Como que eu comparo um estado que
2884 registra 10 vítimas e outro que registra um homicídio ou apenas uma ocorrência?
2885 Então, isso é a grande reclamação nos estados porque a gente criou um
2886 ranqueamento de qual estado mais violento sendo que a gente não tem condições
2887 de fazer isso hoje, é impossível, todos esses números que são divulgados, me
2888 desculpem, eles não são verdadeiros, eles não representam a realidade do país.
2889 Quando se fala: “Olha, Alagoas é o estado mais violento do país com 80 homicídios
2890 por 100.000 habitantes”, mentira, nós não sabemos, nem Alagoas sabe. Porque os
2891 registros não são feitos de forma padronizada e por isso acontecem muitos erros.
2892 Então, não tem como comparar, para isso precisa tem que haver uma política para
2893 essa divulgação que vai ser construída junto com os entes federados, até porque
2894 eles, hoje, um ente fala para eles: “Bom, vou passar minha informação para você me
2895 ranquear? Para você dizer que eu sou o estado mais violento, você está me
2896 comparando com um estado que não faz alimentação?”, a gente tem que ficar
2897 calado porque realmente é isso que acontece. Quem manda a informação é o
2898 estado e manda do jeito que ele quer. Ele alimenta lá de forma manual, ninguém
2899 garante que essa informação é aquela ou não. Pode ser até que seja, mas até o
2900 estado levantar isso é difícil. Porque nem o estado tem ferramentas capazes de
2901 fazer esse levantamento. Então, para isso é importante essa construção dessa
2902 política de envio dessas informações. Bom, as definições metodológicas. A gente
2903 está falando aqui esse exemplo de homicídio, a gente tem que padronizar isso. Qual
2904 é a maneira correta de registrar? Hoje temos estados que alimentam, por exemplo,
2905 homicídio cometido por policial militar como auto de resistência. Isso não cai na base
2906 de dados como homicídios, ora é um homicídio. Depois lá no inquérito, no
2907 julgamento, o policial muitas das vezes vai ser absolvido, mas foi um homicídio, isso
2908 tem que ser registrado como homicídio. Um exemplo interessante, tem um estado,
2909 que não me lembro qual é que coloca morte por derrubada. O estado pode continuar
2910 registrando dessa forma, só que nós vamos entender de uma forma diferente aqui.
2911 Outro exemplo interessante, no Rio Grande do Sul, eu nunca tinha ouvido falar,

2912 abigeato, só quem é do Rio Grande do Sul sabe o que é abigeato, que é o roubo de
2913 gado. Então, como que eu comparo o número de roubo de gado do Rio Grande do
2914 Sul com Santa Catarina, sendo que o Rio Grande do Sul não registra roubo de gado.
2915 Ele coloca lá abigeato. Então, temos que padronizar esses formulários. Então, qual é
2916 a ideia? Temos que padronizar todos esses índices. Vamos ver o seguinte: abigeato,
2917 o que deu no Rio Grande do Sul, continua registrando abigeato, faz parte da cultura,
2918 não quer dizer que está errado. É o costume, mas só que quando essa informação
2919 for encaminhada para a gente, a gente vai ler de outra forma. Isso é só um exemplo,
2920 o nosso país é um país continental, temos costumes diferentes, culturas diferentes,
2921 então, como comparar essas informações? Não estou dizendo que está certo ou que
2922 está errado. Só que quando chegar na base de dados nacional para eu poder fazer
2923 comparações entre estados ou poder somar ou identificar quantas rés foram
2924 roubadas no país no mês passado? Eu preciso ter condições de contar isso. E para
2925 eu contar isso, eu preciso identificar qual a natureza criminal que deu origem àquela
2926 falta. E para isso nós vamos ter que definir um sistema classificatório. Olha, é correto
2927 eu afirmar que o policial que matou uma pessoa, um cidadão é auto de resistência?
2928 Se sim, tudo bem, mas a gente vai ler aqui como? É homicídio ou não homicídio?
2929 Por isso que tem que ter essa definição. Desenvolver formulário padronizado de
2930 registro de dados. Eu acho que vocês devem trabalhar com muitas informações
2931 relacionadas, por exemplo, a crimes violentos contra mulheres, gays, negros,
2932 brancos etc. Como é que eu vou buscar essa informação se ela não foi registrada no
2933 boletim de ocorrência? Como que eu vou tirar um relatório de motivação do meu
2934 homicídio se lá no boletim quando eu registrei, eu não coloquei a motivação, como
2935 que eu identifico os crimes passionais, crimes envolvendo drogas, como que eu
2936 faço? Eu preciso dessa informação que ela nasce lá da entrada do dado. A gente
2937 costuma dizer na área de tecnologia o seguinte: entra lixo, sai lixo. Se entrar um
2938 dado incorreto, vou te dar um relatório incorreto. Então, é muito importante essa
2939 padronização. Hoje você tem estados que não tem os seus procedimentos policiais
2940 padronizados ainda. Porque tem na capital informatizado, no interior não é
2941 informatizado, e no interior registra no *Word* e muitas vezes registra à mão. Têm
2942 vários estados que estão registrando boletim de ocorrência no interior à mão. Quem
2943 garante que ele vai colocar a faixa etária, por exemplo, da vítima? Porque é
2944 importante para a gente trabalhar com políticas públicas, a raça, a cor, como é que
2945 eu vou exigir? Se é manual, eu coloco o que eu quero. Então, isso é muito
2946 importante. Unidade de medida: quantidade de drogas apreendidas no país é
2947 impossível de checar essa informação hoje. No mesmo estado em vários locais eu
2948 coloco lá apreensão de pés da maconha, outro eu coloco papelote, outro unidade,
2949 outro eu coloco droga, para merla eu coloco lata, então, como vamos medir? E como
2950 eu vou comparar? Então, a gente precisa fazer essa padronização das unidades de
2951 medida. Essa parte metodológica, a gente costuma dizer que é a parte mais
2952 importante do projeto, é o grande diferencial. Um sistema informatizado, eu só posso
2953 informatizar um procedimento que já esteja padronizado. Um processo que esteja
2954 padronizado. Se eu não definir meu processo, eu não consigo informatizar. Então, o
2955 que a gente está propondo aqui é que antes de a gente trabalhar com toda parte da
2956 informatização, de definição, eu preciso primeiro padronizar os procedimentos
2957 policiais que dão origem a essas informações tão importantes para a segurança
2958 pública. Investimento na qualificação de profissionais da ponta. A gente também
2959 está prevendo no projeto treinamento para os policiais que fazem os registros para
2960 que a gente conscientize as pessoas da importância daquele dado que estou
2961 colocando lá na ponta. Aí vem a parte tecnológica do projeto. Que é aquilo que

2962 vimos. Então, eu já estou pactuado com os entes federados, todo mundo está
2963 consciente da importância do projeto, todo mundo já está dizendo que já vai mandar
2964 seus dados, os procedimentos já estão padronizados, inclusive essa parte
2965 metodológica. Eu vou falar um pouquinho sobre as datas porque agora em maio os
2966 procedimentos já vão ser padronizados. Agora, sim, é a hora de eu informatizar.
2967 Agora, é a hora de eu colocar aquela tela bonita para todo mundo acessar porque
2968 agora, sim, eu vou ter condições informações, realmente mais próximas da
2969 realidade. Para isso, nós vamos reestruturar o Ministério da Justiça para dar suporte
2970 ao projeto porque estamos falando de uma base de dados que, com certeza, vai ser
2971 a maior base de dados do país, a gente acha a Receita Federal grande, a gente
2972 acha o PSE grande, o Sinesp vai ser maior, com certeza o maior projeto de
2973 tecnologia e informatização do país. Não vai ter nada igual. Estamos falando de 400
2974 mil usuários utilizando, são 51 conexões simultâneas, registro de ocorrência no país
2975 inteiro. Então, precisamos estar estruturados para isso, a gente dar resposta para o
2976 estado. Vamos fazer a integração nos sistemas existentes como eu estava
2977 colocando naquele desenho do Infoseg. Existe um legado de informações, um
2978 histórico de informações, que por mais que elas não sejam tão confiáveis quanto
2979 gostaríamos, elas são importantes, pelo menos, para dar um padrão. Então, hoje,
2980 nós temos mais de 60 milhões de registros do SinespPC que são aquelas
2981 informações que são digitadas e encaminhadas pelos estados. A gente não pode
2982 simplesmente abandonar isso, jogar fora. Então, é importante também que esteja
2983 dentro do projeto pelo menos para se ter isso como histórico. Apoiar a estruturação
2984 tecnológica nos estados. Vocês se lembram quando eu falei, olha, o estado não tem
2985 mandato de prisão e eu estou exigindo que o estado mande para mim. Se ele não
2986 mandar ele não recebe dinheiro, o que ele vai fazer? Ele vai mandar, mas e a
2987 qualidade daquela informação? Para isso nós vamos estruturar os estados, já
2988 fizemos até um levantamento de todos estados, vendo quais as soluções que
2989 existem, qual a condição da área de tecnologia dos estados, para isso temos que
2990 estruturar e acompanhar esse processo. Desenvolver sistemas de cadastros de
2991 procedimentos policiais para os estados. No passado, a Senasp financiou muitos
2992 recursos para os estados desenvolverem ou adquirirem suas próprias soluções de
2993 tecnologia para sistemas de segurança pública. O que aconteceu? Criamos uma
2994 Torre de Babel de sistemas, cada um de um formato, cada um trazendo uma
2995 informação, e muitas vezes, houve um investimento no sistema, que tecnologia
2996 exige um investimento muito alto e o custeio é muito alto. A gente costuma dizer que
2997 se você compra um sistema por 100,00 reais você vai gastar 10,00 por ano para
2998 poder mantê-lo, no mínimo. Então, se eu fiz um investimento no sistema lá de
2999 atendimento de despacho gastei 10 milhões de reais, vou gastar pelo menos um
3000 milhão para deixá-lo funcionando. Então, muitos estados investiram em sistemas
3001 caríssimos de empresas multinacionais, códigos fonte da empresa fechados e
3002 durante o ano não funcionou, acabou a garantia o sistema deixou de funcionar. O
3003 que aconteceu? O estado entrou com novo projeto, a Senasp financiou novamente o
3004 sistema e hoje se formos avaliar poucos estão funcionando porque o estado não tem
3005 condição financeira, técnica e de pessoal de recursos humanos para manter esses
3006 sistemas. Qual a ideia? Nós vamos, ao invés de mandar o dinheiro para o estado,
3007 desenvolver um sistema centralizado, padronizando os sistemas policiais,
3008 padronizando os boletins de ocorrência, os PCOs, os inquéritos, já está tudo
3009 padronizando, vamos desenvolver um sistema e esse sistema vai ser repassado aos
3010 estados. Então: “não te dou dinheiro para você fazer, eu te dou o sistema”. “Mas, o
3011 meu estado já tem um sistema e funciona muito bem”, - - “não tem problema, pode

3012 continuar usando o seu que a gente vai integrar com o seu sistema, desde que ele
3013 atenda o que foi definido lá na parte metodológica. Desde que os campos que você
3014 tem lá no seu boletim, tenham as respostas que eu preciso”. Desenvolver
3015 ferramentas de consulta....basicamente aquelas telinhas que eu mostrei a vocês.
3016 Bom, criamos uma grande base de dados, mas eu preciso apresentar isso, ter
3017 ferramentas para trabalhar com isso. E essa ferramenta vai ser disponibilizada para
3018 os estados. Eu estou enviando a minha informação, mas eu quero ter essas
3019 informações de volta através dessas ferramentas. Aqui nós fizemos um desenho
3020 para entender bem esse funcionamento e colocamos alguns exemplos, atendimento
3021 estaduais, a parte de 190 e 193 que é Polícia Militar e Bombeiros, os boletins de
3022 ocorrência, estes da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal a gente
3023 hoje tem um problema muito grave porque os estados criticam muito a gente. Está
3024 tendo um projeto agora, o Anafron – Estratégia Nacional de Fronteiras – precisa de
3025 estabelecer quantidade de apreensão de drogas na região, os estados passam, mas
3026 os estados não têm de volta a quantidade de apreensões feita pela Polícia Federal.
3027 Então, os estados reclamam muito disso; “Olha, Senasp, eu mando informação para
3028 você, mas eu não tenho informação da Polícia Federal e é muito importante para
3029 mim, eu fico sabendo que a Polícia Federal fez uma apreensão de drogas pelo
3030 jornal, eu não tenho esse acesso”. Então, a ideia é que ele também tenha acesso a
3031 essas informações. Com isso a gente cria essa base de dados nacional, uma base
3032 de dados com dados centralizados e consolidados, com algumas informações em
3033 tempo real, por exemplo, mandato de prisão, fuga, isso tem que ter em tempo real.
3034 Fugiu, registrou no sistema prisional, alimenta o sistema nacional e já está na ponta
3035 para o policial ter acesso a isso. Outro exemplo bem interessante, aquele cidadão
3036 que matou aquelas crianças aqui em Luziânia. Não sei se vocês se lembram desse
3037 caso. Ele estava preso aqui Brasília, ele tinha um mandato de prisão em aberto em
3038 outro estado. Ele foi solto e cometeu os crimes. Por quê? Porque não tinha essas
3039 informações. O sistema prisional na hora cumpriu a pena? Ótimo, vou consultar. O
3040 sistema automaticamente vai gerar um alerta: “Olha, esse cara de vermelho na tela,
3041 essa pessoa tem um mandato de prisão em tal lugar”. Nós estamos falando aqui em
3042 salvar vidas. A gente já deu exemplos aqui que a informação tem esse poder. Com a
3043 sincronização dessas bases de dados, como eu disse, não importa se o estado é o
3044 Tocantins, que tem um sistema feito numa linguagem, Maranhão tem outra
3045 linguagem, independentemente da forma que ele foi feito, a gente vai criar um
3046 barramento e a gente vai buscar essa informação lá. É o que eu estava falando, a
3047 gente não vai impor para o estado que utilize a solução federal. Isso é uma opção do
3048 estado. Ele vai ter essa solução à sua disposição de forma gratuita. Mas, se ele
3049 quiser comprar uma solução, e deixar uma solução local, não tem problema, a gente
3050 vai buscar essa informação lá. Com essa base a gente começa a gerar aqueles
3051 relatórios que eu falei no começo. Então, vou ter painéis gerenciais, gráficos,
3052 relatórios, mapas estratégicos e podendo ter planos de ações em cima dessas
3053 informações. Aqui, a gente deu exemplo dos painéis gerenciais, então, a ideia é que
3054 a secretária nacional de Segurança Pública tenha essa informação na tela dela. Que
3055 ela possa ligar para o secretário de Segurança Pública de um determinado estado
3056 reclamando o seguinte: “Olha, secretário, está acontecendo muitos homicídios, se
3057 continuar assim o senhor não vai atingir a meta, está acontecendo alguma coisa,
3058 precisa de algum apoio?”, a gente vai agir de forma antecipada. Então, isso é muito
3059 importante que a ferramenta vai dar essa possibilidade com informações
3060 consolidadas. Aqui a gente colocou um exemplo de mapa estratégico, eu tenho lá o
3061 meu estado, clico e vejo a região, vou selecionar o nível de estado e vou ter

3062 condição de chegar até onde realmente aconteceu o fato. Então, realmente, vocês
3063 estão vendo que estamos falando de uma parte mais estratégica e uma parte mais
3064 operacional. O delegado da região vai ter acesso a isso. Ele vai identificar onde foi o
3065 crime, o que está acontecendo, inclusive a gente estava falando antes de ferramenta
3066 *de data mining*, são ferramentas que fazem uma (?) e indicam para o usuário onde
3067 aquela informação vai chegar. Por exemplo, sempre que acontece roubo a banco na
3068 minha cidade, a rota de fuga é essa e essa. Então, quando aconteceu já manda
3069 direto para esses locais, esperando o bandido, ele vai passar lá. Porque se uma vez
3070 deu certo, ele vai tentar a segunda. Então, o sistema, inclusive, vai dar essa visão
3071 para o agente de segurança pública. Repetindo a questão dos estados, a gente bate
3072 nisso, porque muita gente fala “Bem, mas meu estado já tem um sistema”, tudo bem,
3073 ali nós colocamos o estado A que já tem todo o sistema informatizado, a gente
3074 busca essas informações e joga na base de dados centralizada. O estado que não
3075 tem o sistema, vai utilizar o sistema que vai ficar hospedado aqui no Ministério da
3076 Justiça. Muito interessante essa opção aqui do estado B que o estado nem precisa
3077 ter infraestrutura lá. Ele vai usar infraestrutura local. Óbvio que tem que ter uma
3078 infraestrutura mínima, um computador, um link de internet, mas ele não ter um banco
3079 de dados, um servidor de banco de dados, onde precisa contratar um gerenciador
3080 de banco de dados que é um profissional caro, o sistema cai eu preciso chamar
3081 essa pessoa para subir o sistema porque ninguém consegue. Manter esse parque
3082 tecnológico atualizado, porque hoje se eu faço investimento em servidores em banco
3083 de dados, em servidores de aplicação num *data Center* daqui a três anos eu tenho
3084 que investir tudo de novo porque essas máquinas vão estar obsoletas. Então, a
3085 gente vai dar garantia de que esse sistema vai ser mantido aqui, vai ser atualizado
3086 pelo Ministério da Justiça. Aqui é um desenho mais prático da solução, a gente
3087 consegue identificar as informações que vão estar nessa base de dados nacional
3088 consolidada. Então, colocamos, sistemas estaduais, boletim de ocorrência, prisão
3089 em flagrante, inquéritos, boletins de atendimentos, controle administrativo onde tem
3090 informação de pessoal e equipamento, mandato de prisão entre outros. InfoGGI que
3091 é bem interessante, existe uma dificuldade muito grande da Senasp acompanhar o
3092 funcionamento dos GGIs, o GGIs realmente está ativo, está acontecendo as
3093 reuniões, o que está acontecendo? Os gabinetes que estão integrados terão acesso
3094 ao sistema, eles registrarão as reuniões, as demandas levantadas, com isso a gente
3095 vai conseguir inclusive colocar à disposição da secretária, do Conasp, informações,
3096 por exemplo, como o Gabinete de Gestão Integrada através de várias reuniões
3097 definiu que o principal investimento na cidade deve ser no sistema de
3098 videomonitoramento urbano. Só que quando eu abro o sistema para mandar
3099 projetos, só chegam projetos pedindo viatura, arma, colete: “Olha, governador, mas
3100 a cidade tal, prefeita, a cidade da senhora foi levantada através do Gabinete de
3101 Gestão Integrada que o principal problema é a parte de roubo e furto em comércio e
3102 a solução está no videomonitoramento e o seu projeto só veio pedindo viatura, e
3103 está aqui, o senhor tem tantas viaturas, tem tantas pessoas”, inclusive para a gente
3104 poder ter condição de avaliar isso. Ali o Sistema Nacional de Drogas, o GFunad, o
3105 Sistema de Apreensões de bens, o Infopen que tem toda parte de penitenciária, e
3106 outras bases de dados como o DataSus, Previdência. Previdência é muito
3107 interessante. Por que Previdência está ali? A Senad - Secretaria Nacional de
3108 Combate às Drogas, precisa de uma informação que é seguinte: eu quero saber
3109 quantas pessoas foram aposentadas por uso de drogas? Quanto custa isso para o
3110 país? A gente não tem essa informação hoje, a ideia é que a gente faça esse
3111 cruzamento, eu vou pegar lá, pessoas que foram pegadas usando drogas e foram

3112 aposentadas. Então, tem muita condição de fazer esses cruzamentos para gerar
3113 essas informações que são extremamente importantes. E outros sistemas. Isso tudo
3114 em cima de uma infraestrutura tecnológica capaz de sustentar todo esse processo.
3115 Bom, mas assim: “Rogério, muito bonito isso, qual o andamento do projeto?”. O
3116 projeto está acontecendo, aquelas duas primeiras fases estão em plena execução,
3117 aquela parte estratégica e metodológica onde a gente tem como principais entregas
3118 ainda para este ano, a padronização dos procedimentos. Então, toda aquela parte
3119 metodológica que colocamos, no dia 30 de maio a gente vai ter um padrão de
3120 boletim de ocorrência para o país, ver como vai ser feita a tipificação, com todas as
3121 informações que nós colocamos. Capacitação de profissionais é em agosto, início da
3122 alimentação da base de dados centralizada, então, vários estados já possuem
3123 sistemas informatizados. Então, ainda este ano nós não vamos ter o sistema nosso
3124 para a gente dar para os estados, mas os estados que já têm os sistemas
3125 informatizados, que são vários, hoje estão alimentando a sua base de dados de
3126 forma manual, sendo que eles já têm essa informação. Então, para esses estados a
3127 gente já vai buscara informação de forma automática. Então, o estado que já tem o
3128 boletim de ocorrência informatizado já vai cair na base de dados e esse processo
3129 (?). Início do funcionamento do portal em dezembro. Então, em dezembro já vai ter
3130 aquele portal com senha, com login para já começar a fazer as consultas. A gente
3131 está prevendo a parte de investimento nos estados, então isso aqui a gente vai estar
3132 com toda essa parte pronta, com a solução de relatórios já vai esta pronta e o ano
3133 que vem a gente já vai começar a desenvolver os sistemas para os estados e esses
3134 sistemas vão começar a entrar em produção já no ano que vem. Nós temos como
3135 meta, meta esta estabelecida pela presidência de colocar o sistema, automatizado
3136 já, nos 12 estados que têm cidades-sede da Copa do Mundo. Essa é a nossa meta.
3137 A gente acredita que vamos atingir outros estados já em 2013. Bom, é isso que eu
3138 tinha que colocar, aqui está o e-mail do projeto, sinesp@mj.gov.br, se vocês
3139 precisarem entrar em contato com a gente, a Suelen também tem os telefones
3140 fiquem à vontade, a gente está à disposição. Obrigado.

3141

3142 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3143

3144 Parabéns, doutor Rogério, nós vamos agora para uma rodada de debates. O senhor
3145 fique à vontade. Estão inscritos: Mariano, Tião, Heder, Marcio, Marcos Costa,
3146 Marcos Dias, Tereza, Joel Malta, Cynthia.

3147

3148 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
3149 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

3150

3151 Eu queria parabenizar pela apresentação. Esses sistemas quando são apresentados
3152 dão todas as soluções. Mas, operacionalizar é outra história. Primeiro, eu queria
3153 fazer um reparo: os dados até agora publicados podem ser falhos, mas dizer que
3154 não são verdadeiros, eu acho um exagero, até porque são dados do próprio governo
3155 federal e do Ministério da Justiça. O que saiu no anual do Fórum Nacional Brasileiro
3156 a fonte é do Ministério da Justiça, então, são dados falhos e não falsos. Acho muito
3157 forte a expressão. Eu tenho algumas preocupações que queria externar aqui. A
3158 primeira sobre a alimentação dos dados. Cada estado já tem uma lógica de fazer a
3159 alimentação diferenciada, como o apresentador bem disse sobre a diferença dos
3160 casos, que fala dos fatos e não dos números; chacina, por exemplo, há estado que
3161 coloca 30 chacinas ao ano e faz a porcentagem ano a ano. Não diz quantas

3162 chacinas e em cada chacina quantas pessoas morreram. Então, dado o número de
3163 chacina sem levantar o número de efetivo de mortos é estranho. Eu não sei se o
3164 estado em razão de perder recursos federais vai perder toda a sua metodologia. Eu
3165 achei um pouco otimista em dezembro estar funcionando da forma que foi
3166 apresentada. Eu disse aqui que se saísse em 8, 10 anos nós já estaríamos num
3167 prazo otimista. Tem outra questão que não foi levantada, as mortes de autoria
3168 desconhecida, que acho que tem que ser objeto desse sistema porque muitas vezes
3169 essas mortes estão envolvendo grupos de extermínio, que, inclusive, é um dos
3170 temas que este conselho colocou como referência para a 2ª Conferência Nacional
3171 de Segurança Pública. Por último, duas questões bem rápidas: onde o poder público
3172 municipal, as secretarias municipais, que pelo decreto do ex-presidente Lula, os
3173 municípios têm acesso à Infoseg, inclusive estamos discutindo com a secretária
3174 Regina uma portaria para facilitar o acesso ao Infoseg e em nenhum momento foi
3175 citado aqui os municípios, e eles têm um papel importante nesse sistema de
3176 informação. E quanto custa esse sistema? Porque um sistema dessa envergadura é
3177 importante sabermos qual é o custo, sobretudo, quando fala que vai disponibilizar o
3178 instrumento para os estados, então esse custo pode subir 20 vezes, então, se já
3179 está praticamente funcionando deve ter um levantamento geral qual é o custo da
3180 implantação do sistema como um todo e se esse software é nacional ou veio de
3181 algum país?

3182

3183 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

3184

3185 É claro que todo sucesso de um sistema como esse vai depender da qualidade da
3186 informação. Não é a tecnologia que vai dizer se vai ter sucesso ou não. Com relação
3187 a isso, eu fico extremamente preocupado porque, de fato, ninguém pode garantir,
3188 nem a lei de que a qualidade da informação será boa, eficiente, então, se se pensou
3189 em alguma coisa, além da legislação, ter uma qualidade da informação que justifique
3190 todo esse sistema? Isso é uma coisa. Outra coisa, os dados da Defesa Civil estão
3191 incluídos? Como áreas de risco, problemas climáticos, etc. Os fichas sujas vão estar
3192 aí também, porque vão estar desaparecidos, o cara que estava preso fugiu, os
3193 fichas sujas vão estar no sistema? Se a gente for fazer uma lei obrigando os estados
3194 a darem informação, eu não posso fazer uma lei obrigando os estados a ter padrão,
3195 um limite de redução de violência? Porque a lei diz isso, se não der informação, não
3196 vai receber recursos. Então, eu posso colocar na lei também que se não houver
3197 meta de redução de violência também não vai receber recursos da Senasp. A lógica
3198 é a mesma para as duas coisas. Estou colocando isso porque já coloquei isso aqui
3199 de outras vezes e me disseram que não pode, porque o ente federado não está
3200 obrigado a fazer o que a União quer. Bom, se a lei vai permitir isso, se é
3201 constitucional, então, eu também posso dizer que eu quero uma meta de redução de
3202 homicídio a ser cumprida a cada ano para que o estado receba financiamento
3203 público. Rota de tráficos de drogas e armas vão estar no sistema? E as armas do
3204 Exército vão estar integradas?

3205

3206 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças
3207 Militares Estaduais.- ANASPRA):**

3208

3209 Parabéns porque, na verdade, a gente precisava, por mais que isso não seja o
3210 mundo ideal, precisava de algo. Por mais que as críticas e as proposições que,
3211 eventualmente aqui apresentemos, devam ser incorporadas, mas louvar a iniciativa

3212 que felizmente ou infelizmente estará na mão de quem irá abastecer o sistema. Eu
3213 sou policial militar de Minas Gerais e gosto muito da situação do geoprocessamento.
3214 Nós trabalhamos com geoprocessamento, a gente consegue identificar as ZCs e o
3215 CVs. As ZCs são as zonas crenes de criminalidade e os CVs são os crimes
3216 violentos. Há uma identidade porque existem muitas questões e está muito claro
3217 para mim que esse sistema é de coleta de dados, não é de prevenção. Mas,
3218 pensou-se uma interligação entre os estados que usam o geoprocessamento para
3219 emprego operacional dos policiais militares que identificam os crimes violentos, que
3220 criam as zonas crenes de criminalidade para que possam ser cruzados com os
3221 dados efetivos de resultado porque quando você planeja um policiamento através do
3222 geoprocessamento você define as zonas crenes de criminalidade? Pensou-se
3223 nessa questão de aproveitar, fazer esse cruzamento com os estados que têm,
3224 porque aí você tem um diagnóstico que, de fato, o índice de ocorrência está saindo
3225 ou se ele está sendo mascarado porque os estados já usam o geoprocessamento
3226 para ZC e CV? E a outra questão é que os estados ou o estado, nós tivemos um
3227 debate, isso eu posso dizer porque foi motivo de audiência pública em Minas Gerais,
3228 que para atingimento de meta, crime violento, por exemplo, roubo, que é crime
3229 violento, os registros de ocorrência foram para extorsão mediante sequestro, que
3230 não é crime. Então, do ponto de vista dos crimes definidos, por mais que haja
3231 tipificação, penso que, por exemplo, homicídio é homicídio em qualquer
3232 circunstância, de acordo com o nosso Código Penal. Então, você tem as
3233 excludentes de licitude que vão definir se aquilo é ou não, mas penso que homicídio
3234 tem que dar homicídio. Agora, o caráter motivador se é racismo, se é homofóbico
3235 tem que ser identificado, mas não permitir que “o crime cometido foi em razão de
3236 auto de resistência”, não, crime é crime. Então, abrir um espaço para que seja:
3237 “olha, o devido processo legal ficou depurado que são as excludentes de licitude”,
3238 então, é outro estado que precisa, isso me chama a atenção. Quem terá acesso a
3239 essas informações? Porque pelo que entendi, pode ter passado despercebido para
3240 mim, é a secretária nacional, os secretários estaduais, os comandos das polícias
3241 militares nos quartéis, os delegados terão acesso? Isso é fundamental até para
3242 emprego operacional, porque o dado é real, a partir de registro, se ele for alimentado
3243 corretamente você tem uma informação *online* praticamente, então, essa é uma
3244 pergunta que, para mim, não ficou clara. E eu não percebi porque nós temos o
3245 controle externo das polícias. E o Ministério Público, ele está inserido nesse sistema
3246 com o recebimento dessas informações? Muito obrigado e parabéns. E mais uma
3247 vez, para quem não tinha nada e, evidentemente, que o controle social nessas
3248 ações também é fundamental para que não haja uma deturpação dos lançamentos.

3249
3250 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
3251 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

3252
3253 Considerando o termo de cooperação técnica que foi assinado entre Ministério da
3254 Justiça e Secretaria de Direitos Humanos e está sendo assinado com os governos
3255 estaduais, estão até refazendo porque eles eram assinados pelos secretários de
3256 Segurança Pública ou secretários de Justiça e parece que agora tanto o ministro
3257 José Eduardo, quanto a ministra Maria do Rosário querem que esse termo seja
3258 assinado, ele é baseado no Decreto 7037, pelo governo do estado, governadores e
3259 governadoras. E outra apresentação também que falava um pouco sobre o Sinesp, a
3260 gente já tinha colocado, e tinham afirmado que nós já temos uma recomendação
3261 pronta, inclusive, mas que nos Boletins de Ocorrência dos estados seria

3262 recomendado pela Sinesp que constasse quadros para motivação e conotação do
3263 crime, seja crime com conotação de homofobia, de racismo, de machismo ou
3264 qualquer outra forma de intolerância e discriminação. É só para saber se isso está
3265 garantido, se isso vai entrar? De que forma vai entrar? Quando que começa? Você
3266 já citou alguns prazos, mas se a gente tem essa garantia de que tanto orientação
3267 sexual, quanto à conotação do crime se está previsto?
3268

3269 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
3270 **– CNMP):**

3271

3272 Na realidade, esse sistema é fundamental para que possamos avançar justamente
3273 no alinhamento das metas, sem essa padronização nacional, mais importante do
3274 que o sistema, é a padronização da informação. E essa resistência dos estados em
3275 repassarem as informações e, de certa forma, do Governo Federal também, que tem
3276 que divulgar suas informações. Pelo que entendi, o sistema é modular, você não
3277 precisa ter um sistema que abarque todas essas informações, mas se ele tiver como
3278 conversar com os outros sistemas da Defesa Civil ele, na verdade, vai recuperar no
3279 sistema da Defesa Civil essas informações. Minhas dúvidas: a rede social já está
3280 pronta? Porque nós decidimos, inclusive, solicitar à presidência do Conasp que junto
3281 ao Ministério da Justiça, da área de tecnologia, a gente tentasse desenvolver uma
3282 rede social ou alguma coisa que melhorasse a comunicação entre os conselheiros.
3283 Talvez um perfil que eu acho importante que vocês possam desenvolver no Sinesp é
3284 o perfil do controle social. Que são basicamente os conselheiros e aí a expectativa é
3285 que haja um sistema de conselhos de Segurança Pública, abarcando desde o nível
3286 municipal, às vezes até o comunitário, passando pelos conselhos municipais, os
3287 conselhos estaduais. Então, existe uma boa perspectiva de um público que,
3288 necessariamente, terá interesse em acessar algumas das informações, mas não
3289 necessariamente aquelas operacionais e tal, mas, as estatísticas são importantes
3290 para você identificar como é que estão as políticas nacional, estadual ou municipal.
3291 Eu vi que o Sinesp agora já se chama Sinesp JC, o JC parece que foi colocado meio
3292 de lado que é justiça criminal, mas, eventualmente, está estabelecido que depois
3293 você vai ter que operar com CNJ, com o CNMP que faz a integração. Em relação ao
3294 Ministério Público, ainda que a gente não tenha, o Ministério Público, por lei, tem
3295 acesso a qualquer banco de dados. Então, é isso basicamente, rede social e
3296 controle social.

3297

3298 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3299

3300 Passamos ao doutor Rogério, para fazer as considerações nessa primeira etapa.
3301 Nós vamos contemplar todo mundo.

3302

3303 **O Sr. Rogério (Coordenador do Sinesp):**

3304

3305 Primeiro, é um projeto otimista sim. Eu sempre enxergo o copo meio cheio. Há uma
3306 necessidade e essa necessidade está aí, isso é fato. A gente tem que enfrentar e
3307 buscar uma solução. Após várias análises, eu visitei, dos 27, 25 estados da
3308 Federação, conhecendo seus sistemas informatizados e suas formas de registros.
3309 Então, realmente, acho que me expressei mal. Não é tudo lixo. Não é má vontade de
3310 fazer alimentação ou não. Muitas vezes, o estado não tem condição de fazer isso.
3311 Não tem ferramentas. Não é o nível tecnológico que vai resolver o problema, mas

3312 ela vai auxiliar nisso. A gente está falando aqui em milhares de registros de
3313 ocorrências diários, como que eu vou contar e identificar cada um deles sem a
3314 tecnologia, isso é impossível. Então, a partir do momento que eu não tenho a
3315 informação padronizada eu não consigo chegar a esse nível de conhecimento.
3316 Primeiro eu tenho o dado. O dado é o registro de ocorrência que está lá na
3317 delegacia arquivado. Aquilo não é informação. A partir do momento que eu trabalho
3318 aquilo, vou gerar conhecimento. A gente tem muitos dados, mas não temos
3319 informação e muito menos conhecimento disso. Vários estados têm feito vários
3320 processos nesse sentido e os investimentos mesmo em vários estados estão
3321 bastante adiantados. O doutor Héder falou sobre o geoprocessamento. Eu conheço
3322 o projeto de Minas. Eles fizeram, por exemplo, cada comando tem suas metas a
3323 serem cumpridas e todos eles são responsabilizados por isso, inclusive são
3324 premiados, ou não. É um trabalho muito interessante. O estado de Minas Gerais
3325 está muito avançado nesse processo, e outros estados também. A questão do
3326 padrão para o país, é o único jeito de chegarmos a essa questão. Está muito mais
3327 fácil do que a gente imagina. Praticamente, todos os procedimentos do país são
3328 iguais. Existe uma lei. O Código Penal é que diz lá que o meu inquérito tem que ser
3329 assim. Então, os estados não fogem muito disso. A padronização, a gente acredita
3330 que ela vai ser mais simples do que imaginávamos no começo. Depois que fizemos
3331 uma análise, pegamos os modelos de boletins, de procedimentos de todos os
3332 estados, foi contratado um consultor para consolidar essas informações para levar a
3333 proposta para a reunião com os estados, todos eles estarão presentes com seus
3334 representantes, vai acontecer em maio. A gente já fez o levantamento dessas
3335 informações e verificamos que tem mais ou menos o mesmo padrão. Dentro
3336 daqueles exemplos que eu citei, a gente vai ter problema, claro, de forma de registro
3337 nos estados. A gente vai respeitar isso. Se o estado disser: “Olha, quero registrar
3338 dessa forma”, tudo bem, como eu disse, nós estamos fazendo um (?), o bom da
3339 tecnologia é que ela permite isso. Então, não precisamos ter a mesma informação
3340 na ponta, agora, se você registrar a informação lá, eu vou entendê-la aqui como A +
3341 1. É isso. Vou deixar muito claro, para dezembro não é a solução completa. Para
3342 dezembro a gente vai ter a solução de acesso aqui dentro. Ter essa qualificação da
3343 informação é outra coisa. O projeto não garante a qualidade da informação. Ele cria
3344 métodos de melhorar essa informação. A gente vai dar condições para que o estado
3345 tenha possibilidade de registros melhorados e com isso menos intervenção humana.
3346 Quando eu registro o boletim de ocorrência, a própria vítima lê e diz se está correto
3347 ou não. Se eu registrar um boletim de ocorrência de furto e ele ler lá homicídio, a
3348 própria vítima diz que não é, o policial vai lá e corrige, qualquer um das partes
3349 envolvidas no processo. Então, se eu fui vítima de um furto, lá no meu estado, já vi
3350 isso várias vezes, depois fazíamos confronto, lê o histórico era furto, olhava lá era
3351 homicídio. Isso acontece demais. Quem vai garantir que essa informação vai estar
3352 correta tem que ser o próprio estado porque ele vai ser cobrado disso, vai ter alguém
3353 que vai olhar essas informações e vai cobrar do estado. É uma informação que o
3354 estado tem que ter esse cuidado. Então, a gente não garante a qualidade da
3355 informação, a gente minimiza os erros, os erros humanos, sejam eles propositais ou
3356 não. O sistema não entra em detalhe daquela informação, por exemplo, não somos
3357 nós formuladores do projeto que vamos dizer isso, obviamente, isso vai acontecer
3358 na reunião com as pessoas dos estados que participarão para discutir sobre essas
3359 formas de registro. Então, se eu preciso dessa informação, meu procedimento de
3360 registro de entrada de dado tem que estar previsto quem é o autor, se não tem
3361 autor, automaticamente, eu vou tirar o relatório e ver quais os boletins de ocorrência

3362 que não têm autores. Então, essa informação vai estar lá e eu vou poder produzir
3363 em qualquer uma das ferramentas e tirar relatório por bairro, por cidade, da forma
3364 que quiser, a informação vai estar lá. Os municípios fazem parte do projeto
3365 consultando as informações. A gente ainda não incluiu os municípios como
3366 produtores de dados, porque hoje, você tem as guardas municipais que não
3367 registram ocorrências. Basicamente, são fatos atípicos, isso tem que ser mais bem
3368 discutido sim, mas uma coisa é fato, a secretária já disse para a gente que os
3369 municípios deverão ter acesso a essas informações, sejam elas estratégicas ou
3370 operacionais onde tem guarda municipal que faz esse trabalho operacional. É uma
3371 dificuldade hoje, têm guardas municipais que não sabem onde o crime acontece
3372 porque não tem informação das polícias. A (?) tem informação sim dentro daqueles
3373 perfis de acesso das consultas. Quanto custa. O projeto é a longo prazo. O senhor
3374 falou tudo. A gente fala da maturidade do projeto em 10 anos. Essa é a nossa meta,
3375 em 10 anos esse sistema estar maduro. Em 10 anos, nós vamos ter todos os
3376 procedimentos do país iguais. É isso que é a nossa meta. No primeiro momento, não
3377 vamos ter isso. Cada estado vai definir sua solução, a gente vai sofrer resistência?
3378 Vai. Sem dúvida nenhuma. Estado não vai acessar o sistema, não vai alimentar o
3379 sistema por dinheiro. Alguns não, a gente sabe que tem estado que não precisa do
3380 dinheiro do Governo Federal. Por que ele vai acessar o sistema? Nós vamos criar
3381 uma ferramenta que vai dar informações para ele que a ferramenta local não vai dar
3382 essa informação. Ele não vai ter condições de comparar informações, por exemplo,
3383 com outros estados, de verificar o nível de criminalidade, de saber que uma ação no
3384 Rio de Janeiro, o traficante vai para Espírito Santo, vai para Minas Gerais etc, o
3385 sistema vai possibilitar isso. Não alimentou o sistema, não acessa o sistema. É o
3386 mais justo. Não é a lei que vai garantir. A lei só foi um instrumento a mais porque a
3387 previsão do não repasse de recurso já estava previsto no convênio. Só que, o que
3388 aconteceu? O estado não alimentava e o governador veio aqui falar com o ministro e
3389 o ministro não tinha nem forma de negar. Agora ele vai ter uma desculpa:
3390 “Governador, olha, eu tenho uma lei dizendo que eu não posso dar dinheiro para o
3391 senhor, eu quero, mas não posso”. A lei é mais nesse sentido, ela não vai resolver
3392 esse problema. A negociação, por isso que a gente criou aquelas três áreas, a
3393 primeira não é menos importante do que as outras que é a pactuação com os
3394 estados. A gente está ciente de que o dado nasce lá, e o ente federado é tudo nesse
3395 projeto. Sem ele nós não temos informações. Sobre a questão da publicação das
3396 informações. Sobre o custo, é um projeto a longo prazo. A gente tem uma previsão
3397 para este ano de investimento nessa parte de infraestrutura, aquisição de
3398 ferramentas, integração com os estados de 10 milhões de reais para este ano e de
3399 repasse para os estados de 30 milhões de reais, isso não está batido o martelo,
3400 ainda estamos chegando nesses valores porque esses custos são muito complexos,
3401 é uma solução que vai ter um custo a longo prazo. O escopo não está totalmente
3402 fechado. E outra coisa, se fôssemos liberar dinheiro para cada estado desenvolver
3403 seu sistema, eu iria gastar 27 vezes e eu vou gastar uma vez. A gente fez um
3404 levantamento por alto, o governo federal já gastou em torno de 200 milhões de reais
3405 em investimentos de sistemas informatizados. Então, a partir do momento que eu
3406 tenho um boletim de ocorrência, boletim de ocorrência para desenvolver com
3407 funções custa um milhão de reais, por exemplo. Ao invés de eu liberar um milhão de
3408 reais para cada estado fazer o seu, eu faço um por um milhão de reais e dou para o
3409 estado. Uma coisa que temos de incentivar nos estados: a gente não vai
3410 desenvolver todo sistema informatizado, a parte administrativa continua sendo do
3411 estado, nós vamos fomentar que o estado contrate sistemas onde o código-fonte é

3412 seu. Nós não vamos financiar mais sistemas fechados, códigos fechados que o
3413 estado fica dependente daquela empresa. Quando acaba o contrato, se ele não
3414 pagar manutenção, a empresa vai embora e deixa o estado sem o sistema. Então, o
3415 máximo que vamos fazer é isso. Para este ano temos este investimento interno,
3416 contratação, o Serpro é que vai fazer toda parte de tecnologia do projeto, que é uma
3417 área de processamento de dados do Governo Federal que tem uma equipe que
3418 desenvolve receita, passaporte, então, estamos contando com um corpo técnico
3419 realmente profissional nesse sentido. É difícil chegarmos nessa questão de valores,
3420 mas esses valores que eu passei para vocês não estão fechados, anda não
3421 chegamos à conclusão ainda de quanto será o repasse aos estados, mas uma coisa
3422 é fato, a gente vai investir nos estados. Desde que estejam em consonância com o
3423 projeto. Publicação de dados. Isso é uma questão muito sensível porque o dado
3424 publicado pelo Fórum Brasileiro é um dado do Ministério da Justiça, repassado ao
3425 MJ pelos estados. O Ministério da Justiça não produz informação nenhuma, a gente
3426 simplesmente pega aquilo que os estados mandam e repassa, mais nada, o MJ não
3427 produz informação, a informação é toda do estado. E no projeto, estamos deixando
3428 isso muito claro. A gente vai integrar com as bases de dados e buscar as
3429 informações, continua sendo responsabilidade do estado. E o que vamos dizer ao
3430 estado? “Nós vamos te ajudar a que você mande informações com mais qualidade,
3431 a gente vai dar treinamento”. A fonte do Ministério da Justiça é o estado, ele é o
3432 organizador das informações.

3433

3434 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
3435 **Segurança Pública):**

3436

3437 Até pouco tempo atrás, todas essas fontes do Ministério da Justiça eram feitas por
3438 *excell*, eram planilhas de 20 a 30 páginas, se preenchia quadradinho por quadrinho.

3439

3440 **O Sr. Rogério (Coordenador do Sinesp):**

3441

3442 Até hoje é assim. Só que não é no *excell*. É uma planilha desenvolvida numa
3443 ferramenta *web*. Ele continua alimentando de forma manual. Nós temos uma
3444 probabilidade de erro muito maior. Imagina um escrivão de polícia sentado à frente
3445 de um computador alimentando 300 campos todos os dias! Ele faz o trabalho dele,
3446 depois do expediente ele vai alimentar a planilha da Senasp. É algo complicado.
3447 Então, para este ano vamos colocar no ar e esses estados que já têm sistema
3448 informatizado, que são muitos, não são poucos não, talvez a maioria, a gente já vai
3449 buscar essa informação informatizada, vamos evitar que um escrivão de polícia
3450 termine o expediente dele e vai lançar as planilhas no *excell*. A gente já vai buscar a
3451 informação diretamente na base de dados. Qualidade da informação que foi
3452 colocada, a gente não garante a qualidade da informação, garantimos que vamos ter
3453 um sistema informatizado que vai limitar o escrivão registrar o que está ali. Ali, ele
3454 pode registrar uma coisa equivocada, isso pode acontecer. Talvez da minha
3455 empolgação, eu sou um apaixonado pelo projeto, como cidadão, porque, como eu
3456 falei, isso aqui salva vidas, a partir do momento que tenho uma informação correta.
3457 A gente vai ter que trabalhar com isso ao longo do tempo. Essas informações que
3458 estão sendo lançadas desde 2004, são 60 milhões de registros, como eu coloquei,
3459 agora que conseguimos ver numa ferramenta de relatórios, a gente viu que a
3460 informação está pior do que imaginávamos. Desde 2004, nunca tivemos uma
3461 ferramenta para poder avaliar isso. Quando faço uma comparação dos homicídios

3462 registrados no Sinesp pode ser que essa alimentação manual com o sistema do
3463 DataSus a discrepância está enorme. Isso é que nos leva a crer que a informação
3464 não está tão boa assim. Quanto à Defesa Civil, o sistema permite integrar todo o
3465 sistema de defesa civil nacional, a gente vai buscar a informação e compartilhar a
3466 lei. E o melhor, vamos ter condições de confrontar os dados da Defesa Civil com os
3467 Bombeiros, porque em muitos estados quem faz defesa civil é o Corpo de
3468 Bombeiros e este vai lá, por exemplo, no sistema de 193: “Está tendo um
3469 desabamento” o cara vai lá e registra, esse fato vai estar lá. Se amanhã alguém
3470 quiser saber se na região tal aconteceu um deslizamento, eu vou ter todo esse
3471 histórico, inclusive georreferenciada. É uma possibilidade, o sistema permite que
3472 isso aconteça, vai depender da Defesa Civil, vai depender de toda negociação com
3473 o órgão. Ficha suja, não sei responder, sinceramente, não sei. Se existisse ficha
3474 suja no Código Penal estaria lá. Eu vou ter condição de integrar. Eu vou ter condição
3475 de digitar o nome do cidadão lá, o sistema vai permitir, por exemplo, fazer
3476 automaticamente para o TSE quais os candidatos que têm um processo. O sistema
3477 vai dar essa informação, vai possibilitar esse cruzamento de forma automática. Meta
3478 para redução. Outra resposta que eu não tenho para o senhor - se pode colocar na
3479 lei exigindo que o estado tenha redução de homicídio e tal. Eu, particularmente,
3480 acho que não porque não depende só da segurança pública, depende de uma série
3481 de fatores. Quando a gente faz um diagnóstico real da segurança pública, inclusive
3482 comparado com o sistema de educação, com o sistema de saúde, etc, talvez a
3483 gente possa chegar a esse nível. Repito, o sistema permite: rotas de tráfico, o
3484 sistema vai dar essa informação. Onde eu apreendi? O sistema vai dar em tal lugar,
3485 quantidade de droga, perfil do traficante, isso vai estar lá. Integração com o Exército.
3486 A gente está promovendo integração com o Exército também, repito, o sistema
3487 permite, o Exército vai liberar a informação ou não? Eu acredito que vai liberar a
3488 informação porque hoje ele já alimenta o Infoseg, então, já temos lá essa informação
3489 de certa forma, vai possibilitar sim. A parte de prevenção. a ideia é democratizar a
3490 informação com controle de acesso, com controle de auditoria, mas a ideia é que o
3491 policial lá da ponta tenha acesso. Eu citei o exemplo de Minas Gerais, eu estive lá,
3492 talvez seja um dos projetos mais interessantes que eu já vi. Alguns projetos
3493 maravilhosos que eles têm lá e muitas vezes sem sistema informatizado. Tem uma
3494 equipe gigantesca lá dentro de um conselho, eu acho, que faz comparações de
3495 informações, estabelecendo metas para as áreas etc. então, o sistema vai permitir
3496 esse nível de acesso onde? Eu enxergo só a minha área. Então, pelo controle de
3497 usuário, a gente vai criar administradores estaduais, regionais e locais. Vamos supor
3498 que o senhor seja administrador de sistema lá em Minas Gerais. Então, o senhor vai
3499 dar acesso: “olha, meu regional vai ter acesso na regional dele. Vão chegar para
3500 mim as ocorrências registradas na sua regional. Não, eu quero que ele enxergue o
3501 estado todo”, os gestores estaduais vão ter essa possibilidade de difundir esse
3502 acesso da maneira que ele achar mais interessante. Então, a ideia que sim, que o
3503 policial lá na ponta tenha acesso à informação e que ele possa fazer prevenção
3504 assim. A gente estava falando da ferramenta *data mining*, vamos falar assim entre
3505 aspas: ela advinha o que vai acontecer. Vai ter uma ferramenta nesse sentido que
3506 vai dizer: “Olha, se continuar tendo crime nessa região vai avançar até tal lugar”. Lá
3507 no meu estado, a gente estava trabalhando com geoprocessamento e foi muito
3508 engraçado que o programador que era responsável pelo geoprocessamento me
3509 disse: “Rogério, vão roubar minha casa daqui a uns dias”, eu falei: “Por que, Bruno?”
3510 “Olha, roubaram aqui, aqui e aqui, estou indo em direção a minha casa”. O analista
3511 conseguiu enxergar pela ferramenta que deu essa opção. Então, eu clico inclusive

3512 no tempo, ele pigando do tempo, onde vai chegar? Aqui. Então, a ferramenta vai
3513 possibilitar, obviamente isso vai depender muito do amadurecimento do usuário,
3514 qualificação dele, num primeiro momento, ela deve estar mais em nível estadual.
3515 **(intervenção sem microfone)** dos crimes violentos, nesse trabalho de metodologia
3516 tem que definir o CVI que são os crimes violentos letais e intencionais, que hoje não
3517 está muito claro. O que é um crime violento? Tem lugar que usa latrocínio, tem lugar
3518 que não, tem lugar que coloca estupro, tem lugar que não coloca, então, esse
3519 trabalho metodológico tem que ser feito para que possamos comparar. O acesso já
3520 falei e o Ministério Público é óbvio que vai ter acesso, obviamente que vai depender
3521 do nível estratégico da Senasp em poder definir isso com o Ministério Público, mas
3522 claro que sim, de uma maneira melhor que tem hoje. A questão que o doutor Márcio
3523 colocou sobre a SDH. Eles tiveram conosco inclusive, a gente vai passar as
3524 informações para eles, eles vão ter acesso ao sistema, hoje eles têm muita
3525 dificuldade de ter acesso. A garantia da motivação. Isso eu não posso garantir, mas
3526 pelo que ouço falar das pessoas que vão trabalhar na parte metodológica, vai ter sim
3527 a motivação lá, inclusive, quais são as motivações porque estamos trabalhando com
3528 o pessoal das Mulheres da Paz, da redução de homicídios, então, o pessoal também
3529 tem a necessidade de saber qual motivação dos crimes. Eu não posso dar a
3530 garantia, mas pelo que estou ouvindo falar das pessoas e nas reuniões nos estados
3531 com certeza essa informação vai estar lá nos registros policiais. Agora, uma coisa
3532 importante, Márcio, é definir quais são as motivações. Eu vou prever meu campo de
3533 motivação, mas se eu permitir que esse cadastro seja feito de qualquer forma, é um
3534 problema. Pode criar um falso dado. Então, é importante que tenhamos ali a
3535 informação e que ela seja fácil do policial identificar também. Muitas vezes, a gente
3536 quer muita informação e a gente acaba complicando a vida de quem está
3537 registrando, então, as motivações são muito sem lógica, um exemplo, obviamente,
3538 eu estou falando aqui, mas não sou responsável por esse trabalho é o Depaid aqui,
3539 através da doutora Cristina Neme da Coordenação de Pesquisa. Eles é que estão
3540 colaborando com esse trabalho na parte metodológica. Então, qualquer dúvida, você
3541 pode entrar em contato com ela e reforçar essa necessidade de ter o campo de
3542 motivação e se vocês já tiverem quais são as motivações já cadastradas já pode ser
3543 repassado a eles, seria interessante.

3544

3545 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
3546 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

3547

3548 São deliberações de conferência e consta no termo de cooperação que foi assinado
3549 com os dois ministérios.

3550

3551 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3552 A gente já pode fazer os outros porque aí o senhor inclui na resposta.

3553

3554 **O Sr. Rogério (Coordenador do Sinesp):**

3555 Só falta a questão da rede social que fica pronta em dezembro e perfil de controle
3556 social que eu achei excelente ideia e que pode estar previsto no projeto.

3557

3558 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3559

3560 Bom, nós estamos com Marcos Dias, Tereza, Joel e Humberto. E agora Heder. A
3561 gente pode encerrar com essas 5 intervenções. Já são seis horas. Mas, se quiserem
3562 podemos ir mais além. Vamos encerrar com esses 5. Marcos Dias.

3563

3564 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
3565 **Federais – Fenaprf):**

3566

3567 Eu sou policial rodoviário federal e sou formado em análise de sistemas. Eu vejo que
3568 são desafios hercúleos, tanto estratégico, metodológico, de integração, estou mais
3569 confortável por ter escolhido ser policial em vez de atuar nessa área (risos). Eu
3570 compreendo os desafios de vocês. Eu queria chamar a atenção para o componente
3571 humano do sistema, que, muitas vezes, é priorizado apenas essa parte tecnológica.
3572 E a gente sabe que se não for valorizado o policial, se ele não for mais bem
3573 recrutado, selecionado e isso passa pela sua melhor remuneração, o sucesso do
3574 sistema pode ficar bastante prejudicado. Daqui a 10 anos, o senhor vai voltar aqui
3575 dizendo: “Olha, tínhamos todas as condições, mas o gargalo do sistema foi o
3576 homem que estava na ponta, operando, por causa da baixa qualificação do principal
3577 operador que é o policial, o sistema não logrou êxito”. Então, têm que ser feitas
3578 essas considerações. E é claro que não é uma solução que pode ser tomada
3579 imediatamente. Mas, eu queria também chamar a atenção para as informações que
3580 um policial na atividade-fim vai ter acesso. É muito pouco você informar ao policial
3581 que existe ou não mandado de prisão. A gente opera bastante, os policiais
3582 rodoviários federais, o Infoseg. Apesar de a informação muitas vezes estar bastante
3583 defasada, aquele detalhamento é importante porque, você sabe, se o mandado de
3584 prisão for por causa de um assalto, a abordagem já sobe de nível e você vai fazer
3585 uma busca por armas; tráfico de drogas, você vai procurar drogas, você vai tomar
3586 mais cuidado também na contenção de evitar fuga daquela pessoa. Se é por causa
3587 de uma pensão alimentícia, então o nível já não é tão elevado. Então, esse
3588 detalhamento é importante para a segurança tanto do abordado quanto para os
3589 policiais.

3590

3591 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores**
3592 **Gerais – CONDEGE):**

3593

3594 Eu queria verificar o seguinte. Voltando à lógica do sistema de Justiça. Existem
3595 muitas questões que empacam o inquérito, por exemplo, como a gente sabe que o
3596 sistema prisional está entupido exatamente porque a gente não encerra determinada
3597 demanda e não há cobrança dos institutos, eu acho fundamental, como proposição,
3598 que haja um diálogo no mesmo nível de tempo com as instituições, seja o executivo
3599 estadual com o CNJ, CNMP, defensorias públicas, para que, na verdade, a gente
3600 tenha um resultado, se em 10 anos ou se é em 5 não vai dar porque, por exemplo,
3601 na questão mesmo do flagrante. A gente tem uma lei federal que define que aquela
3602 pessoa que foi presa em flagrante, o auto tem que ser encaminhado ao familiar e,
3603 geralmente, na maioria das vezes, não tem endereço. A Defensoria Pública
3604 pergunta, logicamente, ao preso se ele não tem condições de pagar ou se ele tem
3605 advogado. Então, eu queria sugerir que houvesse essa interlocução no mesmo nível
3606 porque vai empacar quando chegar nessa questão. Primeiro que eu queria
3607 parabenizar pelo leiaute, eu não entendo muito de tecnologia, mas eu fiquei
3608 impressionada porque a gente sofre muito enquanto Defensoria Pública nas
3609 informações. Eu fiquei encantada, mas também acho que se não existir um

3610 componente de cobrança dura vai ser muito complicado. Acho que uma dessas
3611 proposições que o ministro quando esteve aqui colocou de não dar recurso àqueles
3612 que não cumprem esse papel, isso é importante. Outra questão também, a gente
3613 teve uma discussão aqui das drogas. E uma das coisas que a gente mais colocou foi
3614 que, às vezes, a gente vai para a questão privada porque a gente não tem recurso
3615 ou então as políticas que são definidas não são implementadas nos municípios e
3616 estados naquilo que se refere à prevenção. Eu queria também, se você falou, eu não
3617 vi, um esclarecimento, no componente das políticas, por exemplo, na questão das
3618 drogas que o sistema impõe, lógico que definição de metas tem que ficar definidas,
3619 mas também que se coloquem aí todas as políticas afirmativas e públicas para que
3620 os estados e municípios também haja a indisponibilidade de recursos quando isso
3621 não for cumprido porque, na maioria das vezes, a gente sabe, como bem disse
3622 Helder, o endereço de quem está em situação desprivilegiada no sistema prisional e
3623 na rua, tomando como base tudo aquilo que foi dito.

3624

3625 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais):**

3626

3627 Meu nome é Joel, sou comandante-geral da Guarda Civil Metropolitana de São
3628 Paulo e presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais. Parabéns pelo
3629 sistema. Já foi informada a minha dúvida, era o porquê as guardas municipais não
3630 foram contempladas nesse primeiro momento porque se trata de cadastro de
3631 informações de segurança pública. Quando a gente fala em trabalhar segurança
3632 com inteligência, eu acho que faltou realmente os dados das guardas municipais.
3633 Por quê? Hoje, nós somos 757 guardas municipais e nós conseguimos cadastrar no
3634 Conselho Nacional com quase 80 profissionais. As guardas estão inseridas no Plano
3635 Nacional de Segurança Pública. A maioria das guardas tem o atendimento 153, dou
3636 exemplo de São Paulo, nós atendemos a linha 153 que são ligações que a
3637 população faz ao atendimento da central de videomonitoramento e despacho da
3638 Guarda Civil de São Paulo, nós atendemos cerca de 10 mil ligações por dia. Temos
3639 hoje na cidade de São Paulo 6.500 guardas atuando. Atuamos na cidade com cerca
3640 de 400 viaturas. Temos um observatório de segurança e uma coordenadoria de
3641 análise de planejamento. Então, quando se fala que as guardas não sabem onde o
3642 crime acontece depende das polícias, isso não acontece com todas as guardas
3643 porque nós temos os *hots spots* de segurança mapeados. Então, um guarda no seu
3644 trabalho diário, seja no policiamento comunitário, no posto fixo ou de extensão, nós
3645 produzimos os dados. Temos um programa chamado de Pessoa em Situação de
3646 Risco e de Rua, nós atendemos essa população carente e encaminhamos essas
3647 pessoas, só que nesse encaminhamento também nós fazemos esse mapeamento,
3648 entrevistamos as pessoas e temos o cadastro ali de quem é foragido, quem tem uma
3649 passagem, então são dados que as guardas municipais hoje têm que são,
3650 extremamente, importantes para esse sistema. Então, eu acho que, realmente, o
3651 sistema é excelente, mas ele falha nesse primeiro momento, não aproveita essas
3652 informações, como eu disse, porque se é um sistema de segurança pública as
3653 guardas deveriam estar inseridas porque elas têm muitas informações. Temos na
3654 cidade de São Paulo, juntando com as câmeras da prefeitura, 8.500 câmeras de
3655 monitoramento. Estamos adquirindo aquelas câmeras inteligentes, as chamadas
3656 OCR, que vê a placa do veículo para verificar se o veículo tem multa, se foi roubado,
3657 furtado, então temos um banco de dados na cidade de São Paulo e muitas guardas
3658 têm o banco de dados ali da sua atuação diária. Acho que num segundo momento,
3659 tem que se pensar realmente de urgência de aproveitar essas informações

3660 importantes que as guardas municipais têm ali nos seus arquivos, é lógico que
3661 compartilham com as polícias, estou dando exemplo da cidade de São Paulo, mas
3662 nos estados são 186 guardas, num segundo momento contemplar essas
3663 informações que a gente vai trabalhar a segurança com inteligência, nós não
3664 podemos desprezar esse nível de informação que é aquele cruzamento de dados.
3665 Às vezes, o guarda mapeou onde tem as ocorrências policiais criminais ou não e
3666 isso pode servir para esse cruzamento de dados para melhorar a segurança dos
3667 municípios. Obrigado.

3668

3669 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
3670 **Periciais do Brasil):**

3671

3672 Boa-tarde, Rogério, parabéns pela iniciativa e trabalho de sua equipe. A nossa
3673 preocupação é a definição do CVLI porque hoje a Paraíba é mais violenta do que
3674 Rio e São Paulo pelas estatísticas atuais porque lá nós contabilizamos tudo e o
3675 nosso trabalho é feito exatamente por quem alimenta esses dados no setor da
3676 secretaria somos nós da política científica através do IML. Então, nós, todos os dias,
3677 às 8 horas da manhã, enviamos um relatório de todos os homicídios, de todos os
3678 corpos que foram necropsiados, com todos os dados, idade, sexo, tudo. Lá
3679 contabilizamos tudo. Agora se foi culposos, dolosos, mas contabilizamos tudo. Acho
3680 importante definir bem o que é CVLI para que possamos ter dados realmente
3681 confiáveis, que você falou, os dados não são confiáveis, mas também felizmente
3682 nossas estatísticas são todas pelo DataSus. No estado da Paraíba tivemos essa
3683 preocupação e todas as informações são vindas lá do IML porque são dados reais.
3684 Nossa margem de erro é muito curta. Mas a minha participação é deixar bem claro a
3685 definição de CVLI para que possamos ter um tratamento igualitário em números em
3686 todos os estados. Obrigado.

3687

3688 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
3689 **Militares Estaduais - ANASPRA):**

3690

3691 Rogério, peço primeiro desculpas porque fui atender a um telefonema da
3692 associação e tive que sair. Mas, aquilo que você se referiu são os CONSEPs, -
3693 Conselhos Municipais de Segurança Pública, que reúnem com as polícias civis e
3694 militares e avaliam os indicadores. Então, a partir dos indicadores demonstrados é
3695 que se discute o emprego do policiamento naquela região que é dividida por áreas,
3696 subáreas, ou seja, a sociedade civil em Belo Horizonte, tem o Consep que são os
3697 Conselhos Municipais de Segurança Pública, senta lá o capitão comandante de
3698 companhia, o delegado regional, o sargento que faz o lançamento dos dados, então,
3699 você tem, além da questão institucional já do lançamento dos dados, você tem o
3700 acompanhamento por parte da sociedade civil no lançamento de dados. E aí o que
3701 difere desse outro ponto que eu coloquei que é a subnotificação das ocorrências ou
3702 até alteração do tipo da ocorrência de roubo que se torna extorsão. Eu até ia te pedir
3703 um aparte porque existem alguns dados que são não confiáveis porque o próprio
3704 caderno da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública saiu um resultado de
3705 inquéritos relatados. E a gente sabe que independentemente da ocorrência ser
3706 registrada como furto e ser homicídio e vice-versa, ser alteração, gerará um
3707 inquérito, um TCO, e aí um pouco na linha do que a Tereza demonstrou como
3708 preocupação, isso é para um segundo momento, porque hoje qual é a estimativa
3709 que temos de inquéritos relatados, de processo que chega à Justiça e condenação?

3710 Isso tudo pressupõe a partir de registro do boletim de ocorrência que ele tem que ter
3711 um fim. Tem alguma coisa pensada nesse sentido? Porque aí, sim, daqui a 10, 15
3712 anos, nós teremos: “Olha, as policias do Brasil geraram um milhão de ocorrências e
3713 a partir daí resultaram em tantos inqueritos...”, é nesse sentido para eu saber se
3714 você está pensando nesse sistema um pouco mais à frente para não tenhamos que
3715 recriar outro modelo. É o sistema como um todo, deixando uma lacuna lá, daqui a
3716 pouco vai entrar esse aspecto. Obrigado.

3717

3718 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3719

3720 Obrigado, conselheiro Heder. Eu peço ao doutor Rogério as respostas e as suas
3721 considerações finais.

3722

3723 **O Sr. Rogério (Coordenador do Sinesp):**

3724

3725 Bom, ao colega aqui da Polícia Rodoviária Federal, Marcos, que bom que você
3726 sente um pouco a dor porque analista de sistema sofre mesmo. A questão do
3727 componente humano não depende só da gente. Dentro do projeto o que previmos?
3728 Os dados de segurança pública são muito voltados, a gente mede a produtividade
3729 do bandido, quando tiramos o relatório a gente está medindo a produtividade do
3730 bandido, nós não estamos medindo a produtividade dos órgãos de segurança
3731 pública, isso não significa que o número de homicídio está alto porque a polícia está
3732 trabalhando mal. Não sei, pode estar acontecendo algo lá, não está tendo
3733 subnotificação, não está sendo bem feita. O que estamos prevendo? Nós vamos
3734 incentivar os estados que invistam em sistemas de controle administrativo, onde ele
3735 tem lá o Diário Oficial informatizado, onde eu consigo identificar a formação de cada
3736 policial, onde ele está lotado, então, queremos ter informações para termos noção
3737 do corpo técnico da segurança pública do país, acho que envolve a Polícia
3738 Rodoviária Federal e a Polícia Federal nesse sentido. No projeto, estamos prevendo
3739 a parte de treinamento, num primeiro momento pelo menos uma semana a cada
3740 semestre em cada estado treinando pessoas, não vamos conseguir treinar todos os
3741 agentes de segurança pública num primeiro momento, mas vamos treinar os
3742 multiplicadores, vamos usar (?). No sistema, vamos colocar manuais muito práticos,
3743 inclusive, aqueles que a gente coloca os filmezinhos, como que registra e tal, vamos
3744 tentar ao máximo possível motivar esse policial que ele tenha pelo menos um
3745 sistema confiável na ponta, uma qualidade melhor. Conversando com o pessoal do
3746 Serpro, a gente está dizendo o seguinte, temos que ter no mínimo algo melhor do
3747 que o estado tem. Não pode ser igual, se for igual não vai usar. Isso é muito
3748 importante, é o limite que a gente consegue chegar. A partir dessa questão da (?) o
3749 sistema vai dar informações relacionadas a isso por exemplo. A gente vai ter
3750 condições de levantar isso, formatar uma política, pelo menos em cima de dados
3751 concretos dizendo qual é o problema. Então, isso é o limite que poderemos chegar
3752 ao sistema. Em relação ao acesso do policial, de uma forma bem rápida, mas,
3753 obviamente com o acesso ele vai detalhado para o policial que está lá na ponta, a
3754 gente tem consciência disso, o que a gente diz é o seguinte, quando eu registro um
3755 Boletim de Ocorrência, um inquerito, eu tenho dados das partes, todas as partes,
3756 testemunha, vítima e tal. Para esse que está lá na ponta não precisa saber se ele é
3757 vítima, se ele é parte envolvida. Só se ele for o autor. Então, o policial lá na ponta vai
3758 enxergar os dados do autor, aquele de inteligência vai enxergar inclusive os dados
3759 da vítima. Existem nos sistemas informatizados hoje quando o cidadão vai registrar

3760 um Boletim de Ocorrência ele já faz o confronto automaticamente com o sistema de
3761 mandato de prisão. Vocês não têm noção da quantidade de pessoas que a gente
3762 prende na delegacia que vai lá registrar um fato de furto de celular e o cara tem 3, 4
3763 mandados de prisão e ele vai à delegacia registrar. Lá no meu estado quando a
3764 gente colocou sistema de (?) toda hora o escrivão ligava para mim: “Pode prender
3765 mesmo, é verdade?”, “Pode prender, se falou que tem mandado de prisão é porque
3766 tem”. Inclusive um cidadão que foi lá tinha 3 homicídios e foi registrar um Boletim de
3767 Ocorrência de furto de celular. Então, nesse caso é importante termos informações
3768 inclusive de todas as partes envolvidas, mas num nível diferenciado. É onde eu digo,
3769 mas, obviamente, o policial na ponta é importante ele fazer consulta na hora da
3770 abordagem e tudo. Ele vai continuar tendo essas informações, mas de uma maneira
3771 mais controlada que o Infoseg permite hoje. A ideia não é substituir. A rede Infoseg
3772 continua funcionando, a cara é que vai mudar. Ele vai estar dentro de um portal,
3773 mais moderno, com controle de acesso. Em relação à doutora Tereza, a questão de
3774 diálogo com instituições. O projeto, já vou até adiantar a resposta das guardas
3775 municipais, foi dividido em etapas. O projeto é muito grande. A gente está falando do
3776 *Google* da segurança pública aqui. Temos um nível de informações muito grande, se
3777 nós não estabelecermos essa etapa, não conseguiríamos chegar à ponta. Então, o
3778 objetivo principal, qual é? Primeira coisa que precisamos: um diagnóstico da
3779 segurança pública, isso é o foco. É o objetivo principal. Onde busco mais
3780 informações relacionadas à segurança pública? Nos BOs e TCOs. Então, a gente
3781 direciona para BOs e TCOs. Estes vão pegar 95% dos meus registros. Eu tendo
3782 95% dos registros, estabelecendo as 400 cidades mais violentas do país, eu vou ter
3783 90%_dos registros de ocorrências do país. Então, eu já vou conseguir ter um
3784 direcionamento da minha política para irmos avançando para outros sistemas,
3785 buscando novos parceiros. O que a gente garante, nós aqui do projeto, é que o
3786 sistema, a tecnologia, a plataforma vai estar preparada para receber informações da
3787 Defensoria, se lá tiver alguma informação que seja importante para fazer o
3788 confronto, o sistema permite isso. Em relação ao inquérito policial no próximo
3789 momento vem o inquérito. No primeiro momento, vamos estabelecer como
3790 prioridade os BOs e TCOs. Então, nesse evento de maio, a gente vai padronizar os
3791 boletins de ocorrência e os TCOs. Em agosto terá outro evento para padronizar
3792 prisão em flagrante e inquérito. A ideia é a gente ter todo o ciclo da segurança
3793 pública, desde do 190 ou do 153, ou do 193 até o sistema prisional passando pelo
3794 Judiciário. Então, é importante a gente saber o seguinte: “Rogério, é confiável a
3795 tipificação provisória do BO?” Não, não é confiável, a gente sabe que não. A
3796 tipificação definitiva é a que está no inquérito policial. Mas, até a gente chegar lá,
3797 demora muito. A gente sabe que muitos fatos não geram inquéritos. Vamos ter
3798 condições de dizer o seguinte: aquele boletim de ocorrência que nasceu como
3799 tentativa de homicídio virou homicídio lá no inquérito por exemplo. Então, vamos ter
3800 condição de ter esse ciclo da segurança pública. Esse é o ideal. A gente sabe que
3801 isso é difícil. Não tem nenhum estado no Brasil que tem esse ciclo completo. Alguns
3802 estados tentaram fazer, por exemplo, de fazer Boletim de Ocorrência único onde o
3803 policial militar e o policial civil registram o mesmo fato para tentar resolver um pouco
3804 desse problema como em Minas, como Paraná que têm o RED, que é o registro
3805 único, mas sabemos que ainda têm muitos problemas nesse sentido. A Polícia
3806 Militar precisa de mais informações, acaba que o boletim fica muito completo, é uma
3807 dificuldade, o ideal é ter um procedimento integrado, não único no meu ponto de
3808 vista. É preciso que o cidadão ligue lá no 190 e diga “Minha casa foi furtada” e
3809 quando ele for à delegacia, acredito que ele nem precisaria ir, mas se ele for quando

3810 eu digitar o nome já traz todas as informações que o Polícia Militar registrou e ali dou
3811 continuidade, verifico se a natureza, a tipificação colocada lá realmente está de
3812 acordo com o Código Penal e tal. Então a gente pretende isso, vai depender muito
3813 dessas definições metodológicas e, obviamente, a gente vai ter uma dificuldade de
3814 integração das polícias, a gente sabe que isso não é simples, mas a ideia é que
3815 tenhamos esses procedimentos e que dentro da base de dados eu possa fazer as
3816 comparações. Joel, fiquei muito feliz com o que você colocou. A gente sabe que tem
3817 guardas municipais como a de vocês lá que tem esse nível de informação. Mas a
3818 gente sabe que muitas guardas hoje estão fazendo trabalho de trânsito, vigia de
3819 prédio, de parques e tal. Foi isso que eu quis dizer. Obviamente, a gente coloca de
3820 maneira genérica e tudo que não tem informações. E tem muitas informações, é
3821 importante para a gente. A gente tem um grande incentivador das guardas
3822 municipais que é o doutor Marcelo, meu chefe, você pode ter certeza que você tem
3823 um patrono lá junto. E está previsto no projeto a integração com as guardas
3824 municipais dos dados das guardas municipais que fazem parte do projeto. A gente
3825 quer fazer um trabalho com as guardas, como estamos fazendo com as polícias, de
3826 padronização dos procedimentos, de unificação dos procedimentos das guardas do
3827 país, de definir o trabalho das guardas, isso é um trabalho muito amplo. O senhor
3828 que é presidente do Conselho Nacional sabe disso. Então, gostaria muito depois a
3829 gente conversar de uma forma mais tranquila, que o senhor fizesse uma visita para
3830 a gente, eu gostaria de conhecer porque é uma área que realmente conheço pouco.
3831 A gente vai chegar nesse nível e o doutor Marcelo já colocou como prioridade no
3832 projeto, num primeiro momento acesso das guardas municipais às informações e
3833 num segundo momento trazer as informações das guardas municipais porque
3834 quando a gente fala de controle social, as guardas municipais têm mais informações
3835 do que as polícias, porque as polícias já há muito já definiram não registrar fatos
3836 atípicos, por exemplo. Então, faltam essas informações e as guardas têm, então nós
3837 pretendemos integrá-las. Bom, sistema de (?) é muito importante para a gente para
3838 fazermos consultas com placas, se teve homicídio, se estava parado naquele local.
3839 É importante para a gente. E em relação aos inquéritos, Heder, acho que está
3840 resolvido que vamos chegar nesse ponto e gostaria muito de agradecer a
3841 oportunidade de termos essa discussão, aprendo muito com isso. Infelizmente, não
3842 temos condição de visitar cada um, esse seria o ideal, é um projeto que tem uma
3843 dimensão muito grande, ambicioso. É um projeto que vai crescer a longo prazo, mas
3844 que vamos conseguir ter respostas rápidas. Então, por isso, a priorização desses
3845 registros neste momento. Eu conto muito com a participação dos senhores para
3846 vocês nos ajudarem no projeto, críticas, sugestões são muito importantes, nos
3847 procurem para ter mais informações, se quiserem conhecer mais detalhe do
3848 projeto...

3849

3850 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
3851 **Militares Estaduais - ANASPRA):**

3852

3853 Eu gostaria, se possível, Rogério, essas visitas que você faz aos estados porque o
3854 conselho, quer queira ou não, ele é o controle social dessas atividades, que numa
3855 próxima visita sua, convidasse um conselheiro daquela região, porque acaba
3856 fomentando isso, trazendo lá de dentro, porque se você é apresentado, você já tem
3857 condição de dizer: “Olha, o Governo Federal dentro deste estado tem...” É uma
3858 participação, eu sei que não vamos influenciar nos dados, mas que possamos
3859 acompanhar e que somos sabedores desse projeto.

3860
3861
3862
3863
3864
3865
3866
3867
3868
3869
3870
3871
3872
3873
3874
3875
3876
3877
3878
3879
3880
3881
3882
3883
3884
3885
3886
3887
3888
3889
3890
3891
3892
3893
3894
3895
3896
3897
3898
3899
3900
3901
3902
3903
3904
3905
3906
3907
3908
3909

O Sr. Rogério (Coordenador do Sinesp):

Muito importante, inclusive estou indo para Manaus na terça-feira para fazer uma apresentação lá para os chefes de inteligência da Região Norte e se tiver condições de passar os dados da pessoa lá de Manaus. Eu sempre vou conversando com a Suelen e a gente vai integrando isso. É isso. Os dados de vocês são muito importantes. O projeto, não somos donos da verdade, mas estamos quase um ano na parte de planejamento e contamos aqui com o auxílio do doutor Ricardo Novatel que é o gestor de Tecnologia do Ministério do Planejamento, especialista em gerenciamento de projetos. Hoje temos todo o acompanhamento do projeto dentro de um padrão de metodologia, inclusive foi colocado pela presidente como modelo na Esplanada, quando a gente vai fazer a parte de inquérito, está tudo detalhado lá dentro do planejamento do projeto...

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP):

Rogério, a gente está precisando de uma rede social. Quer tentar antecipar? Usar o Conasp como cobaia.

O Sr. Rogério (Coordenador do Sinesp):

Isso vai depender do seguinte, esse projeto do portal vai ser desenvolvido pelo Serpro. Na verdade, a gente tem contrato com o Serpro de consultoria, ele está nos ajudando na parte tecnológica e tem um contrato específico para desenvolvimento. A gente está prevendo que o Serpro preste serviço para a gente como ele presta para a Receita Federal, colocando a gente inclusive lá na ponta. A gente vai exigir muito do estado, vamos colocar inclusive um profissional nosso dentro do estado se ele quiser fazendo um trabalho lá para evitar “o sistema parou de alimentar, vai cair, meu servidor não está funcionando”, vamos ter um profissional lá para fazer esse trabalho. É só um parêntese aí que é importante. O contrato com o Serpro, estamos contato que ele seja assinado em julho, então para isso aqueles prazos. Acho que a gente consegue antecipar, o Serpro já fez toda a ferramenta, que tem um nome bonito, (?) o Serpro já a tem licenciada, eu acredito que essa ferramenta já pode ser colocada em produção antes desse prazo. A gente colocou dezembro que já vão estar todas as informações estatísticas, mas a rede social a gente pode antecipar sim. Agora, eu não consigo dizer para você ainda quanto tempo, mas vou fazer o possível.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP):

Mas, a gente poderia conversar aqui? Estabelecer um contato, fazendo o Conasp como uma cobaia. São várias pessoas de vários estados.

O Sr. Rogério (Coordenador do Sinesp):

Ótimo, excelente ideia, vai nos ajudar.

3910 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3911

3912 Eu queria agradecer ao doutor Rogério e ao doutor Ricardo pela bela apresentação.
3913 O Conasp vai posicionar de modo muito positivo como foi feito. Amanhã, estaremos
3914 aqui a partir das 9 horas para compensar, já vai ficar mais ou menos pronta a
3915 sugestão de recomendação.

3916

3917 **O Sr. Yves do Amaral Lesbaupin (Associação Brasileira de Organizações Não**
3918 **Governamentais – Abong):**

3919

3920 **(som insuficiente)** Eu sou representante da Abong no Rio, então está uma loucura.
3921 Hoje mesmo um funcionário da Secretaria-Geral da Presidência está neste momento
3922 pegando assinatura de uma pessoa da Abong que está aqui em Brasília, de
3923 passagem, no aeroporto e vai passar daqui a pouco para pegar minha assinatura,
3924 enfim, só para explicar que não vou estar aqui amanhã. Pedindo desculpas por isso.

3925

3926 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3927

3928 Ok. Obrigado. Até amanhã, se Deus quiser.

3929

3930

20/04/2012

3931

Manhã

3932

3933 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3934 **Pública – presidente do Conselho):**

3935

3936 ... São duzentos anos que a gente tenta aprovar essa lei e não consegue. E a
3937 Polícia Civil com essa idade não tem uma certidão de nascimento. Houve uma
3938 compreensão muito grande de todos, nós tínhamos representações de todas as
3939 categorias e conseguimos fechar em 34 artigos, bem enxutos porque a proposta de
3940 uma Lei Geral é essa, enxugar. E o ministro da Justiça tinha se comprometido que,
3941 desde que houvesse consenso, ele levaria a lei para o Congresso e agora
3942 esperamos a aprovação dessa lei. Eu agora vou fazer a interlocução com o CNCG e
3943 com os demais representantes da Polícia Militar porque também numa linha de
3944 buscar consenso, não só internamente, mas com os outros parceiros, eles realmente
3945 tiraram qualquer expressão que pudesse trazer o problema com competência.
3946 Então, foi muito bom. Depois o Heder tem que pegar esse projeto e levar porque é
3947 importante que nós dentro do Congresso consigamos aprovar isso. Acho que agora,
3948 Heder, temos uma tarefa maior que é a regulamentação do parágrafo 7º da
3949 Constituição do art. 144. Não adianta só ter a Lei Geral se a gente não disser com
3950 todas as letras o que compete a cada polícia. Ontem até havia um questionamento:
3951 “eu pertencço à polícia científica”. Eu disse: “Gente, é o seguinte, nós estamos
3952 trabalhando à luz de uma Constituição vigente, a Constituição é taxativa nas
3953 polícias, estão enumeradas lá no artigo 144. Nós podemos mudar isso? Podemos, É
3954 uma cláusula pétrea? Não é. Ela pode ser alterada. Mas, enquanto não for alterada,
3955 a Constituição é essa e lá não tem polícia científica”. Então, temos que tomar
3956 cuidado porque tudo que estivermos fazendo terá que ser à luz de uma Constituição
3957 que está aí. Acho que a gente agora regulamenta o parágrafo 7º, Heder, começa já
3958 um movimento da gente conseguir regulamentar esse parágrafo. Eu só vou fechar a
3959 redação, ontem ficamos o dia inteiro trabalhando nisso, e trago aqui para o Conasp

3960 porque, na realidade, estamos cumprindo uma das determinações da própria
3961 Conseg com relação às polícias. Estava junto conosco a Simone, o Benito, o
3962 Leoncio e o Gandra. No começo do ano, a Secretaria de Assuntos Legislativos me
3963 perguntou o que a gente queria pelo menos este ano, enquanto Senasp. Eu pedi
3964 então a Lei Geral da Polícia Civil, o marco regulatório das guardas municipais, o
3965 Sinesp que todos já sabem que é uma das nossas bandeiras e a regulamentação do
3966 parágrafo 7º. O Joel tem acompanhado um pouco a regulamentação das guardas, já
3967 estamos com o marco regulatório bem desenhado, já está na SAL para a produção
3968 da técnica legislativa. Agora podemos nos debruçar sobre o parágrafo 7º do art. 144.
3969 Ele é um pouco mais extenso. Abrange todas as nossas polícias. Talvez também o
3970 Conasp já pudesse constituir um grupo para ir trabalhando internamente e paralelo a
3971 isso alguém daqui representando o grupo da Senasp para que pudessemos ir
3972 fazendo esse link – Senasp / Conasp – e terminar a regulamentação em conjunto,
3973 acho que podemos tirar aqui uma representação.

3974

3975 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

3976

3977 Bom-dia a todos e todas. Uma informação, doutora: nós fizemos, se não me engano,
3978 quatro ou cinco reuniões com a liderança do coronel Augusto para regulamentar a
3979 Força Nacional. Chegamos a um consenso. Depois não pude mais acompanhar, o
3980 coronel saiu e não tive mais informação. Eu queria que a senhora pudesse me dar
3981 essa informação.

3982

3983 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança
3984 Pública – presidente do Conselho):**

3985

3986 Realmente, nós estamos pensando na formatação da Força Nacional. Força
3987 Nacional é um programa, todo mundo sabe, também já fechamos o grupo, já
3988 mandamos para a Secretaria de Assuntos Legislativos, mandamos para a
3989 Consultoria Jurídica e agora no âmbito do Governo Federal, a Casa Civil cria uma
3990 grupo de trabalho com as Forças Armadas e o Ministério da Justiça com a PRF, PF
3991 e a representação também da própria Força Nacional para que com o grupo de
3992 trabalho que já tinha sido preparado para preparar realmente o que vai instruir para
3993 a Casa Civil e a gente retorna para cá. É urgente isso para mim. Ontem eu ainda
3994 comentava que o rol taxativo das polícias no art. 144 dizia isso, embora tenha um
3995 pouco de diferença no que eu vou falar, mas assim, enquanto secretária municipal, a
3996 Guarda Municipal está na Constituição, parágrafo 8º, embora não tenha qualquer
3997 regulamentação, e aí dizer que a Guarda Municipal vai acabar, é uma realidade, não
3998 tem retrocesso. E há uma defasagem, tem um campo de trabalho que ninguém
3999 tomou conta e a Guarda aparece. É a mesma coisa a Força Nacional. Não vou
4000 entrar no mérito se ela deveria ou não ter sido criada, ela foi criada. Quando eu
4001 assumi a Senasp, nós tínhamos cinco operações em andamento pela Força
4002 Nacional, hoje nós temos 70. Eu tenho buscado muito cumprir aquilo que a lei
4003 determinada, ou seja, a não substituição da polícia, mesmo porque eu acho que
4004 podemos fazer isso porque o Estado tem responsabilidade sobre suas polícias,
4005 sobre seu custeio. Mas, veja bem, o sul da Bahia hoje, pau-brasil, como dizer que
4006 você não manda a Força para lá? Não tem jeito. Por quê? Porque temos que fazer
4007 um plano em conjunto. Então, na segunda-feira está indo para lá, a PRF, PF, Força
4008 Nacional e a polícia do estado porque a extensão do dano que pode ocasionar lá,
4009 após o julgamento do processo no dia 9 de maio, nós não temos nem como

4010 mensurar porque quem ganha a disputa lá de terra entre fazendeiros e índios, e se o
4011 Supremo disser que a terra é dos índios vai ter revolta dos fazendeiros, se disser
4012 que dos fazendeiros vai ter revolta dos índios. Então, temos só duas situações: o
4013 plano A e o plano B. Como nós vamos agir se foi de um jeito ou de outro. Mas dizer
4014 que só uma polícia dá conta não dá. Então, o que tem que ser feito é regulamentar o
4015 quanto antes a Força Nacional para que não tenhamos problema. E não tenha
4016 evasão de competência, não tenha nada, porque, felizmente, o Brasil é enorme e
4017 tem trabalho para todos.

4018

4019 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4020 **Federais – Fenaprf):**

4021

4022 Marcos Dias, representante da Fenaprf. Bom-dia a todos. O que eu acredito que a
4023 gente precisa discutir exaustivamente, não é a existência ou não da Força, mas o
4024 seu modelo, sua subordinação. Porque hoje praticamente somos três polícias
4025 federais, uma é a Força, ela encontrou um meio. O que era para ser apenas um
4026 programa. E essas operações, já me esbarrei com a Força Nacional em algumas
4027 operações que a gente não procurava saber daqueles militares o que eles estavam
4028 fazendo ali que ele não tinha muito a resposta, já estavam ali há seis meses, termina
4029 uma operação, emendou com outra. A gente precisa discutir esse modelo que pega
4030 o policial de um estado que já está carente de efetivo e leva para outro estado. Outra
4031 coisa é o custo também, enquanto nós temos duas Polícias Federais que poderiam
4032 atuar em muitas dessas operações. E que hoje você não vê assim, começou agora,
4033 talvez por causa da Copa e das Olimpíadas de se pensar num aumento do efetivo
4034 dessas polícias. E quando eu penso em Guarda Nacional, Força Nacional eu
4035 imaginava assim, uma melhor articulação, primeiramente das polícias locais. E o que
4036 nós temos visto nesse modelo é a introdução de uma nova polícia. Aí você reproduz
4037 o mesmo problema de falta de articulação, integração, comunicação,
4038 compartilhamento de informações, ou seja, você amplia o problema. Então, acho
4039 que temos de discutir realmente esse modelo exaustivamente, comparar números
4040 que a Força tem produzido contra as outras polícias que atuam em operações
4041 semelhantes para a gente ver o que nós podemos melhor, resgatar e oferecer de
4042 melhor para a sociedade.

4043

4044 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
4045 **Identificação – FENAPPI):**

4046

4047 Eu sou representante da Fenappi, vice-presidente da Federação dos
4048 Papiloscopistas. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar pela condução dos
4049 trabalhos da Lei Geral das Polícias Cíveis. A gente sabe que ali, tem uma expressão
4050 *parto de ouriço*, a gente sabe que, realmente, foi bastante complicado e eu tenho
4051 certeza que se não fosse o seu poder de persuasão e também contando com o
4052 apoio das outras entidades porque realmente duzentos anos sem uma identidade é
4053 terrível. Nós estivemos reunidos lá no seu gabinete e falamos dessa questão que
4054 seria difícil. Parabéns pela condução desses trabalhos aí. Eu acho que realmente
4055 está na hora de sair, se for consenso, eu tenho certeza que o Congresso Nacional
4056 não irá se opor. Mas, por hora, meus parabéns.

4057

4058 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
4059 **Sindapef):**

4060

4061 Eu fui testemunha da satisfação dos representantes da Polícia Civil. Bom, nessa
4062 mesma linha da regulamentação dessas forças de segurança, a gente tem trazido a
4063 preocupação da questão da segurança penitenciária que deve ser articulada com as
4064 outras forças de segurança, tem um papel evidentemente claro no processo de
4065 responsabilização, mas a gente não pode negar o viés da segurança pública dos
4066 trabalhadores da segurança penitenciária. Nesse sentido, Regina, eu gostaria de
4067 pedir o esforço e perguntar se existe alguma discussão da regulamentação da
4068 profissão se está na pauta do Ministério da Justiça. Sei também que essa é uma
4069 questão a ser tratada com o Depem e não com a Senasp, mas, de alguma forma,
4070 todo mundo está no Ministério da Justiça. A gente tem procurado estudar muito
4071 todos os pareceres, todas as normas em relação a essa questão e a gente entende
4072 que isso deve vir à baila em audiência pública e eu gostaria de saber se existe um
4073 indicativo para iniciar essa discussão dentro do Ministério da Justiça.

4074

4075 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4076 **Pública – presidente do Conselho):**

4077

4078 Eu seria até irônica se falasse para você que existe ou que não existe. Veja bem, eu,
4079 infelizmente, mal dou conta da minha secretária, e sou obrigada a falar que aquilo é
4080 um universo. Por favor, não entenda que tenha qualquer conotação aqui, mas a
4081 Senasp tem um porte de um ministério. Nós temos ministérios hoje que não tem nem
4082 orçamento, nem o contingente de servidores que tem a Senasp. Eu em nenhum
4083 momento troquei ideia com o Rossini sobre isso. Mas, eu concordo com você, é a
4084 mesma situação que estão as outras categorias. Eu vou pedir ao Guilherme que me
4085 lembre disso para pautarmos com o Rossini para ver em que situação está isso. Eu
4086 jamais traria aqui para você qualquer mentira. Eu digo para você que eu não me
4087 debrucei sobre isso com o Rossini. Marcos, eu tenho discutido muito o orçamento
4088 dentro do ministério. E não vou dizer a vocês aqui que estou satisfeita com o
4089 orçamento da Senasp ou que não estou, mesmo porque tem coisa que temos que
4090 nos adaptar. Não adianta porque se eu parar toda a minha agenda para ficar
4091 discutindo ou me queixando porque não tenho orçamento, eu não vou fazer nada,
4092 Marcos, vai passar um ano e vou ficar discutindo falta de orçamento. Se você
4093 perguntar a qualquer gestor se ele está satisfeito com o orçamento dele, ele terá,
4094 obrigatoriamente, de dizer para você que não porque se eu tivesse mais eu faria
4095 mais. Até chego a contestar por vezes se só orçamento se faz política porque nos
4096 últimos balanços que a gente teve, todo aumento orçamentário que houve em
4097 função da segurança pública e repasse aos estados não se traduziu em queda da
4098 criminalidade. Então, eu não sei se é só questão de orçamento ou se é questão de
4099 gestão dentro dos estados, ou se é questão de opção de política. Não é orçamento.
4100 Como também não acredito que a valorização profissional do servidor da segurança
4101 ou de outra categoria qualquer passe somente pelo salário. Se assim fosse, me
4102 desculpe, mas nós teríamos uma polícia de excelência no Distrito Federal e estamos
4103 com problema com a polícia do Distrito Federal e todo mundo sabe. Mas, eu tenho
4104 uma coisa para te dizer. Nunca dentro do ministério nós trabalhamos tão integrados,
4105 seja em nível de execução da política lá na ponta, seja em nível de planejamento
4106 das políticas com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal e a Senasp.
4107 No final do ano passado, nós tínhamos alguns parceiros que retornaram orçamento
4108 para a gente porque não conseguiram gastar. E eu mais do que depressa chamei a
4109 PRF e a PF e distribuí aquilo que estava lá entre as duas forças. Por que eu quero

4110 dizer isso? Porque eu tive uma discussão, nesse mesmo nível outro dia, com um
4111 membro de Polícia Federal onde a gente estava dizendo que precisaria fazer uma
4112 mudança interna dentro do ministério por conta de orçamento, eu não tenho
4113 problema de fazer isso em momento nenhum, a linha foi a seguinte: se a Força não
4114 existisse, a PF e a PRF tinham mais dinheiro. Isso não é verdade. E por que
4115 também que a Senasp precisa mandar dinheiro para os estados e municípios? E a
4116 minha fala foi a seguinte: o orçamento é desenhado de tal forma que não tem nada
4117 lá que diz Força Nacional, de Senasp. O papel da Senasp, eu entendo a Senasp
4118 como uma secretaria de indução de política e não um banco para subsidiar
4119 município e estado que não têm condição de arcar com o que é dela
4120 constitucionalmente. Então, ninguém vai ver a Senasp custeando armamento,
4121 colete, fardamento, desculpe, mas não é esse o papel da Senasp. Nosso papel é
4122 maior. Quem tem que custear isso para PF, PRF, Força Nacional é o Governo
4123 Federal. Então, eu não tenho problema algum de comprar viatura para a Polícia
4124 Rodoviária Federal, de comprar o que precisar para a Polícia Rodoviária Federal,
4125 mesmo a Polícia Rodoviária Federal tendo seu orçamento. Agora, o que nós temos
4126 de deixar bem claro é que a Força Nacional não vai invadir competência de
4127 ninguém, mas têm coisas que a própria Polícia Federal e a Polícia Rodoviária
4128 Federal por competência não podem fazer e a Força pode porque ela como um
4129 programa ela vai, entra no estado e apoia a polícia do estado dentro da sua
4130 competência. Coisa que a Polícia Rodoviária Federal não poderia fazer e nem
4131 tampouco a Polícia Federal. Então, assim, vamos discutir o modelo, mas vamos
4132 discutir dentro de bases sólidas. Nós não estamos ocupando lugar de ninguém e nós
4133 não estamos ocupando o orçamento de ninguém. Não quer dizer se a Força não
4134 existisse o que está lá na Senasp seria distribuído entre a Polícia Federal e a Polícia
4135 Rodoviária Federal, isso não é uma lógica verdadeira. Outra coisa, sou defensora
4136 árdua do gatilho automático para as polícias federais. Tenho ido junto com Maria
4137 Alice, com o Leandro Daiello no Planejamento. Não adianta somente abrir concurso,
4138 nós temos que deixar na lei que os claros devem ser preenchidos automaticamente
4139 porque senão daqui a 2, 3 anos nós estaremos lá brigando de novo no
4140 Planejamento. Então, é imediato o concurso? É. E, ao longo do tempo, o gatilho ser
4141 automático para preencher os claros porque senão vamos eternamente ter
4142 problema. Não se preocupem porque eu tenho comigo muito claro de que se a gente
4143 precisa alterar o modelo que está posto aí, nós temos que trocar a roda do carro
4144 com o carro andando. Eu tenho que alterar o modelo, mas o fato concreto é que eu
4145 tenho essas policias todas trabalhando em conjunto, eu tenho uma Constituição
4146 vigente, que eu não posso mudar e não posso sentar e cruzar os braços esperar o
4147 modelo ser alterado. Então, vamos trabalhar com o que temos. Quando eu assumi a
4148 Senasp, eu comecei uma visita pelo Brasil com o senhor ministro da Justiça. E
4149 dentro dessas visitas, que eu não sei por que, quando eu recebia a agenda de
4150 manhã estava lá, visita à Superintendência a Polícia Federal. Eu entrei no carro e
4151 disse: “Ministro, o senhor sabia que a gente tem duas policias federais e não uma
4152 só?”. Ele disse: “Claro que eu sei temos duas polícias”, “Só que quem faz sua
4153 agenda não deve saber disso porque se a gente tem Superintendência da Polícia
4154 Federal no estado que nós estamos, nós também temos Superintendência
4155 Rodoviária Federal”, mais precisamente estávamos no Paraná e foi aí que eu
4156 conheci Maria Alice porque nessa hora ele automaticamente disse para mim: “Nós
4157 vamos incluir essa visita em nossas agendas”. Num primeiro momento, o ministro
4158 Márcio Thomaz Bastos, vou falar só dos últimos anos para cá, por conta do próprio
4159 Pan-Americano e tal acaba criando a Força Nacional, depois vem e reforça a Polícia

4160 Federal, nenhum ministro pensou na Polícia Rodoviária Federal. E eu falei para ele
4161 que ele tinha um débito com a Polícia Rodoviária Federal. Marcos tem erros, só que,
4162 inegavelmente, nenhum ministro da Justiça deu tanta importância à Polícia
4163 Rodoviária Federal quanto o atual ministro. A Polícia Rodoviária Federal não era
4164 chamada sequer a discutir política conosco. Maria Alice, Geovani, o Rot, eles não
4165 saem da sala do ministro conosco. Tudo o que tem dentro da Casa Civil hoje a
4166 Polícia Rodoviária Federal está sentada à mesa discutindo. Então, eu acho que é
4167 um débito nosso, enquanto gestor, transformar a Polícia Rodoviária Federal naquilo
4168 que a gente levou a Polícia Federal, à excelência de gestão, de mídia, de tudo. Acho
4169 que temos de comemorar os avanços. E já tivemos avanços já dentro da Polícia
4170 Rodoviária Federal. O papel de vocês é importantíssimo buscando sempre a
4171 melhoria, mas não deixa de reconhecer que a gente já teve avanços, já tivemos sim.
4172 Tião, Silvio, Marcos, não temos quórum ainda por isso que estamos nesse debate
4173 aqui.

4174

4175 **O Sr. Sílvio Luiz Garcez (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
4176 **Brasil):**

4177

4178 Eu acho que a doutora Regina falou basicamente o que eu ia dizer com relação à
4179 Força Nacional. Se eu não estou com a memória ruim, o próprio diretor da Força
4180 esteve aqui explicando detalhadamente tudo que a Força fez e tudo que ela faz.
4181 Essa questão de competência é algo que fica bem claro, nós não podemos discutir
4182 competência. A competência de segurança pública é dos órgãos de segurança
4183 pública. A Força Nacional ocupa um espaço que os estados acabaram deixando no
4184 que se refere ao policiamento ostensivo, Polícia Civil e perícia. Questão de diárias, a
4185 PRF recebe diárias como a Força recebe. Então, eu não vejo o porquê dessa
4186 preocupação. Efetivamente hoje, se a Força Nacional não existisse, nós teríamos
4187 sérios problemas de ordem pública nos estados. A Força não entra nos estados,
4188 apesar de as pessoas pensarem, para intervir ou ditar regras, ela vai quando é
4189 solicitada. Eu vou tentar dizer aqui como é que funciona: o governador do estado
4190 solicita ao ministro de Estado, em caráter episódico e planejado, a atuação da Força.
4191 Isso é submetido à apreciação da doutora Regina Miki, que é a secretária Nacional
4192 que passa por uma nota técnica dentro da Força e, se for o caso, a Força vai atuar
4193 mediante pedido da solicitação do estado. Não há intervenção. Essa questão de
4194 competência é muito seria, a PRF ou PF, por exemplo, nesse caso dos índios lá da
4195 Bahia, ela não tem nem efetivo pra poder segurar o que vai acontecer lá. Se não
4196 fosse a Força hoje nós teríamos um problema sério. Eu posso falar com muita
4197 tranquilidade porque eu participei, junto com o nosso colega Sebastião, do grupo
4198 que discutiu essa questão da Força. Acho sim que a Força precisa ser discutida
4199 ampla e irrestritamente, mas, com toda isenção de ânimos, é preciso que tenhamos
4200 também cuidado para não ficar sendo corporativos e puxando a *brasa para a nossa*
4201 *sardinha*. A nossa sardinha é o Brasil, temos que pensar na ordem pública e a Força
4202 é, efetivamente hoje, um programa que atende a necessidade que os próprios
4203 estados, aí eu não entro no mérito da discussão, não conseguiram ocupar. Os
4204 estados têm deficiências na questão da ordem pública e se a Força hoje atua e ela
4205 atua efetivamente trazendo muitos benefícios, ela atua aquilo que o estado pede.
4206 Obrigado.

4207

4208 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4209 **Pública – presidente do Conselho):**

4210
4211
4212
4213
4214
4215
4216
4217
4218
4219
4220
4221
4222
4223
4224
4225
4226
4227
4228
4229
4230
4231
4232
4233
4234
4235
4236
4237
4238
4239
4240
4241
4242
4243
4244
4245
4246
4247
4248
4249
4250
4251
4252
4253
4254
4255
4256
4257
4258
4259

Eu só peço para complementar um pouquinho. Todo pedido que tem vindo da Força, mesmo o pedido de garantia de lei e ordem, ele tem sido amplamente discutido entre o ministro da Justiça e eu, exatamente para a gente não tirar responsabilidade do estado. O estado-membro tem responsabilidades que ele não quer assumir. Girau, por exemplo, é uma usina. Tem interesse federal que aquela usina termine? Tem. É uma obra federal, claro que tem interesse. O que aconteceu? Eles montaram uma cidade. É a segunda cidade maior do estado de Rondônia. Tirando a capital é lá. São quase 27 mil pessoas morando lá. Num dos acampamentos, tem a margem esquerda, a margem direita, isso Girau, depois tem Santo Antonio que está perto ainda. Mas, num dos acampamentos, tem 7 cinemas. Quando a gente fala de uma usina ninguém tem dimensão do que é aquilo. O pedido que nos chegou primeiro era para o Exército ir para lá. O ministro da Justiça me pediu uma avaliação e eu disse a ele: “Me perdoe, mas isso não é caso para Exército”. Isso é caso de segurança pública, isso é caso de polícia, não é caso de defesa. O secretário de estado me liga e diz o seguinte:” “Olha, da outra vez, eu coloquei meus policiais lá, gastei meus materiais do estado e repus, aquilo lá é problema de crime tem que ir o Exército” como se o Governo Federal fosse obrigado a repor material, ou seja, armamento menos letal e tudo mais. Eu disse: “Olha, secretário, se é problema de crime mais uma razão para não ir o Exército, ir a polícia”. Então, montamos um grupo, o ministro chamou o ministro da Defesa, Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência, montamos um grupo. Nós vamos apresentar um plano de segurança, inclusive, para as empresas do consórcio porque elas levaram gente para lá e elas não têm controle daquela porcaria, aquilo entra quem quer, sai quem quer. O fogo que foi colocado lá, não foi como falamos, eu tenho a filmagem, tenho tudo, não foi querosene, não, foi vela, vela em cima da cama. Eles tiraram o material deles, quem programou a história, tirou seu material, temos a filmagem, tirou suas mochilinhas, indo para a rodoviária, deixaram uma vela acesa em cima de uma cama de um colchão de plástico. Não precisa mais nada. Você acende uma vela em vários alojamentos que são de 4 a 6 camas, quando a gente fala alojamento dá impressão daqueles monstros, não, são 4 a 6 camas, com ar condicionado, com refeitório, rodoviária, é tudo arrumadinho lá dentro. Tanto é que a Justiça do Trabalho foi até lá, a juíza foi fazer uma vistoria *in loco* deu um laudo dizendo que as condições de trabalho são excelentes. Agora, o que não dá e eu falei muito claramente na última reunião, não dá para por a Força Nacional lá ou o reforço de policial para desequilibrar a relação empregatícia. Porque na hora que eu ponho a Força Nacional lá e a empresa se sente confortavelmente protegida, eu enfraqueço os trabalhadores na relação empregatícia. Então, você tem que dar segurança ao local, mas também não posso fortalecer um lado da história. Olha, Marcos, eu vou dizer um negócio para você. Amo o que faço, adora ser a secretária Nacional de Segurança Pública. Só tem um negócio: as decisões às vezes são, como você que está lá na ponta, é fração de segundos para eu dizer: faço ou não faço aquilo. É fração de segundos e eu tenha total certeza de que ajo ali naquela ponta achando que estou fazendo o melhor. Meu pensamento é só um. Se eu deixar de atender agora, com toda deficiência que está, vai sair morte e, seja lá quem for, meu papel é proteger. E é isso que eu penso ali na ponta, Marcos. E tento por meio da própria política, e é o que estamos fazendo aqui, é mudar esse cenário. Mas, enquanto não mudar...

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):

4260

4261 Doutora Regina, duas questões que nós estamos carentes de informação: a
4262 primeira, o ministro da Justiça tinha nos dito que tão logo tivesse o orçamento nós
4263 seríamos informados de qual seria o orçamento geral do MJ para 2012 e, se já tiver
4264 saído, qual foi o contingenciamento que tivemos. E segundo sobre o Plano de
4265 Redução de Violência que foi encaminhado, segundo o ministro, para a Casa Civil e
4266 em que pé está.

4267

4268 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
4269 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

4270

4271 Bom-dia a todos e todas. Não é nem assunto que estejamos debatendo aqui, apesar
4272 da importância de todos eles. É inclusive um apelo aos conselheiros e conselheiras
4273 e solicitação à secretaria executiva, sei que lá atrás, lá no início, nós recebemos os
4274 contratos de todos os conselheiros e conselheiras e eu quero reforçar, solicitar
4275 novamente lista com os telefones de todos os conselheiros e conselheiras. Eu não
4276 me incomodo de fazer interurbano e gastar meu celular para que a gente consiga
4277 aprovar as nossas recomendações e seguir a nossa pauta como ela tem que ser
4278 porque a exemplo da solicitação do Héder e da nossa Câmara Técnica também, nós
4279 estamos desde o ano passado para aprovar algumas recomendações e elas vão
4280 sendo empurradas pela falta de quórum, ou falta de interesse pelo tema mesmo de
4281 conselheiros e conselheiras. Fica aí a solicitação e da próxima reunião quero de
4282 novo aquela listinha com dias dos voos, números dos voos e horários do voo,
4283 porque tem conselheiro que chega no dia, só aparece no outro, chega num dia, não
4284 aparece mais e a gente tem que saber disso. Obrigado.

4285

4286 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4287 **Segurança Pública):**

4288

4289 Eu já solicitei. A Cynthia já ligou para todas as pessoas de Brasília hoje de manhã.
4290 Ontem à noite nós ligamos, eu mandei mensagem para todos eles ontem pelo
4291 celular, recebi resposta de alguns. Dos nossos conselheiros que estão com
4292 passagem emitida e diária paga para estar aqui hoje, só tem um que não está. O
4293 restante está aqui representados de alguma forma, não está tendo problema nesse
4294 sentido. Todos os conselheiros de Brasília, a Cynthia acabou de ligar para todos de
4295 manhã novamente.

4296

4297 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4298 **Federais – Fenaprf):**

4299

4300 Eu sei que essa questão da Força Nacional é bastante sensível. É por isso que
4301 demanda realmente uma discussão aprofundada, a gente tem que pensar nesse
4302 modelo que passa pela alteração do art. 144, pela regulamentação do parágrafo 7º.
4303 As competências da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal também nessa
4304 reformulação podem vir a atender esse papel que a Força faz. E questão de efetivo,
4305 realmente, é uma questão que eu fico confortável, Regina, quando você defende
4306 esse gatilho, quando você falou gatilho eu imaginei o gatilho remuneratório...(risos).

4307

4308 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4309 **Pública – presidente do Conselho):**

4310

4311 Eu defendo pauta institucional, eu não sou sindicalista (risos).

4312

4313 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4314 **Federais – Fenaprf):**

4315

4316 Só fazendo uma analogia, depois eu volto com o gatilho do efetivo. Porque é um
4317 absurdo a gente ter que reivindicar reajuste de salário para o governo, porque o
4318 próprio governo chega naqueles índices de inflação, então ele reconhece que o
4319 salário está defasado naquele período, mas você tem que brigar para o reajuste.
4320 Ainda mais absurdo é o sindicalista brigar pela recomposição do efetivo da
4321 ocupação daquelas vagas que o governo já criou. Nós que ocupamos o Congresso
4322 em 2009 para que fossem criadas mais 3.000 vagas, até hoje não foi nem
4323 completado o efetivo que a gente tinha naquela época. Imagina essas 3.000 mil
4324 vagas, sem contar com o quadro administrativo que não existia na Polícia Rodoviária
4325 Federal, foi criado pela mesma lei e até hoje não foi feito um concurso. Você não
4326 tem um servidor administrativo na Polícia Rodoviária Federal a não ser aqueles
4327 emprestados de outros órgãos ou os terceirizados, ou seja, você ocupa 20% de
4328 policiais na parte administrativa. Essa questão de efetivo, de competências, o
4329 mesmo caminho que vai ter percorrer a Força Nacional nessa discussão de modelo,
4330 também seria contemplada as polícias Federal e Rodoviária Federal. A Federação
4331 Nacional dos Policiais Rodoviários Federais reconhece, desde a gestão do então
4332 ministro Tarso Genro, que houve um melhor reconhecimento da Polícia Rodoviária
4333 Federal, essa visibilidade porque eram dois pesos distintos entre Polícia Federal e
4334 Polícia Rodoviária Federal. E se começou então a olhar os números da Polícia
4335 Rodoviária Federal e hoje nós vemos que o espaço ocupado, com algumas
4336 ressalvas, claro, devido à natureza de cada polícia, estão equiparados. E que é um
4337 reconhecimento devido, mas a gente agradece. Eu estive em Rondônia em agosto,
4338 em junho nós tivemos a apresentação do Plano de Fronteiras. Eu fiquei maravilhado
4339 com o plano. Tudo que é muito bom quando a gente vai para a ponta aí que a gente
4340 vê os desafios, as dificuldades. A gente reconhece a dificuldade dos gestores,
4341 quando eu falo aqui da Guarda é o que vejo aqui lá na ponta, quando eu falo na falta
4342 de integração, eu não estou jogando pedras, é o que eu vejo na prática. Em
4343 novembro voltei em Rondônia, na operação sentinela quando foi desencadeada a
4344 operação ágata. Então, eu vi a falta de integração, a falta de comunicação, tudo
4345 aquilo que foi apresentado aqui no plano não foi alcançado. A gente vê o efetivo da
4346 Marinha, a gente tem uma liberdade, conversa com todos os efetivos, o Exército, as
4347 próprias barreiras no Exército desmontadas nas rodovias federais, com ausência a
4348 Polícia Rodoviária Federal e as próprias barreiras, esses pontos de fiscalização que
4349 tinham lá do Exército, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Civil, Polícia Militar, o
4350 Exército não conseguia se comunicar com a outra base. O pessoal da Marinha para
4351 patrulhar o Rio Madeira, é um risco, não só do tráfico de drogas, mas do próprio
4352 despreparo do Exército da Bolívia, existem abordagens lá tensas, eles não se
4353 comunicavam com o pessoal do Exército que estava lá. Então, essa falta de
4354 comunicação, de integração, é o que eu vejo na prática. Então, a gente vê, é um
4355 princípio antigo, ele continua, quando esse plano é pensado pelo gestor você tem
4356 uma maçã, você desce um nível, você tem uma laranja, lá na ponta continua aquele
4357 limão, e a gente ainda procura descascar e fazer uma limonada. Eu reconheço que
4358 houve grandes avanços, mas a gente precisa se debruçar nessa questão não só da
4359 Força Nacional, mas de integração entre as polícias a gente precisa avançar nesse

4360 sentido. Eu fiquei alojado naquela cidadezinha, você deve ter passado por ela, Nova
4361 Mutum Paraná. Então, a gente reconhece os desafios que estão postos, mas acho
4362 que se houvesse maior atenção à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Federal nós
4363 teríamos uso menor da Força de Segurança. E até uma economia. Lá quando você
4364 passa pelo km 47 pelo posto da Polícia Rodoviária Federal é o último posto da
4365 Polícia Rodoviária Federal no estado de Rondônia, na fronteira, dois policiais por
4366 turno de serviço. Quer dizer, a porta de entrada do tráfico de drogas no nosso país,
4367 dois policiais vão atender acidente a 100, 200 quilômetros. Então, precisa dessa
4368 atenção, precisa desse aumento do efetivo e é justificado pelos números que a
4369 gente apresenta, apesar dessa defasagem. E eu agradeço a você por esse
4370 empenho e reconhecimento da Polícia Rodoviária Federal.

4371

4372 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
4373 **Militares Estaduais -- ANASPRA):**

4374

4375 Bom-dia a todos e a todas. Eu vou aproveitar que a gente não tem quórum, a gente
4376 não tem conhecimento se nessas grandes obras, eu fui muitos anos da polícia de
4377 meio ambiente, polícia florestal, no meio ambiente já trabalha muitos anos com o
4378 EIA e Rima que são relatórios de impacto ambiental e estudos de meio ambiente. E
4379 não temos informação, Regina, se nessas grandes obras, principalmente, não só do
4380 PAC, mas para a Copa, se é feito o relatório de impacto da segurança pública
4381 porque quando você leva 40.000 pessoas para um espaço desértico, a segurança
4382 pública fica comprometida. Eu não sei se é acompanhado ou não pelo relatório de
4383 impacto na segurança pública porque a obra precisa ser construída e isso traz todo
4384 um diferencial para aquela comunidade, a questão da violência sexual, etc.. Eu
4385 fiquei surpreso, estive em Rondônia, mas não tive a oportunidade de ir local. E
4386 outra coisa, Regina, que a gente tem dialogado enquanto Anaspra, dentro do
4387 princípio da lealdade, você não estava presente ontem, eu trouxe uma situação que
4388 ainda não a tenho depurada, e, evidentemente, trata-se de uma decisão política. É
4389 que nós trabalhadores tínhamos tido um canal dentro da Secretaria de Direitos
4390 Humanos e estávamos trabalhando o Programa Nacional de Direitos Humanos para
4391 os Profissionais de Segurança Pública. A gente acompanha esse trabalho há quase
4392 dois anos, e fomos surpreendidos com a informação, inclusive, um seminário que
4393 estava preparado no Rio de Janeiro foi cancelado, e foi extinta aquela secretaria que
4394 cuidava dos assuntos dos profissionais de segurança pública dentro da Secretaria
4395 de Direitos Humanos. Foi alocada para o Ministério da Justiça. E aí a gente gostaria
4396 da especial fineza que, evidentemente, após ter sido uma decisão política, eu acho
4397 difícil... Um aparte? Claro.

4398

4399 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
4400 **Polícia-FNOP):**

4401

4402 Eu tinha me inscrito e entre outros pontos que eu queria tratar é justamente esse,
4403 que diz respeito diretamente a nossa interlocução porque lá junto desse programa
4404 de direitos humanos de segurança pública está também o nosso Programa de Apoio
4405 às Ouvidorias de Polícia. E a esse propósito, está agendado o Fórum Nacional de
4406 Ouvidoria de Polícia uma audiência no dia 10 de maio com a nossa ministra de
4407 Direitos Humanos. Eu estou pegando carona, o grande avanço que vemos desde a
4408 1ª Conferência é justamente realizando paradigmas. Então, nessa linha, eu
4409 aproveito também para dizer que todos os méritos e créditos que a Força Nacional

4410 de Segurança Pública tem, no meu ponto de vista nasce com um vício de origem
4411 porque não tem um controle social. O virtuoso ciclo do controle social, aquela luta
4412 que temos pela criação de ouvidorias na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária
4413 Federal, a Força então se tornou mais difícil o controle social porque são pessoas
4414 mobilizadas de diferentes estados e que a gente perde o contato com eles depois.
4415 Dou um exemplo concreto, a Força de Segurança Nacional a pedido da ex-
4416 secretária Eurídice, ainda no governo Jacson, fez uma ação em socorro ao sistema
4417 penitenciário lá no Maranhão. E lá nós tivemos sérias denúncias de abuso do
4418 excesso. e tivemos uma boa interlocução com inspetores da Força de Segurança
4419 Nacional que foram mobilizados para isso. Porém, nós não conseguimos
4420 acompanhar todo esse ciclo virtuoso porque como as pessoas mobilizadas para a
4421 Força são pessoas de distintos estados, elas depois foram desmobilizadas e nós
4422 sequer sabemos se elas foram suficientemente apuradas, corrigidas. Temos notícia
4423 de arquivamento de alguns processos, mas a gente queria ver como é que isso.
4424 Então, eu aproveito essa carona para dizer, nós, também, comungamos dessa
4425 preocupação, aliás esse é um assunto pautado com a ministra dos Direitos
4426 Humanos e queria aproveitar esse carona para dizer do nosso sonho de ver no
4427 restabelecimento desse paradigma, a criação de ouvidoria nas polícias federais.
4428 Aliás, o governo federal desde muito apoia as ouvidorias e isso tem sido um
4429 simbolicamente um apoio forte para o estado, mas ele precisa dar seu exemplo
4430 dentro de cada criando esses instrumentos de rede de controle interna, externa e
4431 social da atividade policial. Muito obrigado.

4432

4433 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
4434 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

4435

4436 Muito obrigado, conselheiro. Mas, então, secretária, evidentemente que eu não
4437 posso pegar um discurso de vitimização de uma categoria, e aí me permita, sem
4438 juízo de valor apenas entendimento, e sem condenar ninguém em absoluto, mas, o
4439 senso nosso que discutimos essa desarticulação, pode até ter sido pensada antes,
4440 mas o resultado foi agora, para nós é sentimento e sentimento não geram direitos. O
4441 que nos causa no mínimo estranheza é que essa desarticulação na secretaria, isso
4442 pode ser coincidência, claro, não estou aqui afirmando, ela se dá justamente quando
4443 nós tivemos alguns movimentos reivindicatórios e que a base da primeira
4444 negociação não deixava de ser anistia, mas é uma anistia administrativa que a gente
4445 cobra. Então, qual que é porta de entrada para uma anistia? É a Secretaria de
4446 Direitos Humanos. Então, a gente perde essa força que nunca tivemos que era
4447 acesso aos direitos humanos, até porque historicamente os profissionais são
4448 acusados de violadores dos direitos humanos, e, nesse sentido, a gente fica meio
4449 perdido. Não com a vinda, muito pelo contrário, até porque se a gente tivesse que
4450 avaliar do ponto de vista mais de proximidade, se esse projeto estivesse dentro do
4451 Ministério da Justiça, nós como estamos dentro do Conasp, talvez tivéssemos até
4452 mais acesso. O conselheiro Ribamar falou em carona, agora a Anaspra quer uma
4453 carona porque a gente tem solicitado audiência com a presidente do CNJ por uma
4454 questão de aviltagem dos direitos e não conseguimos. Nós solicitamos uma
4455 audiência com a ministra dos Direitos Humanos, não conseguimos. Ou seja, por isso
4456 que eu disse de não vitimizar, eu acho até que eu tenho que sair desse papel de
4457 mero expectador e passar a ser protagonista das discussões, mas para nós em
4458 comparação a outras categorias dos profissionais de segurança pública, para os
4459 praças serem recebidos por uma ministra ou por um ministro é extremamente difícil

4460 e quase impossível porque temos tentado audiência com a ministra de Direitos
4461 Humanos não temos conseguido, tentamos com o ministro da Justiça não
4462 conseguimos, conseguimos com a secretária, mas a categoria de praça não tem tido
4463 sucesso para levar suas demandas e ser ouvida. Isso é lamentável sob todos os
4464 aspectos.

4465

4466 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4467 **Pública – presidente do Conselho):**

4468

4469 Se vocês falarem que eu não ouço vocês, eu mato vocês (risos).

4470

4471 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
4472 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

4473

4474 Não, pelo contrário, eu frisei isso. Eu acabei de dizer, o ministro não nos recebe, a
4475 ministra não nos recebe, mas a secretária nos recebeu. Então, fica a nossa
4476 preocupação, Regina, porque a informação que temos é que foi destituída dos
4477 direitos humanos, foi contextualizado lá e disseram: acabou. É com o Ministério da
4478 Justiça. Então, se está vindo para cá, vai para algum órgão daqui e a gente
4479 precisaria saber até para dialogar e não perder todo esse trabalho que foi
4480 construído. Obrigado.

4481

4482 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
4483 **República):**

4484

4485 Eu queria dar um bom-dia a todos. E as minhas escusas pelo atraso aqui. Estava
4486 resolvendo coisas do meu trabalho.

4487

4488 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4489 **Pública – presidente do Conselho):**

4490

4491 Vamos lá, eu vou por parte aqui. Tião, orçamento. Eu não sei se todos os senhores
4492 sabem, mas nós tivemos uma mudança dentro do Ministério da Justiça. Temos uma
4493 secretária executiva, doutora Márcia Pelegrini, que assumiu no lugar do doutor Luís
4494 Paulo que depois de quase 28 anos saiu do ministério e foi para o governo do GDF.
4495 E ontem já transitou um ofício dando os limites orçamentários de cada secretaria,
4496 então, possivelmente, a gente deve estar abrindo esse orçamento, eu já tenho o do
4497 Senasp, nós recebemos um ofício, mas detectamos um erro no Planejamento, não
4498 em orçamentária, mas em financeiro. Eles tinham limite e foi feita uma reformulação,
4499 enfim acho que agora já deve estar abrindo. Eu não posso te dizer o
4500 contingenciamento, tem uma forma diferente de orçamento este ano. Os projetos
4501 prioritários não têm qualquer contingenciamento. São 5 projetos prioritários dentro
4502 do Ministério da Justiça e são 4 da Senasp, exceto presídios que está no Depem, os
4503 demais são todos nossos. É fronteira, é Sinesp, é o Plano de Redução da Violência,
4504 o crack. Quanto ao Plano de Redução da Violência está terminando, a gente
4505 apresentou duas vezes já para a ministra Gleisi Hoffman, ela pediu alguns ajustes,
4506 isso deve ser apresentado na semana que vem para ela e para o ministro da Justiça
4507 para posteriormente à presidenta. Em linhas gerais é mais ou menos aquilo que
4508 vocês já viram, mas tem algumas adaptações. Assim que sair de lá, vem para cá,
4509 como o ministro combinou com os senhores.

4510
4511
4512
4513
4514
4515
4516
4517
4518
4519
4520
4521
4522
4523
4524
4525
4526
4527
4528
4529
4530
4531
4532
4533
4534
4535
4536
4537
4538
4539
4540
4541
4542
4543
4544
4545
4546
4547
4548
4549
4550
4551
4552
4553
4554
4555
4556
4557
4558

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):

Então, são quatro os projetos nossos, prioritários, mas qual é o orçamento deles?

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

Eu trago aqui. O crack é 96 milhões. O Plano Crack, por exemplo, tem orçamento comigo, tem na Senad, na educação, saúde, então, a minha parte é 96 se não me falha a memória. Eu trago detalhado porque também o Enafon tem parte comigo, tem parte com Polícia Rodoviária Federal. Sobre o Relatório de impacto das obras. Se tivesse sido feito, a gente não estaria correndo agora para fazer o plano, não foi feito. Foi uma das coisas que aponte, eu acho um absurdo, inclusive a responsabilidade social das empresas. Tem que ser trazida para a mesa porque você tem uma responsabilidade socioambiental que está sendo muito levada em conta, mas, por outro lado, você não pode desequilibrar. E é o maior problema, razão pela qual eu bato e bato que a Força Nacional não tem que estar lá. Vai, acode a crise e sai de lá. Nós não temos que ficar lá. Eu não vou fazer segurança privada para empresa e não vou desequilibrar a relação empregatícia. Não posso fazer isso. Com relação à SDH. Eu estava em São Paulo no sábado e na hora do almoço, Guilherme me ligou dizendo que a secretária executiva da SDH queria falar muito comigo e era urgente. Como temos programas de protetores lá e eu tenho muita preocupação nesses protegidos, eu fiquei com receio. Mas não era. Na sexta-feira, eu viajei com o ministro para Rio, Paraná e São Paulo, cheguei em São Paulo exausta. Na hora do almoço recebi o telefonema da secretária me dizendo o seguinte: “Olha, saiu uma reportagem, uma entrevista no jornal, mas você não liga porque não é verdade. Está lá no jornal que a gente extinguiu a coordenadoria de segurança pública da SDH, mas não é verdade. O que nós fizemos foi trocar a pessoa que estava à frente e no jornal está dizendo que nós extinguimos e mandamos para a Senasp”. Eu disse: “Olha, Salete, é o seguinte, se vocês fizeram isso, não combinaram o jogo, eu não estou nem sabendo”. “Não, mas não é isso”. Eu viajei com o ministro na terça-feira para o Rio Grande do Sul e aí eu conversei um pouco com a ministra Maria do Rosário nesse sentido. Veja bem, a parte que a SDH faz é dela, não é da Senasp. Eu não vou assumir isso, de forma nenhuma. O que houve foi uma mudança dentro da SDH, foram 50 pessoas que foram mudadas dentro da SDH. Agora, essa coordenação, segundo a ministra, não foi extinta, foi mudada a pessoa. **(intervenção fora do microfone)** manda para mim esse comunicado, é o seguinte, se tem alguma combinação, a Senasp não foi avisada e eu não estou sabendo de nada. Eu sei sim do cancelamento do encontro...

A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):

Na mensagem de cancelamento do encontro, eles informavam que a coordenação teria sido extinta porque havia um entendimento de que aquela pauta era do MJ.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

4559 Está sendo gravado? Eu nunca sei da história e quando eu recebo o negócio já vem
4560 pronto. Então, mediante isso eu peço à secretária executiva que relate isso para
4561 mim, por favor, o questionamento dos conselheiros. Eu vou tomar posição porque eu
4562 não estou nem sabendo disso. O que me foi falado era que estavam trocando as
4563 pessoas.

4564

4565 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
4566 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

4567

4568 Eu tenho o comunicado, posso ler? “Prezados senhores, este é um e-mail de
4569 despedida, pois a SDH entendeu por bem extinguir a Coordenação de Direitos
4570 Humanos de Segurança Pública por entender que esta é uma pauta do MJ. Embora
4571 considere isso um grande erro e tenha expressado isso, não tenho senão que
4572 acatar”. Aí cita nomes. “Estou triste com isso, o fulano e eu fomos demitidos e o
4573 seminário cancelado, pois estava inscrito numa pauta que não existe mais por aqui.
4574 Estou triste com isso, mas, certamente, encontrarei novas formas de continuar a
4575 fazer aquilo que acredito que é trabalhar com segurança pública. Obrigado pela
4576 parceria e, certamente, os nossos caminhos voltarão a se cruzar, pois estamos na
4577 mesma caminhada”. É oficial, é da coordenadora que foi demitida, não é da
4578 secretaria, é da coordenadora.

4579

4580 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4581 **Pública – presidente do Conselho):**

4582

4583 Não é oficial. Este não é um e-mail oficial, é um e-mail de despedida de uma pessoa
4584 que está saindo. Por isso que eu quero me aprofundar porque o que me foi falado
4585 pela ministra é que mesmo com a extinção da coordenadoria, e eu passei por isso
4586 porque quando a gente extinguiu na Senasp a tal de uma coordenadoria de perícia
4587 que não existia, só existia no papel, se você pegar a formatação da Senasp não tem
4588 coordenadoria de nada, nós temos quatro departamentos, então não existia isso. E
4589 quando eu extingui, veio uma reclamação dos peritos e foram na minha sala, foram
4590 as primeiras pessoas que eu recebi na minha sala: “Nós queremos defender o nome
4591 de fulano de tal na Senasp porque não pode acabar a política”. Eu disse para eles:
4592 “Defendam a política, não defendam o nome”. Não é prerrogativa minha, eu como
4593 secretária respondo pelas pessoas que eu trouxe, agora, o fato de ter uma
4594 coordenadoria não significa que eu vou garantir a política. Pelo contrário, não tem
4595 coordenadoria e nós fizemos muito mais pela perícia do que se tivesse sido essa
4596 coordenadoria porque essa coordenadoria que tinha na Senasp era uma agência de
4597 passagem, de viagem. A perícia no Brasil e o nome perito no Brasil traduz *expertise*
4598 em algo, eu entendo dessa forma e todas as viagens com enes temas eram as
4599 mesmas pessoas que iam. Então, era *expertise* multidisciplinar. O que fizemos foi
4600 acabar com isso, mas a política a gente garantiu. O que a ministra me disse é
4601 exatamente isso. Ela tira a tal da coordenadoria e permeia em outros temas. Eu vou
4602 buscar isso porque, realmente, a Senasp não foi avisada e é sério demais porque a
4603 gente recebe de presente e não está sabendo. Agora, se acaso for essa a opção, eu
4604 combino com os senhores aqui que nós vamos fazer tudo que estava sendo feito lá
4605 e vamos trazer para a Senasp, se essa for a opção. É lógico que com prejuízo,
4606 porque até a gente tomar pé da situação. Agora, eu acho um equívoco porque a
4607 visão não é de segurança pública, a visão é direitos humanos que é bem diferente. A
4608 visão de segurança pública, não que tenha que ter separação, mas a nossa visão é

4609 uma para isso existe a Secretaria de Direitos Humanos que tem que permear
4610 direitos humanos e todas as políticas, dentre elas a segurança pública. Então, tem
4611 um papel ali que não é da Senasp. Vamos ter que ver direitinho.

4612
4613 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

4614
4615 Eu queria dizer três coisas. A primeira é que o e-mail que eu recebi não foi
4616 exatamente esse. Eu recebi um comunicado mais objetivo de cancelamento do
4617 seminário que não tinha esse tom tão pessoal...

4618
4619 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4620 **Pública – presidente do Conselho):**

4621
4622 Veja se recupera para mim, por favor.

4623
4624 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

4625
4626 Eu deletei, de verdade. Eu posso até ver, as pessoas que estavam, eu vou ver se
4627 alguém tem. Mas era um comunicado mais objetivo, mas que dava esse
4628 entendimento de que a coordenação teria sido extinta. O seminário tinha sido
4629 agendado, depois foi reagendado.

4630
4631 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4632 **Pública – presidente do Conselho):**

4633
4634 Inclusive esse seminário era em parceria. Então, parte das passagens desse
4635 seminário seria arcada pela Senasp. E eu só sei disso porque a doutora Cristina,
4636 minha substituta me disse: “Olha, está cancelado, estou trazendo aqui”. Aí que eu
4637 fiquei sabendo, mas não sabia nem da saída da Rosa. Não foi uma consertação
4638 política de, vamos chamar a Senasp, não teve nada disso, eu soube pelo jornal.

4639
4640 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

4641
4642 Então, só para concluir, de fato, em relação ao seminário era isso, ele estava
4643 agendado, foi reagendado para maio, as pessoas que tinham sido convidadas,
4644 foram recontactadas para esse processo de reconfirmação e depois a gente recebeu
4645 uma segunda comunicação informando o cancelamento. Por outro lado, eu também
4646 tenho notícias de que houve mudanças muito significativas dentro da secretaria.
4647 Então, me parece bastante provável que realmente o que tem acontecido foi mais
4648 uma mudança de quadros, talvez redesenho interno do que uma abertura de mão.
4649 De fazer o debate, acho que é fundamental, eu concordo que são perspectivas
4650 diferentes, seria muito importante a manutenção dessa discussão dentro da
4651 Secretaria de Direitos Humanos.

4652
4653 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4654 **Pública – presidente do Conselho):**

4655
4656 Inclusive, eu noticio a vocês que tem um pedido de audiência da secretaria
4657 executiva da SDH comigo, eu vou acelerar essa pauta para discutir isso. Mas, o que
4658 eu quero deixar claro é que não houve uma conversa anterior. Bom, fórum de

4659 ouvidores. Não se preocupem que mesmo sendo governo, eu não vou dizer a vocês
4660 que não cobre do governo a lição de casa feita. Eu sou a favor de ouvidorias,
4661 independentes, da Ouvidoria da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e da
4662 Força Nacional. Eu não sei se vocês sabem, mas, por competência, a ouvidora da
4663 Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal sou eu. Um absurdo. Todas as
4664 vezes que eu despacho com o ministro da Justiça eu digo isso a ele, é surreal isso e
4665 está na lei. E não é a Senasp, é o detentor do cargo. É um absurdo. Por outro lado,
4666 a Força Nacional por ser um programa, nós não temos vínculo direto com o servidor
4667 do estado, porém, não poderia deixar um desvio de conduta de ter uma apuração.
4668 Então, o que temos é um setor de sindicância que relata os fatos, e nós ao
4669 desmobilizarmos o policial para o estado de origem, enviamos o relatório dos fatos e
4670 a apuração daquilo que a gente conseguiu, o estado de origem é quem faz a
4671 punição, se couber. Eu posso lhes garantir que um dos fatores que segura um pouco
4672 as ações de desvio é, realmente, o que o Marcos disse é a diária, o policial que está
4673 sendo desmobilizado vai receber o que ele recebe no estado dele e vai deixar de
4674 receber as diárias que ele recebe, então é um fator. O que temos feito para
4675 normatização disso, já que a gente não pode ter o PAD – ou sei lá o quê, que eles
4676 queriam criar - porque eu não tenho vínculo para punir o policial, então eu não
4677 posso abrir um PAD ou que for. Substituímos então tudo aquilo por um processo
4678 interno de sindicância, só que a primeira coisa que fazemos, tendo notícia, é a
4679 desmobilização imediata. Eu não posso ter um policial no estado que provoque
4680 problemas. Se o fórum de ouvidores quiser ter acesso a tudo isso que a gente faz lá
4681 internamente, não tenho problema nenhum em abrir o setor de sindicância, podem ir
4682 até lá, peguem tudo que vocês quiserem, inclusive do Maranhão, tem punição que
4683 foi dada pelo estado, o estado retorna para nós. Quando acontece isso, no cadastro
4684 que temos do policial já anota e ele não é mais mobilizado, é óbvio. Ele é excluído
4685 do banco nosso. E não sou cética, problema tem, onde puser mais de duas pessoas
4686 vai ter problema. Não tenho qualquer problema de apurar e nem de lançar para o
4687 estado isso.

4688

4689 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4690

4691 Desculpem, mas é uma questão de ordem, são quase 11 horas e não temos quórum
4692 ainda. Então, queria discutir o que fazer.

4693

4694 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança
4695 Pública – presidente do Conselho):**

4696

4697 Os senhores sabem, temos tudo gravado, em ata, tem tudo, eu sempre cobrei
4698 responsabilidade dos conselheiros dentro deste conselho. Principalmente, porque eu
4699 acho que o conselheiro que vem para cá vem com passagem, vem com diária, eu
4700 vou parar de fazer isso e vou jogar a responsabilidade para os senhores outros
4701 conselheiros porque eu tenho um entendimento de que o que é erário é erário. Todo
4702 tempo eu cobrei prestação de contas de todos nós, porque todos nós estamos
4703 sujeitos à prestação de contas. Então, para mim, no momento que honestidade
4704 passou a ser virtude, isso é um problema sério, eu não cobro mais nada, eu vou me
4705 sujeitar ao pleno. E acho que os senhores têm tudo na mão, tem um regimento
4706 interno que fomos nós que fizemos, é inconcebível, me perdoe, um conselheiro estar
4707 em Brasília e estar em outra agenda. Os senhores me desculpem, nós viemos para
4708 cá para uma reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e encontro

4709 conselheiro no Ministério da Justiça, encontro conselheiro aonde eu vou. Para mim,
4710 isso é inconcebível. Afinal de contas, todos nós representamos uma categoria. E
4711 todos nós sabemos cobrar dos outros o que deve ser feito. Então, eu me limito a
4712 ficar à disposição dos senhores enquanto presidente e vice-presidente deste
4713 conselho, nós tomaremos as medidas que os senhores acharem que devem, mas eu
4714 não falo mais nada. Eu passei a ser a chata, passei a ser perseguidora, um monte
4715 de rótulos. Então, eu sei é das minhas obrigações.
4716

4717 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
4718 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**
4719

4720 Bom-dia, a todos. Eu acho que nós já tínhamos discutido isso ontem, a mesa
4721 diretora tem que fazer o levantamento das faltas das instituições, dos conselheiros
4722 nas 4 ou 5 últimas reuniões ordinárias. Entendo, Regina, que de 33 não dá quórum
4723 com 16, é um absurdo e é um desrespeito a quem veio. Nós temos
4724 responsabilidades nas nossas entidades, nos nossos órgãos, cada conselheiro aqui
4725 tem o suplente, então, se não pode avisar o suplente para ele vir, é um absurdo nós
4726 fazermos uma reunião a cada 2 meses e não dá quórum, ainda mais com
4727 conselheiros que estão em Brasília e não vem participar da reunião. Isso é uma
4728 situação pior do que não ter avisado o suplente. Acho que nós temos que usar o
4729 estatuto do regimento interno, fazer esse levantamento, chamar a atenção dos
4730 conselheiros, goste ou não goste, acho um absurdo estarmos aqui na quinta-feira e
4731 não teve quórum. Na sexta-feira depois das 14 tem lá problema de voo...
4732

4733 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4734 **Pública – presidente do Conselho):**
4735

4736 Vamos buscar um pouquinho a história do Conasp. Quem pactuou que essas
4737 reuniões seriam quinta e sexta fomos nós. Não tem desculpa que foi outro que fez o
4738 regimento. Art.36 do Regimento: “O registro de frequência será realizado pela
4739 secretaria executiva do Conasp em todos os turnos das reuniões. § 1º - Ausência em
4740 50% dos turnos da reunião será considerada ausência na reunião. § 2º - Após a
4741 confirmação de presença e emissão de passagem e pagamento de diárias, o
4742 conselheiro que não comparecer à reunião ou atividade fica obrigado a restituir os
4743 valores despendidos pelo erário, nos termos da legislação em vigor”.
4744

4745 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
4746 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**
4747

4748
4749 Isso mostra que são duas situações. Aqueles que não vieram e não avisaram o
4750 suplente, acho que a secretaria executiva sabe daqueles conselheiros que não
4751 vieram para a gente, no próximo encontro, conversar com eles sobre isso. Os que
4752 estão em Brasília e não participaram tem que cortar a diária mesmo. É um absurdo.
4753 A pior situação nossa é estar Brasília e não poder deliberar nada, existem pautas
4754 pendentes às vezes 6 meses, um ano, e não tem quórum para deliberar uma
4755 recomendação. Então, Regina e Almir, temos que listar quem são as entidades e os
4756 conselheiros...
4757

4758 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4759 **Pública – presidente do Conselho):**

4760

4761 Fico contente que o primeiro a levantar isso foi o Márcio, sociedade civil. E a
4762 sociedade civil é que tem que cobrar mesmo, sabe por quê? Eu sou servidora
4763 pública e gosto de ser cobrada pela sociedade civil as minhas deliberações.
4764 Inclusive saiu numa reunião da SDH, já aproveitando, que eu quero acabar com o
4765 Conasp. Eu não quero acabar com o Conasp, eu quero que o Conasp assuma a sua
4766 responsabilidade de conselho, que cresça, e passa pela própria consciência do que
4767 é ser um conselheiro. Isso aqui é falta de consciência do que é ser conselheiro. Mais
4768 uma coisa: nós também, por regimento, criamos uma rotatividade de cadeiras.
4769 Então, no começo do ano eu pedi à Suelen que preparasse a todas as entidades um
4770 ofício reafirmando quem é o seu representante dentro deste conselho. Estão aqui
4771 todos os ofícios que saíram para todas as entidades, não foi para uma específica,
4772 para todas as entidades porque eu precisava saber se ainda permanece o mesmo
4773 representante, porque dentro das entidades também nós temos eleições, temos
4774 mudanças das pessoas. A cadeira não é do conselheiro, a cadeira é da entidade,
4775 razão pela qual nós mandamos um ofício às entidades. Estão aqui os ofícios para
4776 quem quiser ver. No regimento tem tudo isso.

4777

4778 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4779

4780 Para além da questão do levantamento que vai ser feito, já sugerido ontem, eu
4781 gostaria....

4782

4783 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4784 **Pública – presidente do Conselho):**

4785

4786 Só que isso é documento do conselho, conselheiro, por favor, o senhor devolva.

4787

4788 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4789

4790 Eu gostaria ...

4791

4792 **(Intervenção sem microfone)**

4793

4794 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4795 **Pública – presidente do Conselho):**

4796

4797 Eu estou dizendo para o senhor que pode ser cópia, mas é minha, o senhor, por
4798 favor, olhe e devolva.

4799

4800 **(Intervenção sem microfone)**

4801

4802 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4803 **Pública – presidente do Conselho):**

4804

4805 Então, o senhor faça por escrito, por favor.

4806

4807 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4808
4809
4810
4811
4812
4813
4814
4815
4816
4817
4818
4819
4820
4821
4822
4823
4824
4825
4826
4827
4828
4829
4830
4831
4832
4833
4834
4835
4836
4837
4838
4839
4840
4841
4842
4843
4844
4845
4846
4847
4848
4849
4850
4851
4852
4853
4854
4855
4856

Eu gostaria...

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

Não, senhor. Assim? O senhor aceita isso no Ministério Público, o senhor levar uma solicitação dessa?

(Intervenção sem microfone)

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):

Bom, eu quero sugerir à mesa diretora que, independentemente, do levantamento, faça um chamado a responsabilidade de todos os conselhos para que a gente, formalmente, por escrito, para que a gente não tenha de novo esse tipo de situação.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

Vamos fazer, Almir. Acho que a mesa diretora mesmo, não tem problema, a gente faz, acho que tem que ser encaminhamento pela mesa diretora a chamada. Veja bem, eu sei das atribuições que tem o Malta em São Paulo, quase 7 mil homens, o Mariano, secretário municipal, o Márcio na base dele, enfim, todos nós, o prejuízo que dá um defensor sair da Bahia com tantos problemas que temos lá, todos nós. Então, não é justo. É uma falta de consideração com as demais pessoas porque se a gente manda a confirmação e ver que não tem quórum da confirmação porque as pessoas não podem vir, a gente muda a data. Mas não marca uma reunião, faz uma pauta, traz todo mundo aqui para isso. Faz uma audiência pública e não delibera sobre o resultado da audiência por quê? Não tem quórum. É um absurdo. Quando a política está aí em andamento e a gente precisa, para que serve o conselho? Exatamente para ajudar a corrigir o rumo da política, se está errada ou não, para ver outra visão, nós queremos ver a visão de todos dentro da política, não somos donos da verdade, precisamos de análise e não podemos fazer nada. Eu vou relatar isso ao ministro da Justiça que é presidente de honra deste conselho. Ano passado todo o orçamento do ministério sofreu corte. O orçamento do Conasp não sofreu corte, nem este ano, o ministro não deixou. As reuniões do Conasp estão sendo preservadas. Eu sugiro suspensão, se à tarde na primeira chamada não der quórum, o meu encaminhamento é esse, e responsabilização de quem não está aqui.

A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE):

Ontem nós estivemos aqui e foi, efetivamente, uma riqueza de conteúdo de uma recomendação a um plano que foi apresentado pelo ministro. Tem que sair essa recomendação hoje por conta da demanda, isso já está acontecendo nos estados. A presidente falou que estava em construção. A gente sabe que essas demandas estão indo para os estados, é importante que haja um esforço conjunto de que se repense um novo repaginamento desse plano naquilo que foi colocado. Eu lamento

4857 profundamente. Eu já mandei até para Élder uma mensagem aqui, eu não consigo
4858 falar no celular dele.

4859

4860 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4861 **Federais – Fenaprf):**

4862

4863 Eu vou falar bem tranquilamente porque é uma coisa que me irrita e eu tenho que
4864 falar. Eu não gosto de ficar ouvindo discurso para ausente. Porque todos que estão
4865 aqui estão comprometidos. Eu também quero assumir esse compromisso como o
4866 Heder, já conversei com ele, nós vamos chamar os trabalhadores, vamos conversar
4867 com aqueles que não vieram, com aqueles que confirmaram presença, receberam
4868 diária e com aqueles que não confirmaram. A gente quer saber qual foi esse
4869 impedimento e conversar tranquilamente. Pode ter havido uma coincidência. É a
4870 primeira vez que estamos sofrendo este problema de falta de quórum...

4871

4872 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4873 **Pública – presidente do Conselho):**

4874

4875 De falta de quórum porque conselheiro que vem para cá e que não vem à reunião,
4876 não é a primeira vez não. Várias vezes eu já chamei a atenção sobre isso, a reunião
4877 é às 9 horas não às 11.

4878

4879 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4880 **Federais – Fenaprf):**

4881

4882 Eu como operador da segurança pública a gente trabalha muito em resolver
4883 conflitos. E é isso que eu quero me comprometer junto aos trabalhadores com o
4884 Heder. Eu queria também pedir que fosse feita a contagem dos presentes por
4885 segmento. Eu fiz a contagem aqui, temos 4 representantes dos trabalhadores que
4886 são 8, portanto, 50%. Nós temos 5 da sociedade civil, que seriam 12. E 5 gestores
4887 que seriam 13 porque tem aquele compartilhamento. O maior número é dos
4888 trabalhadores e a maior falta é dos gestores, em termos de presença. Precisamos
4889 detalhar as coisas para atribuir responsabilidades. Eu me responsabilizo com
4890 relação aos trabalhadores de dar aquele puxãozinho de orelha no colega. Para
4891 encaminhamento: eu encaminho para que não haja suspensão de reunião. Ontem
4892 mesmo, sem quórum, foi muito rico o debate, nós distencionamos vários temas. O
4893 prejuízo é para quem veio e quem está comprometido. Então, à tarde mesmo não
4894 tendo quórum, podemos ainda conversar, discutir sobre vários temas, distencionar.
4895 Como foi agora, tivemos uma conversa muito boa sobre a Força Nacional de
4896 Segurança, a gente reconhece que precisa desses debates.

4897

4898 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
4899 **Polícia – FNOP):**

4900

4901 Gente, eu sempre tenho necessidade de começar me desculpando porque estou
4902 muito falante para chegante. Mas, eu tenho modesta experiência no conselho,
4903 apesar dos meus poucos cabelos brancos. Esse tema é quase que geral. Mas, há
4904 uma providência nesse debate que nós precisamos montar a pauta agora. E um dos
4905 pontos de pauta diz respeito a eleições no Conasp. Isso tem que ser levado em
4906 consideração como critério na hora de eleger, porque isso a gente vive nos nossos

4907 estados e a vantagem de eu falar disso é porque não conheço a metade dos que
4908 estão faltando, então posso falar. Nos estados, existe uma realidade também que já
4909 se batizou de “rato de conferência”, briga pela cadeira, depois não ocupa a cadeira.
4910 Eu não estou querendo dizer que isso está acontecendo aqui, mas acho que essa
4911 vacina tem que ter e acho que no momento de discutir as eleições é o momento
4912 também de rever isso como critério. É preciso que seja avaliada a forma como as
4913 entidades estão ocupando o acento pela qual tanto brigam. Isso diz respeito à
4914 democracia participativa que nós queremos inaugurar. Finalmente, eu queria propor
4915 que, ao invés de suspendermos a reunião, que nós déssemos efetividade ao
4916 trabalho da tarde às comissões temáticas. Eu vi que diversas comissões temáticas
4917 inclusive a que nós participamos têm demanda represada que precisa encaminhar,
4918 então, nós formalizaríamos. E, por fim, que nós tenhamos muita atenção de não
4919 transformar o nosso estresse com aqueles que não estão em estresse com aqueles
4920 que aqui estão. Porque estamos nos estressando entre nós também. Nesse sentido,
4921 na linha do que o Marcos disse, de nós falarmos com os ausentes e não fazer uma
4922 pauta dos ausentes.

4923

4924 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
4925 **– CNMP):**

4926

4927 Essas ausências têm uma razão de ser, é bom a gente não se esquecer disso. É
4928 bom não esquecer o que está acontecendo com o Conasp. Essas ausências não
4929 estão acontecendo apenas porque as pessoas não estão querendo vir, porque têm
4930 outros compromissos fora. Nós estamos num processo de enfraquecimento do
4931 Conasp. O Conasp perdeu a capacidade de ser um ambiente de aproximação dos
4932 vários segmentos. E não perdeu porque os segmentos não quisesses ou têm algum
4933 objetivo de não contribuir para sedimentação do Conasp. Esse processo é fruto da
4934 importância que tem sido dada ao Conasp pela Senasp, pelo Ministério da Justiça,
4935 pelo Governo Federal. Isso é claro. Então, não vamos esconder o que está
4936 acontecendo aqui não. A realidade é essa. Não adianta ficar aqui cobrando falta,
4937 não é isso. Não é isso que está acontecendo. Então, cabe à Senasp, cabe ao
4938 Ministério da Justiça, da mesma forma como foi feita na época da Conseg e tudo
4939 mais. A solução é fortalecer o Conasp. Não é fortalecer orçamentariamente, não é
4940 isso não. É voltar a dar prioridade político-institucional a este conselho, porque as
4941 pessoas não o estão reconhecendo como um ambiente relevante de discussão e
4942 estão indo para outros ambientes. O que está ocorrendo claramente é isso. Não
4943 vamos esconder a realidade. A realidade é essa. Essa é a minha fala. E aí faço
4944 agora um pedido de esclarecimento à presidência e à mesa diretora se para ter
4945 acesso a algum tipo de ofício do Conasp, se cada conselheiro vai ter agora de fazer
4946 por escrito? Basicamente é isso. Vamos chegar a esse tipo de burocracia? Se o
4947 plenário assim decidir, tudo bem. Então, eu queria saber se a presidência mantém a
4948 posição dela de só fornecer uma cópia de um documento público a um conselheiro
4949 se houver um pedido por escrito.

4950

4951 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

4952

4953 Bom, eu queria fazer uma reflexão também num sentido um pouco inverso. Acho
4954 que a gente passou aqui, Marcos, neste mandato, muito tempo discutindo um
4955 processo de esvaziamento do Conasp, como é que a gente poderia evitar esse
4956 movimento. Tensionamos para a vinda do ministro, ele esteve aqui presente,

4957 solicitamos que as prioridades da política fossem apresentadas e que se abrisse a
4958 possibilidade para que este conselho incidisse nessas pautas. E hoje temos como
4959 desdobramento disso um encaminhamento das audiências públicas, uma abertura
4960 para trabalhar no desenho dessa política e, neste momento, os nossos pares
4961 esvaziaram o conselho. Então, eu acho que, retomando o que foi dito pela Tereza,
4962 ontem nós fizemos um debate superprodutivo, nós ficamos trabalhando à noite
4963 numa proposta de recomendação e aí gente vai perder o tempo político de novo?
4964 Porque se a gente deixar isso para daqui, sei lá, 2 meses a gente tem 7 meses, um
4965 ano...então, é fundamental que a gente chame os nossos pares para um diálogo
4966 porque senão a gente apaga a luz, fecha a porta e vai embora, Acho que ainda está
4967 na nossa mão a possibilidade de incidência em pontos que são centrais na política
4968 de segurança pública deste país. Então, eu gostaria que a gente fizesse esse
4969 esforço de dialogar com os nossos pares para tentar remobilizar e reativar porque eu
4970 acho que estamos num momento que ainda pode ser muito interessante nessa
4971 direção.

4972

4973 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
4974 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

4975

4976 Companheiros e companheiras, José Ribamar, acho que temos que ter uma
4977 deliberação sob pena de ter avaliação que ontem foi um dia muito rico, qualificado o
4978 debate, acho que foi uma das melhores reuniões nossas de discutir conteúdo neste
4979 conselho, não dá para ficar aqui à tarde se não pode votar as recomendações que o
4980 Márcio traz há mais de 6 meses, a pauta do Heder que está há um ano, desde a
4981 Paraíba, e a gente não consegue. Porque apresentar pauta e não deliberar não tem
4982 sentido porque o interesse é deliberar as pautas. Conselheiro Marcos Costa, você
4983 sabe do respeito e amizade que tenho contigo e que você contribui muito para o
4984 debate neste Conasp. Mas, eu não concordo com a sua avaliação de que a falta dos
4985 companheiros é em razão de enfraquecimento do Conasp. É falta de
4986 responsabilidade mesmo. Nós tivemos uma crise no começo, que surgiu no Rio de
4987 Janeiro, de tensionamento com o governo, pedimos uma reunião extraordinária, o
4988 ministro veio, o ministro veio em duas reuniões do nosso conselho, veio nessa e
4989 depois veio para dizer o que o governo tem de proposta na área de segurança
4990 pública.

4991

4992 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
4993 **Pública – presidente do Conselho):**

4994

4995 Um aparte? Sociedade civil na vice-presidência do conselho.

4996

4997 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
4998 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

4999

5000 Eu acho que aquele período de tensionamento, no meu atendimento, passou. Hoje,
5001 nós definimos os eixos centrais da 2ª Conferência, sob a responsabilidade nossa.
5002 Por isso que acho que as próximas reuniões ter como pauta única a 2ª Conferência
5003 Nacional de Segurança Pública e os encaminhamentos porque essa é a pauta que
5004 vai nortear o trabalho do Conasp para o externo, para a sociedade civil. De 8
5005 trabalhadores, só ter 4 aqui, de 12 da sociedade civil só ter 6 e de 5 gestores só 3, é
5006 ruim. Acho que nós não podemos cobrar o governo desqualificando este conselho

5007 com a nossa ausência, tendo suplente. Então, todo debate que nós fizemos ontem,
5008 Tereza, se a gente não consegue encaminhar, ele fica prejudicado. Então,
5009 pessoalmente, para mim é uma frustração nós continuarmos nesta reunião e não
5010 tem que ter reunião agora para ocupar buraco das câmaras temáticas, não é isso, as
5011 câmaras temáticas têm lá seus calendários, o que estamos discutindo aqui é que
5012 nós não conseguimos avançar nas decisões em razão de quoruns, sobretudo,
5013 daqueles conselheiros que são de Brasília e que não estão aqui. Eu, pessoalmente,
5014 não tenho problema algum de discutir com os companheiros conselheiros aqui o que
5015 é mais importante em Brasília do que estar aqui deliberando as questões do
5016 Conasp. Não tenho problema nenhum de fazer debate. Então, eu acho que nós
5017 contribuímos para enfraquecer o Conasp quando não conseguimos dar quórum com
5018 16 membros num universo de 33. Isso para mim é o que está colocado. Os outros
5019 debates nós avançamos. Podemos cobrar o governo disso e disso, mas nesta
5020 questão de quórum, falo pessoalmente aqui, não estou falando em nome do que eu
5021 divido aqui o Conselho Nacional das Guardas Civas, acho que é falta de
5022 responsabilidade para as reuniões ordinárias. Obrigado.

5023

5024 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil – vice-presidente do**
5025 **Conasp):**

5026

5027 Antes eu tinha me inscrito como representante da Rede Desarma Brasil. Dizer que
5028 eu sempre fui um dos entusiasmados pela consolidação do Conasp que é um
5029 processo evolutivo. Percebi durante toda essa jornada que, até hoje, nunca faltei a
5030 nenhuma das reuniões, desde a Comissão Organizadora Nacional. Além dessa
5031 pauta do Conselho Nacional de Segurança Pública se vocês fizessem uma
5032 pergunta: “Almir, você tem outras coisas para fazer em Brasília”, eu diria que são
5033 dezenas, tanto pela maçonaria, como pelo movimento internacional pela paz, em
5034 várias dimensões. Não fiz pautado nessa dimensão de respeito às outras pessoas.
5035 Tem outros horários e tal. Mas, mesmo assim, a gente sempre percebeu durante
5036 todo tempo de que algumas organizações que tinham necessidade de estar aqui em
5037 Brasília e precisar de alguns momentos sair para resolver uma coisa rápida,
5038 trouxeram sempre o seu suplente e não causava a descontinuidade. Isso ficava
5039 claro de que era uma possibilidade sensata, não haveria nenhuma censura com
5040 relação a isso, mas não perceber que você está sem o suplente e que o conselho
5041 precisa da sua presença e você não está, realmente é falta de responsabilidade.
5042 Seja quem for. E também concordo com o Mariano com relação às palavras do
5043 Marcos. Eu tenho também a minha consideração a ele que a gente precisa
5044 distenciar tudo isso aqui porque estamos construindo, não leva nada uma guerra,
5045 o que leva é o consenso. E dizer também que não concordo com Marcos em relação
5046 a que o conselho não esteja prestigiado pelo Ministério da Justiça, eu consigo ver as
5047 dificuldades que a gente tenta superar, mas não nesse quesito, com relação à vinda
5048 do ministro, como falou, duas vezes, e também agora com a sociedade civil, e eu
5049 agradeço antecipadamente o apoio de todos a sociedade civil de, alguma forma,
5050 estar aqui na direção do conselho, eu acho que tudo isso soma como prestígio.
5051 Agora mesmo foi dito que o orçamento do conselho não foi contingenciado. Eu não
5052 quero dizer, Marcos, que eu não concorde com você em várias dificuldades que
5053 temos de superar. Mas, essa eu não concordo, a minha visão é essa, eu acho que
5054 estamos prestigiados. O que não está sendo prestigiado é essa insensatez dos
5055 nossos conselheiros que permite que passemos por esse estado vexatório e
5056 vergonhoso.

5057

5058

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):

5059

5060

5061

5062

5063

5064

5065

5066

5067

5068

5069

5070

5071

5072

5073

5074

5075

5076

5077

5078

5079

5080

5081

5082

5083

5084

5085

5086

5087

5088

5089

5090

5091

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - ANASPRA):

5092

5093

5094

5095

5096

5097

5098

5099

5100

5101

5102

5103

5104

5105

5106

Não vou repetir aqui o que foi dito, até porque o Marcos Dias fez uma leitura aqui que falarmos por nós mesmo nos cansaria. O que o Tião pontuou e que eu também pontuaria, são essas pessoas que estão sempre presentes e nesta se fazem ausentes. Agora, temos um problema, desde que começamos a nos reunir, já está evidente, que é o último dia. Na verdade, nós não temos dois dias de deliberação, nós temos um dia e meio de deliberação, quando muito. Eu não sei, até porque o quórum não é qualificado para isso, se talvez devêssemos rediscutir esse percentual de deliberação por conta daquilo que já é uma praxe porque isso não vai resolver porque toda sexta-feira nós temos um prejuízo enorme com o retorno. E outra possibilidade, veja bem, nós chegamos sempre num dia que antecede, chegamos à tarde, e vai tudo mundo dormir no hotel. Não sei se seria o ideal chegarmos e ter no primeiro dia uma reunião de 18h às 22h, porque você chega para dormir ou vai embora mais cedo. O que estou querendo dizer, Tereza, é que estamos perdendo

5107 dias de trabalho nessa vinda nossa aqui. Eu prefiro dormir na minha casa. Se eu
5108 venho para cá e tenho disponibilidade, eu posso, agora é um dia e meio só de
5109 deliberação. E se nós levantarmos as nossas pautas, nós vamos verificar que em
5110 toda reunião fica tema pendente e temas que sequer voltam à pauta novamente.
5111 Acho que isso precisa ser discutido, independentemente das ideias que surjam, se é
5112 diminuição do quórum de votação **(intervenção fora do microfone)**. Tião, eu
5113 gostaria que respeitassem a minha opinião para discussão, não estou dizendo que
5114 vai ser, gostaria só que respeitasse o meu posicionamento porque do jeito que está
5115 não adianta, é inviável, o resultado não tem sido prático, tem jogado dinheiro fora e
5116 vou dizer uma coisa, eu me sinto constrangido quando eu venho aqui e não consigo
5117 sequer votar o fim da pena restritiva. O que eu recebo de diárias aqui é mais do que
5118 um soldado recebe no Rio Grande do Sul, isso me envergonha. Eu recebo mais do
5119 que um soldado recebe mês inteiro no Rio Grande do Sul e em outros estados, e eu
5120 não delibero uma situação. Então, isso é insustentável. Se vai reduzir quórum para
5121 votação, se vai aumentar, se vai diminuir pauta, mas do jeito que está não dá mais.
5122 Se for possível para trabalhar com um único tema numa reunião, que trabalhemos
5123 com um, existe a mesa diretora para centrar os temas, mas do jeito que está não dá
5124 mais. Eu estou com vergonha dos meus pares porque o que eu recebo de diárias
5125 aqui é mais do que muitos salários de polícia nos estados. Então, do jeito que está,
5126 não dá. Qual a solução? Está aí a plenária para decidir. Do jeito que está já está
5127 demonstrado que a sexta-feira é esvaziada, principalmente, a sexta-feira, e não
5128 deveria ser porque é o último dia, dia de encerramento. E aí agora instituímos um
5129 modelo do Conasp o quanto foi rico aquela audiência na quarta-feira, o quanto foi
5130 rico ontem o debate. E se não chegar mais dois conselheiros nós teremos perdido o
5131 debate, teremos perdido o gasto daquelas pessoas que vieram dialogar conosco. Eu
5132 não sei, a solução eu não tenho, Tião, só estou dizendo que esse modelo para a
5133 Anaspra já não interessa. Obrigado. Sim, o conselheiro tinha me pedido um aparte,
5134 desculpe.

5135

5136 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
5137 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

5138

5139 Quanto que está uma diária de gestor e uma diária de...(intervenção fora do
5140 microfone). Só por curiosidade.

5141

5142 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5143 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

5144

5145 Conselheiro, no meu caso, eu recebi uma diária de R\$ 1.281,85.

5146

5147 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5148 **Pública – presidente do Conselho):**

5149

5150 Eu digo aos senhores o seguinte, a diária é maior do que um servidor da Justiça
5151 para ir para o estado fazer uma reunião. Uma diária de conselheiro equivale a um
5152 DAS 6, DAS de secretário. O 6 é o DAS meu, de secretário. Só tem secretário
5153 executivo e ministro que é natureza especial. Todos os secretários nacionais são
5154 DAS 6. A mesma diária que os senhores recebem, eu recebo para ir para os
5155 estados. É isso. O que o Helder está colocando é um absurdo. R\$ 311,00 ao dia.

5156 Agora, é assim, quem passa da meia-noite, tem problemas de voos, tem estados
5157 que tem problemas de voos mesmo.

5158

5159 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

5160

5161 Bom-dia. Eu lamento muito estar chegando ao conselho e estar vivendo essa
5162 discussão. Mas, faço uma avaliação de que a reunião de ontem foi extremamente
5163 produtiva porque não discutimos o lugar das vírgulas, discutimos, de fato, um
5164 conteúdo político e acho que nós não podemos perder isso, perder o
5165 encaminhamento da discussão que fizemos, entre outras discussões que foram
5166 feitas e que foram relatadas como encaminhamentos que estão pendentes. Então,
5167 para que não fiquemos no muro de lamentações e desqualificando, entendo o
5168 quanto é importante falarmos sobre isso, mas entendo também que precisamos não
5169 perder o nosso real objetivo que é poder atuar nas políticas que estão já em curso.
5170 Tendo em vista isso, eu gostaria de saber, e aí faço uso do meu desconhecimento,
5171 porque estou chegando e quem está chegando não pode falar qualquer coisa. Eu
5172 queria saber da possibilidade de nós podermos marcar uma reunião extraordinária
5173 com essa pauta, para que nós possamos deliberar aquilo que já está em atraso e
5174 que nós possamos também fazer uma discussão, ou seja, que seja uma reunião
5175 extraordinária com considerando; considerando a falta de quórum, considerando a
5176 necessidade de deliberarmos o que não está sendo possível ver deliberado,
5177 façamos uma reunião extraordinária e tendo essa reunião com essa pauta talvez
5178 possamos fazer reverberar isso entre aqueles que estão ausentes porque neste
5179 momento o calor da discussão faz com que nós estejamos discutindo isso, só que
5180 nós somos os que estão presentes. E, talvez, se esperarmos uma próxima reunião
5181 ordinária isso também já se dilua até lá. Tendo em vista que isso também por ser um
5182 marcador político em relação à discussão que estamos discutindo. Essa é minha
5183 solicitação de encaminhamento.

5184

5185 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5186 **Pública – presidente do Conselho):**

5187

5188 Eu até concordaria desde que a qualquer quórum seja deliberado na reunião
5189 extraordinária porque senão vamos ter um gasto em cima de gasto e nós não vamos
5190 conseguir. Então, a qualquer quórum tem que deliberar porque senão vamos trazer
5191 todo mundo de novo para cá, um gasto imenso, Pedro, e nós não vamos deliberar
5192 de novo. As reuniões extraordinárias têm temas fixados, se o pleno decidir isso que
5193 a qualquer quórum seja votado.

5194

5195 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5196 **– CNMP):**

5197

5198 Raquel, Mariano, Almir, o importante em qualquer colegiado é conviver com a
5199 divergência e trabalhar para a convergência. Então, essa é a riqueza de um
5200 colegiado. A minha avaliação é uma avaliação político-institucional, porque eu acho,
5201 a minha impressão sobre um processo que está ocorrendo, houve movimento, quer
5202 dizer, a vinda do ministro a partir de um pedido nosso, a eleição do Almir, mas, eu
5203 acho que falta ainda um trabalho de consolidação externa com as entidades. Então,
5204 diante desse fato, é preciso conversar com essas entidades, necessariamente, cada
5205 conselheiro pode aqui conversar com as respectivas entidades. Mas, esse é um

5206 trabalho do governo. Porque o governo tem uma grande responsabilidade de manter
5207 a saúde dos conselhos, quem trabalha com conselho sabe disso. O principal
5208 patrocinador de um conselho é o próprio governo, se ele quer o controle social
5209 funcionando, divergências fazem parte. Do ponto de vista de encaminhamento,
5210 eventualmente, a gente já poderia pautar isso aqui, porque inclusão em pauta basta
5211 qualquer um indicar, a priorização é que passa pelo plenário. Nós poderemos já
5212 pautar para a próxima reunião, e aí a mesa diretora já consigna isso na pauta, ver a
5213 questão do quórum. Já incluir na pauta da próxima reunião uma discussão sobre o
5214 quórum. Essa é uma primeira questão. Outro aspecto importante talvez aqui
5215 identificado esses que confirmaram, receberam as diárias e tudo mais, é comunicar
5216 as respectivas entidades o que ocorreu: “Olhe, a reunião não pôde ser realizada
5217 pela ausência disso”, é preciso comunicar o conselheiro, formalmente, comunicar às
5218 entidades que eles representam o que está ocorrendo. Isso aí também é um
5219 trabalho político-institucional. Quer dizer, isso é uma formalização, é uma
5220 comunicação do plenário com as entidades. E, ao lado disso, como Marcos bem
5221 falou, é cada um no seu segmento, cada um nos seus contatos trabalhar: “Olha,
5222 neste processo agora nós precisamos continuar apostando porque quem está aqui é
5223 porque acredita nessa experiência de controle social”. Todos nós estamos aqui
5224 sentados agora porque nós acreditamos nisso, basicamente é isso.

5225

5226 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5227 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

5228

5229 Primeiro dizer ao companheiro Heder que não há nenhum desrespeito ao me
5230 manifestar contrário à proposta que ele fez. Segundo que não há base jurídica a
5231 partir do nosso Regimento Interno de redução de quórum, teria que mudar o
5232 regimento interno. Como aqui a gente não tem quórum sequer para decidir qualquer
5233 coisa, muito menos para a gente deliberar sobre mudança de regimento. De
5234 qualquer forma, eu acho que não podemos resolver um problema criando outro. O
5235 que está faltando aqui é a chamada que temos que fazer aos nossos pares e,
5236 coincidentemente, nesta reunião teve problema. Não vamos transformar este caso
5237 num problema maior do que ele de fato o é e que a gente pode resolver. Eu acho
5238 que reduzir quórum, e aí vem a minha parte contrária, significaria primeiro
5239 desqualificar o nosso entendimento político das decisões que são feitas aqui. Eu
5240 acho que não podemos fazer isso. E depois, suponhamos que a gente diminuísse o
5241 quórum para, por exemplo, 10 presentes, podia ser que na próxima reunião
5242 tivéssemos 9. Aí iria diminuir de novo, quer dizer, não é essa a solução, a solução é
5243 outra, a solução me parece mais simples do que a que a gente está colocando aqui.
5244 É chamar os companheiros, cada um no segmento, chamar seus pares, eu já
5245 combinei ali com a Raquel, combinei com o Márcio, vamos chamar os companheiros
5246 da sociedade civil para que eles possam assumir suas responsabilidades, os que de
5247 fato tem deixado a desejar, mas, não queria entrar nessa discussão de reduzir
5248 quórum ou qualquer coisa que modifique o nosso peso político que tem o pleno do
5249 Conasp. Segundo lugar, eu queria propor, juntamente com o meu companheiro
5250 Mariano, que suspendêssemos os trabalhos e voltássemos às duas horas. Se não
5251 houver quórum às 2 horas, a gente então encerra os nossos debates aqui nesta
5252 reunião.

5253

5254 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
5255 **Federais – FENAPRF):**

5256
5257
5258
5259
5260
5261
5262
5263
5264
5265
5266
5267
5268
5269
5270
5271
5272
5273
5274
5275
5276
5277
5278
5279
5280
5281
5282
5283
5284
5285
5286
5287
5288
5289
5290
5291
5292
5293
5294
5295
5296
5297
5298
5299
5300
5301
5302
5303
5304
5305

Eu queria lembrar que eu já fiz o encaminhamento no sentido contrário a essa proposta.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):

Tomara que esse debate todo esteja na linha do que o Tião falou de meras coincidências. Apesar de você ter situações de companheiros que vem para a reunião e não estão aqui, não é coincidência. E isso já se repetiu reiteradas vezes. O fato é que nós temos que assumir aqui de cada um no seu segmento conversar com seus pares, a gente sabe quem faltou uma, três ou quatro vezes, então, a sociedade civil sabe quem são as entidades, os trabalhadores e os gestores, e aí, Regina, eu acho que o Ministério da Justiça tem que conversar com os gestores, principalmente os de Brasília, não tem cabimento gestores de Brasília indicados pelo Ministério da Justiça não estarem aqui. Cada um faz a devida referencia.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP)

Talvez, Mariano, seria bom, até para ficar registrado na ata, quem faltou, fica registrado isso.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

Não temos quórum e é o seguinte, estamos seguindo o Regimento. Então, quem faltou metade do período também está ausente. Eu vou sugerir que a gente faça chamada nominal por entidade para constar da ata. Eu tenho uma sugestão que é a seguinte: quando a gente fizer a convocação, no ato da convocação, isso é um ato meramente formal porque cada conselheiro tem que saber a sua responsabilidade. Mas dizer o seguinte: o conselheiro que não puder permanecer em todos os períodos aqui já que o regimento que nós votamos diz que se estiver ausente um período considera tudo, já chama seu suplente, não faz passagem para ele, faz para o suplente porque a entidade precisa estar presente. Se ele fala: “Eu não posso, só posso meio período, então vai o meu suplente”. Não adianta a pessoa estar aqui meio período. Temos que ter isso no corpo, vamos citar o art. 36, rememorá-lo a todos os conselheiros.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):

Só queria fazer dois apelos aos companheiros do que foi colocado: primeiro sobre o quórum. Não dá para ter um Conselho Nacional de Segurança Pública que não tem quórum de maioria simples. Não tem jeito, maioria simples pode ser questionada todas as nossas recomendações, decisões se não garantir o quórum de maioria simples. Então, eu queria fazer o apelo de não entrar no debate de diminuir o quórum porque maioria simples é da natureza dos conselhos. Essa é a primeira questão. Acho importante nós termos como no universo de 33, garantir 16, uma delas é essa reflexão que, com certeza, vai levar a uma avaliação diferente dos

5306 nossos companheiros. A outra sobre a reunião extraordinária. Eu tenho muita
5307 dificuldade como gestor de estar aqui 2, 3 dias. Às quartas-feiras já tinha informado
5308 que não teria condições. Fazer uma extraordinária para discutir porque não deu
5309 quórum, eu acho um absurdo. E as questões que foram relevantes, qualificadas que
5310 fizemos ontem sobre a questão do Plano do Crack, independentemente se vamos
5311 conseguir votar ou não, talvez à tarde tenhamos quórum, o que foi refletido aqui eu
5312 vou levar para minha cidade como referência do debate aqui porque aprendi muito
5313 com o que foi colocado, questões que eu não conhecia. Então, essa reflexão não
5314 precisa de votação para levarmos para nossas instâncias. Nós já sabemos qual é a
5315 posição mais prioritária aqui do Conasp. É só formalidade, nós votarmos porque o
5316 que nós aprovamos ontem foi consensual. Qual é a posição majoritária do Conasp?
5317 É só formalidade nós votarmos porque o que nós aprovamos ontem foi consensual
5318 nas deliberações das propostas e das questões levantadas. Então, se sai nessa
5319 reunião ou na outra mesmo respeitando o calendário político até julho do plano, eu
5320 acho que nós já podemos levar para as instâncias o que já foi consensuada aqui
5321 mesmo formalmente não votada. A questão que o Heder levantou e falei isso para o
5322 João Francisco: “Olha, quanto é a diária?”. Pelo amor de Deus, não vamos
5323 transformar esse debate em diária. Acho que a lembrança da responsabilidade de
5324 quando estarmos aqui, o que ganha de diária é maior do que alguns trabalhadores,
5325 é verdade, mas tem conselho que recebe 5 ou 10 mil reais para assinar uma ata.
5326 Então, eu não me sinto envergonhado com a diária que recebo.

5327

5328 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5329 **Pública – presidente do Conselho):**

5330

5331 Desde que você cumpra o que está fazendo, é isso que o Heder quis dizer.

5332

5333 **O Sr. Vicente Antonio O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional**
5334 **de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):**

5335

5336 Então, aqueles que recebem diárias e não estão aqui, tem que cortar a diária.
5337 Devolver a diária, se é de 100, 200, 300 ou 400, mesmo que simbolicamente se
5338 fosse de 100 tem que cortar a diária porque não cumpriu com a sua
5339 responsabilidade, é isso.

5340

5341 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5342 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

5343

5344 Estou esperando aqui há um ano a questão da pena restritiva de liberdade e não sai,
5345 e olha o quanto se gasta.

5346

5347 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

5348

5349 O que a gente faz com as duas propostas?

5350

5351 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5352 **Pública – presidente do Conselho):**

5353

5354 Terminou todo mundo? Pfeiffer

5355

5356 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
5357 **Identificação – FENAPPI):**

5358

5359 Já foi comentado anteriormente que brevemente terá eleição para o Conasp, eu
5360 acho que a questão da representatividade tem que ser levada em conta. Já foi
5361 comentado aqui, tem minha concordância. Eu gostaria também de sugerir, eu acho
5362 que foi bastante produtiva a audiência pública que nós fizemos antes dos debates.
5363 Em alguns temas, eu acho que seria interessante a gente fazer uma audiência
5364 pública antes porque enriquece o debate e a legitimidade da gente votar o tema.
5365 Desculpe, por desconhecimento, isso já existe? Desculpe a colocação, estou
5366 chegando agora. Com relação à diminuição do quórum primeiro fere o regimento e
5367 segundo tira a legitimidade do conselho. A representatividade política, uma coisa é
5368 você decidir com 50% mais um e outra coisa é você decidir com 5, com 6, é
5369 perigosíssimo isso. Aí, sim, é uma das formas de enfraquecer realmente o fórum. E,
5370 por fim, eu acredito que não seja possível porque o Ministério da Justiça é bastante
5371 inflexível em relação a isso, mas se o titular por qualquer motivo não pudesse vir,
5372 pudesse ser transferido isso para o suplente, eu acredito que como é nominal eu
5373 acredito que não pode.

5374

5375 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5376 **Pública – presidente do Conselho):**

5377

5378 A passagem não, mas se o suplente quiser comparecer, está implícito isso,
5379 independentemente da passagem ou da diária, ele pode comparecer.

5380

5381 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5382 **– CNMP):**

5383

5384 É o seguinte, existe o que fazer já definido no Regimento. Então, esse negócio de
5385 não se vota, o que se faz já está definido o que se faz nessas horas, qual o
5386 procedimento a ser adotado quando não há quórum. Depois é a mesa dar uma lida
5387 lá.

5388

5389 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

5390

5391 Na verdade, a minha preocupação é a seguinte: houve uma discussão aqui,
5392 qualificada e tudo mais. O Plano está seguindo, inclusive já tem um calendário, um
5393 cronograma de ações, na semana que vem mesmo vai ser em Salvador, eu entendo
5394 que, como o Mariano coloca, houve a discussão, é verdade, nos qualificamos, mas
5395 estamos aqui para extrair um produto político de inserção formal dentro de uma
5396 política que está consolidando, e mesmo que a gente tenha essas informações, a
5397 ausência de uma manifestação legitimada e burocratizada nesse espaço, não vai ter
5398 a mesma força. A gente corre o risco de estar trabalhando de forma anacrônica. E aí
5399 a política não pode ser prejudicada por essas questões todas que nós já falamos.
5400 Então, quero reiterar que, apesar da dificuldade de mobilização das pessoas para
5401 estarem para uma extraordinária, não é uma coisa que as pessoas gostam, a
5402 extraordinária tem exatamente esse caráter, extraordinária, que é para pontuar uma
5403 questão necessária, urgente e emergente. Estamos falando de um plano que está
5404 em andamento, temos elementos para agregar e conversar e na ausência dos
5405 titulares de não comparecerem na extraordinária a gente está falando aqui que tem

5406 os suplentes. Se há recursos para a realização dessa audiência, uma vez suspensa,
5407 obviamente, se não for suspensa tudo isso que eu falei morre, mas se for suspensa
5408 de fato à tarde e ficar com essa pendência eu acho necessário e urgente que a
5409 gente realize uma audiência porque esperarmos 2 meses...

5410

5411 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5412 **Pública – presidente do Conselho):**

5413

5414 Cynthia, pare com isso. Mesmo que eu considere a sua observação, nós não
5415 podemos votar, gente, se não deu quórum. Se der quórum hoje à tarde a gente já
5416 delibera, se não der contrário não pode encaminhar a extraordinária. Tem que ter
5417 quórum para deliberar. Então, esse discurso não adianta nada. Só para dizer que
5418 não adianta nada.

5419

5420 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

5421

5422 Não sofisma, pode sim (risos).

5423

5424 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

5425

5426 Só queria manifestar aqui a posição contrária a que a gente abra uma discussão
5427 sobre redução do quórum do conselho, concordando com as falas anteriores, acho
5428 que aí, sim, a gente enfraqueceria o conselho.

5429

5430 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5431 **– CNMP):**

5432

5433 Como fui eu quem fez a sugestão de inclusão na pauta, qualquer um pode pedir
5434 inclusão, então, eu vou retirar a minha sugestão em relação à mesa diretora e aí
5435 esse tema não fica no (?)

5436

5437 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

5438

5439 Perfeito.

5440

5441 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
5442 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

5443

5444 Eu acho que o entendimento da mesa e não só meu foi que não era para discutir a
5445 redução do quórum. Eu defendo a manutenção do item da pauta sobre as presenças
5446 quem estão e quem não estão, a dificuldade de instalar, não de redução.

5447

5448 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5449 **Pública – presidente do Conselho):**

5450

5451 A minha proposta de suspensão é exatamente por conta do regimento. O regimento
5452 prevê a suspensão, foi por isso que eu falei no começo da suspensão em cima do
5453 que a gente deliberou aqui no regimento. Eu acho que temos alguns pontos.
5454 Primeiro de tudo, eu gostaria que fosse cobrada uma emissão de GRU dos
5455 conselheiros que permaneceram aqui, que, por favor, devolvam a diária. Você me

5456 desculpa, mas quem responde ao TCU sou eu. Se for deliberado aqui que isso não
5457 vai, o conselho tem que emitir uma nota dizendo para mim que não é para fazer
5458 porque eu vou mandar para o TCU. Então, por favor, quem não esteve presente,
5459 meio período, enfim, o que o regimento diz vai ser feito, GRU emitida e anotação no
5460 SDP, passagem e prestação de contas até a próxima não viaja. Isso não é
5461 deliberação da presidente, é deliberação da secretária nacional, me perdoem.
5462 Agora, nas próximas convocações, nós vamos pedir para citar o art. 36, nem
5463 precisaria, mas é só um reforço para que seja chamada à responsabilidade
5464 novamente. Segundo o regimento, nós vamos suspender, vamos voltar às 14 horas,
5465 vamos analisar o quórum cumprindo exatamente o regimento. Eu peço à secretaria
5466 executiva que não mais telefone para conselheiro nenhum, isso não precisa ser
5467 feito, não é necessário ficar telefonando para o cara vir aqui, vamos seguir
5468 exatamente o que o regimento faz. Suspensão, voltamos às 14 horas, se os
5469 senhores quiserem podemos voltar até as 13h30 porque se der quórum a gente
5470 corre para fazer o que não fizemos de manhã, para a gente cumprir o nosso papel,
5471 uma hora e meia é o suficiente para almoçarmos e voltar, podemos almoçar aqui
5472 embaixo mesmo, todos juntos. Agora, a minha indignação permanece. É a minha
5473 indignação de gestora, a minha indignação de cidadã de quem ajudou a construir
5474 esse conselho. É lastimável. E de forma alguma eu enfraqueceria um conselho que
5475 eu ajudei a criar. Tudo que a gente fez aqui dentro até agora, inclusive, os senhores
5476 sabem que eu mesma fui a primeira a propor que fosse democraticamente eleito o
5477 presidente do conselho, e quando foi da sociedade civil quem propôs o Almir fui eu.
5478 O ministro da Justiça tem tudo que é reporte daqui. Ele recebe a ata. Ele recebe as
5479 gravações, ele veio duas vezes, ele ficou com os senhores, inclusive fui viajar para
5480 que ele ficasse me parece mais de 4 horas com os senhores debatendo política. Os
5481 senhores me perdoem, ele é um ministro de Estado. Ele sentou e conclamou este
5482 conselho a discutir política pública, ele conclamou a este conselho que apresentasse
5483 alternativa às políticas que estamos desenvolvendo, uma coisa é instância
5484 institucional, outra coisa é o conselho. Se o conselho não se reporta, nós não
5485 podemos parar a instituição para esperar o quórum do conselho. Então, me perdoe,
5486 Marcos, a franqueza, em momento algum, eu enfraqueceria o Conasp. Seria um tiro
5487 no meu pé, um contrassenso alguém que lutou tanto por essa forma tripartite,
5488 alguém que lutou tanto por este conselho. Lógico que eu sou servidora pública, eu
5489 recebi para isso e tudo, mas tem um lado emocional muito forte meu, Regina com o
5490 Conasp. Não é com a secretária nacional, é Regina e Conasp. Afinal de contas, eu
5491 cheguei aqui na segunda metade da Conseg. E nós fomos construindo o que está
5492 aqui hoje. E não é só o fator orçamento. Mas, se o ministério não preserva o
5493 orçamento do conselho ele quebra o conselho. Porque se eu não preservar o
5494 orçamento do conselho, eu não tenho como trazer os conselheiros, se não tiver
5495 como trazer os conselheiros eu quebro o conselho. Então, não é só o orçamento.
5496 Mas o orçamento é uma forma de garantir o funcionamento do conselho. Todas
5497 essas propostas deste conselho, as formas das audiências públicas em momento
5498 algum o governo está se metendo nisso ou está impedindo essa forma, pelo
5499 contrário. A Suelen disse para mim: “A Secretaria Nacional vai à mesa?”. Não, a
5500 Secretaria Nacional vai acatar a recomendação do conselho. A audiência pública é
5501 para aprofundar a política, então, eu como Secretaria Nacional na institucionalidade
5502 vou guardar a recomendação do conselho. Então, assim, existe problema? Claro
5503 que sim, somos seres humanos, nós temos problemas. Mas, não existe qualquer
5504 condição deste governo dizer que não quer uma participação democrática ou que vai
5505 impedir o crescimento deste conselho, de forma nenhuma.

5506

5507 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
5508 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

5509

5510 Eu concordo em restituir a diária de quem faltou. Agora, se está em Brasília e não
5511 vem para a reunião, deveria também restituir a passagem aérea, porque a
5512 passagem aérea é para esta reunião.

5513

5514 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5515 **Pública – presidente do Conselho):**

5516

5517 Claro, por que eu pedi para marcar no SCDP? Tem que restituir a passagem aérea e
5518 não pode viajar até esse serviço.

5519

5520 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
5521 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

5522

5523 É isso, é diária e passagem aérea. Estar em Brasília e não vem para a reunião tem
5524 que cortar tudo. Eu sou a favor disso, não veio corta diária e passagem. É só o
5525 nosso debate não ficar preso...

5526

5527

5528 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5529 **Pública – presidente do Conselho):**

5530

5531 O valor moral é maior do que o financeiro.

5532

5533 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
5534 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

5535

5536 É. Quando o meu amigo João falou: “Quanto é a diária?”. Aí nós vamos fazer um
5537 debate se é justa ou não a diária; a diária é justa, agora não estar aqui é uma
5538 irresponsabilidade. É isso, só.

5539

5540 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5541 **Pública – presidente do Conselho):**

5542

5543 Esse debate está superado. O conselheiro tem direito a receber diária. Eu só vou
5544 voltar um pouquinho. O salário-mínimo no país, é só isso, foi essa ponderação que o
5545 Heder fez. É o salário-mínimo no país, o salário diário de um policial e o salário que
5546 ele, enquanto policial conselheiro recebe para estar aqui e não vê fruto do que ele
5547 fez aqui. É isso que ele colocou. Mas que o valor moral é muito maior do que o valor
5548 financeiro e que a responsabilidade nossa de cidadãos é maior, não tenho dúvida
5549 nenhuma. Eu vou fazer o seguinte, nós vamos fazer a chamada da instituição e o
5550 conselheiro que estiver aqui fala o seu nome, pela instituição porque aí é a
5551 instituição que está representada.

5552

5553 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

5554

5555 Só um esclarecimento. Concordando com o Tião, acho que a despeito da situação
5556 que houve, eu também considero absurdo que os conselheiros que vieram a Brasília
5557 e não estão presentes à reunião, acho que tivemos também um conjunto de
5558 imprevistos, algumas pessoas chegaram ao aeroporto e justificaram e todos nós...

5559

5560 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5561 **Pública – presidente do Conselho):**

5562

5563 Justificativa não entra nesse negócio nosso aqui não. Justificativa está no
5564 Regimento, tudo vai ser feito de acordo com o regimento, por favor.

5565

5566 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

5567

5568 Perfeito. Eu só estou querendo entender se existe algum mecanismo, alguma
5569 possibilidade de flexibilizar e viabilizar a vinda da suplência em situações de
5570 emergência como a que aconteceram com alguns conselheiros nesta reunião.

5571

5572 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5573 **Pública – presidente do Conselho):**

5574

5575 É o seguinte: nós temos, infelizmente um tempo pra emissão das passagens. As
5576 passagens de acordo com o Acórdão do TCU, eles dizem que essas passagens têm
5577 que ser emitidas 10 dias antes da viagem. É óbvio que temos casos excepcionais. A
5578 reunião de um conselho não é caso excepcional porque já tem um calendário
5579 agendado. O conselho é um órgão já instituído, então, não é caso excepcional. O
5580 que ocorre? A única flexibilização que existe é a possibilidade da instituição mandar
5581 seu suplente às suas expensas, não existe outro jeito. É aí é pesado para a
5582 instituição exatamente porque a gente insiste que confirmem a presença 10 dias de
5583 antecedência para que a gente possa arcar com tudo isso. Mais uma vez, eu
5584 reforço, se eu não tenho orçamento garantido, eu prejudico, principalmente, a
5585 sociedade civil que não pode estar aqui. Não é o caso de outras instituições que
5586 podem arcar com a vinda de seus representantes, mas a sociedade civil é
5587 prejudicada tremendamente. É isso. Podemos fazer a chamada nominal? Federal:
5588 **ADPF; Associação dos Delegados da Polícia – Adepol;**

5589

5590 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5591 **– CNMP):**

5592

5593 Até para separar as situações, talvez seja importante dizer se tinha confirmado,
5594 porque tem aquelas que confirmaram...

5595

5596 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5597 **Pública – presidente do Conselho):**

5598

5599 Depois faremos essa checagem, porque eu não vou conseguir parar e fazer a
5600 checagem. Senão vamos atrasar mais o almoço, mas vai haver a checagem.

5601

5602 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5603 **– CNMP):**

5604

5605 Mas, então, talvez registrar o nome daquelas confirmaram, para ficar registrado na
5606 ata. No retorno.

5607

5608 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5609 **Pública – presidente do Conselho):**

5610

5611 Vamos fazer o seguinte, no retorno a gente faz esse balanço e traz para cá, porque
5612 senão não vou conseguir fazer todas as coisas ao mesmo tempo.

5613

5614 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5615 **– CNMP):**

5616

5617 Então, a proposta é no retorno.

5618

5619 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5620 **Pública – presidente do Conselho):**

5621

5622 Ok. Está bom. Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – **Fenaprf;**
5623 **Marcos Dias**, ele tem que falar o nome dele. (**Marcos Dias**)

5624

5625 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5626 **Pública – presidente do Conselho):**

5627

5628 Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil – **Amebrasil (AUSENTE).**

5629

5630 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5631 **Pública – presidente do Conselho):**

5632

5633 Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – **Fenappi – (Pfeifer);**
5634 Associação Nacional dos Peritos Criminais – **APCF (AUSENTE)** e Associação
5635 Brasileira de Criminalística – **ABC (AUSENTE);** Associação Nacional de Entidades
5636 de Praças Militares Estaduais – **Anaspra (PRESENTE, SARGENTO HEDER);**
5637 Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais - **Sindapef (JOSÉ ROBERTO**
5638 **NEVES); Viva Rio (PRESENTE TIÃO);** Pastoral Carcerária Nacional (**AUSENTE**) –
5639 **justificado.** Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – **GAJOP**
5640 **(AUSENTE);** Instituto de Estudos da Religião – **ISER (AUSENTE);** Instituto de
5641 Estudos Socioeconômicos – **INESC (AUSENTE) – justificado;** Conselho Federal de
5642 Psicologia – **CFP (PEDRO PAULO BICALHO, CONTANDO TAMBÉM COM A**
5643 **SUPLENCIA CYNTHIA);** Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e Redes de
5644 Desenvolvimento da Mará – **(presente, RAQUEL REPRESENTANDO AS DUAS**
5645 **ENTIDADES);** Movimento Nacional de Direitos Humanos (**AUSENTE);** Associação
5646 Brasileira de Organizações Não Governamentais – **Abong (AUSENTE);** Fórum de
5647 Entidades Nacionais de Direitos Humanos - **justificado;** Rede Desarma Brasil
5648 **(PRESENTE, ALMIR LAUREANO DOS SANTOS);** Fórum Nacional de Juventude
5649 Negra (**AUSENTE);** Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis
5650 e Transexuais – **ABGLT (MÁRCIO MARINS – PRESENTE);** Coletivo de Entidades
5651 Negras - **justificado;** Ministério da Justiça (**AUSENTE);** Secretaria-Geral da
5652 Presidência da República (**JOÃO FRANCISCO, SECRETARIA-GERAL DA**
5653 **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA);** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
5654 da República (**AUSENTE);** Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia (**JOSÉ**

5655 **RIBAMAR, PRESENTE);** Departamento da Polícia Federal (**AUSENTE**); Colégio
5656 Nacional de Segurança Pública – **justificado**; Conselho Nacional dos
5657 Comandantes-Gerais das Polícias - **justificado**; Conselho Nacional de Chefes da
5658 Polícia Civil (**PRESENTE – GERALDO AUGUSTO**); Conselho de Dirigentes dos
5659 Órgãos Periciais do Brasil (**PRESENTE – SILVIO GARCEZ**); Conselho Nacional de
5660 Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública (**PRESENTE – BENEDITO**
5661 **MARIANO**); Conselho Nacional das Guardas Municipais (**PRESENTE – JOEL**
5662 **MOTA DE SÁ**); Senado Federal (?); Conselho Nacional de Justiça (**AUSENTE**);
5663 Conselho Nacional do Ministério Público (**PRESENTE – MARCOS COSTA**);
5664 Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (**PRESENTE – TEREZA**
5665 **CRISTINA**. Então, a pedido do conselheiro Marcos Costa, por gentileza, se faça a
5666 checagem de quem tem justificativa..

5667

5668 **O Sr. Não Identificado:**

5669

5670 Eu não ouvi do Departamento Penitenciário?

5671

5672 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5673 **Pública – presidente do Conselho):**

5674

5675 Eu falei, é o Ministério da Justiça, o Depem, estava ausente. A cadeira deles é
5676 Ministério da Justiça. Então, vamos lá, a pedido do conselheiro Marcos Costa é para
5677 ser feita uma checagem criteriosa para que não se cometam erros também, aqueles
5678 que têm justificativa, por favor. Aqueles que estiveram na reunião de ontem também
5679 que seja consignado, porque tem gente que esteve aqui o dia inteiro ontem, pode
5680 estar com problema, mas da mesma forma, que seja feita aí um quadro para que a
5681 gente possa apresentar hoje à tarde, logo na primeira hora que voltarmos. São meio
5682 dia e quinze, pactuamos o quê? Duas horas? Então, está bom, voltamos às duas
5683 horas. Onde está o Mariano, me esqueci de dizer, saiu ontem o edital ...

5684

20/04/2012

5685

TARDE

5686

5687

5688 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5689 **Pública – presidente do Conselho):**

5690

5691 Vamos lá, fazer aquela checagem de quem não justificou e tudo mais.

5692

5693 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5694 **Segurança Pública):**

5695

5696 Boa-tarde. Bom, eu vou ler quais são as cadeiras que temos compartilhadas
5697 inclusive, e qual foi a justificativa que nós tivemos ou então a não ausência. Dos
5698 trabalhadores: Associação Brasileira de Criminalística e Associação Nacional dos
5699 Peritos Criminais Federais; eles compartilham cadeiras, é a cadeira que o Márcio
5700 Godoy compartilha com Agadeilton. O Márcio Godoy esteve presente conosco até
5701 ontem e hoje era a posse da entidade dele, precisou se retirar e ontem mesmo ele
5702 voltou para o estado dele. Associação Nacional dos Oficiais Militares, Sá Ribas e o
5703 Bridi. O Bridi é o suplente não pôde estar presente e o Sá Ribas confirmou fora do
5704 prazo, ele perdeu o prazo para confirmação da passagem, a passagem dele não foi

5705 feita e ele não pôde vir por outro meio. Associação Nacional dos Delegados de
5706 Polícia e Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, titular é o Marcos
5707 Leoncio e o suplente é o Kleber Luiz, o Kleber Luiz havia confirmado presença, ligou
5708 hoje justificando que ele não pôde estar porque estava numa reunião o dia inteiro, a
5709 secretária até deu um informe no período da manhã sobre a Lei Geral da Polícia
5710 Civil, mas hoje que no período da tarde ele viria. Associação Nacional das Entidades
5711 Representativas de Praças e Policiais, está aqui nosso amigo Heder. Quer que eu
5712 leia todo mundo ou só quem justificou? O Gandra, que é Cobrapol, não chegou nem
5713 a confirmar a presença, mas também não justificou em nenhum momento que não
5714 viria. Na audiência ontem, ele viajou ao meio-dia, ele tinha uma viagem hoje.
5715 Sociedade civil – ABLGT, o Márcio está aqui. Coletivo de Entidades Negras é o
5716 Marcos Rezende, ele mandou um e-mail, acho que todos nós recebemos, ele teve
5717 problema, falecimento de um companheiro dele. Conselho Federal de Psicologia
5718 está presente; Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos, o Yves esteve
5719 presente ontem durante o dia com a gente, ele justificou ontem no final da tarde que
5720 não poderia estar presente porque eles são responsáveis por um evento, Cúpula
5721 dos Povos, e ele teria que voltar porque está tendo decisões importantes, ele é
5722 ordenador de despesa, precisava assinar e não pôde ficar; o Fórum Nacional de
5723 Juventude Negra, o representante é o Elder, a passagem dele foi emitida, a
5724 passagem e o pagamento de diárias, não houve nenhum tipo de justificativa para a
5725 ausência dele aqui no dia hoje. Sim, ontem ele veio. A passagem dele foi emitida
5726 para chegar na terça-feira à tarde, à noite, no mesmo horário da doutora Tereza, não
5727 esteve presente na quarta, ele justificou que estava no STF, mas que não é
5728 plausível. Gajop, a Célia perdeu também o prazo da confirmação da passagem; o
5729 André Luiz do ISER teve um problema, ele confirmou, a passagem foi emitida, a
5730 esposa foi internada e ele não podia vir e deixar a esposa no hospital, a Cynthia
5731 Pinto justificou, do MDH, que ela não poderia participar, acho que todos nós
5732 recebemos; a Pastoral Carcerária, o Geraldo Wanderley perdeu o prazo da
5733 confirmação também, por isso que não esteve presente, teve um problema pessoal,
5734 acabou perdendo o prazo. Dos gestores, o Colégio Nacional de Secretários, o
5735 Wantuir Jacini teve um problema, parece que um movimento grevista no estado
5736 dele, ele é o secretário de Segurança teve que ficar para resolver a questão;
5737 Conselho Nacional dos Comandantes Gerais de Polícia é o Vicente Mariano, que
5738 sempre participa conosco; a gente está vendo que está tendo mudança lá, então,
5739 provavelmente, não deve ter vindo por conta dessa questão, o Departamento de
5740 Polícia Federal e Rodoviária Federal, o Nóbrega está de férias e não pôde
5741 comparecer, não está em Brasília e o Rott está em viagem, não está em Brasília
5742 também; pela Secretaria de Direitos Humanos nós tínhamos o Fernando Matos que
5743 participava conosco, ele não está mais na SDH, então eles vão designar outra
5744 pessoa para estar presente; Ministério da Justiça, é o Rossini, estava consultando a
5745 secretária se ele deu alguma justificativa por não estar presente, ele esteve presente
5746 ontem de manhã, e não teve nenhuma justificativa por não estar presente hoje.

5747

5748 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5749 **Pública – presidente do Conselho):**

5750

5751 Então, pela tua fala, o único que teria recebido diária e passagem e não está aqui é
5752 o Elder? Era essa a panorâmica que tínhamos que fazer porque assim quem não
5753 confirmou presença, quem justificou está dentro do regimento, até mesmo aqueles

5754 que perderam o prazo para confirmação da passagem, está tudo coberto, não tem
5755 nada. Bom, é isso.

5756

5757 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,
5758 Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

5759

5760 Bom, visto que a Suelen fez a leitura e só o Elder não está aqui, acredito que ainda
5761 assim, a gente sabe o que consta no regimento, mas vamos esperar um contato
5762 para ver se existe alguma justificativa, algum imprevisto, algum acidente porque não
5763 dá de maneira sumária, enfim, tem que ouvi-lo, a gente não sabe o que aconteceu
5764 de ontem para hoje.

5765

5766 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de
5767 Segurança Pública):**

5768

5769 Só para explicar porque o procedimento que será dado a isso é um procedimento
5770 administrativo que é posterior, nós prestamos contas de todas as passagens e
5771 diárias. Então, não é feito agora de imediato, tem esse tempo, que é o tempo agora
5772 que nós chegamos, prestamos contas dos bilhetes aéreos tudo e, claro, neste
5773 momento, já é possível checar se aconteceu alguma coisa ou não.

5774

5775 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

5776

5777 Mariano, desculpe, eu queria fazer uma ponderação sobre esse caso. Eu acho
5778 fundamental que a gente tenha esse espaço de escuta, dê uma abertura para que o
5779 Elder se justifique porque temos clareza também de quais seriam as consequências
5780 do encaminhamento que foi proposto pela manhã, alguns conselheiros talvez
5781 tivessem mais facilidade de fazer uma devolução de diária e passagem. A gente
5782 entende que o Elder é um conselheiro que tem contribuído neste conselho, é uma
5783 pessoa que quando está presente contribui e talvez a deliberação que foi sugerida
5784 inviabilize a participação dele aqui neste espaço. Então, acho que a gente precisa
5785 tratar isso também com certo cuidado. Eu queria reforçar a solicitação do Márcio.

5786

5787 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança
5788 Pública – presidente do Conselho):**

5789

5790 Eu vou fazer uma fala de secretária nacional, desculpe, eu tenho que fazer. Só tem
5791 um meio de a gente não cobrar essa passagem, nós dividirmos a passagem e a
5792 diária aqui. Eu não posso arcar com isso. Quem autoriza sou eu, junto aos órgãos
5793 de controle. Eu vou esperar, sim, ouvi-lo, mas me perdoe, o Elder estava no
5794 Ministério da Justiça em reunião ontem, ele foi para lá, de manhã ele estava lá,
5795 estou falando porque vi. Eu encontrei 2 conselheiros, o Marcos Costa estava perdido
5796 lá, o Guilherme voltou e falou assim: “Conselheiro, é no ID”, foi ou não foi? Não, ele
5797 estava lá, gente, olha, eu digo uma coisa para vocês, eu estava no ministério, não
5798 estava aqui ontem, estava tranquila, o Almir estava aqui, fiquei o dia inteiro fechando
5799 a Lei Geral, dia inteiro entre aspas porque eu tive que cumprir umas agendas do
5800 ministro, porque a presidenta mandou o ministro para São Paulo, eu transitei pelo
5801 ministério, Márcio, estou trazendo aquilo que eu vi. Eu vou, sim, aguardar a
5802 justificativa, principalmente, porque é uma pessoa só. Agora, volto a falar aos
5803 senhores o seguinte: a responsabilidade se a pessoa tem ou não condições de

5804 devolver a diária, isso não é porque é sociedade civil, porque é gestor ou porque é
5805 trabalhador. Um não tem menos do que o outro e a responsabilidade também não é
5806 pela entidade, é da pessoa. E falo mais: eles contribuem, mas também não é raro o
5807 Marcos Rezende fazer a mesma coisa. Quantas vezes o Marcos já esteve em
5808 Brasília e não está aqui? São várias. Então, eu vou aguardar, vou ouvir a
5809 justificativa, só que quem assina sou eu, é o meu CPF, não é o conselho que
5810 responde, sou eu, secretária nacional de segurança pública quem assina e autoriza
5811 as passagens. Se eu tomo conhecimento que foi emitida essa passagem, se eu não
5812 tivesse conhecimento, mas eu tomei conhecimento, foi emitida a passagem, a
5813 pessoa não está aqui, é complicado para mim e fosse lá quem fosse. Eu não pego
5814 criança no colo que não é minha de jeito nenhum. Aqui todos nós temos
5815 responsabilidade o suficiente. Volto a falar, o ano passado, depois da eleição, eu fui
5816 voto vencido de fazer um, fui até mal-entendida, curso para conselheiros, me
5817 disseram que os conselheiros não precisavam de curso. Eu queria mostrar aos
5818 conselheiros a responsabilidade de um servidor ao assumir um conselho porque um
5819 conselheiro não tem obrigação de conhecer a Lei 8.112. É obrigação do servidor
5820 público, mas não é do conselheiro, eu queria ter feito isso, mas me falaram neste
5821 plenário que ninguém precisava disso, então, implicitamente todos conhecem os
5822 seus direitos e seus deveres. E eu, infelizmente, nesse ponto só tenho um dever,
5823 fiscalizar aquilo que eu assino. Então, que seja consultado o Éder realmente o
5824 porquê de ele não estar aqui. Ele veio terça, a audiência pública foi quarta, a
5825 passagem foi emitida terça já para ele ir para a audiência, já tem um primeiro erro aí,
5826 Márcio. Ele deveria estar na audiência pública. Ontem ele esteve aqui e hoje não
5827 está. Então, eu quero que ele informe o porquê da ausência dele na audiência
5828 pública e hoje.

5829

5830 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5831 **Segurança Pública):**

5832

5833 Ele disse que estava no STJ.

5834

5835 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5836 **Pública – presidente do Conselho):**

5837

5838 Bom, então o STJ paga a passagem dele. É só isso. Ou o STJ paga ou a entidade
5839 que ele representa paga para ele estar no STJ, mas não o Ministério da Justiça para
5840 ele ser conselheiro, é só isso. Bom, encaminhamento.

5841

5842 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
5843 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

5844

5845 Presidente, eu sugiro aproveitando que deu quórum que nós aprovemos antes das
5846 recomendações o que nós deliberamos relacionados ao programa do crack de
5847 manhã, foi discutido ontem e praticamente consensuado. Para lembrar, tem a
5848 questão quatro, só um texto diferente, não aprovamos nada ontem, precisamos
5849 aprovar o que discutimos, era o que a Cynthia disse.

5850

5851 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5852 **Pública – presidente do Conselho):**

5853

5854 Eu vou passar ao vice-presidente que acompanhou toda a discussão, eu não estava
5855 presente, peço que ele conduza então o debate de aprovação, acho que é mais fácil.

5856

5857 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5858 **– CNMP):**

5859

5860 Eu tinha pedido a palavra para falar sobre a questão do Elder. Veja bem, essa
5861 questão de diária é uma atribuição realmente do gestor público, é da Senasp, a
5862 gente não tem como deliberar se não vai ou se vai, é uma questão puramente
5863 administrativa, uma matéria que não é afeta ao plenário do Conasp. A questão da
5864 justificativa ou não é outros quinhentos e a gente pode até verificar aqui, a parte
5865 administrativa é da Senasp, não podemos dizer: “Senasp, não faça isso”.

5866

5867 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5868 **Pública – presidente do Conselho):**

5869

5870 Conselheiro, eu só vou acatar o pedido de aguardar justificativa. Até mesmo...

5871

5872 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5873 **– CNMP):**

5874

5875 Porque na realidade o procedimento é para prestar contas.

5876

5877 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5878 **Pública – presidente do Conselho):**

5879

5880 Eu estou concordando, mas realmente o senhor tem razão, a responsabilidade pela
5881 ordenação de despesa é minha. Mas, eu só vou acatar o pedido de justificativa, mas
5882 eu vou ter que tomar posição sim.

5883

5884 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5885 **– CNMP):**

5886

5887 Até porque o próprio pedido de prestação de contas se a pessoa prestar contas e
5888 esclarecer pode ser acatado pelo gestor. Agora, eu tenho um requerimento da parte
5889 da manhã, houve um requerimento à presidência, à mesa diretora sobre os ofícios
5890 que eu pedi acesso. Então, eu queria que houvesse a decisão e a comunicação ao
5891 plenário.

5892

5893 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5894

5895 Questão de ordem ao companheiro Tião.

5896

5897 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

5898

5899 É o seguinte, nós estamos tão agoniados com a história de pendências de um ano
5900 do companheiro Heder. Então, eu queria sugerir que ele apresentasse
5901 imediatamente a resolução e a gente votasse a resolução da pena restritiva, por
5902 favor, Heder.

5903

5904 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**
5905
5906 Todas as recomendações têm o mesmo peso, vamos seguir nesse caminho retoma.
5907
5908 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5909 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**
5910
5911 Boa-tarde a todos. Pois não, Márcio.
5912
5913 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
5914 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**
5915
5916 **(Intervenção fora do microfone)**
5917
5918 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**
5919
5920 Sim, o pedido do conselheiro Marcos.
5921
5922 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5923 **Pública – presidente do Conselho):**
5924
5925 Gente, dá licença, só um minuto, eu vou encurtar a história. Conselheiro, está aqui,
5926 foram todas as entidades e não foi só o Ministério Público Federal. Eu jamais faria
5927 um ofício dirigido. Vou cumprir exatamente o que determina, eu preciso saber se o
5928 senhor continua ou não sendo representante aqui, se a Tereza continua aqui ou não
5929 sendo representante, se o João Francisco continua ou não, isso é praxe, eu jamais
5930 faria um ofício dirigido exatamente ao Ministério Público Federal para saber se era o
5931 senhor. Está aqui, no final do ano vai outro. Pronto, encurta, acabou, vamos embora.
5932
5933 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5934 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**
5935
5936 Podemos?
5937
5938 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5939 **– CNMP):**
5940
5941 Eu vou responder. Veja bem, eu fiz um pedido ontem à presidência, foi explicado
5942 isso, quer dizer, a Suelen explicou que foram expedidos os ofícios a todas as
5943 entidades e tudo mais, eu fiz um pedido à mesa que tivesse acesso aos ofícios.
5944 Então, hoje de manhã, teve aquela questão que todo mundo presenciou que não
5945 poderia dar acesso se não fosse um pedido escrito, por isso que eu fiz a questão
5946 para poder ser decidido e ter acesso finalmente aos ofícios que eu tinha pedido
5947 ontem. Que fique muito claro isso. E houve, sim, um zum-zum-zum perante ao
5948 procurador-geral da República e ao CNMP em relação à minha indicação. Isso foi
5949 dito pelo próprio CNMP. Basicamente, foi isso que aconteceu.
5950
5951 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5952 **Pública – presidente do Conselho):**
5953

5954 Bom, isso é uma questão que a gente resolve no Ministério da Justiça. Eu não sou
5955 moleque e nem o senhor. Nós não somos crianças. A sua presença não me agrada
5956 aqui, só que o senhor foi indicado e senhor vai ficar. Desculpem, por favor, porque
5957 isso não era nem para estar aqui. Só que a sua presença não me agrada. O senhor
5958 não contribui porque essas questões atrapalham. Estamos aqui desde a manhã para
5959 resolver coisas mais importantes, eu não tenho picuinha com ninguém, muito menos
5960 com o senhor. Agora, eu jamais faria isso. Eu jamais iria lá, mesmo porque eu tenho
5961 amizade sim com o doutor Gurgel de reuniões, só que as nossas reuniões são
5962 produtivas lá no Ministério da Justiça.

5963

5964 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
5965 **– CNMP):**

5966

5967 Veja bem, eu tinha parado. Olha, basicamente, eu também não tenho nada contra a
5968 secretária Nacional de Segurança Pública e continuarei desde o primeiro momento
5969 que aqui estive convergindo com a Senasp quando tiver que convergir e divergindo
5970 toda vez que eu entender que deva ser isso porque esse é o papel do controle
5971 social. Controle social é feito para trazer e colocar perante o gestor as suas
5972 posições. Basicamente, é essa a minha missão dentro deste conselho.

5973

5974 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5975

5976 Ok. Vamos dar continuidade. Vamos ao doutor Heder.

5977

5978 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5979 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

5980

5981 Vamos direto para ganharmos tempo. Diferentemente do parecer que fora
5982 apresentado pela perícia oficial, nós chegamos a um denominador que achávamos
5983 que uma recomendação ou uma resolução para nós seria o suficiente. Então, vou
5984 fazer uma breve leitura da parte expositiva que é fundamental, depois a resolução
5985 que fora encaminhada a Câmara Técnica (**Intervenções fora do microfone**). A
5986 resolução? Vamos embora! O outro documento era só para fundamentar. O que vai
5987 ficar definido é se é parecer ou resolução, acho que isso precisa ser. “A plenária do
5988 Conselho Nacional de Segurança Pública em sua 16ª”.

5989

5990 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
5991 **Pública – presidente do Conselho):**

5992

5993 Vamos pular essa introdução

5994

5995 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5996 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

5997

5998 “Considerado que a disciplina e a hierarquia são os pilares basilares das instituições
5999 militares estaduais e que essas serão mantidas e preservadas; considerando que há
6000 necessidade de adequação dos regulamentos disciplinares das polícias e corpos de
6001 bombeiros militares estaduais aos preceitos da Constituição cidadã de 1988, bem
6002 como em suas emendas constitucionais; considerando que os resultados princípios,
6003 mais notadamente os 3º e 10º e nas diretrizes 21 da 1ª Conferência Nacional de

6004 Segurança Pública identificam a necessidade de adequação constitucional dos
6005 regulamentos disciplinares das polícias e corpos de bombeiros militares dos
6006 estados; considerando que o art. 1º da Portaria Interministerial nº 2, de 15 de
6007 dezembro de 2010, que estabeleceram as diretrizes nacionais de promoção e
6008 defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública; considerando
6009 que o art. 2º da Portaria Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010”, tem um
6010 erro formal aí “estabelece que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
6011 República e o Ministério da Justiça deverão estabelecer mecanismos para estimular
6012 e monitorar iniciativas que visem a implementação das diretrizes da Portaria
6013 Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010; considerando que a diretriz nº 1 da
6014 Portaria Interministerial nº 2, assim assevera, *ipsis verbis*, adequar as leis e
6015 regulamentos disciplinares que versam sobre direitos e deveres dos profissionais de
6016 segurança pública à Constituição Federal de 88; considerando que o parecer
6017 elaborado pela Câmara Técnica de instituições policiais do Conasp recomenda o fim
6018 das penas restritivas de liberdade para as punições de faltas disciplinares, resolve: o
6019 pleno do Conasp recomenda ao Ministério da Justiça que adote junto à Presidência
6020 da República as providências necessárias à revisão do Decreto 1667/69 a fim de
6021 vedar a pena restritiva e privativa de liberdade para punições de faltas disciplinares
6022 no âmbito das polícias e corpos de bombeiros militares alterando o seu art. 18. 2 –
6023 Sugerir que o art. 18 do Decreto 1667/69 passe a vigorar com a seguinte redação:
6024 Art. 18 – As polícias e corpos de bombeiros militares estaduais serão regidos por
6025 regulamentos disciplinares, estabelecidos em lei estadual específica, respeitadas as
6026 condições especiais de cada corporação, sendo vedada a pena restritiva de
6027 liberdade para as punições disciplinares e assegurado o exercício da ampla defesa e
6028 o direito ao uso do contraditório. § 1º ao art. 18 – Os estados e o Distrito Federal
6029 terão prazo de um ano a partir da publicação deste decreto para que alterem os
6030 seus regulamentos disciplinares. Brasília, pleno do Conasp”. Essa é a proposta de
6031 recomendação. O que a gente precisa é só alterar o art. 18 do Decreto 1667/69.

6032

6033 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
6034 **Pública – presidente do Conselho):**

6035

6036 Eu não tenho dúvida quanto à matéria, não tenho mesmo porque eu acho um
6037 absurdo, mas eu tenho dúvida se a gente pode obrigar o estado.

6038

6039 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

6040

6041 É uma recomendação.

6042

6043 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
6044 **Pública – presidente do Conselho):**

6045

6046 É uma recomendação, é só isso, quanto ao conteúdo eu não tenho qualquer dúvida.

6047

6048 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

6049

6050 Pessoal, abriu-se o espaço de discussão. Conselheiro Marcos Costa e, em seguida,
6051 Tião.

6052

6053 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6054 **– CNMP):**

6055
6056 É decreto-lei ou é decreto?

6057
6058 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6059 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

6060
6061 Decreto-lei.

6062
6063 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6064 **– CNMP):**

6065
6066 Sendo só decreto, era só uma decisão da presidente da República. Se for decreto-lei
6067 só o Congresso. Isso não significa que nós não possamos recomendar que o
6068 governo federal adote aquela posição e encaminhe os projetos que sejam
6069 necessários à reforma legislativa, até porque nós sabemos que o governo, salvo
6070 uma ou outra questão quando quer aprovar uma coisa ele aprova.

6071
6072 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6073 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

6074
6075 E qual é a sugestão?

6076
6077 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6078 **– CNMP):**

6079
6080 Qual é o dispositivo do decreto-lei porque eu estou com ele aqui, é o art. 18?

6081
6082 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6083 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

6084
6085 A proposição altera o art. 18, como eu não li aquela fundamentação, deixa-me ler a
6086 redação original do art. 18: Presidência da República no uso de suas atribuições...as
6087 polícias militares serão regidas....a sugestão é alterar esse artigo aí, porque é ele
6088 que estabelece que elas serão regidas por regulamento cópia fiel do Exército.

6089
6090 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6091 **– CNMP):**

6092
6093 Bom, o que ocorre também é o seguinte: você tem dois caminhos aqui: você altera o
6094 art. 18, aí necessariamente é o que eu tinha falado antes, tem que ser um pedido de
6095 alteração legislativa, se o governo acatar o Conasp ele passará a pleitear isso
6096 perante o Congresso Nacional. Pelo que está aí, o art. 18, se observa que existe um
6097 regime disciplinar que é aplicado e, provavelmente, esse daí tenha sido aprovado, o
6098 detalhamento disso, por um decreto presidencial. Eventualmente, você pode alterar
6099 esse daí, especificamente. Mas, tem também outro caminho, mas se for para mudar
6100 aqui, é um pedido de alteração legislativa.

6101

6102 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6103 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

6104

6105 Então, vamos fazer, porque na verdade, a minha intenção é isso mesmo, que
6106 proceda já a partir do Executivo para que não configure o chamado vício de origem,
6107 quando chegar lá e era competência exclusiva. Essa que é a demanda.

6108

6109 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

6110

6111 Na verdade, vale aqui a recomendação ao governo, ao Ministério da Justiça para
6112 fazer gestão junto à Presidência da República para encaminhar a mudança do art.
6113 18, desse decreto-lei. E aí qualquer alteração necessária, qualquer ajuste a própria
6114 SAL faz.

6115

6116 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6117 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

6118

6119 Então, acho que o que precisa é o art. 1º da Recomendação. Então, vamos fazer
6120 uma redação para ela que a gente mata isso. Vamos escrever lá de uma vez,
6121 conselheiro Marcos quer contribuir.

6122

6123 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

6124

6125 Com a palavra o conselheiro João, e a gente vai vendo o texto.

6126

6127 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
6128 **República):**

6129

6130 Essa proposta eu já analisei bastante. Eu, particularmente, tenho algumas
6131 ponderações a fazer e também algumas dificuldades para melhor entendê-la porque
6132 vejo que está proposta a exclusão da pena, na verdade, por exemplo, veja que no
6133 projeto está dizendo o seguinte: é vedada a pena restritiva de liberdade. No próprio
6134 regulamento das Forças Armadas e dos próprios regulamentos dos bombeiros e
6135 policiais militares - os policiais aqui presentes podem me retificar - não trazem o
6136 nome de restrição de liberdade, salvo engano, são transgressões militares e prisões
6137 administrativas militares. Então, primeiro tem essa questão. Segundo, vejo que é um
6138 tema que envolve muito com o tema da desmilitarização. Então, se o Conasp vai
6139 discutir a desmilitarização das polícias é um tema que está intimamente ligado à
6140 questão de ter ou não a prisão de policial militar. E terceiro, é no sentido o seguinte,
6141 vejo que, por exemplo, a questão mesma que o Heder fala de Minas Gerais, mesmo
6142 em Minas Gerais lá saiu o nome prisão, mas continuou lá com a possibilidade de ter
6143 medida cautelar, eles tiraram o nome prisão, mas ficou com a possibilidade ainda de
6144 medida cautelar. Então, assim, quando se coloca também, primeiro, uma questão
6145 que eu vejo seria melhorar a redação caso se mantenha isso daí, a primeira
6146 proposta, e segundo vejo que é um tema muito interligado com a desmilitarização e
6147 aí não seria mais abrangente.

6148

6149 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
6150 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

6151

6152 Eu acho que esse tema pode ser votado com muita tranquilidade é só vendo
6153 redação. Como disse, é decreto-lei porque é de 69, período de exceção, então, é
6154 decreto-lei. É a gente recomendar aqui que o Ministério da Justiça tome providencia
6155 no sentido de rever esse decreto-lei encaminhando ao Congresso Nacional. É curto
6156 e grosso. Isso tem vinculação com o projeto de desmilitarização? É evidente que
6157 tem. Agora, por isso eu não vou votar? Porque desmilitarização não é isso, tem
6158 justiça militar, foro privilegiado, uma referência constitucional de que as polícias
6159 militares são reserva do Exército, então, são muitos outros temas na
6160 desmilitarização, esse é um deles. Agora, como têm muitos temas eu não voto esse,
6161 para mim eu acho um absurdo essa vinculação de ser da desmilitarização e não vale
6162 votar. Prisão administrativa, detenção administrativa, seja o nome que se dê, é
6163 restrição e veio do decreto-lei de 69. Eu acho a maior excrescência que possa ter na
6164 relação interna com as polícias militares. As polícias militares e os corpos de
6165 bombeiros são os únicos servidores públicos do país que podem ser presos sem ter
6166 cometido crime. A gente não apoiar isso aqui, eu acho que nem merece muita
6167 discussão o apoio a isso. É só a forma e aí a contribuição foi correta, porque quem
6168 muda é o Congresso Nacional, se é por decreto-lei aqueles que lembram, o decreto-
6169 lei tem peso de lei, então tem que alterar. Agora, a recomendação para que o
6170 Ministério da Justiça proponha mudança desse artigo é o mínimo para iniciar o
6171 debate futuro sobre desmilitarização. Então, eu acho que é uma excrescência que
6172 este conselho tenha que se manifestar, reforça a própria disciplina e hierarquia,
6173 porque disciplina e hierarquia nós não podemos ver como sinônimo de abuso de
6174 autoridade. Isso não é abuso de autoridade, isso é uma regra do período de exceção
6175 do país. E nós estamos discutindo vamos mudar aqui, mudar ali para não ter uma
6176 recomendação, que fere os direitos fundamentais do servidor público, policial militar
6177 estadual! Então, a minha sugestão é que nós temos outras votações importantes
6178 aqui e que a gente vote, em linhas gerais, a recomendação e, no final, o Heder pode
6179 fazer alguns esclarecimentos mais gerais, mas a minha proposta é que nós
6180 aproveemos o sentido da mudança do art. 18 para o Governo Federal se manifestar
6181 ao Congresso Nacional.

6182

6183 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**
6184 **Brasil – ADEPOL):**

6185

6186 Primeiramente, boa-tarde a todos. Conselheiro Heder, todas as propostas que
6187 partem da sua pessoa encontram grande simpatia em mim, tanto pela causa dos
6188 praças militares que o senhor representa muito bem, como em razão da simpatia
6189 pessoal que nutro pela sua pessoa. Mas, em relação especificamente a esse texto,
6190 eu acho que deveria haver uma adequação da proposta, mas, de toda sorte, ainda
6191 não me sinto plenamente à vontade para deliberar sobre esse assunto porque não
6192 sei até que ponto seria da própria essência do regime militar a previsão de prisões
6193 disciplinares. Talvez não se coadune com o momento constitucional que a gente
6194 vive, pós-democratização do país, mas da mesma forma que eu entendo que uma
6195 política militar também não se coaduna com um país que já foi redemocratizado, por
6196 isso que eu defendo a desmilitarização da polícia. Mas, eu queria saber se haveria
6197 da sua parte a possibilidade de aprofundamento do debate antes de uma votação ou
6198 se há urgência nesse encaminhamento?

6199

6200 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6201 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

6202
6203
6204
6205
6206
6207
6208
6209
6210
6211
6212
6213
6214
6215
6216
6217
6218
6219
6220
6221
6222
6223
6224
6225
6226
6227
6228
6229
6230
6231
6232
6233
6234
6235
6236
6237
6238
6239
6240
6241
6242
6243
6244
6245
6246
6247
6248
6249
6250
6251

Se me permitir esclarecer, porque, às vezes, a incapacidade de deliberar pode ser por algumas questões pontuais. Me permita porque nós não fizemos os considerandos e fomos direto para a resolução. Em Minas Gerais, desde o ano de 2002, existe o Código de Ética de Disciplina que findou com a pena restritiva de liberdade. Nem por isso a disciplina e a hierarquia foram afetadas. É o único estado que desde 2002, nós já tivemos alguns movimentos reivindicatórios que não culminou com greve e muito menos com qualquer tipo de demissão. Ou seja, o código não trata, tanto é que nas considerações que nós fazemos a justiça militar permanece. Então, nada tem a ver com a desmilitarização, são coisas completamente distintas, o que nós queremos é o tratamento isonômico que é dado a qualquer servidor. Porque pensem, bem, senhores e senhoras, primeiro se prende e depois se justifica e, se justificado for, ele já cumpriu a prisão. São 5 dias, são 10 dias. Pasmem os senhores, o estado do Ceará, através de uma lei em 2003, criou um instrumento chamado recolhimento transitório por lei. O que consiste o recolhimento transitório? Ele consiste no cerceamento de ir e vir do cidadão, sem que constitua transgressão disciplinar, sem que constitua crime, se me permite fazer a leitura, porque aí eu vou na lei e podemos pesquisar a lei, eu só preciso contextualizar, sem problematizar. “Art. 26 da Lei 13407 de 2003. Do recolhimento transitório”, isso está no regulamento disciplinar, não estou aqui discutindo o aspecto penal do crime militar não. “O recolhimento transitório não constitui sanção disciplinar, sendo medida preventiva e acautelatória de ordem social e da disciplina militar, consistente no desarmamento e recolhimento do militar à prisão, sem nota de punição publicada em boletim e podendo ser excepcionalmente adotado quando houver fortes indícios de autoria de crime propriamente militar ou transgressão militar e a medida for necessária”. São todas as excrescências de um modelo de prisão. O que temos discutido e trazido à discussão é a possibilidade, que se não alterar o decreto, os governos não fazem porque dizem que estão vinculados ao decreto. Em Minas Gerais, desde o ano de 2002, é por lei discutido na Assembleia, e aí já aproveitando a oportunidade, conselheiro João Francisco, a medida acautelatória, isso foi trabalhado por nós da Aspra – Minas Gerais, em que ela consiste? Se eu tenho, eu enquanto servidor, independentemente do posto ou graduação, qualquer divergência com o comandante, eu peço a medida cautelar, eu sou afastado das funções direto do comando dele, vou para outro lugar, até que aquilo se apure para que eu não seja exatamente punido sem que se apure o fato. Então, a medida acautelatória não é prisão, ele é afastado do comando, sob a chefia de quem está, vai para outro lugar e pode ser até 5 dias, para que se decida “Eu decido pela transferência dele para outra unidade”, isso foi medida que nós adotamos. Então, não tem nada a ver com prisão. Não tem nada a ver com a desmilitarização porque Minas Gerais, desde o ano de 2002, adota esse modelo. E aqui deixo registrado, se tiver que discutir comigo sobre desmilitarização, Minas Gerais não é favorável e nós não defendemos isso em Minas, porque não nos interessa em razão até dessas mudanças que nós tivemos institucionais que permitiu uma polícia mais cidadã. O que existe nos regulamentos disciplinares é um absurdo. Pedir permissão para casar, se eu casar e não pedir permissão estou preso. Se eu deixar de prestar uma continência estou preso. Se eu tiver com o uniforme em desalinho eu estou preso. Existe uma gradação de pena, nos regulamentos disciplinares que são faltas leves, médias, graves e gravíssimas. O estado do Rio Grande do Norte não tem essa gradação. A prisão fica a critério da autoridade. Não tem lá, leve, média, grave, porque há uma combinação para que

6252 haja a prisão é necessário que tenha grave e gravíssima, falta leve você não é
6253 preso. Mas, falta grave e gravíssima você pode ficar preso em até 30 dias. No Rio
6254 Grande do Norte não existe essa gradação. Só para concluir, no estado do
6255 Tocantins existe a chamada sindicância verbal. Ele procede uma sindicância por
6256 telefone e está preso por força do regulamento que prevê e faculta a prisão. Eu não
6257 estou discutindo e não quero discutir o aspecto moral de quem deva ou não deva
6258 ser. Em Minas Gerais, depois do estabelecimento do Código de Ética que não prevê
6259 mais prisão administrativa é o período que nós mais, sabe por quê? Existe o direito
6260 da ampla defesa e contraditório. E nesse Código de Ética, eu não estou pedindo
6261 nem modelo de Código de Ética de Minas não, porque lá é tudo tratado em
6262 igualdade de condições, o subordinado e o superior, eu posso representar contra um
6263 superior, o trâmite legal será adotado, coisa que nos regulamentos disciplinares
6264 adotados ainda existem. Eu não estou discutindo o aspecto penal. A Justiça Militar
6265 continua estabelecida como primeira e segunda instâncias em Rio, São Paulo e
6266 Minas Gerais, Rio Grande do Sul, são aqueles estados que possuem um maior
6267 efetivo, então tem um tribunal, nos outros estados permanecem as auditorias de 1ª
6268 instância que é Justiça comum, como 2ª instância. Então, esse aspecto penal não
6269 estou discutindo porque eu sei que isso entra dentro do efeito da desmilitarização ou
6270 não. O que estamos pedindo é a oportunidade e outra coisa, diferentemente de
6271 decreto-lei, os regulamentos disciplinares nos estados não foram discutidos com a
6272 sociedade dentro da casa do povo que é o Poder Legislativo. Foram decretos
6273 baixados pelo governo por comandantes com base no Decreto 1667. E nós estamos
6274 no ano de 2012 e policiais sendo presos porque deixou de fazer uma continência,
6275 deixou de pedir permissão para casar e o que estou pedindo não é abolicionismo,
6276 desculpe, o que estou pedindo é abolicionismo mesmo para os policiais e bombeiros
6277 militares. Se o estado vai fazer, como disse a própria secretária, vai depender do
6278 estado, mas esse instrumento normativo nós não temos hoje. Quando eu procuro
6279 outros estados, o que eles me dizem? Não, o Decreto 1667...vamos alterar o
6280 Decreto 1667! É esse o pedido, eu não estou pedindo autonomia para bater, para
6281 matar, muito pelo contrário, eu estou pedindo dignidade para os profissionais de
6282 segurança pública, policiais e bombeiros militares, independentemente se é oficial
6283 ou praça porque o regulamento se aplica a ambos. Só para concluir. Para os oficiais
6284 e praças, há um tratamento diferenciado. O praça fica preso é no quartel, aí se tem
6285 detenção e prisão. O oficial pode ficar preso em casa. Um sargento, isso está
6286 naquelas considerações, ele vai para um recinto fechado, o cabo é xadrez. E ainda
6287 existe a possibilidade, isso é o que ocorre, eu estou preso, eu cumpro o serviço e
6288 não vou embora para casa, você tem prisão em regime estritamente fechado e
6289 prisão cumprindo em serviço. Eu estou preso não vou para casa, trabalho o dia
6290 inteiro e vou à noite dormir porque estou preso. Então, o que a gente está pedindo e
6291 que a gente vem debatendo sobre isso, eu tenho muita tranquilidade de debater
6292 sobre isso e me empolgo, eu fico empolgado com essa matéria, eu gosto de discutir
6293 isso, porque o Código de Ética dos policiais militares em Minas foi trabalhado e
6294 discutido à mesa com oficiais, praças e governo. E se chegou a esse modelo. Eu
6295 distribui um para cada um. Conselheiro João, aquela medida acautelatória que está
6296 lá foi pensada, como é que eu tiro alguém que o comando ao invés de perseguir eu
6297 o tiro da disponibilidade daquele e coloco a disponibilidade de outro, é para proteger
6298 independentemente de quem quer que seja, lá não fala nem de posto, nem de
6299 graduação, é um militar. Eu não sei se consegui esclarecer as razões.

6300

6301

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):

6302
6303
6304
6305
6306
6307
6308
6309
6310
6311
6312
6313
6314
6315
6316
6317
6318
6319
6320
6321
6322
6323
6324
6325
6326
6327
6328
6329
6330
6331
6332
6333
6334
6335
6336
6337
6338
6339
6340
6341
6342
6343
6344
6345
6346
6347
6348
6349
6350
6351

Conseguiu.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf):

Só queria dar minha contribuição porque eu tive a experiência de servir o Exército. Em 1990, quando eu entrei como recruta, foram apresentadas todas as instalações e o sargento quando apresentava o xadrez olhou e disse: “Eu ainda vou te ver muitas vezes aqui, não é?”. Nunca viu, mas o mecanismo de controle é cruel, perverso, aterrorizante, você não quer ir para ali e você sabe que é muito fácil você ir preso. Até o dia que eu dei baixa, 15 anos depois, a gente vê que o Exército mudou bastante, eles te oferecem o contraditório e ampla defesa. Então, não é mais esse regime que a gente viu porque é um absurdo, Helder quando vi você relatar, que o policial cumpre a prisão e pode tirar serviço, quer dizer, ele pode portar uma arma, vestir uniforme, ir para rua, trabalhar, então, que perigo ele oferece à sociedade para permanecer preso?

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - ANASPRA):

E não pode não. Se for publicada a prisão prestando serviço, ele não pode não, ele deve. Ele deve trabalhar e está preso. Então, se a prisão vier publicada: “cumpra-se a prisão por 10 dias fazendo o serviço”, obrigatoriamente tem que trabalhar e cumprir a prisão.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf):

Então, é um mecanismo completamente absurdo e desnecessário porque o servidor policial Rodoviário Federal é um servidor público, sujeito à Lei 8.112 como qualquer outro servidor público que é um mecanismo de controle também muito forte e não precisa desse mecanismo terrível que é esse alinhamento das polícias militares com o Estatuto Disciplinar do Exército.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

A gente está percebendo que todos os conselheiros estão sendo concordante. E a gente está ficando com dificuldade de tempo para aprovação. Porque a gente não sugere aos conselheiros um momento sensato da gente já estar quase em consenso e fazer a deliberação? Tem consenso?

O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL):

Você disse que a maioria dos estados se nega a alterar o regulamento com base nesse decreto, só que em Minas Gerais teria sido alterado (?) a possibilidade de prisão, ou seja, então, não haveria um óbice jurídico e sim um óbice político.

6352 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6353 **Militares Estaduais - ANASPRA):**

6354

6355 Sim, é uma demanda política.

6356

6357 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**
6358 **Brasil – ADEPOL):**

6359

6360 Além da recomendação para a Presidência da República para que não se abranger
6361 então a recomendação para os estados?

6362

6363 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6364 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

6365

6366 Ok, perfeito.

6367

6368 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6369

6370 Vamos para a deliberação? Então, em regime de votação. Quem for a favor da
6371 proposta da recomendação do conselheiro Heder faça o sinal de aprovação.
6372 **UNANIMIDADE.**

6373

6374 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6375 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

6376

6377 Eu posso? Dois segundinhos. Agradecer a todos, porque isso para os praças é uma
6378 vitória, eu chego a me emocionar (palmas), porque vocês não sabem o que é o dia a
6379 dia disso. É dignidade, só isso. E se os senhores concordarem porque esse fato vai
6380 ficar registrado na história, eu não pedi voto nominal, mas se não se opuserem,
6381 vocês farão parte da história deste momento. Eu gostaria, com a aquiescência dos
6382 senhores, que consignasse em ata o nome destes conselheiros que estão
6383 presentes.

6384

6385 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6386

6387 É consenso.

6388

6389 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6390 **Militares Estaduais -. ANASPRA):**

6391

6392 Os praças agradecem, de coração, muito obrigado.

6393

6394 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6395 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6396

6397 Eu pedi um aparte só. Eu queria agradecer em nome dos praças. É porque os
6398 oficiais de saúde vivem algo muito parecido. Eu fui capitão psicólogo da polícia do
6399 Rio de Janeiro e fui preso duas vezes. Uma delas quando o meu comandante me
6400 pediu a relação dos meus pacientes que eram soropositivos. Eu trabalho com essa
6401 especificidade. E não me neguei a entregar o que ele me pedia baseado no meu

6402 Código de Ética. E o que eu ouvi de argumento é que antes de ser um psicólogo eu
6403 era um primeiro tenente, na época. E fui preso por conta disso, mas não dei a
6404 relação. E a segunda vez eu fui preso também por uma situação parecida que
6405 também tinha a ver com o meu trabalho como psicólogo, isso inviabiliza inclusive a
6406 atuação dos profissionais de saúde. Só queria dizer que não são só os praças. Os
6407 oficiais de saúde também são extremamente vulneráveis a essa lei, o que nos
6408 impede inclusive de fazer nosso trabalho. Isso foi inclusive um dos motivos que me
6409 fizeram sair da corporação. Estava sendo impedido de atuar.

6410

6411 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
6412 **Militares Estaduais.-ANASPRA):**

6413

6414 Eu só quero me justificar porque eu falei em nome dos praças, eu só represento os
6415 praças, mas eu sei que isso...atinge a todos, mas eu só posso falar em nome dos
6416 praças que é a categoria que represento. Obrigado.

6417

6418 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6419

6420 É a próxima. A dele é tão antiga quanto a do Heder. Vamos aprovar a
6421 recomendação?

6422

6423 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6424 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6425

6426 Quem vai fazer a leitura é o conselheiro João Francisco, mas é só para resgatar o
6427 seguinte: ela seria apresentada no dia 3 de abril de 2011, já tinha sido apresentada
6428 no pleno numa reunião antes dessa do dia 3 de outubro, ela foi apresentada numa
6429 reunião anterior, acatamos as sugestões dos conselheiros e conselheiras e, por falta
6430 de quórum, nem no dia 3 de abril e nem na última reunião do ano nós conseguimos
6431 fazer a leitura e a possível aprovação.

6432

6433 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
6434 **República):**

6435

6436 É um trabalho da nossa Câmara que está bastante antigo, nos considerandos,
6437 estamos incentivando a participação social e estamos com uma base de várias
6438 convenções internacionais, da segurança pública que tem maior participação social
6439 na segurança pública. Então, considerando todos, resolve o Ministério da Justiça
6440 que: “I – Estimule a participação social, por meio de lideranças ou protagonistas dos
6441 movimentos sociais que representam grupos discriminados ou sujeitos passivos de
6442 intolerâncias, na formação dos operadores de segurança pública”. É uma forma que
6443 esses grupos vulneráveis tenham maior participação nos conselhos e em todos os
6444 movimentos sociais, relacionados à segurança pública; “II – Crie mecanismos ou
6445 ações que efetivem esta participação social.”. Em bloco? A outra recomendação
6446 também está relacionada à questão, embora nos tenham dito ontem que poderá ter
6447 esse campo no Sinesp, mas para reforçar e já pelo trabalho desenvolvido por este
6448 conselho, aí faltou incluir ainda que temos a nova LAI, que é a Lei de Acesso à
6449 Informação que também vai assegurar e garantir esses dados: “Recomendar ao
6450 Ministério da Justiça que estabeleça ou vincule determinadas pesquisas, em
6451 especial o atual Edital publicado do DEPAID, a temas pertinentes a esta Câmara

6452 Temática, em face da inexistência ou ínfimos registros, dados e estatísticas.”, Já que
6453 já foi discutido aqui que embora o Sinesp venha trazer esses dados, faltam ainda
6454 dados sobre a questão da violência contra esses grupos vulneráveis, homossexuais,
6455 negros, mulheres. Nós queremos campos mais específicos para isso.

6456

6457 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6458 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6459

6460 Quem está acompanhando o João e olhando lá na tela, a única diferença é que o
6461 edital do Depaid era muito específico nessa data, não está mais ali.

6462

6463 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
6464 **Pública – presidente do Conselho):**

6465

6466 Esse edital do Depaid, por exemplo, já saiu. Mas, todo ano a gente põe edital.
6467 Então, a gente poderia deixar de uma forma que seja levada em consideração os
6468 temas permanentes para elaboração das pesquisas, de uma forma que a gente
6469 contemple isso...

6470

6471 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
6472 **República):**

6473

6474 Está certo, mudamos a redação então depois. Todos de acordo? E a terceira
6475 recomendação também relacionada mais à questão de registro, de subnotificações,
6476 também nós acrescentamos com base na LAI, que vai entrar em vigor no próximo
6477 mês e recomendar que: “Na realização dos boletins de ocorrência, termos
6478 circunstanciados ou similares pelos órgãos de segurança pública, e por intermédio
6479 do Ministério da Justiça, seja incluído campo ou espaço obrigatório onde possa
6480 identificar ou relacionar o crime perpetrado ou investigado com a motivação ou
6481 conotação homofóbica, racismo, machismo ou quaisquer formas de intolerância ou
6482 discriminação, assim como campos para identificação de orientação sexual e
6483 identidade de gênero”. Nós falamos por intermédio, já que não teríamos obrigação e
6484 o Ministério da Justiça faria esse intermédio de fazer com que nos estados tivessem
6485 esses campos. E agora para o Ministério da Justiça especificamente: “Ao Ministério
6486 da Justiça, promover estudo e metodologia para que, no âmbito nacional,
6487 respeitadas as competências dos entes federativos, se estabeleça padronização e
6488 integração de dados e registros técnicos suficientes capazes para identificar as
6489 ocorrências de natureza discriminatória e correlacioná-las com a respectiva
6490 intolerância.”. Isso também já foi debatido e discutido ontem, mas apenas aqui é um
6491 reforço que este conselho faz, independentemente do trabalho desenvolvido pelo
6492 Sinesp.

6493

6494 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
6495 **Federais – FENAPRF):**

6496

6497 Eu só queria registrar o apoio a essa criação de espaços para diálogos com os
6498 grupos vulneráveis que é uma forma da gente vencer o preconceito, através,
6499 realmente da conversa, do diálogo, porque onde existem paixões, existem
6500 preconceitos e existem erros. E nada mais do que o diálogo para que a gente
6501 elimine esses preconceitos. Com relação à criação desses campos de informações

6502 que serão utilizados pelo Sinesp na geração de estatísticas, eu não sei como ficaria
6503 isso, mas eu acho, Marins, que tem que ter uma preocupação mais do que ter um
6504 campo para identificar se é ou não o crime contra aquele tipo de vulnerável. Você
6505 precisa criar campos que depois o sistema faça um cruzamento desses dados e
6506 você consiga extrair essa informação porque às vezes quem vai registrar, por
6507 preconceito, ele deixa de assinalar que é, por exemplo, um crime por homofobia.
6508 Então, não sei como vamos colocar essa informação aí, mas eu acho que isso seria
6509 importante indicar.

6510

6511 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6512 **– CNMP):**

6513

6514 A proposta primeira a que fala: recomendamos ao Ministério da Justiça que estimule
6515 a participação social na formação dos operadores de segurança pública. Onde a
6516 participação social será estimulada? Qual é o local disso? Será nos conselhos de
6517 controle social? É nos órgãos de segurança pública? Não ficou claro para mim.
6518 Ações que efetivem esta participação social, quer dizer, onde essa participação vai
6519 ocorrer?

6520

6521 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6522 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6523

6524 A última linha responde, não Marcos? Formação de operadores de segurança
6525 acontece dentro das academias.

6526

6527 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6528 **– CNMP):**

6529

6530 Então, é bom colocar que são nas academias; se a questão é de formação, aí seria
6531 nos órgãos responsáveis, nas academias de polícias, para ficar claro.

6532

6533 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6534 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6535

6536 É porque nós temos uma matriz. E a matriz federal não tem obrigatoriedade nos
6537 estados. E aí o seguinte: esses protagonistas de grupos vulneráveis se eles
6538 tivessem uma forma de participar na formação desses operadores de segurança, na
6539 forma que eles fossem, qualquer abertura e a possibilidade de se ter essa
6540 participação social na formação desses policiais. É por isso que temos de ser mais
6541 amplos porque embora nós tenhamos uma matriz nacional ela não tem, ou alguém
6542 pode me corrigir, secretária, ela não tem obrigatoriedade pelos estados, e estão
6543 fazendo com que esses grupos de vulneráveis possam também participar, ou que se
6544 dê a eles a possibilidade, quando da formação desses profissionais, que eles
6545 conheçam um pouco a realidade deles.

6546

6547 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6548 **– CNMP):**

6549

6550 Eu concordo com idéia. Quer dizer, estimular, o governo federal quando ele quer
6551 estimular alguma política pública ele faz isso nos municípios, com os estados, até

6552 porque ele é dono do dinheiro. Então, para ficar claro, onde é que você vai estimular
6553 isso? É nas academias, nos cursos de formação? Tem que ficar claro. Entendeu,
6554 Marcos?

6555

6556 **O Sr. Alexandre Ciconello Ganança (Instituto de Estudos Socioeconômicos-**
6557 **Inesc):**

6558

6559 Primeiro justificar minha ausência, meu titular que é o André viria, mas teve um
6560 compromisso em cima da hora, o caso de saúde da esposa dele, eu não havia
6561 programado para estar na reunião por isso que eu não pude comparecer , mas aqui
6562 estou. Só uma informação sobre isso. Uma vez eu fiz uma pesquisa, tinham duas
6563 delegacias na época, não sei se hoje tem mais, específicas de combate à
6564 discriminação, não só LGBT, mas também racial e crime de intolerância. Eram em
6565 São Paulo e no Piauí, não sei se foram criadas outras, mas na época da pesquisa só
6566 havia essas duas. Eu fiz uma entrevista com a delegada na época. E ela disse sobre
6567 a importância desse diálogo que vocês estão chamando de participação social na
6568 mudança do comportamento, não só nos procedimentos da delegacia, na forma de
6569 abordagem. A principal coisa que a gente percebeu aqui para entender as questões,
6570 como tratar grupos discriminados, o que eles sofrem, enfim, é esse contato diário,
6571 esse canal de comunicação, de participação social com os grupos, que eles é que
6572 vão falar: “Olha, acontece isso, é assim que o policial aborda, como é que a gente
6573 pode mudar esse comportamento”. Então, falando da importância disso que eu acho
6574 que não seria também só na formação, que a formação é também um momento
6575 importante, mas na gestão mesmo da política de segurança, tanto nas abordagens,
6576 no dia a dia das atividades policiais que possam ter alguns canais de participação
6577 com a comunidade, a gente pensa numa segurança pública com cidadania, é isso
6578 que está falando. Nesse sentido, para além da sugestão do Marcos Costa
6579 especificar, por exemplo, a questão da academia, poderia colocar participação na
6580 formação dos operadores de segurança pública, colocando, por exemplo, nas
6581 academias, mas também na gestão de segurança pública, como uma recomendação
6582 genérica, é uma discussão nova e ir avançando quais seriam esses canais de
6583 comunicação. Há, por exemplo, experiências nessas delegacias de combate á
6584 intolerância que podem ser aproveitadas. Em outros momentos da gestão da
6585 segurança pública para além da formação. É isso que eu gostaria de sugerir.

6586

6587 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6588 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6589

6590 Seria então, na formação dos operadores de segurança pública nas academias...

6591

6592 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6593 **– CNMP):**

6594

6595 Talvez assim, nos ambientes de formação aí você bota em parêntese academias.

6596

6597 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6598 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6599

6600 Então, seria intolerância nos ambientes de formação, mas aí seria repetido, Marcos.
6601 Vai ficar formação e formação. Nos ambientes de formação dos operadores e na
6602 gestão de política. Perfeito.

6603

6604 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**
6605 **Brasil – ADEPOL):**

6606

6607 O que eu ia dizer aqui muito já foi colocado na fala do conselheiro Marcos Costa
6608 porque eu queria entender de fato qual seria o alcance, o real sentido e
6609 fundamentação dessa resolução porque eu só queria lembrar que hoje a maioria dos
6610 centros de formação de policiais do país já possuem na sua grade de formação a
6611 disciplina direitos humanos, que eu acho que é mais abrangente talvez do que a
6612 gente falar simplesmente..

6613

6614 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6615 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6616

6617 Aí, conselheiro Kleber, eu posso dizer por que eu faço até parte da comissão do MJ
6618 que está mudando a matriz curricular e temos também outros segmentos e isso não
6619 é uma questão unificada e é bastante discutido, inclusive a Suelen levantou uma
6620 excelente questão sobre os concursos, fez um excelente levantamento, então não
6621 há uma orientação pacificada. Há divergência no âmbito nacional muito grande,
6622 então, isso seria mais para generalizar mesmo. Talvez no âmbito federal possa ser,
6623 quer dizer, já tem a cadeira de direitos humanos, mas como se diz o nosso colega
6624 Alexandre, não é só uma questão de direitos humanos, é esse contato mesmo,
6625 pessoal, com esses grupos vulneráveis, o conhecimento pleno daquela participação
6626 deles e não apenas generalizadas no contexto de direitos humanos.

6627

6628 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
6629 **Pública – presidente do Conselho):**

6630

6631 O problema não é nem o nome da disciplina, o problema é o conteúdo do currículo.
6632 Como rótulo de disciplina, quase todas as academias no Brasil tem lá direitos
6633 humanos. Agora, o problema é saber o conteúdo do curso. E acho que a Senasp
6634 tem mesmo, Kleber, de participar disso. No Departamento de Ensino da Senasp,
6635 temos feito muitos grupos de trabalho com o cliente nosso, vai aquele em que a
6636 gente vai prestar o serviço para ouvi-los. Por exemplo, a experiência da Paraíba, a
6637 Fernanda, que é uma travesti muito minha amiga inclusive, todo mundo conhece, ela
6638 participou da montagem da delegacia. Então, tem uma diferença no rótulo. Eu acho
6639 que a gente, enquanto Secretaria Nacional, nós temos que aprofundar no conteúdo
6640 dos cursos, agora que tem de direitos humanos tem, mas vamos saber o conteúdo.

6641

6642 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
6643 **República):**

6644

6645 O conselheiro Pfeifer está sugerindo aqui uma nova proposta de redação, talvez
6646 contemple a todos. Seria assim: “Nos cursos de formação de operadores de
6647 segurança pública e na gestão política seja estimulada a participação social dos
6648 movimentos sociais que representam grupos discriminados ou sujeitos passivos de
6649 intolerância...” aí continua aquele texto, homofobia, machismo e tal.

6650

6651 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**
6652 **Brasil – ADEPOL):**

6653

6654 Em relação à segunda resolução, em relação aos dados estatísticos, eu queria
6655 saber qual é o objetivo de se obter esses dados, e onde eu quero chegar é o
6656 seguinte: foi instituída em outubro do ano passado uma comissão pelo Senado
6657 Federal para reforma do Código Penal. E se o objetivo é subsidiar alguma proposta
6658 de política penal, ou seja, tipificar conduta, discriminação a grupos de minoria, a
6659 oportunidade seria agora, talvez até com o apoio da Senasp, porque esse grupo
6660 deve concluir esse trabalho em maio, eu acho que eles já estão contemplando a
6661 violência contra minorias. Mas, eu queria também saber qual é o objetivo de se obter
6662 esses dados.

6663

6664 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
6665 **República):**

6666

6667 Não seria nem exatamente a questão da criminalização de condutas, mas, sim, de
6668 registros de dados que nós não temos. Se a motivação do crime tem uma conotação
6669 de intolerância ou discriminação, a travesti que está lá, ela colocou lá como
6670 homossexual, travesti, é negro, é mulher, é nesse sentido mais de registro de dados
6671 para formulação de políticas públicas. Por exemplo, se você está verificando que
6672 determinado número de ocorrência, ocorreu mais para um grupo determinado
6673 desses vulneráveis, significa dizer que podemos trabalhar mais com políticas
6674 voltadas para aquele grupo. Estou vendo que tem um maior número de conotação
6675 dos crimes que estão sendo por questão de intolerância, por uma questão religiosa,
6676 ou qualquer outra discriminação, você também vai poder trabalhar com esses dados.
6677 Se isso não consta hoje nos boletins de ocorrência ou similares, você não pode
6678 saber isso, por exemplo, se uma travesti chegar numa delegacia, ela vai ser tratada
6679 como homem, então você não vai saber no registro quando chegar aqui para eu
6680 analisar, eu não vou verificar se é uma travesti, eu vou verificar no homem, então,
6681 não vou saber se ali há uma conotação de preconceito ou não. Então, nos campos
6682 dessas ocorrências, têm campos específicos para indicar esse grupo vulnerável e
6683 indicar a conotação do crime.

6684

6685 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**
6686 **Brasil – ADEPOL):**

6687

6688 Eu queria fazer uma observação, não é para trazer polêmica aqui não. Mas, até na
6689 qualidade de operador da atividade policial, de quem está na linha de fogo, eu acho
6690 que a grande vítima de violência no Brasil não são negros, não são homossexuais,
6691 não são essas minorias hoje consideradas minorias ativas, a grande vítima de
6692 violência hoje no Brasil são os pobres. Pobres de qualquer gênero, de qualquer
6693 raça, Então, eu acho que a gente deveria buscar no texto também estimular políticas
6694 que promovam o desenvolvimento humano, distribuição de renda, de riqueza, o
6695 acesso à educação, porque eu acho que fica muito vago a gente trabalhar só com
6696 esse tipo de dado para minorias e sem tratarmos um contexto maior.

6697

6698 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6699 **– CNMP):**

6700
6701
6702
6703
6704
6705
6706
6707
6708
6709
6710
6711
6712
6713
6714
6715
6716
6717
6718
6719
6720
6721
6722
6723
6724
6725
6726
6727
6728
6729
6730
6731
6732
6733
6734
6735
6736
6737
6738
6739
6740
6741
6742
6743
6744
6745
6746
6747
6748
6749

A apresentação em bloco foi interessante, mas se a gente ficar pulando de um debate para outro é complicado. É melhor fechar uma, aprovou, passa para outra.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

Na relação de todos, o Garcez ficou excluído, a gente não pode ser intolerante com o Sílvia. Vamos fazer o seguinte: com o Sílvia, porque tem dois conselheiros que já estão em hora de viagem, então, depois do Sílvia vamos colocar para votação.

O Sr. Sílvia Luiz Garcez (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil):

Duas questões que a recomendação não contemplou, que é ser bem específico na questão da intolerância religiosa, isso não foi colocado e acho que deve ser pautado de forma mais específica.

O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República):

Podemos colocar porque tinha conotação de homofobia, racismo, machismo ou quaisquer formas de intolerância.

O Sr. Sílvia Luiz Garcez (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil):

Eu quero acrescentar, até porque eu faço parte junto com o Márcio de um comitê de diversidade religiosa da Secretaria de Direitos Humanos e lá a pauta é violenta em cima disso. E nós aqui precisamos estar alinhados com essa questão.

O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República):

Então, acrescentamos aí também conotação de homofobia, racismo.

O Sr. Sílvia Luiz Garcez (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil):

Eu queria fazer só mais uma pontuação aqui. Existe uma questão dos vulneráveis, eu acho que nós precisamos ser mais específicos. Quem são esses vulneráveis? Por exemplo, povos de rua, temos aí uma questão muito complicado em povos de rua. Política indianista, povos de rua. A gente tem que ser mais específico. Esses vulneráveis no contexto atual fica um pouco...

O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República):

Sílvia, nós colocamos quaisquer formas de intolerância e discriminação, não tem no texto grupo de vulneráveis.

6750 **O Sr. Sílvio Luiz Garcez (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
6751 **Brasil):**

6752

6753 Desculpe, ok. Você falou eu achei que estivesse no texto.

6754

6755 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
6756 **República):**

6757

6758 Isso, porque eu generalizei. Homofobia, racismo, machismo ou quaisquer formas de
6759 intolerância e discriminação, assim como os campos para identificação para
6760 orientação sexual e identificação de gênero.

6761

6762 **O Sr. Sílvio Luiz Garcez (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do**
6763 **Brasil):**

6764

6765 Só uma questão, eu continuo solicitando ao pleno que coloque a questão de
6766 intolerância religiosa porque isso é algo que no país, se o Conselho Nacional de
6767 Segurança Pública fechar os olhos a isso...

6768

6769 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
6770 **República):**

6771

6772 Não, estamos a favor. Colocamos no texto.

6773

6774 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6775

6776 É consenso. Se a gente for falar, não vamos aprovar. São três. Eu pediria que a
6777 gente realmente fizesse a deliberação, as colocações vão ficar registradas, não tem
6778 problema, mas aí a gente aprovaria as recomendações que estão aí há anos.
6779 Vamos lá?

6780

6781 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6782 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6783

6784 Companheiro Kleber, é o seguinte, você falou que, me perdoe se eu errar o termo,
6785 mas que as grandes vítimas da violência não são esses grupos, não são negros,
6786 não são homossexuais, não são exatamente porque existe um sub-registro, uma
6787 subnotificação, exatamente por isso que a gente está pedindo a inclusão desses
6788 quadros. Nós temos pelo menos 3.800 homicídios de BGLTs, falei isso aqui em
6789 dezembro, não estou falando de latrocínio e nem de atropelamento, estou falando de
6790 homicídios em razão da orientação sexual. Só porque o cara é gay e a menina é
6791 lésbica. E esses não aparecem, não existem em canto nenhum, não podemos nem
6792 fazer reivindicação de uma política de segurança porque não tenho os indicadores.
6793 Pois são os indicadores da falta de segurança com a população BGLT, não existe.
6794 Nós precisamos, sim, de tipificar e qualificar isso.

6795

6796 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**
6797 **Brasil – ADEPOL):**

6798

6799 O senhor me permite um comentário? Acho que o senhor não entendeu a minha
6800 fala, a minha fala foi no sentido de ampliar o texto para incluir também a violência
6801 em relação à classe social. Eu acho que os pobres são as maiores vítimas, outras
6802 minorias também são vítimas, o que eu solicitei ao João Francisco que ampliasse o
6803 rol. Me perdoe se eu não me fiz entender.

6804

6805 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6806

6807 Vamos votar? Em regime de votação. Consenso? Aprovação em bloco?

6808

6809 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6810 **– CNMP):**

6811

6812 Em regime de votação? Porque são três? Eu estava discutindo inicialmente a
6813 primeira, tem a outra que também tenho uma ponderação. A primeira estava
6814 avançada a discussão para a aprovação. Então, peço que a mesa ponha a primeira
6815 resolução em aprovação e a única retificação que eu acho importante é que a
6816 recomendação...

6817

6818 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6819

6820 É o seguinte, Marcos, vamos colocar em votação se é em bloco ou uma a uma,
6821 porque tem gente que quer bloco.

6822

6823 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
6824 **– CNMP):**

6825

6826 Só mais uma questão, a recomendação está saindo como da Câmara quando
6827 deveria ser do Conasp.

6828

6829 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6830

6831 Está certo, Marco. Em regime de votação se deve ser votada uma a uma ou em
6832 bloco. Quem for em bloco, levante a mão. Tudo mundo menos Marcos. Agora, em
6833 regime de votação, em bloco as recomendações, quem for a favor, levante a mão
6834 como aprovação. **Unanimidade.**

6835

6836 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6837 **Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT):**

6838

6839 Vou pedir licença aos conselheiros e conselheiras, assim como o companheiro
6840 Heder, eu queria pedir permissão aos conselheiros e conselheiras para que fosse
6841 nominal.

6842

6843 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6844

6845 Vamos ao plano do crack!

6846

6847 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

6848

6849 Então, essa recomendação é baseada na ampla discussão que tivemos aqui ontem.
6850 Então, o que nós fizemos foi exatamente organizar aquele início da recomendação,
6851 colocar as propostas numa ordem que aparecessem como bloco de discussão e
6852 apareceram duas coisas ali que estão em amarelo, uma delas foi uma sugestão, que
6853 chegou até nós hoje de manhã, portanto, posterior à discussão de ontem e outra que
6854 nos parece que não teve consenso ontem, que precisava voltar, mas de qualquer
6855 forma, estão todas as recomendações aí e a gente pode então retomá-las caso seja
6856 necessário.

6857

6858 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

6859

6860 A sugestão é ir para a amarela logo?

6861

6862 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

6863

6864 Eu acho melhor ler tudo, não é tanta coisa assim.

6865

6866 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
6867 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

6868

6869 Não tem problema ler tudo, mas, principalmente, os conselheiros que não estiveram
6870 ontem, tirando os amarelos, ontem nós consensuamos os outros pontos. É
6871 importante colocar isso para debatermos aquilo que é novidade se entra ou não no
6872 que foi consensuado. É só isso.

6873

6874 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

6875

6876 É só para lembrar que nós fizemos uma ordem diferente de ontem. Então, talvez por
6877 um entendimento de tudo.

6878

6879 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
6880 **Pública – presidente do Conselho):**

6881

6882 Eu vou pedir licença a todos, eu tenho que cumprir uma agenda do ministro, eu vou
6883 lá atender. Agradeço a todos, até a próxima.

6884

6885 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

6886

6887 Então, vamos direto ao amarelo. O primeiro foi uma proposta que chegou hoje aqui
6888 recomendar ao Ministério da Justiça que: item 5 - Garanta a participação efetiva de
6889 representante do CONASP no Comitê Gestor do Plano Crack, via Ministério da
6890 Justiça; Esse foi um item que não discutimos ontem, mas depois de toda uma
6891 discussão, eu acredito que esse possa ser uma boa recomendação já que o
6892 Ministério da Justiça tem assento no Comitê Gestor, então, que o Conasp participe
6893 disso.

6894

6895 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

6896

6897 Tem consenso naquela do Conasp? Vai ter a leitura desses dois itens, há consenso
6898 da inclusão? Do primeiro item? Levante a mão se há consenso. **Por unanimidade.**

6899
6900
6901
6902
6903
6904
6905
6906
6907
6908
6909
6910
6911
6912
6913
6914
6915
6916
6917
6918
6919
6920
6921
6922
6923
6924
6925
6926
6927
6928
6929
6930
6931
6932
6933
6934
6935
6936
6937
6938
6939
6940
6941
6942
6943
6944
6945
6946
6947

O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):

E a próxima é o item 20, se não me engano. Esse era 4 itens que estavam dispersos, e nós juntamos num item só porque dizem respeito a uma mesma situação que é a questão dos policiais em áreas de fronteira. Então, ficaria assim: Implemente políticas específicas para policiais com atuação em áreas de fronteira garantindo: adicional ao policial lotado na região de fronteira; construção de próclise nacionais residenciais, residências funcionais, contíguas às vilas militares e remoção da fronteira depois de um certo tempo (02 ou três anos).

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf):

Como houve uma divergência entre mim e o Heder ontem com relação à criação desses imóveis funcionais, nós chegamos a um consenso, a gente retira essa proposta, substitui por regime de turno de serviço diferenciado aos policiais na região de fronteira. Eu queria explicar assim, é porque você cria então outra possibilidade que está ligada à moradia. Quem trabalha em plataformas, por exemplo, que ele vá lá trabalhe 10 dias e folgue 20. A ideia nossa é da segurança do policial. Então, se ele vai trabalhar numa região conflitante que vai implicar na segurança dele e da sua família, se ele tem um regime de turno diferenciado que ele pode trabalhar 10 dias e folgar 20 dias naquele mês, ele não necessariamente precisa morar naquela região, ele pode morar numa capital 300, 500 quilômetros longe da região.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):

Então, Retira e coloca turno diferenciado no lugar.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):

Pessoal, consenso? Então, aquele que aprova levante a mão. **APROVADO POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO DO CONSELHEIRO JOÃO.**

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):

Põe naquele que falava sobre sem negar. Teve uma polêmica ontem puxada pelo José Ribamar e que teve um texto do Yves, que era sobre a questão das comunidades terapêuticas, então é uma mistura, Ribamar, do texto que vocês elaboraram e o nosso que apresentamos anteriormente. Então, vejam, se não há divergência, eu concordo com a redação feita. “Atribua maior peso de investimento em projetos como, por exemplo, os CAPS AD 24h, consultório de rua, conforme determina a Lei 10.216/ 2001, sem negar o financiamento público das comunidades terapêuticas, que necessitam de regulamentação e maior fiscalização”, tirou o sem negar do início e para ir ao propositivo.

6948 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
6949 **Identificação – FENAPPI):**

6950

6951 Eu acredito o seguinte: neste mesmo item, como já tem 20, se desmembrasse isso
6952 aí daria talvez mais ênfase às duas situações, a primeira é apoio ao financiamento
6953 público das comunidades terapêuticas desde que com regulamentação e maior
6954 fiscalização seria um ponto. O outro ponto seria fortalecer os projetos, por exemplo,
6955 CPAS AD, consultório de rua e tal. Então, ficariam os dois, ficariam bastantes
6956 propositivos, apoio e financiamento público e também no fortalecimento das outras
6957 entidades. Não sei se seria possível desmembrar isso, mas eu acredito que ficaria
6958 mais claro.

6959

6960 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

6961

6962 Quem é favor de não desmembrar, levante a mão!

6963

6964 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

6965

6966 Sem negar o financiamento, eu acho que fica alguma coisa, eu acho que não fica
6967 tão fortalecido.

6968

6969 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**

6970

6971 Eu queria só lembrar que esse foi um esforço de tentar construir consenso, essa foi
6972 a discussão mais difícil hoje. Então, a gente sabe também que aqui não há uma
6973 posição de apoio a financiamento, eu acho que essa foi a solução possível. Então,
6974 por isso, a gente defende a manutenção do texto, porque se houver o
6975 desmembramento do texto a gente vai reabrir divergências aqui no debate.

6976

6977 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
6978 **Federais – Fenaprf):**

6979

6980 Bom, já que me foi dada a oportunidade de manifestação, eu apoio a proposta do
6981 conselheiro Marcos Costa que ao invés de sem negar, seja colocado, sem prejuízo.
6982 É uma diferença muito grande que inclusive colabora com o que nós discutimos
6983 ontem e com o que nós ouvimos na audiência.

6984

6985 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

6986

6987 Vamos colocar em regime de votação essa possibilidade? Coloca-se sem negar no
6988 texto como está ou se coloca sem prejuízo. Quem for a favor com o texto como está,
6989 levante a mão. Quem for contra levante a mão. **Contra = 1, Abstenção = 2.** A
6990 questão do texto, sem negar e sem prejuízo. **(intervenções fora do microfone).**
6991 Marcos, você ainda quer ponderar?

6992

6993 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
6994 **Federais – Fenaprf):**

6995

6996 Na verdade, eu não me absteve. Quando você propôs, eu não sei se você propôs
6997 que fosse em bloco ou que não fosse em bloco.

6998

6999 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

7000

7001 Vamos votar de novo? Para ficar mais claro: nós vamos fazer a votação agora em
7002 regime de votação para se o texto como está fica esse texto ou coloca o outro texto
7003 – sem prejuízo. Quem for a favor deste texto levante a mão? **10.** Quem é contra? **3.**

7004

7005 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
7006 **República):**

7007

7008 Eu não estou em abstenção, presidente, a minha abstenção já foi pelo fato de eu
7009 não ter participado ontem do debate.

7010

7011 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

7012

7013 Tranquilo. Já foi justificado.

7014

7015 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
7016 **Federais – Fenaprf):**

7017

7018 Só quero que fique registrado que a nossa posição que em substituição ao texto
7019 fosse - sem prejuízo – porque do jeito que você falou é como se eu fosse contrário a
7020 todo texto. Isso é que fica registrado. Então, eu quero deixar aqui claramente que o
7021 meu voto é pelo texto substitutivo e que ficasse o registro do termo – sem prejuízo.

7022

7023 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

7024

7025 E a votação foi sobre isso. Não houve votação de texto nenhum, foi só sobre isso. A
7026 leitura? Pedro Paulo.

7027

7028 **O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia):**

7029

7030 “Recomendação...”, de 20 de abril de 2012. O Conselho Nacional de Segurança Pública, em sua
7031 nas políticas de Segurança Pública; considerando as discussões produzidas neste
7032 Conselho a partir da apresentação do Plano “Crack, é possível vencer”; RESOLVE:
7033 Recomendar ao Ministério da Justiça que: 1 - Seja garantida a aplicação da Lei
7034 10.216/2001 no plano “Crack, é possível vencer”; 2 - Explícite o compromisso do
7035 plano com mecanismos de participação social, tendo em vista a ausência dos
7036 conselhos e das deliberações de conferências na formulação inicial do plano; 3 -
7037 Defina a atuação do CONASP no eixo de segurança pública numa perspectiva
7038 intersetorial; 4 - Articule uma reunião entre os conselhos nacionais de segurança
7039 pública, saúde, educação, assistência social, juventude e promoção da igualdade
7040 racial para discutir o plano; 5 - Garanta a participação efetiva de representante do
7041 CONASP no Comitê Gestor do Plano Crack, via Ministério da Justiça; 6 - Incorpore
7042 as dimensões geracional, de gênero e raça em todo o plano, inclusive na peça
7043 publicitária, visando à garantia de direitos e não a reificação de preconceitos e
7044 estereótipos; 7 - Promova a realização de campanhas na mídia, incluindo inserções
7045 nos programas, principalmente nas rádios e TVs comunitárias, numa perspectiva de
7046 saúde pública e não de repressão; 8 - Reconhecimento do crescimento do consumo
7047 de Crack no âmbito nacional, evite a ideia de epidemia como argumento para a

7048 definição de medidas de emergência que possam conduzir a políticas higienistas. 9 -
7049 Incorpore a proposta de mudança na legislação sobre drogas (Lei 11.343/2006),
7050 rompendo com o paradigma da criminalização; 10 - Fomente a padronização
7051 nacional da definição química das drogas; 11 - Inclua o reconhecimento do álcool
7052 como droga no plano; 12 - Estabeleça a compulsoriedade do tratamento como
7053 exceção e não como regra, conforme a Lei 10.216/ 2001; 13 - Atribua maior peso de
7054 investimento em projetos como, por exemplo, os CAPS AD 24h, consultório de rua,
7055 conforme determina a Lei 10.216/2001, sem negar o financiamento público das
7056 comunidades terapêuticas, que necessitam de regulamentação e maior fiscalização;
7057 14 - Crie programas de atenção à saúde de operadores de segurança pública e
7058 agentes penitenciários, usuários ou dependentes de drogas; 15 - Promova a
7059 capacitação de agentes penitenciários para o trabalho com os presos e presas
7060 usuários de drogas nos presídios no Brasil; 16 - Estabeleça diálogo com o sistema
7061 de justiça na implementação de política de acolhimento aos presos e presas com
7062 incidência no uso de substâncias psicoativas; 17 - Garanta atenção à segurança dos
7063 profissionais da saúde durante o atendimento aos usuários de drogas; 18 - Insira
7064 mecanismos de monitoramento e controle da atividade policial nos procedimentos de
7065 apreensão e destinação de drogas, com fortalecimento da autonomia da perícia,
7066 corregedoria e ouvidoria de polícia; 19 - Concentre a ação policial no tráfico de
7067 grande porte, priorizando ações de inteligência; 20 - Implemente políticas
7068 específicas para policiais com atuação em áreas de fronteira garantindo: adicional
7069 ao policial lotado na região de fronteira; regime de turno de serviço diferenciado,
7070 visando permitir a moradia do policial fora da área de fronteira e remoção da
7071 fronteira depois de um certo tempo (02 ou três anos).”.

7072

7073 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
7074 **Sindapef):**

7075

7076 A minha reclamação deve ser a mesma do conselheiro Mariano, o item 15 não
7077 corresponde àquilo que foi consensuado ontem – promova capacitação de agentes
7078 penitenciários para o trabalho com os presos e presas usuários de drogas nos
7079 presídios do Brasil - e tinha depois, sugestão do Mariano - e também do combate ao
7080 tráfico nos presídios - .

7081

7082 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
7083 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

7084

7085 Eu só gostaria de chamar atenção porque não foi consensuado aquela questão de
7086 álcool e drogas do mesmo patamar. Não foi. Eu me lembro que eu me posicionei,
7087 eu e o Tião, não tínhamos quórum, não debatemos sobre isso. Eu quero deixar
7088 registrado, se tiver que abrir mão em nome de uma aprovação que saia e que não
7089 tenhamos que perder isso para não perder o espaço, eu retiro, mas tem que ficar
7090 claro que não foi debatido. Nós começamos um diálogo e não aprofundamos porque
7091 aprofundaríamos se trouxéssemos ao mesmo patamar e deliberado e isso não foi.
7092 Então, se tiver que ser, se for para o consenso para que a gente fique tranquilo
7093 nesse aspecto, eu não vejo dificuldade. Mas, que o debate sobre o mesmo patamar
7094 de álcool e drogas não foi.

7095

7096 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público**
7097 **– CNMP):**

7098
7099
7100
7101
7102
7103
7104
7105
7106
7107
7108
7109
7110
7111
7112
7113
7114
7115
7116
7117
7118
7119
7120
7121
7122
7123
7124
7125
7126
7127
7128
7129
7130
7131
7132
7133
7134
7135
7136
7137
7138
7139
7140
7141
7142
7143
7144
7145
7146
7147

Item 16. Ali talvez – estabeleça diálogo com o sistema de justiça sobre ao plano crack - contemplando a temática da implementação. Quer dizer, o diálogo é amplo - estabeleço o diálogo com o sistema de justiça sobre o plano crack, o plano como um todo.

A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE):

O Ministério Público acusa, o juiz julga com base numa lei estúpida e a Defensoria fica tentando fazer com que essa pessoa saia sem nenhum acolhimento, o estado não é chamado para acolher com essas políticas, é nesse sentido.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP):

O mesmo Ministério Público que acusa é o que entra com as ações diretas para tirar lei, então, é complexo o tema. Agora, o item 8, por favor, talvez a redação, porque a ideia que eu me lembre o Conasp reconhece o crescimento do consumo, só não admite que isso seja utilizado como...essa é a ideia? Mas, ali não ficou muito claro essa ideia – em que pese o crescimento de crack no âmbito nacional, que seja evitada a ideia... –

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

Marcos, dite para a Anita, por favor.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP):

Em que pese o reconhecimento que seja evitado a ideia (**intervenções fora do microfone**)

O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República):

Presidente, embora eu não esteja na discussão, já que a minha abstenção que eu não participei ontem da discussão final, eu só queria fazer uma ponderação que lá no decreto quando fala em crack fala de outras drogas e está incluído também o álcool. Veja lá que está escrito assim: Este decreto trata-se do plano de crack e outras drogas. Então, salvo engano, talvez poderíamos abrir o decreto e confirmar isso ou não. Embora não esteja participando da discussão agora, só queria dizer que no decreto está falando isso e poderia verificar se não seria uma alteração de redação sobre a questão do álcool.

O Sr. Augusto Eduardo de Souza Rossini (Ministério da Justiça):

Com relação ao item 20 – visando permitir a moradia do policial fora da área de fronteira – isso é justamente o contrário do que a Polícia Federal estava pleiteando, não só eles estavam pleiteando a questão da gratificação, mas também como

7148 moradia funcional, justamente para favorecer que policiais fiquem mais na área de
7149 fronteira. Isso aqui está sendo o contrário.

7150

7151 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
7152 **Federais – Fenaprf):**

7153

7154 Como eu concluí esse pensamento hoje de manhã junto com os colegas da
7155 Federação e depois consensuei com o Heder, realmente – visandode forma
7156 segura.

7157

7158 **O Sr. Augusto Eduardo de Souza Rossini (Ministério da Justiça):**

7159

7160 150 quilômetros, dista a fronteira do local de moradia.

7161

7162 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
7163 **Federais – Fenaprf):**

7164

7165 Então, eu substituiria - fora da área de fronteira - que realmente não é isso que a
7166 gente quer – e de forma segura.

7167

7168 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

7169

7170 Contemplado? Conselheiro Tião.

7171

7172 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do**
7173 **Brasil – ADEPOL):**

7174

7175 Em complemento aqui ao que disse o conselheiro Heder, eu só queria analisar o
7176 item que trata desse suposto nivelamento entre o crack e o álcool. Somente nesse
7177 item consta a questão do álcool? Mas, não está nivelando, é só o reconhecimento
7178 como droga? Ok. Obrigado.

7179

7180 **O Sr. Eraldo José Augusto (Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil –**
7181 **CONCPC):**

7182

7183 Sá para melhorar então este item, ficou assim – visando permitir a moradia do
7184 policial de forma segura – não é só de forma segura, mas é fomentar a habitação
7185 funcional para que tenha moradia funcional. É o que foi pleiteado pela Polícia
7186 Federal.

7187

7188 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

7189

7190 Não é para suprimir é para complementar.

7191

7192 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
7193 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

7194

7195 Porque o grande debate foi esse (intervenções fora do microfone).

7196

7197 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

7198
7199
7200
7201
7202
7203
7204
7205
7206
7207
7208
7209
7210
7211
7212
7213
7214
7215
7216
7217
7218
7219
7220
7221
7222
7223
7224
7225
7226
7227
7228
7229
7230
7231
7232
7233
7234
7235
7236
7237
7238
7239
7240
7241
7242
7243
7244
7245
7246
7247

A ideia foi aprovada, o texto é mais estrutura gramatical. Em regime de votação, estamos aptos para votação? Quem aprova o texto em sua completude, levante a mão? **Por unanimidade**, não? Heder, por registro de voto.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais.- ANASPRA):

Com exceção - habitação funcional – ela é contraditória. É só isso. O resto está aprovado.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

Pessoal, a última tarefa, constituir a Comissão Eleitoral. Mesa Diretora. Só gestores. Tem uma sugestão aqui? Sugestão da mesa.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):

Qualquer pessoa aqui pode participar, sendo que trabalhadores e gestores não concorrem. Mas, podem sociedade civil.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - ANASPRA):

Quem for participar não concorre.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

Gestor. Levante a mão os gestores. Pronto. **(intervenção fora do microfone)**. O segmento.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais.- ANASPRA):

Se os agentes concorrerem podem vir, você não vai ter vaga aqui. **(intervenção fora do microfone)**. Você pode fazer a opção vir, pode fazer parte.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):

Olhe, vamos dar uma sugestão? Atenção, temos pouco tempo...

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais.- ANASPRA):

Eu posso um encaminhamento com relação ao que foi aprovado? Sugestão? Nós apresentamos ao programa o plano de redução do crack. Vocês se recordam quando eu disse que talvez fosse a ideia que nós chamássemos aqui os gestores. A minha sugestão é que essa recomendação vá para o gestor do plano e que para a próxima reunião ele venha apresentar os resultados se foram implementadas ou não porque senão vai ser mais um papel lá. Convocado para que venha, ele terá prazo

7248 de dois meses para dizer: “Olha, isso foi alterado, isso é possível, isso não”. Para
7249 que o Conasp tenha um *feedback* da proposta que foi feita.

7250

7251 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e**
7252 **Gestores Municipais de Segurança Pública):**

7253

7254 Desde que isso não atrapalhe os debates da conferência.

7255

7256 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
7257 **Militares Estaduais.- ANASPRA):**

7258

7259 Foi-nos dito pela secretária nacional que o plano é aberto. Nós acabamos de nos
7260 debruçarmos dois dias sobre ele, encaminhamos, eles têm que vir para dizer: “olha,
7261 isso pode, isso não pode”, é como sugestão.

7262

7263 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil):**

7264

7265 Aprovado, Heder. Sugestão à Comissão Eleitoral: doutor Sílvio Garcez, doutor
7266 Eraldo Augusto, doutor João Francisco, doutor Benedito Mariano. São 4. Quem
7267 aprova, o sinal de costume? **APROVADO.** Pessoal, com toda dificuldade, foi uma
7268 das melhores reuniões. Alguém quer algum informe, nós vamos encerrar! Até a
7269 próxima reunião.